

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CLERISNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Em busca de um Projeto de Nação:

revisitando a Obra de Celso Furtado

São Paulo

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**Em Busca de um Projeto de Nação:
revisitando a Obra de Celso Furtado**

Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Profa. Dra. Sandra Lencioni.

SÃO PAULO

2008

Para

Almerinda Rodrigues de Carvalho, minha mãe (*in memoriam*),

Clemente Rodrigues de Carvalho (meu pai).

Pessoas que dedicaram uma parte significativa das suas vidas para que pudéssemos progredir na vida através do aprendizado da educação e do conhecimento.

O meu reconhecimento a estas pessoas com toda minha dedicação e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Tenho plena consciência da inteira responsabilidade da produção desta tese por minha autoria, não obstante, a mesma não seria suficientemente completa sem a participação de muitos atores que deixarei como registro público dos meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

À Professora Sandra Lencioni, que além de ter creditado no potencial do orientando, aceitando-me como seu aluno no curso de pós-graduação, em nível de doutorado, foi uma exímia orientadora, dedicada e preocupada com as questões mais sérias naquilo que compete o trabalho acadêmico em termos de método de trabalho. Meu apreço sincero a essa dedicada profissional e pelo trabalho executado no acompanhamento da pesquisa que ora se realiza.

Às pessoas mais próximas, em termos de companhia e vínculo familiar, especialmente, minhas irmãs, Clébia e Marileia, bem como a Joana Portugal, essa pessoa formidável que ela é, e Camille Queiroz, essa garotinha de seis anos de idade, que tenho muito apreço e que gosto muito.

Aos companheiros de colóquio dirigidos pela profa. Sandra Lencioni, o André Baldraia, a Ana Madruga, a Cristiane Oliveira, Cláudio Braguetto, entre outros.

Aos professores do Departamento de Geografia que fizeram parte do Exame de Qualificação, o Prof. Dr. André Martin e a Profa. Dra. Mônica Arroyo, que anotaram várias observações e ponderações pertinentes aos rumos do trabalho no desenrolar da pesquisa e que fez com que o doutorando pudesse ter um novo “olhar” sobre o direcionamento do trabalho.

À CAPES - órgão do governo federal, que me concedeu uma bolsa de doutorado para seguir adiante nas pesquisas efetuadas ao longo do trabalho de doutorado, na parte final do trabalho (um pouco mais de 2 anos).

Aos funcionários da pós-graduação (Jurema, Ana, Rosângela, Cida, Firmino) todos muito competentes naquilo que lhes são de atribuição e competência no labor da atividade que estão imbuídos nesta seção de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

A todos, direta ou indiretamente a minha gratidão e o meu reconhecimento, na certeza de que qualquer empreendimento intelectual somos devedores para com muitos, inclusive os não citados no trabalho propriamente dito. Nesse sentido, é dever que o resultado dessa empreitada deva ser compartilhado sempre com a sociedade que, de alguma forma, fez contribuições extraordinárias para que o trabalho fosse realizado na sua plenitude.

RESUMO

O presente trabalho analisa, interpreta e discute as análises do economista Celso Furtado quanto ao processo de construção do Estado nacional brasileiro desde o processo de industrialização dos anos 30, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento de um sistema econômico e centros de decisão nacionais que vai se configurando com a industrialização. Consideramos necessário que a construção do Estado nacional, idéia central do trabalho a ser perseguido, culminou com as abordagens geográficas categoriais de nação, espaço, território, região presentes nos aportes teóricos de C. Furtado e que é um campo interpretativo de suma importância nas abordagens de análise da ciência geográfica.

Analisamos o período dado por C. Furtado como de construção do Estado nacional a partir dos anos 30, do século passado; apontamos o arrefecimento do Estado nacional, nos governos militares e o seu desmanche nos governos neoliberais da década de 90.

A partir destas constatações históricas observamos a necessidade intrínseca de retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e o fortalecimento do Estado nacional como mecanismo de solidificação das estruturas da economia e da sociedade frente ao descontrole do capital.

A direção é no sentido de mantermos a perspectiva de C. Furtado, de constituirmos uma **Nação** mais solidária em termos dos entes federativos e, sua inserção soberana na esfera internacional, ter uma ação com certo grau de protagonismo e soberania, no contato com outras nações-Estados.

Palavras-chaves: Celso Furtado, Estado Nacional, Território, Nação, Industrialização, Desenvolvimento e Políticas Econômicas.

ABSTRACT

This study examines, interprets and discusses the analysis of the economist Celso Furtado on the procedure for the construction of the Brazilian national state since the industrialization process of the 30s, from a perspective of developing an economic system and national centers of decision that goes along with the industrialization. We consider that the construction of the national state, central idea of the work to be pursued, culminating with the approaches of geographical categorial - nation, space, territory, and region - in theoretical contributions of C. Furtado and is a field of great importance in interpretive approaches to analysis of geographical science.

I reviewed the period given by C. Furtado as the construction of the national state from the 30s of last century, indicated the cooling of the nation-state, governments in the military and its dismantling of neoliberal governments in the 90s.

Based on these findings historical look at the intrinsic need of resumption of economic development and strengthening of the Brazilian national state as a mechanism of solidification of the structures of the economy and society uncontrolled front of the capital.

Based on these findings historical look at the intrinsic need of resumption of economic development federal entities, and their integration into sovereign in the international sphere action with a certain degree of ownership and sovereignty, in contact with other nations-states.

Key words: Celso Furtado, National State, Territory, Nation, Industrialization, Development and Economic Policy.

RÉSUMÉ

Cette étude examine, interprète et traite de l'analyse de l'économiste Celso Furtado sur la procédure pour la construction de l'Etat national brésilien depuis de processus d'industrialization des 30, dans une perspective de développement d'un système économique national centers et de la décision qui va est mise en place avec le industrialization. Nous considérons que la construction de l'État national, idée centrale du travail à poursuivre, culminant avec les approches géographiques catégorique de la nation, de l'espace, du territoire, une région en contributions théoriques de C. Furtado et est un domaine de grande importance dans l'interprétation des approches à l'analyse de la science géographique.

Lors de l'examen de la période donnée par C. Furtado que la construction de l'État national des années 30 du siècle dernier, a indiqué le refroidissement de l'État-nation gouvernements dans l'armée et le démantèlement de ses gouvernements néo-libérale dans les années 90.

Sur la base de ces conclusions historiques regarder le besoin intrinsèque de la reprise du développement économique et le renforcement de l'État national brésilien comme un mécanisme de solidification des structures de l'économie et la société incontrôlé devant de la capitale.

La direction est de maintenir la perspective de C. Furtado, de la formation d'une nation plus unie en termes d'entités fédérales, et de leur intégration dans souveraine dans la sphère internationale d'action avec un certain degré d'appropriation et de la souveraineté, em contact avec d'autres États-nations.

Mots clés: Celso Furtado, l'État national, territoire, nation, industrielle, le développement et la politique économique.

SUMÁRIO

	Pág.
I - INTRODUÇÃO.....	1
I-I – CELSO FURTADO: uma mente voltada para a ação prática do conhecimento..	2
I-II – A virtualidade do pensamento de Celso Furtado e as possibilidades de transformação socioespaciais.....	9
II – A PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO ESTADO NACIONAL.....	27
II-I – Bases econômicas do desenvolvimento econômico brasileiro e relação entre a produção cafeeira e a gênese da industrialização	28
II-II – A visão de Celso Furtado sobre o processo de industrialização: uma virada na história econômica brasileira	36
II-III – A importância do desenvolvimento técnico para a dinâmica econômica segundo Celso Furtado	43
II-IV – A interpretação furtadiana das desigualdades socioespaciais e as contradições do desenvolvimento brasileiro nos anos 50 e 60.....	48

II-V - Em busca de soluções para as desigualdades socioespaciais e aspectos da atuação de Celso Furtado na implementação de reformas estruturais 55

III – O GOLPE DE 64 E O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO NACIONAL PELAS LENTES DE CELSO FURTADO..... 65

III-I – A ruptura autoritária na vida política brasileira e o desencanto furtadiano 66

III-II – A desconstrução nacional sob o domínio militar: a ênfase de Celso Furtado à negatividade do autoritarismo 73

III-III – II Plano Nacional de Desenvolvimento: estratégia do regime militar para o enfrentamento das desigualdades regionais, sob o olhar crítico Celso de Furtado . 91

IV – A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO E O CENÁRIO DOS ANOS 80: A DÉCADA PERDIDA INTERPRETADA PELA ÓTICA DE CELSO FURTADO... 107

IV-I – A crise do Estado brasileiro na década de 80 e o crescimento da dependência externa. Advertências de Celso Furtado..... 108

IV-II – O aprofundamento das desigualdades socioterritoriais e a sinalização de futuros impasses 119

V – ESFACELAMENTO DO ESTADO NACIONAL E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: AS ÚLTIMAS ANÁLISES INTERPRETATIVAS DE CELSO FURTADO FACE AOS DESCAMINHOS DO BRASIL.....	131
V-I – Globalização, Políticas neoliberais e a intensa desconstrução do Estado nacional	132
V-II – Governos neoliberais do Brasil na década de 90 e a terapia de choque modernizante.....	145
V-III – Governos neoliberais e estratégias de inserção internacional brasileira...	173
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
VII – NOTAS BIBLIOGRÁFICAS	225

ÍNDICES

QUADROS

I – Brasil – distribuição de renda – 1960.....	p. 80
II – Brasil – distribuição de renda – 1970.....	p. 81

TABELAS

I – Brasil - distribuição espacial da indústria de transformação – segundo regiões e estados selecionados – 1970/95	p. 96
II – Brasil – taxas médias de crescimento real do PIB – 1949/94 – estados selecionados e regiões (em % a.a)	p. 125

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIS – Banco para Compensações Internacionais

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CMN – Conselho Monetário Nacional

CODENO - Conselho de Desenvolvimento do Nordeste

DASP - Departamento de Administração do Serviço Público

DEM – Democratas

ESG - Escola Superior de Guerra

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FSE – Fundo Social de Emergência

FMI – Fundo Monetário Internacional

FGV-RJ – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Estrangeiro Direto

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

ISEB-RJ - Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Rio de Janeiro

NATO – Organização do Tratado Atlântico Norte – (OTAN)

ONU - Organização das Nações Unidas

PPA – Plano Plurianual

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PCI – Política de Competitividade Industrial

PFL – Partido da Frente Liberal

PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior

I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL - Superintendência para o Desenvolvimento do Sul

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UNICAMP-SP - Universidade Estadual de Campinas – São Paulo

UNB-DF - Universidade de Brasília – Distrito Federal

UFRS-RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul

UFPB-PB - Universidade Federal da Paraíba - Paraíba

UFRJ-RJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo – São Paulo

I – INTRODUÇÃO

I-I – CELSO FURTADO: uma mente voltada para a ação prática do conhecimento

Celso Furtado, um dos mais profícuos intelectuais brasileiros, viveu intensamente o Brasil dos anos 50 em diante, do século passado. Nasceu nas entranhas do nordeste brasileiro, mais precisamente em Pombal, na Paraíba, em 1920 e veio a falecer no Rio de Janeiro em 2004.

O trabalho intelectual de Celso Furtado é bastante vasto – livros, ensaios, entrevistas e muitas teses acadêmicas sobre esse grande intérprete da economia e da sociedade brasileira e latino-americana. Além disso, um dos intelectuais brasileiros mais traduzidos em várias línguas no mundo.

Como grande intelectual, sua obra pode ser dividida em partes, assim como se faz com os grandes pensadores como foi o caso de K. Marx. Carlos Lessa (p. 11-14) ao fazer a “Apresentação” do trabalho de Carlos Mallorquin nos indica isso muito apropriadamente, com as seguintes palavras, “(...) A chave para interpretar a obra de juventude de Furtado é pensar a industrialização voltada para dentro da economia como modo de superação do atraso. A obra da maturidade é entender como a periferia do mundo não foi capaz de reproduzir os padrões de vida social, política e cultural do centro” (LESSA, p. 12 In: MALLORQUIN, 2005).

A formação acadêmica de Celso Furtado é no campo do Direito, concluído na Faculdade Nacional de Direito - RJ (1940-44). Em 1943 é admitido por concurso público para o Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp) - Niterói/RJ. Aí começa a interessar-se por Administração escrevendo artigos sobre a matéria para a Revista do DASP.

Em 1945, serve à Força Expedicionária Brasileira (Feb), na Itália, o que resultou no seu primeiro livro de memórias - “De Nápoles a Paris - Contos da vida expedicionária”, um

de uma série de mais de 30 livros no todo. Trata-se de suas impressões feitas como oficial de campo na Toscana (Itália) sobre a II Guerra e o papel do Brasil na mesma. Em 1946-48 estabeleceu-se em Paris, realizando seu doutoramento na Universidade de Paris - Sorbonne.

Em 1948 conclui a tese de doutoramento cujo título é "*L'économie Coloniale Brésilienne*". Essa tese foi lançada no Brasil em livro com o seguinte título – "Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. Elementos de História Econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais". São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001.

Em 1949, depois de uma breve estadia no Brasil de volta ao serviço no Dasp, além de outras atividades, segue para a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) – organismo da Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Santiago (Chile). Aí surge uma das maiores e profícuas reflexões sobre as economias latino-americanas, em parceria com Raúl Prebisch, entre outros, a partir do ano de 1950.

As teorizações, que veio a constituir o pensamento cepalino, embasadas no chamado método histórico-estrutural, resultaram num novo campo de conhecimento que irá transformar a práxis política dos países latino-americanos daí por diante. Nesse novo campo destaca-se o desenvolvimento econômico sob o prisma do intercâmbio desigual entre os países, o subdesenvolvimento fruto da produção histórica do capitalismo, o processo de industrialização como mecanismo de superação do atraso, sistemas econômicos cênicos e periféricos no que diz respeito ao avanço da técnica, o papel da programação e do planejamento estatal; são os mais profundos e centrais debates que viriam a marcar as décadas seguintes em todos os países latino-americanos e o mundo subdesenvolvido, inclusive na África e Ásia.

Dessas formulações, sem exaltação lingüística por si, e porquanto menos ainda, longe de um ufanismo chauvinista, tornara marcante o pensamento econômico na

periferia do sistema mundial, como aborda F. de Oliveira acerca da importância dessa matriz de pensamento teórica:

... a teorização sobre o subdesenvolvimento tornou-se, durante cerca de trinta anos, hegemônica no sentido de ter produzido uma interpretação eficaz, moldando as políticas, o comportamento dos atores, chegando até a área cultural, na busca das formas específicas de uma produção que colocasse em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo. A força semântica do conceito tornou-se formidável: os últimos anos da história brasileira e latino-americana foram gastos, pelas ditaduras militares e pelos organismos internacionais, na tentativa de destruí-lo. Hoje, as mesmas instituições e a mídia em geral referem-se a países e mercados 'emergentes' (OLIVEIRA, 2003, p.111; Grifos nossos).

Em 1953, tem um papel destacado no Grupo Misto – equipe de técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e técnicos da Cepal - na elaboração de um Programa de Estudo para o Desenvolvimento para o Brasil e estudos especiais para o México e Venezuela. O relatório final do Grupo Misto BNDE-Cepal de 1955 é a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1957/58 está em Cambridge, na Inglaterra, realizando estudos de pós-graduação e em 1959 lança a sua obra clássica “Formação Econômica do Brasil”, conjunto de reflexões sobre a economia brasileira. Antes deste livro já tinha lançado em 1956 “Uma economia dependente”. Outro trabalho de Celso Furtado, fruto de uma série de conferências no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb-RJ), em 1957, resulta em livro no ano seguinte com o seguinte título - “Perspectivas da economia brasileira”.

Em 1958, assume uma diretoria do BNDE e no mesmo ano o presidente Juscelino Kubitschek o nomeia interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujos resultados dos estudos dão origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) através do estudo específico sobre a questão do Nordeste brasileiro denominado “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste” que, por conseguinte, resultou e deu origem no ano de 1959 na criação da Superintendência

de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1960, Celso Furtado foi nomeado seu primeiro superintendente, cargo que ocupou até 1964.

Em 1962 é nomeado pelo governo do presidente João Goulart, ministro do Planejamento. Elabora o Plano Trienal (1963-65), tentativa de debelar a inflação e manter a democracia viva. No Plano há que se destacar a influência do trabalho elaborado por Furtado em conjunto com a Cepal, no que tange a programação da planificação econômica; assim sendo, é dito que o Plano Trienal é visto:

... como um esforço de coordenação, com vistas a fins pré-estabelecidos, das principais decisões que estão sendo permanentemente tomadas em um sistema econômico. As decisões mais importantes, do ponto de vista do desenvolvimento, dizem respeito ao processo de formação de capital, que tem na poupança e no investimento o seu verso e reverso. Do ponto de vista do bem-estar-social são igualmente importantes às decisões que condicionam a distribuição da renda social (Plano Trienal, p. 18, apud WANDERLEY, 1972, p.123).

Apesar, de representar um macroplano para a economia, praticamente foi refutado *in totum*, pois as condições objetivas – políticas e sociais - não permitiram esse intento como nos diz F. Iglésias, visto que:

... A política pesava mais, as tensões do radicalismo impediam qualquer trabalho (...). O Plano não chegou a contar. Entre nós convoca-se o técnico, mas a administração não lhe dá recursos ou apoio; é mais agente para consulta que para decisão ou prática, que esta depende da conveniência do detentor do poder. Não se atribua ao técnico, portanto, a responsabilidade pelo malogro (IGLÉSIAS, 1981, p. 231).

Em 1963, Celso Furtado está de volta à Sudene e elabora a política de incentivos (fiscais e creditícios), direcionada aos investimentos para a região Nordeste. Em 1964, são cassados seus direitos civis e políticos e começa um longo exílio após o golpe militar de 1964. Em 1965, assume a cátedra da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, onde tornou-se importante professor da cadeira de economia e

desenvolvimento entre 1965-1985. Tornou-se o primeiro estrangeiro nomeado numa universidade francesa por decreto presidencial do general De Gaulle.

Em 1968, a convite da Câmara dos Deputados, em Brasília, faz uma série de palestras sobre economia brasileira em que resultou no livro “Um projeto para o Brasil” (1968). Durante a década de 70, já fora do Brasil, Celso Furtado viaja a trabalho para vários países da África, Ásia e América Latina envolvido com trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1979, com a anistia política, retorna várias vezes ao Brasil.

Em 1985, já no Brasil em definitivo, é convidado por Tancredo Neves, presidente eleito, a fazer parte da Comissão do Plano de Ação do governo e nesse mesmo ano é nomeado embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, (Bélgica). Em 1986, é nomeado ministro da Cultura do governo Sarney saindo em 1988 para retornar as atividades acadêmicas no Brasil e no exterior.

Entre 1993 e 1995 integra a Comissão Mundial para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1997, a *Maison des Sciences de l’Homme* e a Unesco, organizam em Paris o congresso internacional “A contribuição de Celso Furtado para os estudos do desenvolvimento”. No mesmo ano a Academia de Ciências do Terceiro Mundo, em Trieste (Itália), cria o prêmio Celso Furtado ao melhor trabalho produzido no Terceiro Mundo de um cientista sobre economia política. Ainda, em 1997, é eleito para a Academia Brasileira de Letras.

Em 2000, vários eventos ocorrem no Brasil em homenagem a Celso Furtado; em Recife (PE), o Seminário Internacional “Celso Furtado, a Sudene e o futuro do Nordeste”. A Universidade de São Paulo (USP/SP) organiza o Seminário “novos paradigmas do desenvolvimento”. No mesmo ano é agraciado com o título de Doutor Honoris Causa em várias universidades do Brasil e do mundo - Universidade Técnica de Lisboa,

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Université Pierre Mendès-France (Grenoble/França) entre outras. No segundo semestre de 2005, o Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), realizou o Seminário Internacional “Celso Furtado e o Século XXI”, o resultado desse conjunto de trabalho desembocou no livro organizado por João Sabóia e Fernando Cardim de Carvalho agraciado com o mesmo título do Seminário, no ano de 2007.

Foi, sem dúvida alguma, um dos mais fecundos pensamentos críticos contrapondo a opção política e econômica brasileira que se tornou hegemônica nos anos 80/90. Seu instrumental teórico balizado no método histórico-estrutural é uma poderosa ferramenta de investigação e compreensão da dialética desenvolvimento/subdesenvolvimento.

Celso Furtado, esse “republicano exemplar”, atribuição dada por Francisco Oliveira, completa sua definição sobre esse eminente pensador heterodoxo mais influente no país no último meio século afirmando que:

... Ninguém nunca viu oferecendo seu conhecimento das entranhas do Estado brasileiro ao setor privado, tendo sido ministro de Estado por duas vezes, diretor do BNDE e superintendente da Sudene. Que diferença com a promiscuidade de hoje, a venda de informações, o mapa da mina das privatizações, a formação de fortunas repentinas, a geração de novos banqueiros ex-funcionários! (OLIVEIRA, 2003, p. 127).

É com esse breve histórico apresentado, que ora fizemos, e é dessa inestimável perda de um espírito verdadeiramente estóico¹, e por que não, uma figura fáustica (BERMAN, 1994, p. 37-71), que o Brasil deixou de ouvir, em função de sua morte, no Rio de Janeiro, ocorrida em 2004. Celso Furtado, infelizmente, morreu no momento errado,

¹ O estoicismo, na filosofia é a “designação comum às doutrinas dos filósofos gregos Zenão de Cício (340-264) e seus seguidores Cleanto (séc. III a. C.), Crisipo (280-208) e os romanos Epicteto (?-125) e Marco Aurélio (121-180), caracterizados, sobretudo, pela consideração do problema moral, constituindo a ataraxia [tranqüilidade, serenidade] da moral do sábio. Austeridade de caráter; rigidez moral”. O indivíduo estóico é, por conseguinte, “austero, rígido” (cf. FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1994-95, p. 277).

“quando mais o Brasil precisava” de sua “contribuição” (GALVAN, 2008, p. 218).
Recorremos às palavras *post mortem* sobre o mesmo feita por Theotônio dos Santos, em que afirma: “Enquanto os responsáveis pela atual catástrofe econômica e social afirmam que só existe uma *única possível* política econômica, a obra de Celso Furtado será uma arma importante exatamente contra esse mito” (SANTOS Th., 2005, p. 13 apud GALVAN, 2008, p. 218).

I-II – A virtualidade do pensamento de Celso Furtado e as possibilidades de transformação socioespaciais

O trabalho, ora proposto, justifica-se por muitas razões. Trata-se de fazer um ordenamento do pensamento teórico de C. Furtado buscando apreender algumas categorias socioespaciais: Estado-nacional, espaço nacional, nação, território e região e todos os seus desdobramentos propugnados pelo autor.

Estas mesmas categorias são ferramentas importantes na análise geográfica do espaço. Entendendo-o como um “verdadeiro campo de forças” (SANTOS, 1978, p. 122) num movimento dialético, se se considera o “espaço com uma instância da sociedade (...)” ou mesmo considerado como “... uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...)” (SANTOS, 1992, p. 1 e 5), por conseguinte, uma realidade² socialmente construída. E o território, admitindo que essa categoria analítica nada mais seja do que um dado o qual “constitui uma realidade objetiva” (SANTOS, 1992, p. 49), que ao ser confirmado, efetivado e legitimado pela ação humana, se dá no instante em que “(...) A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são regulados pela função soberana [do Estado-nação]” (SANTOS, 1978, p. 189). Ou como diz apropriadamente C. Raffestin (1993) que:

[o] território, (...) é um espaço onde se projetou um trabalho (...) e que por conseqüência revela relações marcadas pelo poder. (...), O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

² Na nota de rodapé de número 32 (p. 94) foi feita as devidas considerações a respeito da palavra REALIDADE em ciências humanas. Por conseguinte, o REAL também deve ser observado com o seguinte propósito, pois muitas vezes se usa a expressão mundo real. Diz DUARTE JÚNIOR (1985) a respeito da palavra (vocábulo) o seguinte: “(...) o real será sempre o produto da dialética, do jogo existente entre a materialidade do mundo e o sistema de significação utilizado para organizá-lo” (DUARTE JÚNIOR, J. F. O que é realidade, 2ª. ed. 1985, p. 27).

Dito isto, e tendo em conta que a visão espacial dos fatos econômicos são instrumentos fundamentais no próprio entendimento e compreensão da (re) produção da riqueza das nações - o que nos remete diretamente aos problemas e as questões do desenvolvimento regional, as relações país-país no contexto da divisão internacional do trabalho e do processo da acumulação da riqueza - pois em resumo são fatos da espacialidade dos fenômenos no território.

Certamente, o sistema de reprodução social e metabólico do capital produz diferenças no contexto das nações e das regiões de uma dada formação social específica, por isso é muito pertinente retomar esse debate lançado por C. Furtado o qual passou a ser visto como fora de moda pelos acadêmicos, mídia e formadores de opinião nacional formados no *mainstream* liberal-conservador das escolas americanas.

Em resumo, trata-se de opor a certa visão liberal muito difundida nos anos 90 e aceita passivamente pelos dirigentes nacionais de que o Estado nacional, promotor do desenvolvimento nacional, das políticas de integração nacional, não tem fundamento frente às forças objetivas do capital transnacional das grandes empresas e do mercado como agente protagonizador, por excelência, das ações alocativas no/dentro do território.

Ao afirmar esse raciocínio, o território nada mais é que mera plataforma exportadora e de inserção subordinada na ordem internacional vigente. C. Furtado insurge contra esses dogmatismos apresentando uma outra visão que a escala do nacional deve prevalecer sobre critérios da escala internacional, pelo menos em países com recursos de poder (riquezas presentes no território), observando as dimensões territoriais e populacionais existentes como é o caso do Brasil.

Portanto, o foco central necessariamente é o mercado interno e a melhoria das condições sociais e de renda da população. Num trabalho mais recente intitulado "O capitalismo global" (2001a), C. Furtado diz:

Os sistemas econômicos de grandes dimensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais (...) dificilmente sobreviverão se perdem a força coesiva gerada pela expansão do mercado interno. Nesses casos, por importante que seja a inserção internacional, esta não é suficiente para dinamizar o sistema econômico. Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos somente sobrevivem e crescem por uma vontade política apoiada em um projeto de raízes históricas (FURTADO, 2001a, p. 44).

Uma segunda justificativa, mas que é complementar à primeira para execução do trabalho, e contra-arrestando a tudo isso, que tramitou no âmbito da interpretação dada por acadêmicos, camadas dirigentes do país, quanto às idéias levantadas por C. Furtado, como a importância de constituição de um projeto nacional de desenvolvimento que, para os liberais está morto, ou melhor, não é mais pertinente, dado o avanço do mercado global e do processo de globalização dos anos 90.

Nesse sentido, os liberais chegam a proclamar o fim do Estado nacional, um mundo sem fronteiras, a velha cartografia existente não tem razão de ser, tudo se resume ao apogeu do livre mercado e da economia global. Um dos apóstolos desse mantra liberal chamado K. Ohmae, consultor de negócios e acadêmico nipo-americano, após uma série de profecias do gênero afirma que "... em termos de economia global, os Estados-nações tornaram-se pouco mais que atores coadjuvantes" e em outra passagem "... O Estado-nação tem se tornado uma unidade organizacional antinatural - até mesmo disfuncional - para se pensar sobre a atividade econômica" (OHMAE, 1996, p. 6 e 10).

Em função das crises de paradigmas ocorridos no final dos anos 80 e início dos anos 90 (fim da Guerra Fria, rupturas no mundo socialista, avanço das ideologias (neo) liberais), observamos que as economias nacionais e o próprio Estado-nacional se fortaleceram, em especial, nos países cêntricos. Mais ainda, a vitória do capitalismo puro se deveu, se é que ocorrera graças à junção de forças da economia keynesiana (governos e empresas), o que para alguns se trata de um keynesianismo de Estado.

Se considerarmos a primeira metade da década de 90, período de apogeu das ideologias neoliberais, os gastos governamentais para todos os países desenvolvidos sofreram aumentos significativos (BATISTA Jr., 1998a, p. 159-60). Nas suas reflexões, C. Furtado, em seu livro – “Brasil, a construção interrompida” (1992a) -, deixa bem claro seu posicionamento frente ao processo da globalização e das políticas neoliberais. Chamamos atenção com relação antinomia entre a lógica das grandes empresas e a lógica da sociedade nacional afirmando que:

... Em um país ainda em formação, como é o caso do Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992a, p. 35 e 2000a, p.12; Grifos nossos).

Ao tratar da especificidade do Estado nacional e dos sistemas econômicos nacionais, C. Furtado opõe claramente as vertentes mais extremadas no que se refere às ideologias políticas da globalização e do liberalismo de livre mercado, uma vez que sequer, de fato existe esse mercado livre e global, visão dogmática de que a economia é uma técnica e não uma política. O que existe são economias nacionais que têm relevância no comércio internacional em termos de projeção internacional da produção (mercadorias, bens e serviços) – (HIRST, P.; THOMPSON, G., 1998).

Nesse aspecto, as dimensões do Estado nacional são muito maiores e mais relevantes que o simples cálculo econômico e a lucratividade almejada pelas empresas. C. Furtado aborda essas questões da seguinte forma, “A existência de um Estado nacional introduz uma dimensão política nos cálculos econômicos, tornando-os mais elusivos e complexos”, mais ainda e não menos importante é que “(...) Um sistema

econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos sobre a lógica dos mercados na busca do bem-estar coletivo”.³

Reforçando e tonificando o pensamento furtadiano acima, cito uma defesa bastante percuciente do Estado e espaço nacionais feita por F. de Oliveira (2001a), inclusive corroborando as teses de C. Furtado, ao afirmar que:

Valorizar o nacional não é nem populismo, nem xenofobismo. Pois o espaço nacional é ainda a forma onde se pode construir um processo democrático, colocando a possibilidade concreta de intervenção do povo e das classes sociais dominadas ao alcance de suas possibilidades civis e políticas. Pensar num espaço internacional ou globalizado como virtualidade democrática seria delírio se não fosse escárnio. Portanto, quando se postula a questão do Estado nacional, o que está em jogo é a soberania do povo (...)⁴; (Grifos nossos).

Não podemos esquecer e estarmos sempre a lembrar de coisas simples e elementares concernentes ao Estado; que o Estado nacional é uma construção sociopolítica, costurada nas entranhas das lutas de classes e sociais, em que o papel de dominação burguesa tenha sido efetivado, não obstante, nada está assegurado de que ele não será modificado. O Estado, portanto,

... é uma organização política, uma categoria política. Isso é importante, pois a política é, essencialmente, uma coisa pública, (...). ... O Estado é uma categoria histórica, isto é, ele muda de conteúdo ao longo do tempo e é subordinado à correlação de forças na sociedade. O Estado não existiu sempre, ele surgiu com a sociedade de classes (...) (SODRE, 1999, p. 70; Grifo nosso).

Para completar esse raciocínio que fizemos anteriormente lembremos disso também, simples e direto:

³ FURTADO, C. O fator político na formação nacional. *Instituto de Estudos Avançados*, IEA/USP, São Paulo, 14(40), p. 7-12, 2000a. A citação encontra-se às páginas 7-8.

⁴ OLIVEIRA, F. Um republicano exemplar. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Edusp/Ed. da Unesp, 2001a, p. 36-37.

O Estado é ator que no plano nacional cria, implementa e sanciona as regras que organizam a atividade humana em todos os setores. Em processos de cooperação, imposição ou conflito, os Estados criam, implementam e sancionam as regras para as atividades humanas na esfera internacional em que estão envolvidos os Estados, os indivíduos e as empresas de diferentes nacionalidades (GUIMARÃES, S. P., 2001, p. 47; Grifos nossos).

Um outro campo de importância, que justifica esse trabalho, está na especificidade da teoria do desenvolvimento, no domínio da técnica e do surgimento do subdesenvolvimento e que tem C. Furtado como grande expoente de uma matriz teórica relevante para a compreensão e análise do capitalismo brasileiro.

A discussão do desenvolvimento econômico das nações permaneceu em voga durante o período pós-Segunda Guerra em todos os países centrais. A Europa, por ser a região geográfica mais arrasada pela guerra, as preocupações quanto a sua recuperação passaram a ser intensas. Pode-se dizer que este pensamento, no que concerne ao desenvolvimento, teve a Europa como centro dessas idéias.

As brechas deixadas pelas crises de hegemonia e competição interimperialistas (1914-50), conduzirão os países da periferia do sistema a um ciclo de crescimento e avanço de uma perspectiva de desenvolvimentismo impulsionado pela industrialização como caminho possível e único para saírem do atoleiro do subdesenvolvimento, dada às condições e conjunturas adversas do centro do sistema (crise de 1929, retração econômica e guerras -1914/39), (FIORI, 2003, p. 113).

O papel da Cepal, para a América Latina, nesse sentido, foi fundamental. O que se chama de problemática da economia política da Cepal é justamente a questão relacionada ao processo da industrialização periférica em que os centros de decisão pudessem ser comandados dentro dos espaços econômicos nacionais e não somente apêndices das decisões provenientes dos centros dinâmicos do capitalismo (MELLO, 1984, p. 20-21).

C. Furtado, como funcionário desse organismo, teve papel central na divulgação dessas idéias, juntamente com Raúl Prebisch. Se o capitalismo é essencialmente um processo de incorporação, inovação e difusão do progresso técnico, isso se dá de forma diferenciada e irregular entre os centros dinâmicos, criadores dessas técnicas, e as áreas geográficas periféricas.

Portanto, o caminho da industrialização e a incorporação de novas técnicas, diz respeito ao aumento de produtividade, mas esse padrão permitiu a viabilidade de fuga para frente levando consigo o subdesenvolvimento – é o que aconteceu na América Latina, pois “... resolver o problema do atraso industrial num ‘capitalismo tardio’ não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza” (TAVARES, 1978, p. 83).

C. Furtado, em “Dialética do desenvolvimento” (1964), preocupado com o desenvolvimento econômico do Brasil, define-o como um movimento que, sendo:

... fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, implica modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição. A forma como se efetivam essas modificações depende, em boa medida, do grau de flexibilidade do marco institucional dentro do qual opera a economia (FURTADO, 1964, p. 61).

Constata-se, na verdade, que havia em C. Furtado uma preocupação central no que diz respeito à questão nacional carregando, embutida a ela, a conceituação do subdesenvolvimento e os mecanismos de sua superação dentro da lógica própria da divisão internacional do trabalho; para tanto, era necessário e precisava questioná-la – sem questionar e apontar uma razão plausível, o *status quo*, por si, não muda por inércia.

Por isso, as relações centro-periferia demandaram um esforço teórico não só de C. Furtado, mas também da Cepal no sentido de que era preciso enfrentar o problema e o papel do Estado nacional era essencial.

Assim, o percurso da internalização dos centros de decisão era um mecanismo fundamental da soberania estatal-territorial e o processo para dentro do espaço nacional com a industrialização - (*'hacia para dentro'*, conforme agenda da Cepal) - era o escopo essencial para essa determinação.

Para nos determos com mais percuciência e seguir a sinfonia da clave furtadiana, nos parece essencial distinguir dois processos que na sua visão são distintos: o crescimento e o desenvolvimento econômico nacional. O primeiro, restringe-se ao crescimento econômico pelo esforço dos agentes envolvidos no aumento das taxas de crescimento, sem necessariamente produzir mudanças substanciais sob o aspecto da distribuição da renda e da melhoria das condições materiais da população mais pobre. O segundo, precisa ser visto, nos modelos furtadianos, como um "... processo de mudança social pelo qual o número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas" (FURTADO, 1964, p. 27).

A abrangência do segundo é alargado, inclusive, para o campo da cultura e outras dimensões do humano, enquanto seres capazes de projetar seu presente em termos de futuro individual e coletivo.

Mais do que nunca há uma necessidade de aprofundar e conhecer os trabalhos de C. Furtado sobre o tema – desenvolvimento, subdesenvolvimento, o domínio da técnica internalizada no país – inclusive para entendermos o movimento da (re) organização e o (re) ordenamento ocorrido no Brasil com base na lógica neoliberal de desregulamentação econômica, privatização, desindustrialização e a perpetuação do subdesenvolvimento que grassou por aqui na década de 90 de forma significativa. Isso demanda estudar a lógica interna constituída nesse espaço nacional, o papel de suas elites, mas também o movimento geral das relações econômicas do próprio capitalismo transnacionalizado.

Em resumo, o papel específico do trabalho no campo da geografia é analisar essas relações num movimento dialético constituído do todo e das partes as quais interagem nessa engrenagem do sistema econômico mundial em que estamos inseridos como sociedade capitalista onde ocupamos uma posição periférica.

Com relação aos objetivos trata-se de examinar como C. Furtado analisa o desenvolvimento econômico brasileiro. As premissas elaboradas por ele para superar o atraso econômico e social brasileiro são instrumentos balizadores desse exame: o fortalecimento do mercado nacional e sua integração nacional, a diminuição da dependência externa, o fortalecimento dos centros de decisão internos (estatais e privados) e a mudança político-ideológica das classes dirigentes no sentido de perseguir um projeto de desenvolvimento nacional.

A análise proposta nos moldes furtadianos, isto é, a proposição dada por ele, para superação do subdesenvolvimento, tem como matriz inicial a identificação das estruturas arcaicas herdadas da história econômica colonial, o atraso econômico frente ao capitalismo industrial no centro do sistema e a perpetuação do subdesenvolvimento.

Com esse diagnóstico feito, C. Furtado elabora do ponto de vista teórico-metodológico uma teorização marcadamente histórico-estruturalista⁵ capaz de concretizar

⁵ Em C. Furtado, o desenvolvimento econômico e o método histórico são questões inseparáveis, conforme L. C. Bresser-Pereira (2001). Ele aponta que "(...) método histórico, para Furtado, é central para a sua análise do desenvolvimento, na medida em que lhe permite combinar a grande visão do processo histórico com as especificidades de cada momento e de cada país. (...) O desenvolvimento não é apenas acumulação de capital, mas também incorporação de progresso técnico, que depende da estrutura de classes, da organização política, e do sistema institucional. Portanto, não existe desenvolvimento fora da histórica, não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento político e social" (BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. BRESSER-PEREIRA, L. C; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 19-43). A citação encontra-se à p. 35. R. Bielschowsky (2001) aponta que o estruturalismo cepalino-furtadiano tem as seguintes características. "O estruturalismo é um sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas por contraste às economias centrais: baixa diversidade produtiva (reduzida integração vertical e horizontal, insuficiência de infra-estrutura etc) e especialização em bens primários; forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão-de-obra com renda próxima à subsistência; e, por último, mas não menos importante, estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e à acumulação de capital. A partir desse contraste, o estruturalismo inclui a análise das relações "centro-periferia", isto é, a análise da forma específica de inserção internacional das economias da América Latina" (BIELSCHOWSKY, R. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: BRESSER-

a apreensão do real no campo teórico. Parece, e é certo que, C. Furtado, em função das influências de Marx sabiamente tem em conta a seguinte assertiva – “erigimos nossa estrutura da imaginação antes de a erigirmos na realidade” (MARX apud HARVEY, 1993, p. 309).

Ocorre em C. Furtado uma profunda sistematização do pensamento associada à produção do conhecimento para a ação. O difícil e espinhoso caminho para o rompimento das contradições inerentes da economia nacional e os mecanismos possíveis para alçar uma posição em que a dinâmica do processo de desenvolvimento supere a dicotomia atraso/moderno, subdesenvolvimento/desenvolvimento, centro/periferia, dependência/autonomia; esse foi eixo axial e a tônica dada pela clave furtadiana ao longo de seus trabalhos.

Nunca é demais salientar, que a problemática do subdesenvolvimento, nos anos 60/70 do século 20, tiveram muitos intérpretes. Y. Lacoste, em “Geografia do Subdesenvolvimento” (1975, p. 159-226), elenca várias definições de subdesenvolvimento mostrando que há múltiplas formas de entender o subdesenvolvimento, tanto por causas internas como externas aos países.

PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado...*, op. cit., 2001, p. 109-125. A citação encontra-se à p. 111. A. Pellegrino (2005) chama-nos atenção sobre o estruturalismo de Furtado ao afirmar que a abordagem e o instrumental metodológico tem “(...) *A finalidade última da abordagem estruturalista é a de, por um lado, realizar uma contraposição às doutrinas econômicas liberais e generalizantes sustentadas pelas teorias originadas nos grandes centros e, por outro, propor políticas econômicas de feição desenvolvimentista para a superação das heterogeneidades estruturais (sociais, produtivas, regionais) e a solidificação do mercado interno em nações periféricas*” (PELLEGRINO, A. C. G. T. *Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005, p. 138). C. Furtado (1989, p. 10-11), por sua vez, faz uma distinção interessante entre os estruturalistas franceses e os latino-americanos, em termos de escola, diz ele: “... *a escola estruturalista francesa, cuja orientação básica consistiu em privilegiar o eixo das sincronias na análise social o que levou a construir uma sintaxe das disparidades nas organizações sociais. O nosso estruturalismo, surgido nos anos 50, empenhou-se em destacar a importância dos parâmetros não econômicos introduzidos nos modelos macroeconômicos. (...) os estruturalistas latino-americanos retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio de compreender o comportamento dos agentes econômicos*” (FURTADO, C. Entre inconformismo e reformismo. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, p. 6-28, out./dez. 1989a). Essa mesma discussão é retomada novamente em C. Furtado (2002a, p. 72) com as mesmas propriedades.

Uma das conceituações, entre tantas, que nos aproxima do campo da geografia é dada por D. K. Forbes, geógrafo australiano, que afirma "... o subdesenvolvimento, quando o analisamos na escala internacional, é um conceito geográfico. (...) implica uma diferenciação geográfica em termos de renda ou de qualquer outro critério de bem-estar que se julgue..." (FORBES, 1989, p. 162-163).

Pode, e é certo que, C. Furtado faça um recorte na interpretação do subdesenvolvimento considerando tão somente a especificidade da economia política, no entanto, esse recorte não nos autoriza a compreender que, por isso, seu pensamento é limitativo quanto essa questão.

Mais ainda, quando teoriza e define o desenvolvimento econômico e a análise da economia brasileira, nesse patamar é que precisamos encarar as formulações furtadianas. Com isso, observa-se quanto há de abrangência nesse instrumental de análise feito por C. Furtado. Para ilustrarmos isso, que foi dito anteriormente, C. Furtado em "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento" (1961), trata essa questão do subdesenvolvimento da seguinte forma:

O subdesenvolvimento é (...) um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. (...) o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e de diferentes estádios (FURTADO, 1961, p. 180 e 191; Grifos nossos).

Vimos que, quando C. Furtado trata o subdesenvolvimento, ele tem em mente o desenvolvimento econômico como parâmetro comparativo de interpretação sempre cotejando a realidade da análise econômica aproximando do método histórico e apreendendo o movimento num todo dinâmico; as partes são elos importantes para

apreensão da totalidade que nada mais é que o sistema metabólico social do capital e as relações sistêmicas no todo, isto é, na escala do globo.

Nesse processo, para compreensão das situações do subdesenvolvimento, pois há vários, necessitou-se do enfoque estruturalista de compreensão dos problemas econômicos, inclusive o mesmo indica no trabalho citado acima (FURTADO, op. cit., p. 13).

Finalizando, o objetivo do trabalho é partir das observações analíticas de Furtado para compreender o desenvolvimento econômico nacional, ainda que perpetue seu subdesenvolvimento, um processo de co-habitação com o desenvolvimento. O que leva um país, apesar de todas as mudanças produzidas pela modernização, incorporação de técnicas modernas, ainda carregar ranços de atraso na esfera da sociedade e no conjunto do seu território.

Se tivermos corretos, de que à idéia de desenvolvimento em seus múltiplos matizes, é o oposto ao não pode e ao não deve ser mais uma política dos Estados nacionais, uma vez que se Mr. Keynes estiver certo e aceitando sua premissa de que “... a verdadeira política deve fazer parte de um projeto nacional”⁶, então o sonho da utopia mesclada na razão não esvaiu por completo, e não é o fim da história ...

Do ponto de vista do Objeto de análise, nada mais é que uma leitura da obra de Celso Furtado, em especial os livros de sua autoria, alguns trabalhos seriados (revistas, entrevistas) e também alguns trabalhos elaborados por outros autores sobre os ‘ensinamentos’ desse grande cientista social na sua vasta interpretação da economia, da sociedade e da política brasileira, cobrindo vários momentos da história brasileira, desde os anos 50. Além, de lançarmos mão de outros trabalhos que se fizeram necessários ao longo desse percurso.

⁶ FURTADO, C. O pensamento econômico latino-americano. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 41, p. 96-110, mar. 1995a. Entrevista concedida a Carlos Mallorquin. A citação encontra-se à p. 100.

Ao perseguir esse volume de trabalhos que foram produzidos, o alvo tem como resultado sempre buscar apreender algumas categorias de análise propugnadas por C. Furtado e que constituem objeto de intensa apreciação no/do discurso geográfico, tais como o conceito de Estado nacional, espaço nacional, nação, território e região e todos os seus desdobramentos. Partiremos dos seus trabalhos iniciais, dos anos 50 (“A economia brasileira ...”, 1954) em diante e alcançaremos seu último trabalho (“Em busca de um novo “modelo””, 2002; e também sua última entrevista a Revista Caros Amigos, 2003).

Visto que, como o pensamento de C. Furtado sofre alterações, fizemos uma periodicidade – antes do golpe de 64 (1950-64), depois do golpe (1964-85) e o período depois da abertura política (1985 em diante) – para logarmos êxito na investigação determinada pelos propósitos da tese.

Como perseguimos em C. Furtado a idéia de Estado Nacional, esses três momentos de conjuntura são importantes para elucidação e clareza do empreendimento, além de seus desdobramentos. O primeiro, é tido como sua consolidação, o segundo, o arrefecimento e o terceiro, o desmonte do Estado Nacional. Se não fizessemos isso perderíamos o essencial de sua obra que é justamente a evolução teórico-metodológica do autor.

Isso não quer dizer que C. Furtado abandona de forma pusilânime seus conceitos e mecanismos de análise por si; nada disso, inclusive o pensamento de C. Furtado é muito recorrente e sempre com mudanças no sentido da melhor linguagem, melhor interpretação e novas formatações na discussão teórica; sem contar a exuberância da linguagem, que só se vê em grandes escritores.

Não é, sem razão, que C. Furtado é um autor que é estudado por todos aqueles que debruçam sobre a questão da nação, da sociedade, do espaço e do poder, mais ainda na economia política com muito mais ênfase e, por fim, ainda que, no campo da

política C. Furtado deixasse algumas discussões sem, de fato, aprofundá-las, por exemplo, as classes sociais existentes e suas contradições em função de um projeto maior que chamamos de questão nacional perseguido desde o início da industrialização – anos 30 do século XX.

No que diz respeito ao(s) problema(s) na obra de C. Furtado trata-se de investigar quais alcances e os limites impostos à teorização analítica de Celso Furtado no sentido da superação do atraso social e econômico brasileiro? Em outras palavras, pode-se afirmar peremptoriamente que as considerações teóricas de C. Furtado não têm importância e relevância para um projeto nacional de desenvolvimento atual? São teses caducas (envelhecidas) no/pelo tempo histórico, ou há razão de tê-las como arcabouço teórico vivo na compreensão da dinâmica contemporânea no atual estágio do capitalismo brasileiro?

Com relação aos limites pode-se dizer, inicialmente, que uma das limitações dos trabalhos furtadianos é a crença de que o processo de industrialização possibilitaria levar o Brasil a superar seu atraso econômico e social; um outro é ter visto o crescimento econômico dos anos 60, pós-golpe militar, como um período de estagnação. A construção nacional interrompida poderia levar o país a um processo de “pastorização”, o que não se confirmara, tal qual, conforme sua formulação originária.

Do ponto de vista da teorização do desenvolvimento/subdesenvolvimento é fundamental para entendermos a trajetória de desenvolvimento econômico do Brasil, com todos os seus impasses. Para que fique bem entendido com relação às limitações do pensamento furtadiano, muitas teses defendidas pelo autor, num dado período, passou por um forte escrutínio de revisão do mesmo, como é o caso da industrialização (a propósito ver FURTADO, Análise do “modelo” brasileiro, 1972).

No campo das hipóteses percorreremos as principais premissas elaboradas por C. Furtado tais como fortalecimento do mercado interno, a integração econômica nacional, o

fortalecimento dos centros de decisão nacionais, o papel fundamental do Estado nacional como viabilizador da construção do desenvolvimento nacional, as mudanças que poderiam ser escudadas pelos dirigentes nacionais em valorizar os aspectos nacionais e encontrar um caminho de desenvolvimento menos excludente etc., são importantes ferramentas para análise do prolongamento do subdesenvolvimento nacional e sua complexa e difícil natureza de sua superação.

Mesmo, passando por um período de forte retração do papel do Estado na economia, graças ao poderoso viés político-ideológico das políticas neoliberais dos anos 90, consubstanciadas na apologia da globalização e do neoliberalismo, o papel do Estado (poder, espaço e território nacional), das questões que abatem sobremaneira o território e o seu (re) ordenamento, os desequilíbrios regionais (diferenças socioespaciais) que compunha esse mesmo território, o papel das políticas nacionais de Estado; tudo isso se faz necessário e é extremamente conseqüente na organização territorial dos Estados periféricos.

A nossa suposição está diretamente revitalizada nas formulações de C. Furtado de que às questões concernentes à busca do desenvolvimento nacional perpassa a superação do nosso atraso social, isto é, a remoção do subdesenvolvimento e o papel do Estado são essenciais nessa empreitada.

Não há caminhos possíveis para a determinação dos povos que não seja pela via do Estado, a não ser que caminhemos pelas revoluções e a derrocada dos alicerces institucionais construídos e/ou aprimorados pelas revoluções burguesas – Estado, Capital e Trabalho, pelo menos naquilo que conhecemos hoje como pilares de sustentação do sistema de metabolismo social do capital.

Com relação à tese perseguida, na obra desse grande cientista social, consideramos que as análises de C. Furtado são importantes e mesmo necessárias para

a compreensão e elucidação do desenvolvimento econômico brasileiro e uma matriz teórica explicativa e elucidativa para superação do atraso social e econômico brasileiro; inclusive uma poderosa chave basilar frente aos apologistas das ideologias neoliberais e do canto de sereia e da utopia da globalização, cuja propugnação é proveniente dos centros do sistema mundial, como ideologia e política econômica internacional a ser apreciada mundo afora.

Dentre os dogmas das ideologias forâneas há um despreço a tudo que diz respeito ao nacional, aos recursos do poder estatal-territorial, mesmo por que não se deve olvidar que:

(...) o ator político, o Estado, na medida em que é o verdadeiro e legítimo representante de uma população que, por definição, quer viver e sobreviver num território, só pode escolher otimizar os recursos. O ator político está mais habilitado que outras organizações para gerenciar o patrimônio nacional (RAFFESTIN, 1993, p. 236; Grifos nossos).

Assim, se considerarmos tais proposituras acima defendidas de pouca monta, tal qual é apregoadada pelo pensamento liberal-conservador, perde-se também sentido os conceitos de território e espaço nacional, região (categorias socioespaciais importantes), pois tudo isso é desnecessário e são entraves frente ao mercado global (essa fantasmagoria dos incautos!). Daí a pertinência e validade das teses furtadianas contrapondo a tudo isso dito anteriormente e aceito de forma axiomática mundo afora como verdades inquestionáveis.

Por isso, voltar às teses furtadianas, nada mais é que sustentar um pressuposto caro da democracia de que o governo reflete as aspirações das suas respectivas sociedades nacionais e que o povo, na sua maioria, encontra-se “preso” ao seu território. Conforme C. Raffestin (1993, p. 144), geografizando o assunto, diz ele que “(...) O espaço é a “prisão original”, o território é a “prisão que os homens constroem para si””.

A arquitetura da tese dar-se-á da seguinte forma com relação à estruturação dos capítulos. Dividiremos a mesma em sete capítulos, o primeiro é a Introdução (capítulo I), os Capítulos (II, III, IV, V), propriamente ditos, o VI - Considerações finais e VII - Notas bibliográficas.

No segundo Capítulo trataremos da transição da economia do café para um novo padrão, isto é, o processo de industrialização. O cerne desse capítulo é justamente a construção de um sistema econômico nacional e a integração das regiões sob o respaldo da industrialização.

Observaremos e apontaremos os principais impasses desse processo, os avanços e retrocessos e adotaremos de forma didática os trabalhos de C. Furtado até os anos 60, antes do golpe de 1964. Pois, para nós, trata-se de um período de formação nacional importante do ponto de vista da perspectiva de construção nacional. O fortalecimento do Estado nacional em formação, sob o ponto de vista dos centros de decisão e internalização econômica, além da integração econômica incrementada com a industrialização pudessem tirar o Brasil de seu leito esplêndido de subdesenvolvimento.

O terceiro Capítulo trata-se do processo de interrupção democrática e o arrefecimento do Estado nacional pela via autoritária, ou pelo menos uma nova moldura de Estado nacional, diferente do período anterior. Além disso, esse mecanismo de periodização nos remeterá para o período de grande crescimento econômico, perpetuação do subdesenvolvimento e, não menos importante, a questão das desigualdades socioregionais. As heterogeneidades socioespaciais agudizaram nesse momento, pois aumentou a concentração da renda em função do modelo de modernização excludente adotado.

O quarto Capítulo é tratado a partir da crise da dívida externa dos anos 80, a chamada década perdida, período de forte descontrole inflacionário, retração da produção

industrial e a visão interpretativa e as idéias de C. Furtado sobre o momento da introdução das idéias do monetarismo liberal e da ortodoxia recessiva dos *Chicago boys*. É um período de final de governo militar (governo Figueiredo) e início de governo civil (governo Sarney) e a herança maldita do endividamento externo assumida por esse governo e os que o sucederam.

No quinto Capítulo trataremos dos governos pós-década de 80. O governo Collor e a visão liberal de inserção internacional sob a adesão às teses neoliberais e a ideologia da globalização dos anos 90 que levou ao total desmonte do Estado Nacional e por fim, os (des) caminhos do liberalismo inconseqüente dos anos 90. Mostraremos que as teses furtadianas não têm nada de envelhecidas/caducas e desatualizadas; na realidade, são muito relevantes para compreendermos o Brasil nos dias de hoje – um país moderno e atrasado em muitos aspectos.

Nas considerações finais, procuraremos sintetizar as idéias desenvolvidas nos capítulos anteriores mostrando a atualidade das teses furtadianas, em muitos aspectos da vida econômica e social brasileira.

II – A PERSPECTIVA DE CELSO FURTADO SOBRE O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO COMO
ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DO ESTADO NACIONAL

II-I Bases econômicas do desenvolvimento industrial brasileiro como estratégia de fortalecimento do Estado nacional

O Brasil, como se sabe, foi apanhado pela lógica do capitalismo mercantil europeu do século XVI em diante. C. Furtado observa em “Formação Econômica do Brasil” (2000b) que “(...) O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias” (FURTADO, 2000b, p. 4).

Já nos primeiros anos de colonização portuguesa, montou-se o que se convencionou chamar de o primeiro ciclo econômico – o ciclo do pau-brasil. Após esse ciclo tivemos o segundo ciclo que foi o período de domínio da lavoura canavieira no Nordeste brasileiro. Um ciclo bastante grande comparado ao primeiro e mesmo aos ciclos posteriores e, que permaneceu de forma residual nos séculos posteriores, inclusive subsistindo com outros ciclos econômicos dominantes em outras regiões brasileiras. Ainda hoje, é uma atividade agroindustrial importante em vários estados do Nordeste brasileiro.

Outros ciclos econômicos, em função da crise do ciclo vigente, acabaram superpondo o anterior. Nota-se que a economia colonial é uma economia dotada basicamente de demanda externa; a internalização é algo de menor importância, sendo completamente irrelevante.

Assim sendo, os fluxos de renda da economia colonial do açúcar, basicamente ocorriam entre o empreendimento produtivo interno (o engenho) e as relações com o mundo externo (a metrópole européia).

O período que se pretende abordar é o período de domínio do ciclo do café, mais precisamente a segunda etapa da produção cafeeira ocorrida no final do século XIX em

diante, uma vez que alguns fatores são importantes, pois diferenciam dos ciclos anteriores. O primeiro, é a migração de mão-de-obra estrangeira, que possibilitou o desenvolvimento do trabalho assalariado, criando condições objetivas para a alavancagem de instrumentos relacionados à economia interna. O segundo, de grande importância, é a acumulação de capital que possibilitou investimentos em atividades industriais, em função das crises externas, a Primeira Guerra (1914-18) e a crise de 1929 (*crack* da Bolsa de Nova York).

Enquanto, em todos os ciclos econômicos anteriores que se estende do século XVI ao século XVIII/XIX (cana-de-açúcar, mineração do ouro, borracha etc.) as regiões viviam um isolamento completo, se quisermos, um intercâmbio menor, residual numa *hinterland* muito próxima que servia de abastecimento de alimentos e animais para o trabalho; a partir do café, isso vai configurando numa formação territorial adversa da anterior. Tínhamos “ilhas” ou “arquipélagos” anteriormente, depois passamos a uma integração econômica⁷ e territorial mais intensa, isso só foi possível com a economia do café, no Sudeste do Brasil, e os desdobramentos a *posteriori* que desembocaram no processo industrial brasileiro.

A constatação furtadiana, diferenciando os momentos específicos da economia do açúcar e a do café, é bastante interessante. Diz ele:

⁷ C. Furtado (1960) nos adverte com bastante propriedade sobre o grau de integração da economia brasileira. A economia brasileira, de fato, só passa a ter um caráter integrativo sob o prisma econômico-territorial com a expansão das atividades industriais, antes, mesmo com o café, o que ocorria era um prenúncio de mudanças daquilo que havia ocorrido anteriormente com outros ciclos econômicos. Tratando-se de um sistema econômico e o modelo de crescimento econômico brasileiro, C. Furtado diz: “(...) o que se entende por economia brasileira. Para o observador que considere de uma perspectiva bastante ampla, o Brasil surge como um imenso contínuo territorial dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo do ponto de vista econômico” (FURTADO, 1960, p. 10).

(...) Na época de formação da classe dirigente açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. (...) A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados (FURTADO, 2000b, p. 119-120).

Se com o café, parte substancial dos lucros permanecia com os produtores e, se havia uma necessidade de adequação no que diz respeito ao fator de produção no que toca à mão-de-obra, uma vez que havia pressões internacionais, em especial, dos ingleses, contrários ao tráfico de escravos, então, no pensamento dos produtores de café, precisava-se equacionar tal problema.

A expansão da cafeicultura no século XIX, na segunda metade do século anunciado, demandava muito mais mão-de-obra do que a disponível (a oferta de escravos, conforme censo de 1872 indicava um número em torno de 1,5 milhão de escravos)⁸, o que não satisfazia as necessidades do mercado de cultivo do café. Para tanto, recorreu-se ao mercado de mão-de-obra imigrante (migração externa).

A transferência geográfica de população européia no final do século XIX possibilitou que a economia do café recebesse esse contingente proveniente de fora, além de uma estimulada imigração por parte do governo do Brasil para a região Sul. O maior número de imigrantes para São Paulo foram os italianos no final do século XIX. C. Furtado (2000b) atribui um número bastante expressivo para o Estado de São Paulo. O mesmo afirma que:

⁸ Dados extraídos de Celso Furtado, In: *Formação Econômica do Brasil*. 27ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000b – (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). Os dados encontram-se citados à p. 123.

O número de imigrantes europeus que entra nesse Estado sobe de 13 mil, nos anos setenta, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para último quartel do século foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália (Anuário Estatístico do Brasil 1937-39, apud FURTADO, op.cit., p. 133).

No que diz respeito ao fluxo de renda, a maior mudança ocorreu com a introdução do trabalho assalariado, no final do século XIX. Devido a isso, foi possível criar uma economia alimentada por maior dinamismo do que todos os sistemas econômicos anteriores. Trata-se de uma economia que vai se internalizando e aumentando os fluxos de intercâmbio interno, o que se pode chamar de economia de mercado interno tendendo a formação de um mercado nacional mais adiante. Pode-se citar o entrelaçamento da economia agropecuária do Sul com a zona produtora de café, isto é, a região Centro-Sul do Brasil que começou a moldar certo tipo de mercado interno para trocas regionais.

Observa-se, que no decorrer do século XIX, particularmente no final do mesmo, ocorrem pequenos surtos espasmódicos de atividades relacionadas à maquinofatura (incipiente atividade industrial de predomínio do fator trabalho).

No entanto, essa atividade industrial mais portentosa só começa a ser efetiva no século XX. As crises externas (guerra e de acumulação) empurram a economia brasileira a muitas dificuldades de exportação do principal produto de exportação (café) e de importações de mercadorias externas. Essas imensas dificuldades externas de importação proporcionaram, por sua vez, condições adequadas à implantação da produção guiada por atividades industriais internamente *vis-à-vis* às necessidades impostas pela conjuntura.

C. Furtado (1950) atribui o ano de 1929 como um ano de ruptura fundamental para essas transformações na economia brasileira. Em suas palavras:

Pode-se considerar 1929 como o término de uma fase evolutiva da economia brasileira. Não que esta tenha passado de colonial a industrial, e sim porque tendo atingido o ponto máximo de expansão dentro de uma determinada estrutura, viu-se na impossibilidade de continuar a expandir-se dentro dessa estrutura. Até então o setor colonial havia absorvido direta ou indiretamente (através dos transportes, por exemplo) a massa das inversões (FURTADO, 1950, p. 23).

Ainda, sobre o período do café é importante salientar a oferta elástica de dois fatores de produção importantes - mão-de-obra e o fator terra. Com a chegada do imigrante europeu, mais os escravos que foram libertados, tivemos uma oferta bastante satisfatória do fator trabalho.

Isso, apesar de não causar constrangimentos ao cafeicultor, pois a pressão sobre aumentos salariais praticamente não existia; não havia outros meios de sobrevivência para os despossuídos, senão no circuito monetário da economia, a não ser que se voltassem às atividades da economia de subsistência (economia amonetária e de trocas simples de mercadorias).

Toda vez que a economia internacional demandava menos café, havia por parte dos empresários da cafeicultura a necessidade de manter os cultivos, uma vez que os governos de plantão aplicavam uma política monetária e cambial favorável ao setor. Do ponto de vista interno, mantinha o poder de compra, por outro lado esse mecanismo gerava desequilíbrio externo.

Nos períodos de alta cíclica do café os ganhos de produtividade permaneciam em mãos dos empresários, caracterizando maior concentração da renda; nos de baixa cíclica havia uma disseminação das perdas por toda a sociedade, os perdedores maiores, de fato, eram os assalariados e consumidores urbanos de baixa renda de forma geral (a propósito ver FURTADO, 2000b, cap. XXVIII, p. 165-171). Isso, explica quão importante foi, a propósito, a construção nacional feita de cima para baixo, tão cara às análises de C. Furtado.

O que basta, por enquanto, é entendermos o papel do assalariamento e a acumulação de capital de uma economia colonial do tipo exportadora para uma economia de transição e, por conseguinte, a industrial, uma vez que são esses os alicerces do empreendimento industrial que vai se fortalecendo. Mas, precisamos ter em conta uma perspicaz advertência de C. Furtado quanto a essa questão da acumulação de capital em economias coloniais. Diz ele:

(...) numa economia colonial, o processo de formação de capital não se comporta como uma peça integrante do sistema econômico. Os estímulos que induzem os empresários a investir não refletem as flutuações e perspectivas do nível de gastos realizados dentro da economia. É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um "sistema econômico" e sim parte de um sistema (FURTADO, 1954, p. 63).

Sob o quesito da acumulação proveniente das atividades do café, em função da própria crise do setor que assola a economia do café, mesmo com todos os aparatos de modelagem cambial que tinham como objetivos precípios beneficiar o setor, a economia teve que se adequar interna e externamente. Partes dos recursos das atividades do café foram canalizadas em direção a outras atividades urbanas, inclusive a produção de mercadorias industriais.

A crise do setor externo possibilita maiores rendimentos aos inversionistas que estavam interessados em aumentar suas atividades internas e, por conseguinte, seus ganhos de rentabilidade e lucratividade em novos empreendimentos. Uma mudança extraordinária em direção a produção de mercadorias, para o mercado interno, obriga os produtores nacionais a aumentarem sua capacidade instalada e/ou liberarem a capacidade ociosa reprimida e adquirir bens de capital (máquinas e equipamentos), inclusive no mercado externo, proporcionados pela crise econômica de 1929, que atingiu significativamente as economias industriais centrais.

O Brasil, na fase depressiva do ciclo, e com um mercado internacional do café debilitado, além das fortes elevações dos preços dos importados, possibilita que as forças produtivas (ligadas às atividades industriais) e os capitais (dos setores ligados ao café) direcionem investimentos ao setor em expansão, pois tendiam a proporcionar lucros avantajados.

A. Mamigonian, com base na teoria dos ciclos econômicos – Kondratieff (ciclos longos de 50 anos) e Juglar (ciclos curtos de 10 anos) - aponta que o economista Ignácio Rangel tem um esquema explicativo suficientemente oportuno para compreensão desse intervalo da economia brasileira - os anos 20 do século passado. No seu dizer afirma que:

(...) À medida que avançava, a industrialização ia gerando um centro dinâmico interno, que na década de 20 já era considerável, pois a indústria, principalmente o ramo têxtil, era o setor mais importante da economia brasileira após o café. Criava-se um setor industrial, que passava a ter seu próprio dinamismo, que se manifestava nos ciclos juglarianos brasileiros. Cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escada da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústrias de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas (MAMIGONIAN, [s.d]. p. 15-16).

A crise de 1929 e as medidas tomadas em termos de política de proteção do setor cafeeiro, depreciação da moeda e favorecimento do setor exportador, provocou internamente retração do multiplicador de desemprego e manteve o nível global da renda.

C. Furtado (1956) vê isso como medidas acertadas para a economia como um todo. Em suas palavras:

Ao garantir preços mínimos de compra remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego para a economia exportadora e, indiretamente, para os setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia (FURTADO, 1956, p. 54).

A superação da crise de 1929, relacionada ao estrangulamento externo, possibilitou uma mudança substancial das atividades industriais no território brasileiro, mais precisamente na região de domínio do café, o Sudeste, em especial, São Paulo. C. Furtado (2000b, p. 211), aponta que a “produção de bens de capital no Brasil (...) pouco sofreu com a crise, recomeçando a crescer já em 1931. Em 1932, (...) aquela produção já havia aumentado em 60 por cento com respeito a 1929”.

Entretanto, C. Furtado aponta que todas as mudanças ocorridas não foram orientadas pelo Estado brasileiro, tampouco, planejadas pelos dirigentes nacionais. As políticas econômicas, praticadas no Brasil, na sua visão, ocorreram, “inconscientemente”, transformando numa “política anticíclica” (FURTADO, 2000b, p. 205). O Brasil vivia naquele momento sob forte influência do liberalismo dominante. Destacaremos esses condicionantes na seção seguinte.

II-II A visão de Celso Furtado sobre o processo de industrialização: uma virada na história econômica brasileira

As transformações ocorridas na política e na economia brasileira vão se configurando como um momento de ruptura com o status anterior brasileiro pré-1930. O Brasil vivia sobre o manto do livre cambismo desde o império e as formulações mais consistentes de política monetária ortodoxa, do equilíbrio fiscal e do padrão-ouro, mantiveram-se até o fim da República Velha.

Entretanto, mudanças vieram no sentido de criar uma economia nacional com a Revolução de 1930. Na década vigente, apoiando-se em vários setores da sociedade brasileira e mesmo grupos de empresários industriais, como Roberto Simonsen, o Brasil vai delineando paulatinamente um novo paradigma sociopolíticoeconômico.

O domínio conservador dos anos 30/40 e, mesmo antes, tinha uma visão de que a economia brasileira era essencialmente uma economia reflexa, isto é, o centro dinâmico estava localizado nas economias desenvolvidas e, por conseguinte, o Brasil deveria seguir seu papel na divisão internacional do trabalho, qual seja um país de vocação agrícola, setor que havia vantagens comparativas importantes para o Brasil. É uma teorização neoclássica de intercâmbio de comércio, das vantagens comparativas entre as nações e do equilíbrio do intercâmbio motivado pela ação livre do mercado. Eugênio Gudin, economista e professor influente na Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), funcionário e técnico importante no governo Dutra (ministro de Estado), além de defensor de empresas de capital inglês, era um dos principais defensores dessa tese.

Os fundamentos gerais vigentes do liberalismo conservador baseiam-se nas teorias neoclássicas de comércio internacional, em outras palavras, a tese é de que o comércio

internacional produz remunerações iguais aos fatores permitindo um dado equilíbrio estático nos termos do intercâmbio.

R. Prebisch e a própria Cepal, ambos, já haviam desmistificado essa teorização neoclássica afirmando que as relações centro-periferia seriam intensificadas, em favor das economias industriais centrais, se fossem mantidas as relações de comércio em que prevalecessem as teorias de equilíbrio.

Mais ainda, haveria mais deterioração nos termos de intercâmbio se fossem mantidas tais proposituras. Tornava-se necessário não só questionar as teorias neoclássicas, mas a superação das condições periféricas, pois somente seriam contornadas, se fossem intensificadas as políticas de industrialização nos sistemas periféricos (industrialização por substituição de importações).

A batalha no campo das idéias, contrapondo ao professor E. Gudín, de um lado, havia o empresário industrial Roberto Simonsen⁹ e, depois, C. Furtado, ambos instrumentalizados nas teorizações produzidas no seio da Cepal.

As críticas acertadas da Cepal, com relação ao intercâmbio desigual entre países, às relações centro-periferia, a necessidade de constituição plena da Nação¹⁰ e a superação do subdesenvolvimento somente seriam, de fato, ultrapassados os empecilhos, se o caminho a ser seguido fossem as transformações ensejadas pelo processo de desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, a dinâmica econômica seria comandada de dentro do território nacional proporcionando uma economia de natureza nacional o que não havia existido até

⁹ Roberto Simonsen foi um importante industrial e uma liderança de prestígio no Brasil nos anos 30 e 40. Fundador da CIESP (1928) e FIESP. Escreveu alguns trabalhos sobre a industrialização, tais como: *A primeira história da industrialização brasileira* (1939), *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional; Edusp, 1973, edição organizada por E. Carone.

¹⁰ A utilização do conceito de Nação, para nós, tem como base o exposto seguinte, baseado em M. MAUSS, que define Nação com as seguintes palavras: “*entendemos por nação uma sociedade material e moralmente integrada a um poder central estável e permanente, com fronteiras determinadas e uma relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis*” (MAUSS, M. *La Nation*, In: *Oeuvres*, t. 3, Paris, p.584, Minuit, 1969 apud ORTIZ, R. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D’água, p. 76, [1996?]).

então. As formulações apresentadas pela Cepal tornaram-se hegemônicas e passaram a ser uma ideologia de classes no sentido gramsciano¹¹, isto é, além do caráter de hegemonia é dada uma direção; essa direção nesse sentido é a hegemonia exercida por uma classe sobre as demais, sobre a sociedade inteira. Foi o que ocorreu com as sociedades latino-americanas, em especial, nos países mais importantes na América Latina, entre eles o Brasil.

Esse sentido de constituição de Nação perpassa os trabalhos da Cepal e as teorizações de C. Furtado, por isso como bem aponta F. R. KALVAN (2000), sobre a similitude do ideário cepalino com as idéias de C. Furtado, ao afirmar que:

(...) o pensamento cepalino, já nos permite ver que, se o que interessa é o desenvolvimento capitalista nacional, este desenvolvimento somente pode ser levado a cabo se os laços do sistema centro-periferia forem questionados e o mecanismo da deterioração dos termos de troca, desmontado; ou seja, patenteia-se que a modificação da 'condição periférica' (...) exige a superação do subdesenvolvimento (KALVAN, 2000, p. 19).

O ideário de Nação tão caro ao pensamento furtadiano começa a ser delineado com a industrialização, pois assim vislumbrava-se a superação do subdesenvolvimento. A visão teórica de C. Furtado de Nação nada mais é que a consolidação nacional em que a mesma tenha um papel ativo no concerto das Nações. A inserção internacional deve ser feita de forma que a autonomia e altivez alcançada seja uma condição *sine qua non* na perspectiva de superação do subdesenvolvimento.

Com isso, a idéia de espaço nacional é fundamental na discussão teórica de C. Furtado. Lembrando que o mesmo é um defensor da organização societária nos moldes

¹¹ Esse mesmo aspecto é ressaltado por F de OLIVEIRA (1986) ao afirmar que: “(...) a força da teoria cepalina, e o fato de ela se converter realmente. numa ideologia das classes dominantes, cujo problema real era aquilo que a teoria cepalina vinha tentando explicar, de como sair da camisa-de-força da divisão internacional do trabalho dos anos pré-trinta, industrializar-se, expandir-se” (OLIVEIRA, F. de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 149-168. A citação encontra-se à p. 158.

democráticos em que o papel do Estado e do poder nacional é uma arena de contradições permanentes.

Dessa forma, o espaço nacional torna-se um conceito imprescindível na defesa dos interesses nacionais; não como mero território usado pelas injunções da lógica do sistema produtor de mercadorias, mas como anteparo protetor na defesa nefasta das injunções das forças avassaladoras desse mesmo sistema capitalista internacional.

Esse pensamento de formação e/ou construção nacional perpassa toda a reflexão de Celso Furtado, pois se trata de uma busca incessante das próprias raízes de nossa identidade nacional cimentada num projeto de modernização social, política e econômica de construção nacional; para tanto o fortalecimento dos centros de decisão e poder nacionais¹² potencializaria um verdadeiro sistema econômico articulado com a capacidade da sociedade nacional para autodirigir-se.

Em C. Furtado, desde seu trabalho “Formação econômica do Brasil”, de 1959, ano da primeira publicação dessa obra clássica brasileira, a idéia de sistema econômico começa a ser discutido na identificação dos ciclos econômicos da economia colonial. Antes, na sua Tese Doutoral (1948)¹³, esse mesmo conceito aparece com o mesmo sentido apresentado em “Formação ...” de 1959.

Em 1954, com seu trabalho “A economia brasileira...”, o autor faz alusão a sistema econômico, exemplificando, economia colonial e economia industrial, sem fazer distinção e afirma que “(...) Todo sistema econômico tem sua razão de ser na possibilidade que traz em si de aumentar a produtividade do trabalho humano” (FURTADO, 1954, p. 3).

¹² MAX WEBER, define poder nacional da seguinte forma e aquele que consideramos mais adequado para expressar esse conceito. O poder “é a oportunidade que possui o indivíduo, ou um grupo, de impor a sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência de outros que dela participam” (cf. ARAÚJO CASTRO. J. A. de. *O poder nacional: limitações de ordem interna e externa. Revista Parcerias Estratégicas*. Brasília: Gabinete do Ministro Extraordinário de Projetos Especiais; Centro de Estudos Estratégicos, n. 6, p. 216-240, mar. de 1999). A citação encontra-se à p. 216.

¹³ Faço referência à tese de C. Furtado defendida em Paris em 1948, no entanto, no Brasil, este trabalho só foi lançado em 2001, com o título “*A economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII...*”. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001b. A citação refere-se ao trabalho de 2001b e encontra-se à p. 143.

Com a industrialização, esse conceito assume uma nova caracterização, conforme ficou observado pela nota 3 de rodapé desse trabalho, uma vez que a abrangência e importância agora se dá em termos de sistema econômico nacional. C. Furtado (1987) define o conceito de sistema econômico identificando a importância da regulação econômica e do grau de institucionalização para dirimir eventuais crises de interesses e o agente qualificado para isso é o Estado nacional. Diz ele:

(...) um sistema econômico não é uma simples constelação de mercados cuja lógica possa ser explicada com base na teoria do comportamento dos agentes individuais. Ele pressupõe a existência de um quadro institucional e um poder regulador capaz de arbitrar os conflitos que se manifestam a todo o momento em torno da apropriação dos recursos escassos. (...) Um sistema econômico é essencialmente um conjunto de dispositivos de regulação, voltados para o aumento da eficácia do uso dos recursos escassos. Ele pressupõe a existência de uma ordem política, ou seja, uma estrutura de poder fundada na coação e/ou consentimento (FURTADO, 1987, p. 249 e 256; Grifos nossos).

C. Furtado (2000b, cap. XXXII, p. 207-215) aponta mudanças excepcionais para a economia que foi o fortalecimento do mercado interno, e o deslocamento do centro dinâmico para dentro do território brasileiro, uma vez que as atividades industriais expandiam.¹⁴

No entanto, do ponto de vista das formulações da política econômica praticadas no Brasil pós Revolução de 30, C. Furtado manteve certo ceticismo com relação a estas.

É um ponto de controvérsia, sobretudo, para aqueles que acreditam numa dada intencionalidade das políticas implementadas pós-30 em benefício da indústria nascente e em fase de expansão.¹⁵ C. Furtado (2000b: 205) defende que as políticas de proteção ao

¹⁴ Alguns setores da produção industrial haviam atravessado uma etapa de relativa depressão, nos anos vinte, quando as importações foram favorecidas pela situação cambial. É o caso típico da indústria têxtil, cuja produção de tecidos de algodão foi inferior em 1929 aos pontos mais altos alcançados durante a Primeira Guerra. A recuperação dessa indústria foi rápida, nos anos que se seguiram à crise. De 448 milhões de metros, a produção de tecidos de algodão elevou-se a 639 milhões em 1933 e 915 milhões em 1936. Veja-se Anuário Estatístico do Brasil, p. 1329, 1937-39 apud FURTADO (2000b), Nota 164, p. 254.

¹⁵ MAMIGONIAN, A. op. cit. p. 16 aponta que "(...) Na passagem de um ciclo juglariano a outro foram necessárias medidas institucionais que facilitassem as substituições de importações, como o controle do câmbio, o confisco cambial do café, as reservas de mercado, as prioridades de importações de equipamentos não produzidos internamente, os incentivos fiscais e creditícios etc". FONSECA, P. C. D.

café adotadas pelo Brasil e que acabara beneficiando a economia nacional como um todo é uma forma antecipada daquilo que preconizava Keynes, mais tarde, com as famosas pirâmides de distribuição de renda.

No Brasil, C. Furtado denominou-as de políticas anticíclicas. Mas, a adoção das políticas como um todo, são políticas de caráter eminentemente inconscientes para sua interpretação. Em “A economia brasileira” (1954), C. Furtado trata o final dos anos 20 e início dos anos 30, associando a crise da economia do café, a acumulação de estoques do mesmo e seu destino e o *quantum* de inversões, como alternativas eficazes e críveis para saída da mesma crise, pois iria intensificar as atividades industriais internas.

Dessa forma, dando ênfase ao mercado interno, aponta que:

(...) a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros (FURTADO, 1954, p. 132; Grifo nosso).

Entretanto, a saída adotada pelo Brasil para sair da crise depressiva mundial de 1929 e anos seguintes incorreu mais, por questões de sobrevivência da economia dependente. Ressalta-se que com relação à expansão industrial essa mesma crise foi significativa para o Brasil. C. Furtado em “Uma economia dependente” (1956) observa isso da seguinte forma:

(2007: 296 e ss.), também é outro autor que dá ênfase ao apoio concedido pelo governo Vargas ao processo de industrialização. Diz ele: “(...) leis voltadas aos interesses industriais, como o Decreto n. 19.379, de 7 de março de 1931, que proibia a importação de máquinas e de equipamentos para certos segmentos da indústria. (...) a prorrogação da vigência do decreto, atendendo reivindicação empresarial, até março de 1937. (...) reforma tributária de 1934 (...), resultando em aumento da tarifa específica agregada em torno de 15%. (...) em 1935, uma desvalorização do mil-réis, que, ao elevar o preço dos importados, (...), na prática, apresentou maior proteção para a indústria doméstica. (...) criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937, (...) concedendo empréstimos até dez anos”. FONSECA, P. C. D. Celso Furtado e a questão da intencionalidade da política industrial do Brasil na década de 1930. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de. (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 285-307.

A recuperação, entretanto, foi rápida e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de 50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu em 40 por cento, no mesmo período. Em consequência, não obstante a depressão imposta de fora, a renda nacional aumentou em 20 por cento entre aqueles dois anos, o que representa um incremento per capita de 7 por cento. (...) Aqueles países de estrutura similar ao Brasil que seguiram uma política ortodoxa nos anos de depressão, e ficaram na dependência do impulso externo para crescer, chegaram em 1937 com suas economias ainda em estado de depressão (FURTADO, 1956, p. 68).

O que é certo, e deve ser considerado, é que tal fato possibilitou uma nova arquitetura de construção da economia brasileira possibilitando que os centros de decisão fossem deslocados para o território nacional. No entanto, outros graves problemas apareceram como a capacidade de engendrar internamente a formação de capital e conter o ritmo das importações. Veremos isso na próxima seção.

II-III A importância do desenvolvimento técnico para a dinâmica econômica segundo Celso Furtado

C. Furtado, em “A economia brasileira” (1954) já está preocupado com as transformações da economia brasileira para o novo padrão e sua capacidade de acumulação, uma vez que o que está em jogo, de fato, é a produtividade do trabalho, em função da adoção de novas técnicas no processo de produção de mercadorias.

Se, o processo de formação de capital está intimamente ligado ao padrão técnico e o avanço da acumulação, por sua vez, não está dissociado da produtividade, da técnica e do crescimento econômico, então a constituição de um sistema econômico se faz necessário.

Quando se fala de sistema econômico entende-se como aborda J. Schumpeter (1961) da seguinte forma: “A totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico, tal como a totalidade das relações sociais constitui a sociedade. Se não se pode falar de valores sociais, há, contudo um sistema social de valores, um sistema social de valores individuais” (SCHUMPETER, 1961, p. 80).

Por outro lado, a incorporação da técnica e o próprio movimento maior da expansão da economia industrial, facilitam e fazem avançar a produtividade do trabalho e esse mecanismo cria um dinamismo que acaba deslançando a acumulação da riqueza.

C. Furtado, naquele momento, década de 50, ainda não diferencia crescimento de desenvolvimento, no entanto, elabora, a partir da produtividade do trabalho, o que irá conduzir a especificidade do subdesenvolvimento que será o eixo determinante de sua interpretação da economia periférica brasileira.

Essa terminologia conceitual de Furtado já aparece nos seus primeiros escritos, como por exemplo, em “A economia brasileira” (1954, p. 54), no entanto, ainda não é

propriamente a discussão que somente se fará na década seguinte em diante, ao rebater as visões cêntricas de que o subdesenvolvimento seria uma etapa anterior ao desenvolvimento, o caminho natural percorrido pelos países, mas C. Furtado (1954) adianta esse debate quando analisa a teoria do desenvolvimento econômico (cap. VI, seção II, p. 211 e ss.). Ali ele já deixa claro que, “(...) o desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas” (FURTADO, 1954, p. 213; Grifo nosso).

O desenvolvimento econômico que é a combinação de fatores, a técnica impulsionando e produzindo mais produtividade e, portanto, mais acumulação, o que caracteriza justamente uma dada área geográfica subdesenvolvida é como esta se apropria da técnica existente. C. Furtado (1954) distingue os países desenvolvidos e subdesenvolvidos fazendo distinção ao fator da técnica quanto ao crescimento/desenvolvimento da seguinte forma:

O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época (FURTADO, 1954, p. 194).

Para C. Furtado, o progresso técnico tem íntima relação com o desenvolvimento econômico nacional e, portanto, com a idéia de construção de nação¹⁶. Para a economia brasileira, se, de fato, necessitamos fortalecer o sistema econômico nacional, incorre-se

¹⁶ Esta idéia que subjaz os trabalhos de Furtado nos anos 50/60/70 que é a questão do desenvolvimento econômico nacional relacionando técnica, dependência tecnológica e a construção da nação que nada mais é que uma questão nacional aparece em M. Storper (1994) com a seguinte formulação ao tratar de desenvolvimento regional e a constituição de instituições em termos de Estado nacional: “... *todo país precisa ter instituições que mobilizem os recursos para os seus setores de objetivo estratégico: o treinamento de mão-de-obra é sempre em parte uma questão nacional, como também a estruturação da pesquisa e desenvolvimento e os mercados de capital*” (STORPER, In: Possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas, 1994, p. 25).

no propósito de diminuir a dependência tecnológica. Atento a essas questões, C. Furtado observa em “Perspectiva da economia brasileira” (1960) a seguinte formulação:

O seu desenvolvimento consiste, principalmente, em uma tentativa para assimilar a técnica criada por outros sistemas econômicos que lideraram o desenvolvimento industrial. (...) O desenvolvimento exigirá assimilação cada vez mais rápida da técnica. (...) contudo, (...) o desenvolvimento depende basicamente da poupança interna. (...) a dependência tecnológica também deverá ser superada com o desenvolvimento. Economia tão ampla, dotada de tão própria constelação de recursos como a brasileira, não poderá alcançar etapas superiores de desenvolvimento se não conseguir criar sua própria tecnologia (FURTADO, 1960, p. 54).

Para as sociedades retardatárias, o próprio sistema capitalista mundial impõe determinadas lógicas que dificultam que os países tenham capacidade de controlarem seu tempo histórico. Isto quer dizer que a técnica processada nos países do centro do sistema quando são transpostas as economias periféricas muitas vezes causam muito mais mal que propriamente benefícios. Daí, a necessidade do planejamento (inicialmente visto como programação preliminar), e o papel do Estado, na melhor das hipóteses e certamente é de fundamental importância.

Nesse aspecto, C. Furtado não é um estatista como querem alguns, mas aquele que quer adequar as transformações ocorridas em que pese o interesse maior da nação, da coletividade, através do Estado nacional propriamente dito.

A programação preliminar, nada mais é que a reunião de dados estatísticos em torno da economia geral em que o desenvolvimento do sistema econômico passa por necessidades e a utilização dos recursos escassos (poupança e crédito) precisam ser orientadas, dada as reais prioridades da economia, uma vez que, “(...) deveria ter como objetivo eliminar os principais focos de desequilíbrio e poderia circunscrever-se aos setores onde reconhecidamente existem pontos de estrangulamento. Trata-se de colocar o sistema econômico em condições propícias a uma programação mais ampla e efetiva” (FURTADO, 1960, p. 67).

Toda sociedade produz seu excedente econômico que nada mais é que uma poupança futura, ou como afirma G. Arrighi (1998, p. 221), “(...) riqueza é renda a longo prazo”. Ainda, conforme G. Arrighi (1998, p. 215), “(...) a capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho é determinada principalmente por sua posição (...) numa hierarquia de riqueza”. Entretanto, como isso será aplicado na geração de riqueza depende do grau de desenvolvimento técnico de uma dada formação social.

Nas sociedades industriais há uma tendência de que o sistema técnico, absorvedor da ciência, utilize-a na acumulação de riqueza e estabeleça que a produtividade do trabalho sofra mudanças a partir do padrão de uso dessa técnica. Lembrando que, conforme Theotônio dos Santos (1987) o excedente econômico “(...) é um conceito que expressa a relação geral entre a reprodução simples e a reprodução ampliada possível ou real das diferentes sociedades. (...) o excedente econômico é expresso em bens materiais, é uma relação entre produção e consumo, entre necessidades e produto social” (SANTOS, Th., 1987, 125).

Quando C. Furtado aborda a questão do excedente econômico sua preocupação está voltada para o sistema econômico e sua capacidade em aumentar sua produtividade e, por conseguinte, aumentar a acumulação da riqueza em termos nacionais.

Nesse aspecto a tendência precípua do sistema é produzir economias de escala (mais produção, aumento do poder de compra da coletividade). O lucro proveniente das trocas (produtores e consumidores) é que impulsionará a formação de capital, pois isso obrigatoriamente, numa economia industrial, acelera-se o progresso tecnológico e o agente econômico, produtor de mercadorias, tende dessa forma, a poupar e diminuir os custos de produção.

É sempre bom observar, conforme Th. dos Santos, anteriormente citado, que o aumento da produtividade gerado pelo progresso técnico-científico se expressa no capitalismo num excedente econômico crescente ... (SANTOS, Th., 1987, cap. 3, p. 121-183). Ou mesmo que "(...) A mudança tecnológica segue as diretrizes impostas pela lógica da acumulação capitalista e o excedente crescente gerado pela aplicação de novos avanços tecnológicos serve aos fins do funcionamento do próprio sistema" (SANTOS, Th., 1987, p. 200).

O grande problema do desenvolvimento, portanto, é a capacidade do sistema de gerar desigualdades socioespaciais no território. Veremos como isso se dá na interpretação de C. Furtado na seção seguinte.

II-IV A interpretação furtadiana das desigualdades socioespaciais e contradições do desenvolvimento brasileiro nos anos 50 e 60

Antes mesmo, de o Brasil possuir uma matriz industrial sólida, C. Furtado (1959), já manifestava preocupações com relação à dinâmica do capitalismo industrial brasileiro. Como o capitalismo é um sistema econômico produtor de riquezas e de excludências diversas (sociais, espaciais e setoriais), C. Furtado anota que:

O desenvolvimento econômico no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um país de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos desta lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços à própria formação da nacionalidade (FURTADO, 1959, p. 10).

A idéia concebida de que as questões de disparidades regionais no território nacional fossem resolvidas de forma espontânea, graças a certo equilíbrio federativo, com a expansão das atividades industriais, isso mostrou que não ocorreu; pelo contrário, aumentou as desigualdades entre as regiões.

Tomamos a liberdade de fazer uso do conceito “território usado, sinônimo de espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20). O espaço, por conseguinte, nessa perspectiva passa a ser uma categoria que deve ser vista como uma “totalidade”, no mesmo nível e patamar comparativo de “uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica” (SANTOS, 1992, p. 5 e p. 1 respectivamente).

Quando se trata de Brasil, nos anos 50/60, vemos com clareza e distinção as diferenças marcantes de renda e as infra-estruturas industriais. Os números comparativos são eloqüentes, “(...), se a participação do Nordeste no produto bruto do Brasil, em 1939, era de cerca de 30%, hoje em dia [1959] é de apenas 11%” (FURTADO, 1959, p. 14).

O que foi bastante criticado em C. Furtado é ter levado adiante a tese cepalina do subdesenvolvimento dentro do subdesenvolvimento, isto é, uma região dominante (o Centro-Sul do Brasil), a região geoeconômica e o centro econômico mais desenvolvido e regiões satélites subdesenvolvidas (o Nordeste do Brasil).

Conforme, teorização da Cepal, um dos pilares de sustentação dessa tese é a relação centro-periferia entre formações nacionais e que esta pudesse ser adaptada às condições endógenas (internas) das nações no que toca o desenvolvimento desigual.

Quando se trata da integração econômica do território brasileiro na primeira metade do século XX, C. Furtado apresentava certa visão e abordagem consoante à teorização cepalina de reprodução da divisão internacional do trabalho dentro do país. Para ele, isto era um problema, e foi visto e interpretado pelo mesmo com a seguinte caracterização:

Esta articulação, que os estudiosos da economia brasileira, na primeira metade do século XX, apreciaram como forma de evolução tendente a integrar o País em uma só economia, trazia o germe dos problemas que hoje estamos enfrentando, pois reproduzia o mesmo esquema de divisão geográfica do trabalho que viciaria todo o desenvolvimento da economia mundial, com suas metrópoles industrializadas e colônias produtoras de matérias-primas (FURTADO, 1959, p. 12).

W. Cano (2001) adverte sobre esse perigo dessa teorização apontando que:

Seu principal problema teórico, no que se refere às tentativas de aplicá-lo à dimensão regional de uma nação, consiste em que a concepção 'centro-periferia' é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-nações, mas não o é plenamente entre regiões de uma mesma nação. Nestas, a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais. As regiões, quando muito guardam marcas diversidades culturais e históricas, além de estruturas econômicas diferenciadas (CANO, 2001, p. 103).

Outra questão que merece fazer uma digressão, pois as polêmicas são intensas, é com relação ao conceito de região. Muitas são as interpretações dessa temática tão

importante no seio do desenvolvimento desigual. Apontaremos algumas que acreditamos devam ser pertinentes.

A interpretação dada por S. Lencioni (1999) é muito importante, pois perpassa do ponto de vista analítico o conceito de região observando a evolução e influência dessa categoria analítica nos estudos regionais e no planejamento. Primeiro, (no capítulo 3, p. 119-145) a abordagem da autora centra-se na influência do neokantismo e do positivismo, daí a região passar a ser um instrumento técnico-operacional da organização do espaço. Segundo, (no capítulo 4, p. 147-173) a autora trata da influência da fenomenologia e do marxismo nos estudos regionais e, no marxismo a região é dada “(...) como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade lógica nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica” (LENCIONI, 1999, p. 164-165).

Deslindar o problema regional brasileiro e a conceituação de região, além de ser desafiante, também é cheio de controvérsias, dada à complexidade conceitual e de abrangência do termo. Em A. Lipietz (1988), dentro de uma propositura conceitual marxista de região, o mesmo aponta que a região pode e deve ser enquadrada numa abrangência tal que “(...) não se deve analisar regiões, mas a dimensão espacial das relações sociais: ‘a região aparece assim como produto das relações inter-regionais e estas com uma dimensão das relações sociais’” (LIPIETZ, 1988, p. 29 apud PACHECO, 1998, p. 28).

Mas, definindo o conceito de região podemos lançar mão da seguinte assertiva conceitual:

Uma região é uma sociedade historicamente desenvolvida e territorialmente contínua que possui um ambiente físico, socioeconômico, um meio político e cultural, e uma estrutura espacial distinta de outras regiões e das outras unidades territoriais principais (cidades e nações) (MARKUSEN, 1987, p. 16-17 apud PACHECO, 1998, p. 37).

Por isso, que C. Furtado antecipadamente, enxerga de forma lúcida, que em sociedades tão heterogêneas e desiguais (nos aspectos sociais, econômicos, espaciais-regionais) como a nossa, a intervenção estatal na correção do desenvolvimento regional faz se necessário. Mesmo por que, com o planejamento regional, o Estado instrumentaliza e dá suporte necessário ao processo de reprodução social do capital; não obstante, “(...), a questão a ser resolvida não é o capital no espaço, mas o desenvolvimento do capitalismo¹⁷ no espaço” (PACHECO, 1998, p. 32, Grifos nossos).

Para C. Furtado, havia uma clareza com relação ao problema regional brasileiro em voga. A ‘questão regional’ está vinculada a ‘questão nacional’ que acaba sendo um problema do subdesenvolvimento das regiões/nações periféricas do mundo e o seu enquadramento na divisão internacional do trabalho. Isto está diretamente relacionado à capacidade da nação em construir de forma autônoma políticas territoriais¹⁸ capazes de equacionar os desequilíbrios socioespaciais.

¹⁷ “Para I. Mészáros, capital e capitalismo são fenômenos distintos, e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas nesse século, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o sistema de metabolismo social do capital, isto é, o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital. Este, segundo o autor, antecede o capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias [de que é exemplo o capital mercantil], do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, por meio daquilo que Mészáros denomina “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e demais países do Leste europeu, durante várias décadas deste século XX. Esses países, embora tivessem uma configuração pós-capitalista, foram incapazes de romper com o sistema de metabolismo social do capital ...” (MÉSZÁROS, I., 1995, apud, ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho, 2001. 5ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial). A citação encontra-se à p. 23, nota 5.

¹⁸ Uma observação pertinente sobre políticas territoriais parte-se em diferenciar essas mesmas políticas. Diz o texto: “Tradicionalmente, as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejada do Estado voltada ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país. No nosso enfoque, entretanto, as políticas territoriais extrapolam essa noção, abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção de espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de valorizar essas políticas” (COSTA, W. M. da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 13).

Em outras palavras, só se resolve a ‘questão regional’, se e somente se, resolvermos a ‘questão nacional’ no âmbito das relações centro-periferia, em que a possibilidade de construção nacional almejada e alcançada esteja posta.

Em resumo, são políticas territoriais com autonomia de decisão pelos agentes econômicos nacionais e pelo Estado como modelador da vida social coletiva da nação dentro do seu próprio território – é o controle da soberania estatal-territorial pelo Estado nacional no que tange a vida econômica, social e política de uma dada formação social-territorial e as perspectivas do devir de seu próprio desenvolvimento nacional.¹⁹

C. Furtado, logo nos primeiros anos da Sudene, propõe um reordenamento do pacto federativo. Isso seria um mecanismo de equilíbrio da arquitetura política federativa e uma maneira menos dolorida de resolver o esgarçamento do tecido social, econômico e político da federação. É uma reafirmação do pacto federativo em moldes reformistas, isto é, com a Sudene, havia a possibilidade dos entes federativos (União e Estados) terem uma gestão compartilhada dos recursos escassos arrecadados em nível nacional.

A crise da federação iminente, em função do desenvolvimento desigual, não combinado, entre as regiões brasileiras, e dada também à disparidade da renda, poderia ser alterada com o modelo de criação da Sudene. Esse é o objetivo precípua que se pode enxergar com a criação desse órgão – o I Plano Diretor da Sudene data de 1961-63, o II Plano Diretor da Sudene data de 1963-65.

A razão republicana de C. Furtado quanto a Sudene é vislumbrada associando duas pontas, a primeira a razão republicana propriamente dita; em C. Furtado não dá para

¹⁹ Quando se trata do controle estatal-territorial, na prevalência dos direitos soberanos das nações sob seu próprio destino, como coletividade nacional, inclusive a autodeterminação e o próprio desenvolvimento econômico dos povos, apesar de serem formulações diversas, em campos político-ideológicos diferentes, mas de confluências comuns, no que toca ao sentido do desenvolvimento nacional, pode-se afirmar, conforme aponta J. L. Fiori (1999) que: “*A ideologia wilsoniana-leninista da autodeterminação das nações, sua igualmente abstrata, e seu paradigma desenvolvimentista incorporado em ambas variantes ideológicas, foi aceita maciça e praticamente sem exceção como programa operacional dos movimentos políticos das zonas periféricas e semi-periféricas do sistema mundial*” (WALLERSTEIN, 1974 apud FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999, p. 11-85) . A citação encontra-se à p. 22.

separar “(...) as três dimensões da República – o destino nacional, a cidadania social e a soberania popular – estão articuladas em uma lógica mutuamente configuradora” (GUIMARÃES, J., 2001 p. 24) em que o projeto de nação está intimamente associado à superação do subdesenvolvimento. A segunda, um federalismo regional em que:

O uso sistemático dos instrumentos de controle social, ao produzir efeitos na transformação do sistema político e econômico do Nordeste, tendo como veículo a SUDENE, poderia trazer, para ele, coerência econômica e coesão política à nação, evitando a cisão entre o social, o político e o econômico (GUIMARÃES, Ma. E., 1999, p. 202).

Mas, voltando um pouco atrás, a programação do desenvolvimento, conforme C. Furtado, deve ser feita no sentido de observar que “(...) a economia brasileira não é um sistema integrado” na sua totalidade espacial; para pensar um “(...) plano de desenvolvimento é necessário considerar em conjunto toda a economia nacional” (FURTADO, 1956, p. 55 e 57). A criação da Sudene, em 1959, traz no seu bojo estas questões a serem equacionadas com a nova política. Sendo assim,

(...) A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE - pretende ser um órgão de natureza renovadora com o duplo objetivo de dar ao Governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos (FURTADO, 1959, p. 18).

Um aspecto importante relacionado à questão da região vista sob a perspectiva nacional foi à criação da Sudene que tinha objetivos claros a serem perseguidos e seria, de fato, um órgão de governo responsável em elaborar o planejamento da economia nordestina.

No fundo, é tornar a economia nordestina muito mais produtiva que até então tinha sido. Mas, a ‘questão nordestina’, somada com o poder das oligarquias retrógradas da região na manutenção das estruturas arcaicas existentes, de outro, a burguesia industrial do Centro-Sul que aderiu a um capitalismo associado com as grandes transnacionais;

essas são as dificuldades encontradas em transformar o Nordeste numa região mais avançada do ponto de vista social e econômico.

Com esse dilema posto, que o sonho da utopia e da razão do cientista, personalizado no homem de visão *avant-garde* e cavaleiro andante, de ação racionalizadora e propositiva; nesse labor e empreitada, é que caracterizou Celso Furtado e seus trabalhos frente a Sudene. Depois tudo, ou quase tudo, foi transformado em fracasso na década seguinte – anos 60 -, pós-golpe militar de 1964.

A percepção de C. Furtado com relação ao subdesenvolvimento, pois resolver o problema do Nordeste, também é resolver a dicotomia relacional polarizadora entre desenvolvimento/subdesenvolvimento nacional, o mesmo aponta e afirma com base na mitologia grega que “o subdesenvolvimento, como deus Janus, tanto olha pra frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social” (FURTADO, 1992b, p. 19).

Vamos tratar das reformas, do desenvolvimento e do planejamento como condição necessária para superação desse impasse que está presente em todos os lugares, olhando para todos os lados. Vejamos isso na seção que se segue.

II-V Em busca de soluções para as desigualdades socioespaciais e aspectos da atuação de Celso Furtado na implementação de reformas estruturais

C. Furtado (1961) procura deixar bem claro sua tematização específica contrastando com outras vertentes do pensamento cêntrico no que tange a interpretação do desenvolvimento e o subdesenvolvimento. No seu trabalho, no mesmo ano apontado acima, intitulado “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (1961), discutindo a teoria do desenvolvimento na ciência econômica (cap. I, p. 19-84), ele aponta que:

(...) O desenvolvimento econômico é um fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicas, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas (FURTADO, 1961, p. 22).

Se bem que isso já acompanhava a tematização furtadiana desde 1954 com seu trabalho – “A economia brasileira” (1954, p. 213). Mas, ao mesmo tempo, ele também deixa claro seu posicionamento com relação ao subdesenvolvimento. Em “Os elementos de uma teoria do subdesenvolvimento” (cap. IV, p. 163-193), no mesmo trabalho de 1961, e já citado anteriormente neste trabalho (Introdução, seção II), ao abordar os elementos de uma teoria do subdesenvolvimento, o tratamento dado a essa questão é:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham necessariamente, passado as economias que alcançaram grau superior de desenvolvimento. (...) o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios (FURTADO, 1961, p. 180 e 191; Grifo nosso).

C. Furtado acredita que o desenvolvimento só ocorrerá com a “transferência dos centros de decisão” para dentro do território. A industrialização é um passo significativo, além do fortalecimento do Estado nacional conquistado a partir da Revolução de 30 com todas suas contradições. O mesmo não titubeia em afirmar que com G. Vargas ocorrera a consolidação do poder central e mais ainda, consolida-se o Estado nacional brasileiro. Em suas palavras:

A consolidação do poder central que se esboça em 1930 e se confirma em 1937, dota o país de um centro de decisões com considerável autonomia vis-à-vis dos grupos econômicos tradicionais. (...) É graças à evolução ocorrida durante esse período que o Estado nacional emerge como um fator importante no sistema econômico brasileiro (FURTADO, 1972, p. 22-23; Grifo nosso).

Entretanto, há algumas especificidades no “desenvolvimento nacional”, que nada mais é que uma busca autônoma, e um “processo de diferenciação nacional no quadro da economia mundial” e que precisam ser reparadas (FURTADO, idem, p. 240 e 246). Trata-se de reformar o Estado e as estruturas arcaicas. Daí a necessidade das reformas estruturais e o papel do planejamento do Estado é essencial. Em “A Pré-Revolução Brasileira” (1962), C. Furtado repassa o papel do Estado brasileiro e em seguida aborda as chamadas reformas estruturais necessárias e afirma que:

(...) o desenvolvimento do Brasil nos últimos decênios recentes, foi, em grande parte o resultado de ação estatal, ainda que descontinuada e às vezes contraditória. (...) coube ao setor público dirigir e financiar toda essa reconversão e ampliação da infra-estrutura econômica. (...) O Estado Brasileiro teve suas funções substancialmente ampliadas, nos últimos decênios, como principal instrumento do desenvolvimento econômico nacional (FURTADO, 1962, p. 41-42).

Na constatação de C. Furtado, as reformas de base são essenciais, mas a de maior importância seria aquela que creditasse ao Estado a capacidade fiscal de arrecadação de recursos para que os gastos fossem ampliados (FURTADO, idem, p. 42).

Além, de todos os problemas internos que precisávamos enfrentar para resolução dos problemas do subdesenvolvimento, tínhamos uma frente externa poderosa nos anos 50. Trata-se do período de Guerra Fria em que a política interna dos países teria que, necessariamente, seguir diretrizes externas; alguns círculos norte-americanos empenhavam-se em mostrar que o mundo estava dividido em duas partes. Para conter o comunismo era preciso aliar-se a um bloco.

Surge desse esquematismo a doutrina de segurança nacional que acabará influenciando a concepção de Estado e sua relação com a sociedade nacional e que foi tonificada com o golpe de 64. Mas, sua prenúnciação já campeava os militares e as elites latino-americanas tão cordadas aos interesses dos norte-americanos.

Na década de 60, as políticas de desenvolvimento preconizadas pela Cepal acabaram influenciando o governo dos Estados Unidos. De início, o próprio C. Furtado foi um entusiasta da “Aliança para o progresso”, programa do governo Kennedy, dado o caráter reformista das medidas adotadas pelo Brasil a partir das reformas estruturais canalizadas pela Sudene (FURTADO, 1997a, t. 2, p. 186 e 187; FURTADO, 1997c, t. 3, p. 133).

Depois, o que se viu foi uma suposta contradição entre os interesses dos Estados Unidos, com a “Aliança para o progresso” e os objetivos de desenvolvimento preconizados pela Sudene, levando C. Furtado a um ceticismo, mescla de descrença e desconfiança, com relação ao papel dos Estados Unidos e os objetivos da política externa americana através da “Aliança para o progresso”.

C. Furtado retrata esses fatos da seguinte forma, como testemunha e agente técnico do governo brasileiro (governo Jânio) à frente da Sudene:

(...) as autoridades norte-americanas se consideravam com o direito de contrapor-se às autoridades brasileiras (no caso, a Sudene) para alcançar seu objetivo de “deter a subversão no hemisfério”. Aí se afirma [Subcomissão do Congresso americano ao visitar o Nordeste]: “De início, ficou claro que o órgão brasileiro responsável pela implementação do programa do Nordeste, Sudene, estava em desacordo básico com os Estados Unidos...” (FURTADO, 1997a, t. 2, p. 206).

Mais adiante, já no governo João Goulart, quando dos intentos do Plano Trienal, o que se verifica são novas pressões internacionais na lógica que estamos traçando anteriormente. É um enquadramento indelével no que hoje caracterizamos em diplomacia como um padrão *soft power*; a fórceps só com os militares (*manu militari*), à estratégia geopolítica do governo americano e de segurança hemisférica. Conforme, noticia o que se segue com relação ao Plano Trienal deve-se indagar se houve pressão internacional contra o Plano Trienal?

(...), houve pressão. Essa pressão, porém não esteve relacionada sempre e de modo direto com o Plano Trienal. Pode-se mesmo argüir na linha de que o Plano foi apenas uma “barreira” a mais no processo dos nexos econômicos e políticos do subsistema central norte-americano com o subsistema periférico brasileiro (WANDERLEY, 1972, p. 187).

Esse tema relacionado ao Estado nacional e o poder, além de toda uma ideologia que subjaz a desconstrução da idéia de formação e/ou construção do Estado nacional pós-64, será o nosso tema do próximo capítulo. Por ora ficaremos com as questões internas ao país no período que tangencia e é pré-golpe militar – ano de 1964.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-61) tem o mérito de que pela primeira vez o Brasil estabelece, de fato, uma verdadeira política industrial para o país. O resultado é que passamos por grandes transformações no setor industrial brasileiro, conforme C. Furtado, comparando esse segmento em 1949 e 1959, diz ele que:

(...) o setor produtor de alimentos e bebidas contribuía com 27 por cento do total e o de tecidos e confecções com 23 (...). A contribuição das indústrias metal-mecânicas, que nos países plenamente industrializados supera uma terça parte do total, limitava-se a 16 por cento. (...) Em 1959 a estrutura havia evoluído consideravelmente (...). O setor metal-mecânico já era o mais importante, contribuindo com 27 por cento para a produção total. Os setores alimentar, têxtil e conexos representavam em conjunto 36 por cento (FURTADO, 1983a, p. 30 e 32).

W. Suzigan (1996), ao fazer uma análise histórica da política industrial no Brasil afirma que, num sentido amplo, a política industrial somente ocorreu em dois momentos: no Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek (1956-61) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), governo Geisel (1974-79). O II PND é assunto do próximo capítulo, ficaremos agora somente com a análise do Plano de Metas.

Conforme o autor acima, “(...) a partir dos anos 50, especificamente o segundo governo Vargas, começou a ser formada uma base institucional de planejamento, [que culminou com] o Plano de Metas” (SUZIGAN, 1996).

Ainda, conforme W. Suzigan é preciso considerar várias medidas para se falar numa política industrial: planejamento, estratégia, coordenação; diretrizes, objetivos, organização institucional; *targeting* (meta, alvo, objetivo) de setores, indústrias ou tecnologias; instrumentos e políticas auxiliares; investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento do sistema educacional e de treinamento.

Mudanças substanciais em torno das atividades industriais, uma delas está relacionada à transferência geográfica da população campo-cidade. Já é expressiva a população nas maiores cidades brasileiras.

Há um crescimento dos investimentos, conforme C. Furtado, e um achatamento dos salários, surgimento da inflação e aumento da dívida externa. Dos investimentos, C. Furtado diz que: “(...) elevou a taxa de investimento (relação bruta de capital/produto interno bruto) de 14,5% em 1956, para 20,6%, em 1959, acelerou-se o crescimento da

economia, surgindo um clima de euforia na classe empresarial” (FURTADO, 1997a, p. 65).

Pensando o crescimento industrial cíclico brasileiro, M. C. Tavares observando a dinâmica e o comportamento da economia industrial daquele momento (década de 50), nos alerta da seguinte forma, sobre o crescimento industrial cíclico:

(...), a partir da segunda metade da década de 50, deve-se, sobretudo à estrutura setorialmente desequilibrada do crescimento da própria indústria (...) Os ritmos de crescimento do investimento e produção corrente de bens duráveis de consumo e de capital podem acelerar-se periodicamente, mas não são capazes de auto-sustentar-se ... (TAVARES, 1978, p. 71).

Na mesma linha de pensamento indicado acima, o cientista político J. L. Fiori (1986) acertadamente aponta o impasse do Estado brasileiro dos anos 50 em diante. Como as alternativas críveis para a classe detentora de poder era seguir adiante com o crescimento econômico e somente o Estado poderia ser o condutor no que se convencionou chamar de Estado desenvolvimentista, há de fato, um atrelamento do crescimento à industrialização e essa crise produzida na década corrente mostrará seus estertores nos anos 80 em diante.

O que está em jogo é o papel das elites no que diz respeito ao papel do Estado, isto é, a ideologia dominante com seus fundamentos liberais e o viés desestatizante e que já tinha força nos anos 30, mas, permaneceu em estado de dormência, camuflada e retomada depois da crise do endividamento externo dos anos 80. Basta ver os golpes frustrados da contra-revolução contrários à posse de J. Kubitschek e, mesmo antes, contra G. Vargas até a fase de apoderamento do poder, na década de 60, com a destituição do governo João Goulart (Jango). Voltando a J. L. Fiori (1986), diz o autor que:

O comprometimento do Estado, como “executor” da lei de valorização, junto com a posição de liderança do capital industrial no movimento de acumulação, fazem da compulsão ao crescimento sinônimo de industrialização, sincronizando os fluxos centralizantes com os ciclos expansivos da indústria (FIORI, 1986, p. 87).

A superação do subdesenvolvimento, na visão dos propositores mais progressistas, inclusive C. Furtado, é que necessariamente se daria pelo fato do próprio acontecer do desenvolvimento industrial. Nesse aspecto, o Estado deve continuar sendo aparelhado nas múltiplas funções em que ele é impelido, no sentido, de “(...) ajustar a nação, através do Estado, aos interesses da coletividade, no tempo presente e na perspectiva futura. Este é o interesse universal que se constrói tendo a nação como totalidade. O Estado árbitro soberano do dinheiro interno...” (SANTOS, Ma. O., 1998, p. 83-84).

No que tange ao planejamento econômico nacional vislumbrou-se algumas correções de rumo nas décadas de 50. A implantação da Sudene, em que pese às desigualdades regionais e espaciais, é um dado importante; outro é o Plano Trienal, que foi abortado pelos militares golpistas e as elites civis de 1964.

A política de desenvolvimento econômico precisava ser reformatada, tendo em conta as reformas estruturais, uma vez que o planejamento para ser eficaz, necessitava de mudanças e modificações que qualificasse o processo produtivo-econômico.

O Plano Trienal era um indicativo de diretrizes importantes para quatro reformas específicas: a administrativa, a bancária, a fiscal e a agrária. Duas coisas são elucidativas no Plano. A primeira é o grau de insitucionalização necessário para execução das reformas e que o Estado brasileiro estava pouco preparado em termos de capital humano para conduzir os negócios desse mesmo Estado; e a segunda, inclusive consta do Plano, é “(...) planejar a estabilização em condições de desenvolvimento, a fim de que

possamos, em uma fase subsequente, planejar a intensificação do desenvolvimento sem comprometer a estabilidade” (PLANO TRIENAL, p. 18 apud WANDERLEY, 1972, p. 145).

Do Plano, pode-se ver que o caráter reformista social-democrata infligia diretamente as classes detentoras de poder no Brasil, a oligarquia agrária, de um lado; e de outro os interesses concentrados na burguesia industrial associada, pois naquele momento o Brasil já se constituía num subsistema da estratégia norte-americana de defesa e as reformas, inclusive a agrária, era um acinte aos detentores de poder.

Esse desenvolvimentismo de vertente democrático-popular e reformista, que C. Furtado está incluso em termos de proposição para ação política e é também um dos principais protagonistas, foi rechaçado pelo conservadorismo das elites brasileiras. J. L. Fiori (2003) aponta isso com muita sensatez da seguinte forma:

No início da década de 60, esta vertente nacional, popular e democrática do desenvolvimentismo chegou a propor uma reforma do projeto, incluindo, ao lado da industrialização e do crescimento econômico acelerado, o objetivo da democratização da terra, da renda, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político. Uma alternativa que foi sintetizada, em parte, pelo Plano Trienal de Celso Furtado de 1963, mas que foi vetada pelos conservadores e impedida pelo golpe militar de 1964 (FIORI, 2003, p. 13).

A percepção dos fatos leva-nos a intuir que quaisquer reformas (reformas estruturais), tais como a reforma agrária e a do controle de capital estrangeiro, as de maiores resistências nos idos dos anos 60, as nossas elites sabotariam.

Um projeto de desenvolvimento nacional em que a construção nacional esteja em pauta não interessou as classes detentoras do dinheiro interno e continua a difícil retomada de um projeto de nação. Qual é a explicação para isso? Antes de mais nada, é bom que se diga, que se não se pode resolver pelo poder repressor do Estado nos moldes da democracia imperfeita da época, convida-se os militares a assumirem o poder e estabelecer a ordem de forma arbitrária.

G. Arrighi nos chama atenção de forma percuciente sobre os governos autoritários (Brasil – 1964), naquilo que ele classifica de Estados semi-periféricos e que são predisposições comuns a esses regimes. “(1) preservar as extremas desigualdades de classe na distribuição da riqueza pessoal no interior de seu território e (2) desempenhar funções subordinadas nos processos globais de acumulação do capital” (ARRIGHI, 1998, p. 234).

Se repassarmos a história social brasileira do início da República (final do século XIX) até o regime militar de 64 a tessitura orgânica do Estado e das elites seguiu sempre a ideologia da ordem, isto é, conforme afirmativa de M. C. Tavares (2001), isto se deveu por que:

Nunca se conseguiu construir, (...) nenhuma espécie de consenso amplo que desse autonomia à chamada “sociedade civil” e permitisse governar de forma democrática e “republicana” nosso país. (...) O princípio republicano de que “todo poder emana do povo” foi sistematicamente atropelado pelas “elites” políticas que sempre optaram pelo proverbial “fora do Estado não há solução!” (TAVARES, 2001, p. 141).

Mais ainda, seguindo a verve de M. C. Tavares, “(...) O Estado nacional brasileiro (...) sempre avançou em sua vocação centralizadora a partir de sucessivos conflitos e pactos das oligarquias regionais e destas com as elites de negócios internacionalizados” (TAVARES, idem, p. 143).

Se quisermos ser realistas a extremo, vejamos essa vertente de pensamento mais eloqüente e incisiva, na defesa do caminho democrático, quando se trata de Brasil e a construção da nação e o período que estamos tratando, os anos 50/60 do século passado, como uma possível avenida prospectiva de projeção política para o país:

O objetivo político a alcançar nos países subdesenvolvidos, isto é, o objetivo cuja consecução assegurará um mais rápido desenvolvimento econômico em uma sociedade democrática pluralista – consiste em criar condições para que os assalariados urbanos e a massa camponesa tenham uma efetiva participação no processo de formação do poder (FURTADO, 1964, p. 87).

No próximo capítulo trataremos de investigar o Brasil depois do golpe de 1964, e as análises de C. Furtado sobre esse momento histórico. Além disso, é nosso objetivo analisar a configuração das categorias analíticas que perseguimos no seu trabalho – o Estado nacional, o poder, o território, a nação e as questões regionais entre 1964 a 1985.

**III – O GOLPE DE 64 E O PROCESSO DE
DESCONSTRUÇÃO NACIONAL PELAS LENTES DE
CELSO FURTADO**

III-I A ruptura autoritária na vida política brasileira e o desencanto furtadiano

O golpe militar no Brasil é datado de 31/03/1964. As forças políticas democráticas foram cerceadas de direitos civis e políticos no território brasileiro. A maioria dos políticos, eleitos democraticamente, foi banida da vida política nacional, bem como alguns intelectuais²⁰, entre eles estava Celso Furtado. A única alternativa de sobrevivência da *intelligentsia* brasileira foi o exílio voluntário ou obrigatório. C. Furtado (1998), ao comentar esta passagem histórica na vida social e política brasileira faz uma reflexão sobre o papel do Estado nacional brasileiro na condução da própria formação nacional e territorial, e o interregno autoritário de 1964; além da tomada do Estado pelas forças reacionárias e conservadoras cuja herança final restou o que há de pior em temos políticos. Em suas palavras:

²⁰ Com relação a essa categoria social C. Furtado (1964) não se furta a dizer, tendo em conta as mudanças e dinâmicas sociais correntes no nordeste brasileiro antes do golpe de 1964. Afirma ele: “(...) se podemos de alguma forma ir mais longe do que simplesmente compreender o que está ocorrendo, pois já podemos prever as tendências básicas dessas ocorrências, e não interferimos em favor de soluções de menor custo social, o mínimo que se poderá dizer dos estudiosos de ciências sociais, é que estiveram a serviço de interesses de grupos e classes contra o seu próprio povo e que traíram a maior de todas as responsabilidades que é a da inteligência” (FURTADO, 1964, 138). Vale a pena reproduzir outra assertiva feita por Marshall Berman (1994) quando se trata dos intelectuais, categoria importante no contexto de uma nação e na produção do conhecimento, o que não deixa de ser também uma produção para o mercado, com todas as suas contradições. Afirma ele com certa ironia que: “Os intelectuais ocupam uma posição peculiar na classe trabalhadora, uma posição que gera privilégios especiais, mas também ironias especiais. Eles são beneficiários da demanda burguesa de inovação permanente, que expande enormemente o mercado para seus produtos e habilidades, muitas vezes estimula sua audácia e imaginação criativa e – se eles forem astutos e bem-sucedidos o suficiente na exploração da necessidade de novas idéias – permite que eles se safem da pobreza crônica em que vive a maior parte dos trabalhadores. Por outro lado, já que eles se envolvem pessoalmente em seu trabalho – ao contrário da maioria dos trabalhadores assalariados, que são alienados e indiferentes -, as flutuações de mercado os atingem de modo mais profundo. “Vendendo-se peça por peça”, eles vendem não apenas sua energia física mas suas mentes, sua sensibilidade, seus sentimentos mais profundos, seus poderes visionários e imaginativos, virtualmente todo o seu ser” (BERMAN, 1994, p. 114). C. Furtado, de novo trata os intelectuais com certa mescla de ironia, acidez e provocação, com a seguinte formalização peculiar, tratando, em especial dos economistas nos países subdesenvolvidos: “Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos países subdesenvolvidos, diria que ele reúne em si noventa por cento de malabarista e dez por cento de santo. Assim, a probabilidade que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma viravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persiste em não corromper-se, daí para a fogueira a distância é infinitesimal. De resto, por maior que seja a sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá acontecido” (FURTADO, Aventuras de um economista brasileiro, t. II, p. 26, 1997b, In: *Obra autobiográfica.....* Texto original, escrito em Paris, em 1972, a pedido da UNESCO, cf. *Aventures d'un économiste brésilien*, In: *Revue Intenationale de Sciences Sociales*, v. XXV, n. 1-2, 1973, Paris).

O Estado teve um papel essencial na formação do próprio país. O Brasil, na verdade, é uma criação do Estado português. Nossa unidade territorial também é uma criação do Estado. Diante do desafio da industrialização, o Estado coordenou o esforço para torná-lo viável. (...) o Estado é uma instituição muito especial: se não tiver submetido permanentemente à vigilância da sociedade civil, tende a degradar-se (...).

A interrupção do processo democrático iniciou um mecanismo de seleção negativa. (...) Aqui, mantivemos um Congresso fictício, o que condenou a classe política a um processo de degenerescência: todos os indivíduos de melhor qualidade eram cassados, enquanto o bagaço ia ficando. Acumulamos uma quantidade de bagaço político, que aí está (...) (FURTADO, 1998a, p. 21).

Nos anos 60, a sociedade brasileira passava por grandes mudanças e conclamava os administradores públicos a realizarem as reformas necessárias, principalmente as massas urbanas e segmentos dos trabalhadores rurais. Já nos idos de 1950, o Brasil abruptamente caminhava para a urbanização, como consequência direta da industrialização e, isso por si só, pressupunha mudanças de grande envergadura.

Alguns obstáculos na esfera política haviam, isto é, as mudanças ocorriam na estrutura econômica do país com a industrialização dependente, mas o sistema de instituições políticas não se alterava. Faltava, de fato, ao Brasil uma burguesia industrial nacional²¹ com projeto e ideologia própria, um Legislativo completamente tomado por forças da oligarquia rural, atrasada e reacionária e, um ambiente urbano constituído de massas heterogêneas suscetíveis ao apelo de chamados 'populistas'.

C. Furtado (1997) aponta essas mudanças na dinâmica do espaço econômico e social brasileiro da seguinte forma: "Em 1920, viviam nas zonas urbanas sete milhões de

²¹ Nesse ponto C. Furtado (1972) é taxativo. A ascensão dos grupos industriais com sua ideologia liberal-cosmopolita, associada ao grupo militar e a tecnocracia que ascende ao poder do Estado, no processo aberto em 1964, tem um propósito muito bem definido e muito distante de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional conduzido por uma genuína burguesia nacional. Em suas palavras: "... o apelo ao Estado como instrumento de luta contra os grupos "estrangeiros" só muito raramente se configura. Em realidade, tende a predominar a ideologia de que estabelecer uma diferença entre empresas estrangeiras e nacionais é um anacronismo, pois o que realmente interessa é a "contribuição" de cada uma para o desenvolvimento do país. (...) Trata-se menos de emergência ou consolidação de uma burguesia nacional do que de implantação da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais" (FURTADO, 1972, p. 36). Em outro livro datado de 1989, em sua primeira edição, lançado posteriormente em "Obra autobiográfica de Celso Furtado" (1997), C. Furtado volta novamente a mesma carga argumentativa sobre os grupos dirigentes brasileiros, sua heterogeneidade e falta de projeto de desenvolvimento nacional, além do golpismo escancarado nos idos de 1963/64. Diz ele: "(...) a classe dirigente, por sua própria heterogeneidade, está incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional" (FURTADO, A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, t. 2, 1997a, op. cit. p. 288).

pessoas. Quatro décadas depois, esse número já alcançava 35 milhões, subindo a proporção de 20% para 50%”.²² A atividade industrial, portanto, conduz o processo interno de substituição de importações e adquire importância na ampliação da estrutura econômica. C. Furtado (1969) interpreta isso da seguinte forma: “Entre 1939 e 1949, a produção industrial cresceu, entre nós, com uma taxa anual média de 7,2 por cento; entre 1949 e 1959, essa taxa se elevou de 8,5 por cento e entre 1959 e 1964 a 9,7 por cento...” (FURTADO, 1969, p. 28).

A economia urbano-industrial entre 1939 e 1969 já desponta com certo crescimento em que a produtividade industrial aumentava aceleradamente com concentração do fator renda. Nesse período, conforme F. Oliveira (1987), “(...) entre os anos 1939 e 1969, a participação do produto do Secundário no produto líquido passa de 19 para quase 30%, enquanto a força de trabalho no setor vai de 10 a 18%” (OLIVEIRA, 1987, p. 32).

Com esses dados acima se intui que as taxas de acumulação industrial aumentaram, pois tivemos um aumento enorme da produtividade do trabalho às expensas do fator trabalho e mais concentração da renda.

Com a resistência da classe dirigente (a oligarquia) e setores da classe média em promoverem e intensificarem a democracia formal, com participação dos novos agentes sociais, todas as medidas em direção às mudanças eram vistas como populistas e deveriam ser freadas, pois isso significava mais poder e democracia popular, uma vez que, de fato, a representação política fosse sugestionada e mudasse o *status quo ante*; nesse sentido, os anseios de mudanças deveriam ser bloqueados.

O quadro político dos anos 60 era insustentável, pois se, de um lado tínhamos uma crise interna recessiva em que o financiamento dependia da geração de inflação, isto é, o Estado desenvolvimentista, para ampliar seus gastos, dependia da emissão de moeda e

²² FURTADO, C. Os ares do mundo. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. 3, p. 41-370, 1997c. A citação encontra-se às páginas 87-88.

de confisco cambial; por outro dependia de uma fronda externa de financiamento do desenvolvimento industrial.

Na outra ponta, tínhamos a necessidade de levar adiante as reformas, as mais resistentes estavam relacionadas à mudança da estrutura fundiária e o controle dos capitais externos, o que levou o Brasil a um impasse político cuja saída vislumbrada pela poderosa classe dirigente nacional, associada ao capital estrangeiro, seria a arbitragem e o golpe dado pelos militares, ou mesmo, como se pode diagnosticar, uma fuga para frente em termos de progressão das contradições.

J. M. Cardoso de Mello (1984) ao analisar “A problemática da industrialização retardatária” (p. 96-122), no período que vai de 1956-61, aponta esse problema da seguinte forma:

A ação do Estado foi decisiva (...) A ampliação do gasto público valeu-se, fundamentalmente, de formas nada ortodoxas de mobilização de recursos financeiros (emissões e, até 1959, confisco cambial), uma vez que não houve qualquer modificação significativa no sistema tributário. Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer as bases de associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores (MELLO, 1984, p. 118; Grifo do autor).

C. Furtado, por sua vez, enxerga esse momento da vida política brasileira, que culminou com o golpe de 64, como um verdadeiro retrocesso do desenvolvimento nacional. Associando a industrialização dependente, desenvolvimento e autoritarismo, além é claro da modernização, fulcro central do desenvolvimento analítico de C. Furtado pós-golpe. Aqui C. Furtado fala do exílio e esboça todo o desencanto sobre a construção nacional brasileira; afirma ele que:

(...) Estávamos agora diante de um projeto “modernizador”, que partia da idéia de que tanto a distribuição eqüitativa da renda como a conveniência democrática somente são alcançadas nas fases superiores do desenvolvimento. Assim, havia antes que conhecer as dores do parto da “acumulação primitiva”. Para essa gente, o desenvolvimento é um processo de domesticação da sociedade, requer o exercício de um poder autoritário. Enfim, era a vitória da modernização tutelada (FURTADO, 1997c, p. 56).

O desenvolvimento conservador brasileiro, em parte, foi tangenciado por propostas no contexto de desenvolvimento nacional nos anos 50/60. As reformas estruturais propostas para que houvesse compatibilização entre a industrialização, o crescimento da economia e o desenvolvimento na sua totalidade, seriam dados pela concretude e materialidade de concepção com a criação da Sudene²³ e mesmo com as mudanças propugnadas no próprio Plano Trienal (1963) de C. Furtado; sem dúvida alguma, uma tentativa de manter o Brasil no campo democrático com todas as suas imperfeições, como aponta J. L. Fiori (2003) ao afirmar que:

No início dos anos 60, esta vertente nacional, popular e democrática do desenvolvimentismo chegou a propor uma reforma do projeto, incluindo, ao lado da industrialização e do crescimento econômico acelerado, o objetivo da democratização da terra, da renda, da riqueza, do sistema educacional e do sistema político. Uma alternativa que foi sintetizada, em parte, pelo Plano Trienal de Celso Furtado de 1963, mas que foi vetada pelos conservadores e impedida pelo golpe militar de 1964 (FIORI, 2003, p. 13; Grifos nossos).

Ao tratar do Plano Trienal, M. C. Tavares, numa homenagem a Celso Furtado (2002, p. 10; C. Furtado entrevistado por CAMARGO e LOYOLA), afirma que: “(...) o Plano Trienal, [foi] a primeira tentativa nacional de compatibilizar objetivos de

²³ A instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) é de 25 de abril de 1959, no governo Juscelino Kubitschek (JK). A Lei 3.692 que cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é de 15/12/1959 no governo JK. O I Plano Diretor da Sudene para o Nordeste - sob responsabilidade de Celso Furtado como primeiro superintendente dessa instituição - foi aprovado pelo Congresso em 14/12/1961 (Lei 3.995). Em 1961, já no governo Jânio Quadros, o então superintendente da instituição foi confirmado no cargo. O II Plano Diretor só foi aprovado no Congresso em junho de 1963, no governo João Goulart. Furtado assume o posto de Ministro Extraordinário do Planejamento (1962) do governo Goulart, além de ser o responsável pelo Plano Trienal do mesmo governo. Em 1963 retoma suas funções na Sudene novamente, depois de deixar o ministério do governo Jango (FURTADO, C. A fantasia desfeita. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. 2, p. 27-306, 1997a).

crescimento, distribuição de renda e estabilização; o primeiro grande documento de proposição de política econômica, social, de estabilização e autonomia da economia”.²⁴

A tese de C. Furtado, por sua vez, com relação ao golpismo escancarado das elites retrógradas e, finalmente alcançado em 64, é visto da seguinte forma, em que a ideologia do desenvolvimento foi transformada em ideologia do progresso; diz ele:

Os conflitos sociais, (...) são percebidos como formas de desperdício de energias da sociedade. Importante prolongamento dessa ideologia é a doutrina do autoritarismo como sistema político mais adequado às sociedades de industrialização tardia. Somente no quadro do autoritarismo seria possível criar condições requeridas para um rápido transplante das técnicas industriais e, simultaneamente, intensificar a acumulação (FURTADO, 1978, p. 79).

Ou mesmo, como afirma outra autoria, interpretando C. Furtado; diz a mesma:

No imaginário autoritário, o que predomina é a busca de unidade. Não se lida com a divisão social, que é a essência de uma sociedade democrática. Não há espaço para a experiência de alteridade. Nesse imaginário todos somos iguais, mas não na posse dos bens materiais e políticos (GUIMARÃES, Ma. E., 1999, p. 134).

Mesmo antes, C. Furtado em “A pré-revolução brasileira” (1962, p. 59) já havia acusado o desenvolvimento econômico, pois o mesmo além de ser “sempre um processo multiforme, de progressiva diferenciação e complementaridade entre as partes de um sistema econômico”, deve-se levar em conta as desigualdades socioespaciais e que o mesmo deveria ser pensado com o seguinte propósito, dada às características geográfico-territoriais do país e a heterogeneidade social do mesmo, afirmando que:

²⁴ FURTADO, C. Entrevista de Celso Furtado concedida a Aspásia Camargo e Maria A. Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b. A homenagem é creditada a Maria da Conceição Tavares, p. 9-12. A citação encontra-se à página 10.

[a] necessidade de que tenhamos uma política de desenvolvimento em consonância com as características continentais do nosso país. Devíamos reconhecer que o desenvolvimento não poderá continuar a processar-se à custa de desigualdades crescentes entre as condições de vida de grandes grupos da população (FURTADO, 1962, op. cit., p. 102).

Do ponto de vista do Estado nacional e do poder nacional, algumas diferenças podem ser realçadas tanto antes quanto depois do golpe. É um momento de inflexão daquilo que se vinha construindo em termos de formação e construção nacional. As discussões em torno da Sudene e as questões envolvendo as mudanças necessárias em torno da questão da terra, da população no semi-árido nordestino, dos investimentos regionais, a evolução da agricultura do Nordeste, entre outros assuntos, tinha uma participação efetiva da sociedade, de governos e grupos organizados.

Nesse sentido, pode se dizer que a construção nacional, naquele momento, se fazia nos moldes das contradições de uma sociedade democrática. Com o golpe, a construção nacional foi interrompida na interpretação de Celso Furtado. Veremos isso na seção seguinte.

III-II A desconstrução nacional sob o domínio militar e a ênfase de Celso Furtado à negatividade do autoritarismo

O golpe de Estado de 1964 tinha como característica básica retomar as rédeas de certo viés do liberalismo econômico de mercado, hegemônico do século XIX até as primeiras décadas do século XX (“*Laissez passer, Laissez faire*”), que dominava o pensamento das elites brasileiras, pelo menos isto era o ideário das classes civis golpistas.

Os protagonistas dos pressupostos neoclássicos da teoria liberal defendiam que o Brasil era uma economia dependente e como tal os fundamentos econômicos prescritos, além de uma especialização técnica do trabalho, tinha vantagens comparativas importantes, em especial nossa agricultura, dada nossa vocação agrícola.

Este era o caminho natural do país, mas é um velho pensamento das elites nacionais desde o século de predomínio dos ciclos econômicos dominantes na economia colonial (como o café no final do século XIX e início do século XX).

No entanto, isso só ocorreu de início, pois inclusive tivemos o golpe dentro do golpe em 1968. J. L. Fiori (2003) interpreta esses acontecimentos de 1964 da seguinte forma: “Depois de 1965, e em particular depois de 1968, o regime autoritário abandona o discurso liberal e volta ao leito do desenvolvimentismo conservador, reconhecendo a centralidade do Estado na promoção da organização econômico-política da sociedade brasileira” (FIORI, 2003, p. 172).

O período de domínio do autoritarismo que vai de 1964-85 é um período de mudanças em termos de arrefecimento da construção nacional, mais especificamente o Poder, o Estado e a Economia nacional que são determinações necessárias ao objeto de nossa pesquisa.

Se, a década anterior e os primeiros anos dos 60 foram constituídos de um intenso debate político-civil sobre o Poder, o Estado e a Economia nacional, com o golpe isso deixou de existir; inclusive tornou-se um óbice à criatividade que é um instrumento necessário ao avanço do livre-pensar e constitui um campo imagético de experimentações capazes de viabilizar idéias, pessoas e ações em torno do próprio desenvolvimento. C. Furtado (1978) trata desse assunto com as seguintes palavras:

(...) o autoritarismo é uma arma repressora das forças sociais que a industrialização dependente não conseguiu canalizar de forma construtiva. Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento (FURTADO, 1978, op. cit. p. 80).

Tratando-se do papel da nossa burguesia²⁵ ao longo de nossa história econômica da industrialização, pode-se constatar que a mesma despiu-se de todos os halos e pendores reformistas de períodos anteriores, inclusive se quisermos compará-la as burguesias clássicas dos países centrais que tinham como premissas reformas necessárias ao bom funcionamento do mercado.

Mais ainda, se tínhamos um intenso debate sobre a questão nacional, marcante nos anos 50/60, que no fundo vai de encontro ao problema e superação do subdesenvolvimento, e as relações que perpassam a divisão internacional do trabalho, que se dão entre a nação e as economias mais industrializadas, tema central de análise de Celso Furtado, isto sofre um abaloamento com os governos do regime autoritário.

²⁵ R. Bielschowsky (1989) ao analisar o trabalho de Celso Furtado, "Formação Econômica do Brasil", redigido em 1957/58 em Cambridge/Inglaterra, entre outros trabalhos do autor, afirma que a falta de dinamismo do empresariado brasileiro [entenda-se burguesia industrial] persistirá na obra de Celso Furtado. Cita inclusive o trabalho de C. Furtado de 1950, "Características gerais da economia brasileira" para validar sua tese. Diz ele: "Os lucros excessivamente elevados, a socialização das perdas, o controle parcial das atividades agroexportadoras por grupos financeiros estrangeiros, o elevado preço do dinheiro e a debilidade do mercado – todos esses fatores concorrerão para retardar a formação no país de um autêntico espírito de empresa, condição básica do desenvolvimento de uma economia capitalista" (cf. BIELSCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 38-55, out./dez. 1989). A citação encontra-se à p. 41.

Vejam os a interpretação do autor abaixo e como ele observa esse fenômeno, mesmo por que, de fato, encaixa no período que estamos apontando de preponderância do capitalismo monopolista e o processo de integração do espaço econômico nacional aos processos de rearranjos e reacomodações do capitalismo hegemônico.

(...) A questão nacional e a questão democrática foram simplesmente deslocadas da vida política nacional. A primeira converteu-se no dilema da preservação da liberdade de ação da burguesia e a segunda, no desafio de garantir a continuidade da "ordem".

A necessidade de compensar a extrema pulverização das classes dominantes e de suprir a sua incapacidade de ação coletiva por intermédio de uma "unidade tática" para autodefesa da ordem fez com que, no momento de ascender ao topo do aparelho de Estado e impor a sua visão de mundo ao país, a burguesia brasileira se tornasse intrinsecamente antinacional, anti-social e antidemocrática (SAMPAIO Jr, 1999a, p. 432).

Quando tratamos do Poder Nacional cabe-nos apreciar algumas formulações importantes desse período. C. Furtado (1968) intui que os objetivos nacionais buscados pelas forças armadas, elites civis e políticas que tomaram o poder, além de encaixar numa política externa de segurança ampliada, aceita passivamente a idéia do satelitismo sufocante da potência hegemônica (os EUA).

Nesse sentido, conforme C. Furtado (1968, p. 14), tanto a Nação quanto o Estado nacional "(...) passam a ser concebidos como simples projeções de uma suposta realidade básica, que é o Poder, cuja definição se amplia suficientemente para tudo incluir (...)". Ou, então, da mesma forma quanto em termos de Poder Nacional, haja vista que nada mais é que:

(...) a doutrina do Poder Nacional é levada inexoravelmente a exagerar a inviabilidade do Brasil como projeto nacional e a deslizar para a concepção da 'segurança ampliada' que no caso, encobre a ideologia do satelitismo. O Brasil passa a ser considerado como dado de um problema mais amplo: o da estruturação do poder em escala mundial (FURTADO, 1968, p. 15).

A interpretação, muito apreciada e muito aceita na Escola Superior de Guerra (ESG), que teve um papel fundamental no campo das idéias e na promoção da ideologia do Estado autoritário é a que conduz o Brasil a aderir ao projeto dos EUA, de luta contra o comunismo. Isso leva o enquadramento brasileiro à doutrina de segurança nacional do governo dos Estados Unidos e do próprio campo doutrinário do satelitismo que concebia o Poder Nacional nos seguintes termos: “(...) o Poder Nacional é a soma de todos os meios e recursos de que uma nacionalidade possa lançar mão para a consecução de seus objetivos de Estratégia Geral, de acordo com uma Política, bem definida e bem articulada, de Segurança Nacional” (ARAÚJO CASTRO, 1999, op. cit. p. 218).

Se, os alicerces do Estado democrático de direito foram solapados, no dizer furtadiano, então se rompe com a possibilidade de continuarmos a construção nacional nos moldes de uma sociedade democrática em formação. Entendendo por democracia um campo de institucionalidades que preconiza as contradições de classe e as lutas sociais.

Uma das características definidas pelo novo regime é de um capitalismo associado, uma vez que, o ideal de Nação foi tragado, pois os centros de decisão mostram-se delineados e articulados pelo Poder Nacional submisso aos interesses estratégicos da geopolítica dos norte-americanos numa conjuntura internacional de Guerra Fria.

No limite, C. Furtado aponta que a transnacionalização do capitalismo é, de fato, uma ameaça à própria unidade territorial e a identidade cultural brasileira, deformando a idéia de Estado nacional. O desenvolvimento nacional e o progresso técnico devem acontecer, conforme o planejamento do Estado²⁶ e sempre condizente com as reais necessidades e potencialidade do país e da sociedade brasileira²⁷.

²⁶ Na visão de C. Furtado o planejamento como ação do Estado e esforço ordenador da ação precisa ser entendido como dois planos distintos: planejamento como técnica de administrar e como método de governar . Eis suas palavras sobre a matéria: “*Como técnica administrativa o planejamento é totalmente neutro; no sentido de que sua racionalidade é puramente formal. Como método de governar o planejamento*”

A entrada das corporações transnacionais norte-americanas²⁸, nos espaços econômicos da América Latina e Brasil, em que os centros de comando da economia nacional encontram-se fora dos seus respectivos países, provoca muito mais uma integração destes conglomerados na região de penetração com as matrizes que, propriamente um mecanismo de integração no espaço econômico nacional em que fosse possível uma adequação e utilização mais racional dos recursos existentes.

C. Furtado (1966) aborda a questão dos obstáculos externos ao desenvolvimento da América Latina considerando a estratégia americana de impulsionar a penetração das grandes corporações (portadoras de avanço da técnica), da seguinte forma:

Nas economias capitalistas altamente desenvolvidas, o progresso tecnológico constitui não somente o fator básico do crescimento, mas também elemento fundamental da própria estabilidade social. (...) Enquanto o desenvolvimento, na modalidade do capitalismo clássico, criou condições de estabilidade social e abriu as portas ao reformismo, a situação dos países latino-americanos é fundamentalmente diversa: a própria penetração da técnica engendra a instabilidade social e agrava os antagonismos naturais de uma sociedade estratificada em classes (FURTADO, 1966, p. 6 e 13).

expressa uma política, cujo conteúdo é determinada [por uma] concepção da ação estatal que preconiza um grau relativamente avançado de centralização das decisões mais importantes relacionadas a produção e utilização da renda social. Como a centralização de decisões no plano econômico somente se justifica se se tem em mira modificar a estrutura econômica e social, como método de governo, o planejamento somente pode ser adotado por uma sociedade que tem, não só o desejo, mas também a possibilidade real de autotransformar-se” (FURTADO, 1966, op. cit. p. 114).

²⁷ Essa visão também é compartilhada por P. A. Sampaio Jr. (1999:173) quando diz, interpretando Furtado: “O cerne da análise de C. Furtado é mostrar a relação contraditória entre dependência e construção da nação. (...), ele mostra que o processo de acumulação só contribui para a formação de um sistema econômico quando: (1) as necessidades que sobredeterminam a acumulação não-produtiva são compatíveis com as potencialidades materiais do país; (2) a acumulação de capital preserva uma relação de adequação entre a composição técnica do capital e modo de organização do mundo do trabalho; e (3) a participação no sistema capitalista mundial não sacrifica o controle da sociedade nacional sobre os fins e os meios do desenvolvimento nacional” (SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999b).

²⁸ C. Furtado (1973:41) assinala que: “Convocadas para atuar na América Latina com uma série de privilégios, fora do controle da legislação antitruste dos Estados Unidos, e com a cobertura político-militar desse país, as grandes empresas norte-americanas terão necessariamente que transformar-se em um superpoder em qualquer país da região. Cabendo-lhes grande parte das decisões básicas com respeito à orientação dos investimentos, à localização das atividades econômicas, à orientação da tecnologia, ao financiamento da pesquisa e ao grau de integração das economias regionais, é perfeitamente claro que os centros de decisão nacionais passarão a plano cada vez mais secundário” (FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973; Grifo nosso).

C. Furtado aborda a década de 60, domínio dos governos militares, como um período de estagnação econômica e “pastorização”²⁹ (desenvolvimento pastoril) da sociedade brasileira. A ossatura discursiva de C. Furtado (1968, numa das partes deste trabalho cujo título “Estabilidade social pela “pastorização”” p. 16 a 18) quanto à idéia de “pastorização” se deve ao modelo concebido nos Estados Unidos para a Alemanha pós-Segunda Guerra e que foi inviabilizado dado às condições de disponibilidade de terras e população do próprio país (mais de 200 habitantes por quilômetro quadrado).

A idéia agora poderia ser uma alternativa para o Brasil, pois havia abundância de terras, ainda não utilizadas, mecanismo esse para dirimir as tensões sociais entre população urbana e rural pelo baixo nível de produtividade de nossa agricultura e pela diminuição dos investimentos públicos em equipamentos urbanos e dos investimentos industriais.

Posteriormente, deixa de lado a questão da estagnação e recessão econômica e o outro tema é desconsiderado das suas análises, talvez por não merecer crédito devido se bem que leva adiante suas análises do modelo de desenvolvimento modernizador brasileiro e a sua concepção de subdesenvolvimento.

Não obstante, apesar da idéia de “pastorização” desaparecer de seu temário analítico, sua análise dar-se-á em torno das transnacionais que no seu ver (na sua visão),

²⁹ Essa tese nas proposições de C. Furtado está relacionada ao “*aggiornamiento*” dos governos militares ao enquadramento do país ao projeto de Guerra Fria, a incapacidade do país em superar o subdesenvolvimento e ao abandonar a idéia de construção nacional na perspectiva do país como projeto nacional. M. R. Nabuco (2001, p. 65-66) trata essa questão da “pastorização” em Furtado da seguinte forma: “(...) O projeto de segurança ampliada” ou “satelitismo”, com seu objetivo de estabilidade interna, era a alternativa aceita ao desenvolvimento. Seria a versão militar para a América Latina, semelhante à concebida pelos Estados Unidos para a Alemanha no imediato pós-Segunda Guerra, então chamada de “pastorização”. Profética análise de Furtado que, à época, já criticava a escolha “estabilizadora” dos militares, objetivando a absorção do subemprego (fruto da estagnação) via migração do excedente “estrutural” de mão-de-obra para terras não ocupadas, mesmo à custa da redução da produtividade agrícola e da ampliação da produção de subsistência” (NABUCO, M. R. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In TAVARES, M. da C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001, p. 59-70).

acaba erodindo o papel de construção nacional e limitando as decisões dos centros de decisão internos.

O que se pode dizer dos governos militares, com certeza, é que houve, de fato, estímulos para ocupação das fronteiras agrícolas, em especial, nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, o que para a discussão em torno da idéia de “pastorização” é um mecanismo de segurar e manter a população no campo e preservar as velhas estruturas socioeconômicas estabelecidas sem quaisquer mudanças, inclusive aceitando a estagnação e excluindo boa parte da população da revolução tecnológica em curso.

C. Furtado, com relação ao primeiro tema (o da estagnação), pelo menos antes do ‘milagre econômico’ de 1968, afirma que a economia sofreu uma forte retração o que não quer dizer que não ocorrera à superação mais adiante com o ‘milagre econômico’.

O que C. Furtado deixou de lado, talvez por imaginar que a idéia de subdesenvolvimento e as questões relacionadas às heterogeneidades estruturais fossem retomadas mais adiante, num outro momento, depois dos governos militares...

Entretanto, o caminho seguido é que a dinâmica do capitalismo brasileiro cuja burguesia nacional, subordinada ao capitalismo internacional, adequou os setores modernos e não-modernos numa integração dialética. A recessão é vista no seu entendimento a partir de dados comparativos que ele mesmo aponta da seguinte forma e, que acaba o induzindo a reiterar o processo de estagnação em curso. Nas suas palavras:

No decênio constituído pelos anos quarenta, a taxa anual média de aumento da produção industrial, entre nós, foi superior a 7 por cento; no decênio seguinte ela se aproximou de 9 por cento, havendo na fase 1956-1961 superado 11 por cento. No período de 1962-1967 ela não alcançou 2 por cento. Tendo em conta que em nosso país a oferta de produtos industriais depende da produção nacional em 95 por cento, depreende-se que essa oferta, no último quinquênio, cresceu 40 por cento menos do que a população e 3 vezes mais lentamente do que a população urbana (FURTADO, 1969, p. 13).

O que passa despercebido de C. Furtado é que - o capitalismo associado - da burguesia nacional com grupos estrangeiros amalgamados pelo poder do Estado autoritário acabara por conduzir o país a uma lógica em que às questões, que vinham sendo discutidas e apreciadas pela sociedade civil organizada tinham perdido força em termos de hegemonia e/ou força ideológica e, daquele momento em diante, a condução dos negócios do Estado se fazia com outros objetivos pelo autoritarismo.

Mas, a questão da estagnação vista por C. Furtado tem algumas razões que precisam ser esclarecidas, mesmo por que as análises furtadianas desembocam nas contradições do regime pela tendência crescente em concentrar a renda e pela modernização conservadora em benefício das minorias.

Dois aspectos, a nosso ver, merecem consideração nesse conjunto de interpretações; 1- a concentração da renda; 2 – a modernização sem desenvolvimento. Com relação ao fator renda lançaremos mão dos dois Quadros (I e II) que se seguem, pois os mesmos são elucidativos em termos comparativos e de análise. Então vejamos:

QUADRO I
Brasil – Distribuição de renda -1960

POPULAÇÃO		RENDA	
% População	% Acumulada	% Apropriada	% Acumulada
30	30	6,37	6,37
10	40	4,83	11,20
10	50	6,49	17,69
10	60	7,49	25,18
10	70	9,03	34,21
10	80	11,31	45,52
10	90	15,61	61,13
10	100	38,87	100,00
5% superiores		27,35	
1% idem		11,72	

Fonte: DUARTE, J. C. - Quadro 9 apud OLIVEIRA, 1987, p. 66.

QUADRO II
Brasil – Distribuição de renda – 1970

POPULAÇÃO		RENDA	
% População	% Acumulada	% Apropriada	% Acumulada
40	40	9,05	9,05
10	50	4,69	13,74
10	60	6,25	19,99
10	70	7,20	27,19
10	80	9,63	36,82
10	90	14,83	51,65
10	100	48,35	100,00
5% superiores		36,25	
1% idem		17,77	

Fonte: DUARTE, J. C. - Quadro 8 apud OLIVEIRA, 1987, p. 67.

Os dados demonstram a concentração da renda no Brasil de população que recebia renda. O primeiro Quadro (Quadro I) refere-se aos anos 60. Os extratos superiores da população (1%) têm uma participação na renda de 11,72% e os 40% das escalas inferiores da população detêm 11,20%. Na escala dos 5% superiores observa-se uma renda de 27,35% contra a renda de 60% da população com margem de 25,18%. Esse processo que assentava o desenvolvimento industrial brasileiro ampliou-se com o golpe-64. No Quadro II, já na década de 70, nos extratos superiores, os 1% detinham 17,77% da renda; os 5% da parte superior detinha 36,25% do total da renda; os extratos inferiores da população (40% detinham somente 9,05%). Enquanto, a renda dos mais ricos aumentou, os mais pobres perderam renda em termos comparativos intensificando a concentração espúria da renda nacional.

C. Furtado via esse processo como fator limitante no fortalecimento do mercado interno. O mercado de produtos industriais assentava-se justamente na má qualidade da distribuição da renda e proporcionava aos agentes econômicos ganhos extraordinários, inclusive ampliando a acumulação capitalista no Brasil.

Mas, a tese de C. Furtado no que tange ao consumo é acertada uma vez que se os salários não crescem temos problemas na realização do consumo e, isso acaba culminando com a crise de 64, inclusive é a política dos primeiros anos dos governos militares para debelar o quadro inflacionário e a busca da estabilidade com políticas recessivas e de achatamento dos salários.

Retomando a análise da estagnação, L. C. Bresser-Pereira (2007) afirma que a interpretação dada por C. Furtado, com relação ao assunto referido acima, o mesmo tem um grau de “relativo acerto”, corroborando essa tese em “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina” (1966), diz ele:

A estagnação ou o desenvolvimento a taxas muito baixas seria devido, de um lado, ao aumento da relação capital-trabalho, em função do caráter intensivo em capital dos investimentos, e à diminuição da relação produto-capital, decorrente, em grande parte, desse mesmo caráter capital-intensivo da tecnologia adotada, e, de outro, de sua destinação para bens de consumo duráveis. A produtividade do capital estaria, assim, em queda (FURTADO, 1966 apud BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 74).

Na verdade, C. Furtado (1966) diz com clareza e lucidez como é sua apreciação no que diz respeito à questão da estagnação. Há várias condicionantes que se interpõem provocando o que se chama de estagnação. De um lado, os governos militares e a lógica liberal de apoiar o livre jogo do mercado preservando os interesses das grandes corporações norte-americanas, e, por conseguinte, os privilégios das elites nacionais; nesse sentido é que se pode falar de deslocamento dos centros de decisão dos Estados nacionais para as grandes corporações transnacionais cevadas e apoiadas no Estado autoritário.

Vejamos isso na interpretação de C. Furtado:

Em síntese: tudo se passa como se a existência de um setor pré-capitalista de caráter semifeudal em conjugação com um setor industrial que absorve uma tecnologia caracterizada por um coeficiente de capital rapidamente crescente, dessem origem a um padrão de renda que tende a orientar a aplicação dos recursos produtivos de forma a reduzir eficiência econômica destes e a concentrar ainda mais renda, num processo de causação circular. No caso mais geral, o declínio da eficiência econômica provoca diretamente a estagnação econômica. Em casos particulares, a crescente concentração da renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para zonas urbanas, criam tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento (FURTADO, 1966, p. 86).

Por outro lado, a própria vertente da política econômica dos governos militares, de estabilidade e controle da inflação, proporcionou mais concentração da renda e amplificou os ganhos do capital às expensas do trabalho. C. Lessa (1988) aponta mudanças nos rumos da política econômica do governo Castelo Branco da seguinte forma:

O PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo 1964/66 – fazendo gala de uma profissão de fé na doutrina liberal detalhou a proposta de estabilização com o objetivo central de uma Estratégia de Desenvolvimento. Durante o triênio do governo Castelo Branco foi implementada uma política de estabilização [...]. Perseguindo a estabilização, o déficit fiscal foi praticamente eliminado, praticou-se contenção creditícia e o salário real de base da população foi violentamente comprimido. Outrossim, houve fidelidade ao restabelecimento da ‘verdade dos preços’: tarifas dos serviços públicos elevadas; uma série de subsídios eliminados; controle dos preços liberados, etc. (LESSA, 1988, p. 57; Grifo nosso).

C. Furtado, em seu livro intitulado “Dialética do desenvolvimento” (1964), chamava a atenção do problema da estagnação, de um lado, e doutro, o papel dos governos autoritários cuja formulação preconizavam a luta de classes vista como necessidade total de sua eliminação, além das contradições inerentes do sistema capitalista brasileiro que estavam sendo conduzidas.

Para C. Furtado somente no fascismo é que é possível suprimir as contradições de classe inerentes ao sistema capitalista. Em sociedades capitalistas avançadas esse processo não teria nenhum cabimento, portanto nada mais é que um retrocesso na vida política de um país.

Para o Brasil, neste caso, deduz-se que o autoritarismo, é uma plástica mimética dos governos autoritários que tentaram arquitetar a desconstrução dos conflitos de classe numa sociedade democrática. Mas, o Brasil, estava longe de ser um país democrático.

Diz ele:

A única tentativa de operar a economia capitalista com a total eliminação de conflitos de classes, conhecida até o presente, foi realizada pelo fascismo. Tudo indica que esse tipo de organização política tenderia necessariamente a destruir o dinamismo próprio do sistema capitalista e a enfrentar todas as conseqüências que para uma sociedade dividida em classes antagônicas advém de uma prolongada estagnação (FURTADO, 1964, p. 41; Grifo nosso).

Numa outra passagem, preocupado com os rumos tomados na América Latina depois dos anos 60, volta ele a mesma discussão sobre a estagnação, inclusive apontando caminhos alternativos para essa região geográfica periférica.

(...), o principal problema que se apresenta aos países da América Latina é evitar a estagnação uma vez esgotado o processo de substituição de importações. A solução desse problema exige um esforço de reconstrução de estruturas tanto no sentido de dotar as economias dos centros dinâmicos próprios como no de capacitá-las para uma ação mais flexível nos mercados externos (FURTADO, 1967, p. 216; Grifo nosso).

Mas, o que de fato aconteceu é que depois dos primeiros anos de governo militar, em especial, com o 'milagre econômico', as taxas de crescimento aumentaram, não obstante, isso não quer dizer que atingimos patamares de desenvolvimento econômico e social, pelo contrário, aumentamos as diferenças socioespaciais, de renda inclusive.

Em última instância, conforme a perspectiva furtadiana, dado o quadro econômico aditado pelos militares, é que a centralidade do Estado-nação, em função da visão liberal

adotada, favorável ao mercado, inviabilizaria e enfraqueceria esse organismo no trato e na defesa da autonomia e do desenvolvimento nacional.

Ao apontar as questões acima, isto é, os elementos colocados por C. Furtado acabam por confluir na perda da centralidade do Estado nacional, em que a idéia-guia do problema do subdesenvolvimento que, necessariamente se põe nas relações da nação com as economias do núcleo central do capitalismo, deixa de ser importante. Começa ele, depois dos anos do golpe militar, uma profícua análise das relações entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento como processos históricos e o segundo coetâneo do desenvolvimento, em outras palavras, produto e consequência do capitalismo industrial.

Assim, para C. Furtado, o estudo do desenvolvimento é indissociável do Estado nacional e da própria Economia nacional. Nas suas palavras: “(...) como nas sociedades modernas o Estado-nação é a forma de organização sócio-política mais importante, são as economias nacionais que servem de base ao estudo do desenvolvimento econômico” (FURTADO, 1967, p. 89).

Ao rebater as idéias muito em voga no *mainstream* acadêmico americano em que o problema do subdesenvolvimento é um problema menor, pois é a passagem e o trânsito natural percorrido pelas economias industriais mais importantes. W. W. Rostow, historiador econômico americano, é um dos mais influentes pensadores desse momento, inclusive defensor desse pensamento combatido veementemente por C. Furtado.

Para entendermos o pensamento de C. Furtado (1967) quanto essa questão, dizia ele, que o subdesenvolvimento deve ser concebido da seguinte forma:

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. (...) o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, uma situação particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estádios (FURTADO, 1967, p. 161 e 167).

A idéia de subdesenvolvimento já estava presente em C. Furtado (1964), sem contar que em 1954 em seu trabalho “A economia brasileira ...”, ele já fazia observações sobre essa temática do ponto de vista da técnica entre países de níveis diferentes de desenvolvimento (FURTADO, 1954, op. cit. p. 194). Volta novamente à carga argumentativa em 1961 discutindo o subdesenvolvimento, definindo-o e apresentando em termos comparativos o desenvolvimento/crescimento das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas (FURTADO, 1961, op. cit. p. 90, 180, 191).

Este assunto toma toda sua análise e perpassa sua obra teórica por toda a década de 60 e 70 quando culmina com a sua descrença quanto ao desenvolvimento no seu livro “O mito do desenvolvimento econômico” (1974). C. Furtado (1961, p. 90 e 101; 1967, p. 74 e 76), nesses trabalhos, já assinala e diferencia crescimento de desenvolvimento e adrede a este, o subdesenvolvimento, o que até então não se tinha feito de forma tão clara.

Não obstante, a ênfase de C. Furtado é com relação à acumulação de capital e na assimilação do progresso da técnica no processo produtivo.

Se C. Furtado (1964, p. 27 e 87) procura definir o desenvolvimento econômico, e como se dá a penetração das inovações da técnica no processo produtivo proporcionando mudanças no processo social, ao mesmo tempo, projeta o que deve ser feito em termos políticos para superação do subdesenvolvimento que nada mais é que uma maior participação popular no “processo de formação do poder”. O que se desdobra com o

golpe de 64, é tudo, menos o que C. Furtado aponta acima. Isso tudo nos remete a questão que se seguirá que é a modernização sem desenvolvimento na interpretação de C. Furtado.

Como para C. Furtado, ao comparar os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, no que toca a questão do progresso técnico, da modernização e o papel assumido pelas grandes corporações no território brasileiro, o subdesenvolvimento, nada mais é que “uma transformação nos padrões de consumo”, mas isso só é realizável para poucos, uma vez que o próprio regime tratou de suprimir e arrebatou com a renda tornando-a mais concentrada, conforme avaliado anteriormente.

As mudanças dos padrões de consumo, para C. Furtado, acabam não surtindo efeito no processo produtivo tal qual se dá nos países industrializados. Na sua visão, C. Furtado (1972) aborda essa questão da seguinte forma:

A história do subdesenvolvimento consiste, fundamentalmente, no desdobramento desse modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos. (...) Para acompanhar esse avanço a industrialização deve apoiar-se em intensa capitalização, o que não se compatibiliza facilmente com o nível médio de renda de um país subdesenvolvido. A solução que se tem encontrado consiste, na prática, em realizar a industrialização em benefício de uma minoria da população, o que, salvo casos excepcionais, restringe as dimensões do mercado, com reflexos negativos na produtividade industrial (FURTADO, 1972, p. 11).

Esse assunto mencionado anteriormente na perspectiva furtadiana, volta à tona nos idos de 1992 ao abordar o subdesenvolvimento e as relações deste com a acumulação e o avanço tecnológico. Assim, diz C. Furtado:

O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida [o] atraso na adoção de métodos produtivos mais eficazes. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apóiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização (FURTADO, 1992b, p. 8; Grifo nosso).

Para C. Furtado, aquilo que os países industrializados combinam de forma articulada e que ele trata de “anel de *feedback* fundamental” que são: importância dos mecanismos de coordenação, centros de decisão com capacidade de corrigir instabilidades e automatismos do próprio sistema econômico, necessários ao funcionamento e a expansão do mesmo, inexistem nos países periféricos, ou pelo menos são muito frágeis e de pouca capacidade de articulação. Em suas palavras:

O anel de feedback (expansão da produção → expansão dos custos de produção → expansão da massa salarial → expansão da renda disponível para consumo → expansão da demanda de bens finais → expansão da produção), constitui característica fundamental da economia capitalista industrial desenvolvida. [No Brasil], (...) o objetivo é criar um “capitalismo popular” em benefício de uma minoria (FURTADO, 1972, op. cit. p. 60 e 61).

Em C. Furtado, sempre há uma preocupação com o livre trânsito das empresas transnacionais, em que o papel desempenhado por elas, possa ser feito no sentido de controlarem, nos territórios e espaços econômicos dos países periféricos, as atividades industriais internas.

Como são processos estimulados pelos governos centrais, inclusive o norte-americano, para penetrarem nas regiões geográficas periféricas, o que de fato acontece é que elas são as responsáveis por produzir mudanças de comportamento e de consumo

nos países em que essas empresas penetram, além de estabelecerem maior dependência e dominação entre o Centro e a Periferia do sistema econômico.

O resultado disso, é que os países periféricos são os mais determinados a mudarem a ordem política e econômica internacional existente, que são nexos de manutenção da própria estrutura de poder e de dominação. C. Furtado (1981) trata isto com a seguinte proposição:

O controle das atividades industriais periféricas pelas transnacionais conduz, portanto, de uma outra forma, ao reforçamento da estrutura de dominação Centro-Periferia. Não será por outra razão que os países periféricos empenham-se de forma crescente em reconstruir a ordem econômica internacional (FURTADO, 1981, p. 49).

No que diz respeito propriamente à modernização dos processos e produtos, com a penetração das grandes corporações no território brasileiro, tendo como resultado o aumento da produtividade econômica no âmbito da produção e uma mudança no estilo de vida e do consumo da população, a percepção de C. Furtado é que esse conjunto de fatores não acontece concomitante em termos de assimilação do progresso tecnológico no sistema econômico produtivo.

Essas mudanças produzem, na realidade, uma industrialização voltada às minorias privilegiadas reforçando as estruturas do subdesenvolvimento. Nesse aspecto C. Furtado é taxativo ao comparar os países de níveis diferentes (países desenvolvidos e subdesenvolvidos), tendo em mente a questão do subdesenvolvimento. Para o nosso economista:

O subdesenvolvimento apresenta-se, assim, desde e o início, como uma transformação nos padrões de consumo (mesmo que tal transformação afete apenas uma minoria da população da área em questão) sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção. Evidentemente, não se trata de quaisquer modificações nos padrões de consumo, e sim, de modificações que pressupõem uma elevação da produtividade (FURTADO, 1972, p. 9).

Se em C. Furtado, os mecanismos encontrados pelos governos militares em proporcionar o desenvolvimento brasileiro com concentração de renda beneficiando uma minoria num estilo de vida mimético, por outro, acarreta a exclusão social de ampla maioria da população; o que para sua análise não havia desenvolvimento, mas crescimento e modernização da economia.

Veremos como foram levadas adiante as questões relacionadas com as desigualdades regionais e os Planos de Desenvolvimento Nacional, em especial o II PND. Vejamos isso na próxima seção.

III-III O II Plano Nacional de Desenvolvimento: estratégia do regime militar para o enfrentamento das desigualdades regionais, sob o olhar crítico de Celso Furtado

C. Furtado (1960) já advertia quanto ao problema das disparidades regionais e que uma programação do desenvolvimento no Brasil precisava considerar, pois a economia brasileira, até então, não era ainda, na sua totalidade, um sistema econômico integrado. Como no Brasil os recursos públicos escassos foram, na sua grande parte, investidos na região de maior potencialidade, o Sudeste do Brasil - e que não poderia ser diferente, pois se trata de criar um núcleo dinâmico capaz de alavancar o desenvolvimento regional de outras regiões mais atrasadas - um plano de desenvolvimento (nacional) teria que considerar o conjunto da economia (nacional) (FURTADO, op. cit. p. 55 e ss.).

C. Furtado, influenciado pela dialética hegeliana vislumbra que o desenvolvimento deve conter as suas partes (regiões), numa totalidade (a economia nacional), por isso, só há razão do planejamento, se considerar as partes e o todo como elementos indissociáveis, inclusive, quando se trata da problemática das desigualdades regionais.

Para nós, em específico, apesar de C. Furtado tratar de algo mais geral, o que interessa é aplicar o método dialético considerando as regiões e o conjunto do sistema econômico nacional (economia nacional na sua totalidade) - a propósito ver seção II-II desse trabalho.

Vejamos como C. Furtado, embevecido na dialética hegeliana, traduz essa relação do todo com as partes. Diz ele:

(...) A essência do pensamento dialético está na idéia simples de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes. O todo é inicialmente captado através de uma síntese, em grande parte, intuitiva, que realiza o espírito humano, e é a partir dessa síntese que a análise das partes adquire sentido (...) (FURTADO, 1964, p. 14).

Entretanto, caminharemos para verificar como as questões regionais (setoriais, espaciais e sociais) tornaram objeto de apreciação no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-79), no governo do general Ernesto Geisel. Se o crescimento do período de governo de J. Kubitschek (1956-61) concentrou investimentos no Sudeste do Brasil, bem como outros governos anteriores, como foi o caso do governo G. Vargas nas suas várias etapas – com a Revolução de 1930, o Estado-Novo, de 1937-45, contando com o governo democrático, de 1950-55.

Muitas medidas saneadoras de desequilíbrio regional foram tomadas para mitigar essas diferenças espaciais no território (criação da Sudene, Sudeco, Sudesul, Sudam)³⁰; na década de 70 isso também vai ocorrer. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 70 – o I PND e o II PND - tinham estes propósitos. O II PND, em específico, tem como pressuposto criar uma nova (re) configuração e (re) ordenamento na dinâmica regional brasileira.

Na verdade, o II PND é uma estratégia de aprofundamento do I PND (1972-74) cujos parâmetros de estratégia industrial visavam:

“I – fortalecer o poder de competição da indústria nacional; II – fortalecer a empresa privada nacional; III – Acentuar a papel da indústria como instrumento de transformação

³⁰ Todas são agências de desenvolvimento regional criadas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) e/ou incrementadas pós J.K. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) talvez seja a mais importante e expressiva agência criada até então. As outras são respectivamente a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; a Superintendência do Desenvolvimento da região Sul; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

tecnológica dos demais setores”. O II PND, por conseguinte, em termos de estratégia industrial baseava-se:

I – Desenvolvimento dos setores de base; II – Abertura de novos campos de exportação de manufaturados; III – Maior impulso ao desenvolvimento tecnológico; IV – Impulso ao desenvolvimento da indústria de alimentos, com continuação do esforço de modernização e reorganização de certas indústrias tradicionais; V – Atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial³¹.

Embalado por um ciclo de expansão econômica, produzido pelo ‘milagre econômico’ que se deu entre 1970 e 73, com aumentos significativos nas taxas de crescimento de bens duráveis, aceleração da produção de bens de consumo não durável e com elevação da taxa global de investimento na economia que passa de 18% para 27% do PIB (cf. TAVARES, 1978, p. 88), aparece como estratégia o Plano de desenvolvimento do Estado brasileiro.

O II PND, por extensão, no bojo desses acontecimentos acima mencionados, é uma tentativa de criação de um ciclo industrial virtuoso com perspectiva de substituição de importações, em especial, os setores de bens de capital e insumos pesados para indústria.

De fato, muito do investimento do II PND, no final da década de 70, repercutiu no início da seguinte, além de ter provocado forte estímulo à desconcentração industrial. São bons exemplos os investimentos em papel e celulose, extrativa mineral e siderurgia, onde os principais beneficiários foram os estados do Espírito Santo, Pará e Maranhão.

³¹ BRASIL. Presidência da República. I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974. Brasília, 1971, p. 22-23; BRASIL. Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento 1974-1979. Brasília, 1974, p. 29-32 apud PONTES, B. M. S. A estratégia de desenvolvimento no II PND: a estratégia industrial. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 2, p. 77-81, 1983. A citação encontra-se às páginas 77 e 78.

Na realidade³², com o I PND, em função da pujança do Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme W. Suzigan (1996, op. cit. p. 8), “(...) a hegemonia do CMN no comando e coordenação econômica deu mais força à estratégia macroeconômica do que qualquer projeto de desenvolvimento industrial/tecnológico”, isto quer dizer que o que predominou como estratégia, de fato, foram os planos de estabilização e coordenação econômica ditados pelo CMN às expensas do Plano propriamente dito.

Já no II PND, ainda conforme W. Suzigan (1996) é que,

(...) Com a implementação do II PND, entretanto, ocorreu uma segunda experiência efetiva de planejamento do desenvolvimento industrial [o primeiro é o Plano de Metas], no âmbito de um plano indicativo. (...) articulou-se um novo conjunto de investimentos públicos e privados na indústria e na infra-estrutura econômica, social e de ciência e tecnologia (SUZIGAN, 1996, p. 9).

Se, o projeto de E. Geisel era transformar a economia brasileira e potencializar o peso do capital nacional fazendo deste a parte significativa da transformação industrial brasileira, isso não ocorreu por completo. O Brasil-potência, a idéia chave alimentada pela nova Estratégia do II PND, na realidade, era vista como escopo e o coroamento da ‘revolução’ iniciada em março de 1964.

Assim sendo, tendo em vista como objetivo, a construção nacional pelas lentes das elites civis e militares, e da tecnoburocracia encastelada no Estado, isso se daria, conforme aponta C. Lessa (1988), da seguinte forma:

³² É oportuno chamar a atenção da palavra REALIDADE em ciências humanas e a construção teórica que a subjaz, além do cuidado necessário com uso do termo citado. Conforme DUARTE JÚNIOR, J. F. (1985), “(...) a realidade não é simplesmente construída, mas socialmente edificada. A construção da realidade é um processo fundamentalmente social: são comunidades humanas que produzem o conhecimento de que necessitam, distribuem-no entre seus membros, edificam a sua realidade. (...) é preciso compreender todo o mecanismo social e cultural que a palavra tem atrás de si, a fim de se evitar erros grosseiros e, o que é pior, violências contra o próprio homem” (DUARTE JÚNIOR, J. F. op.cit.). A citação encontra-se às páginas 36 e 100.

A campanha iniciada em 64 e agora no limiar de sua batalha decisiva tem pois o objetivo a “construção nacional” (...) “segundo modelo de sociedade aberta, social, racial e politicamente”. Sociedade que, como coloca o II PND, é capaz de “transformar-se e reformar suas instituições – econômicas, sociais e políticas segundo os objetivos da estratégia nacional, respeitando os valores humanos e a identidade nacional da cultura brasileira” (II PND, p. 28 apud LESSA, 1988, p. 72; Aspas do autor).

No que diz respeito aos desequilíbrios regionais e a desconcentração industrial é impressionante o número de medidas tomadas no II PND para mitigar as diferenças socioespaciais e setoriais, inclusive o mesmo deve ser visto como mecanismo de ensaio geopolítico em que pesos tão díspares dos entes federativos pudessem ser equilibrados em termos políticos futuros. C. Lessa (1988) aponta essas questões da seguinte forma:

Em nenhuma época foram tantas as medidas orientadas à minimização destes desequilíbrios. (...) A outra dimensão do II PND foi a diretiva de desconcentração industrial (...). Duas preocupações maiores parecem haver balizado a diretiva: de um lado, a preocupação com a multiplicação de pólos industriais germinativos e “equilíbrio” do triângulo SP/Rio/Belo Horizonte; e, de outro, a idéia geopolítica de diminuir o peso de São Paulo, tornando a Federação mais equilibrada no futuro jogo do poder (LESSA, op. cit. p. 110 e p. 113; Grifo nosso).

A partir da Tabela (Tab. I) que se segue é possível observar as mudanças no quadro da distribuição espacial da indústria de transformação e, por conseguinte, da desconcentração industrial no país, considerando o período de vigência do II PND.

Tabela I

Distribuição espacial da indústria de transformação
Brasil: segundo regiões e estados selecionados – 1970/95

Regiões e Estados	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Nordeste (menos Bahia)	4,2	4,5	4,4	4,8	4,3	4,3
Bahia	1,5	2,1	3,1	3,8	4,0	3,7
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8	8,3	8,1	8,8
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2	9,5	9,8	8,8
São Paulo	58,1	55,9	54,4	51,9	49,2	49,9
a) Grande S. Paulo	43,4	38,8	34,2	29,4	26,2	26,6
b) Interior	14,7	17,1	20,2	22,5	23,0	23,3
Paraná	3,1	4,0	4,1	4,9	5,7	5,9
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9	3,9	4,2	4,3
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9	7,9	7,7	8,7
Outros estados	2,1	2,8	4,2	5,1	7,0	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PACHECO, 1998, p. 71 (Tabela 3). Obs: 1 – os valores de 1990 e 1995 são estimativas feitas por C. A. Pacheco com base no VTI de 1985 e nos índices de crescimento do PIM/PF; 2 – Os dados de 1990 e 1995 para a metrópole e interior de SP são estimativas de C. A. Pacheco com base em dados da Secretaria da Fazenda de SP.

Os dados da tabela acima mostram uma significativa mudança na participação de São Paulo no percentual nacional. Em 1970 o valor era de 58,1%, em 1980 cai para 54,4%, isto se deveu ao crescimento de outros estados brasileiros, conforme a própria Tabela. Todos os outros estados da federação tiveram crescimento de pelo menos 1% no mesmo período analisado (MG, PR, RS, SC, BA). Para a Grande S. Paulo os dados para o mesmo período são de 43,4% para 34,2%, respectivamente, portanto indicativo de desconcentração da atividade produtiva industrial e, por conseguinte, crescimento do interior paulista (14,7% em 1970 para 20,2% em 1980).

Observa-se, ainda, que o crescimento do interior paulista é maior que dos outros estados selecionados. Instalação da indústria automobilística no Vale do Paraíba nos anos 70 em diante (em Taubaté, a Volkswagen; em São José dos Campos, a General Motors; em Campinas a Mercedes Bens; a indústria de máquinas Caterpillar em Piracicaba) são bons indicativos de transferência geográfica do valor da indústria de transformação industrial.

No todo, pode-se determinar que a Região Metropolitana de S. Paulo (RMSP) e, mais ainda, o estado do Rio de Janeiro foram os pontos geográficos no território que demonstraram maior perda na atividade industrial. O Rio de Janeiro, os dados de 1970 (15,7%) para 1980 (10,2%), conforme Tabela acima, é o mais significativo. O que é pior, os dados para o estado do RJ continuaram caindo nos períodos posteriores (1985, 1990, 1995 – ver Tab. I).

C. A. Pacheco (1998) atribui ao II PND um aumento significativo da indústria, entenda-se atividade industrial, em todas as regiões brasileiras e nos seus principais estados, os exemplos citados são os mais variados para corroborar sua tese de desconcentração relativa da indústria. Em reforço a isto, cito-o:

a) o Norte, em função da Zona Franca de Manaus e do complexo de mineração e siderurgia do Programa Grande Carajás; b) O Nordeste, em que se destacam o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, a cloroquímica de Alagoas e Sergipe e a chamada “nova indústria” nordestina constituída com apoio dos mecanismos de incentivos fiscais do sistema 34/18 FINOR [Fundos de Investimentos para o Nordeste]; c) O Centro-Oeste, especialmente pelo crescimento da agroindústria do complexo da soja; d) no Sudeste, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo ampliaram suas participações no VTI [Valor da Transformação Industrial] nacional devido ao crescimento da siderurgia e da indústria de papel e celulose, além da instalação da FIAT em Betim; e) o Sul vai gradativamente ampliando sua participação, devido ao crescimento da metal mecânica no conjunto da região, especialmente da indústria de equipamentos agrícolas do Rio Grande do Sul, do Pólo Petroquímico de Triunfo e da indústria de calçados também nesse estado, da têxtil de Santa Catarina, da indústria de papel e celulose do Paraná e do Rio Grande do Sul e, por fim, pelo acelerado processo de integração agropecuária com a agroindústria nos três estados (PACHECO, op. cit. p. 70).

O. Galindo e V. M. Santos (1995), ao analisar a fronteira agrícola do Centro-Oeste, apesar de vários programas que foram definidos para a região (Proterra – Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial de 1967; Prodecer – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados de 1979; o Profir – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação de 1982, Pólocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados de 1985), que muitos já estão fora do

período do II PND que analisamos, entretanto ocorrera plena maturação na década de 80, mas o que se pode intuir é que, no geral, conforme os mesmos autores apontam é que:

(...) ao analisar os diversos programas, que os objetivos reais da política têm apontado sempre na mesma direção, qual seja, o benefício para uma mesma classe social, detentora do poder político. (...) a expansão da pecuária regional, na forma como ocorreu, bem como da cultura da soja e do arroz, trouxe como consequência maior concentração fundiária no Centro-Oeste (GALINDO e SANTOS, op. cit. p. 165 e 172).

W. Cano (2001), ao observar os desequilíbrios regionais com base na teorização de C. Furtado é incisivo quando se trata da agricultura brasileira, tendo em conta o processo de expansão das fronteiras agrícolas, das atividades agroindustriais, exponenciadas na década de 70, entre elas podemos citar determinados 'pedaços' do território: Paraná, Centro-Oeste, Maranhão etc. Baseando-se em dados de 1930 a 1970, período de maior abrangência da expansão agrícola brasileira, e confirmando a tese de C. Furtado com relação ao subdesenvolvimento brasileiro, tal qual concebe as assertivas e análises do desenvolvimento protagonizadas por C. Furtado, o autor aponta que:

Como resultado das dinâmicas dessas agriculturas, todas as regiões do país passam a apresentar "questões regionais", isto é, setores com baixa eficiência produtiva (ainda que operando ao lado de outros eficientes), baixos salários, péssima distribuição pessoal da renda e indicadores sociais deprimentes. Ainda que o Nordeste exiba os piores indicadores econômicos e sociais do país, mostrando com isto que é ali que se manifesta de forma mais marcante a questão regional no Brasil, esses fatos revelam cabalmente sintomas e sinais evidentes de que o subdesenvolvimento permeia todo o território nacional (CANO, 2001, p. 97 e 98; Grifo nosso).

A constatação óbvia que se pode inferir é que ocorria uma desconcentração da atividade produtiva industrial, no entanto, fruto da crise dos anos 80, houve uma interrupção da desconcentração espacial brasileira. L. Guimarães Neto (1995) anota isto com a seguinte observação:

(...) a ausência de investimentos, o engavetamento de projetos públicos e privados e a paralisia do Estado brasileiro estão na base da interrupção dos processos de transformações que se faziam presente e que começavam a mudar a geografia econômica do país (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 37).

Vários fatores concorreram para o fracasso do II PND. Internamente temos o crescimento do quadro inflacionário diagnosticado por – inflação de custos, depois inflação de demanda e, por fim, inflação de demanda/custos; a dependência de energia, o petróleo naquele momento respondia por 48% da energia total utilizada e o país importava 2/3 de todo o petróleo consumido internamente; reajustes do mercado financeiro internacional, déficits em transações correntes, custos financeiros internacionais acabaram por dificultar o refinanciamento da dívida externa. Somados esses fatores, o que seria o sonho da estratégia desenvolvimentista e uma dinâmica para o desenvolvimento industrial (setorial, espacial e regional), inclusive, articulando os nexos entre empresas estatais e a indústria nacional de bens de capital, transformou-se em fracasso.

Estes elementos acima acabam por conduzir nos estertores do governo E. Geisel (emparedado pela crise interna por falta de apoio interno e pela crise externa – crise mundial e de hegemonia americana) o que denota é o aumento e acentuação das desigualdades regionais internas. J. L. Fiori (2003) aponta isto da seguinte forma: “(...) acentuam-se as desigualdades regionais, consolidando-se a velha hierarquia entre estados centrais e periféricos, que sempre teve em São Paulo e Minas Gerais o seu eixo hegemônico e nos estados nordestinos seu elo mais débil” (FIORI, op. cit., p. 172).

Para M. C. Tavares, o ciclo de crise do investimento público, como tendência e posteriormente retrocesso do II PND, deve ser visto da seguinte forma:

O projeto público anunciado no II PND para manter o crescimento industrial através da “substituição de importações” de bens de capital e de insumos pesados, tornou-se economicamente inviável mais pelo lado da realimentação dinâmica das dificuldades de autofinanciamento interno do que por restrições da capacidade de importar. (...) o projeto de Estado nacional Autoritário levantado em 1974 não contou com o apoio popular, a quem não beneficiava nem envolvia politicamente. Contou apenas, do ponto de vista das classes dominantes, com o apoio de um setor restrito da grande empresa internacional (os grupos cartelizados de bens de equipamento pesado), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficaram fora do pacto todos os demais setores empresariais a quem a demanda da indústria pesada não favorece (TAVARES, 1978, p. 119 e 120).

Na perspectiva furtadiana, o que se pode observar com relação a esse período histórico brasileiro – década de 70. Primeiro, o avanço da industrialização com desconcentração da atividade industrial não possibilitou a criação de uma sociedade mais homogênea; segundo, em todos os sentidos o crescimento industrial não criou matrizes internas de desenvolvimento com certo grau de autonomia do Estado brasileiro e, terceiro, como já foi dito anteriormente o subdesenvolvimento não foi superado. Vejamos isso em C. Furtado.

Para C. Furtado, o II PND, na realidade não vislumbrava uma mudança substantiva no modelo de desenvolvimento, pelo contrário, mantinha no essencial sua preservação. Além, da mudança da base industrial, outro aspecto relevante do Plano, conforme C. Furtado, era aumentar a inserção do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1983a, p. 46). Aquilo, que C. Furtado (1974, cap. III, p. 95-109) chamava de “O modelo brasileiro de subdesenvolvimento”, o que se verifica ao final do II PND é o prolongamento estrutural dessas contradições que resultaram na seguinte constatação de 1974, p. 109, no mesmo trabalho: “A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação do progresso técnico (...)”.

Poucos são os recursos de poder em que os países periféricos, no caso específico, o Brasil, possuem de forma relevante, para uma inserção soberana na ordem econômica

internacional vigente, mais ainda, o projeto de Estado brasileiro não protagonizava essa possibilidade, pelos menos quando se trata de capital e tecnologia, uma vez que esses fatores eram de domínio das empresas transnacionais levando o país a um maior grau de dependência externa.

O que culminou com a crise dos anos 80 (estrangulamento externo), nada mais, nada menos, foi à dependência de capitais externos (poupança externa), a base do projeto do II PND. Esse estrangulamento externo, dado pela dívida externa e pelo montante das importações é visto por C. Furtado (1983b) para o período que estamos tratando – década de 70, da seguinte forma:

Entre [1973] e 1977 a dívida externa líquida passa de 6,2 para 24,8 bilhões de dólares. (...) o valor das importações brasileiras duplicou no espaço de um ano, passando de 6,2 para 12,6 bilhões de dólares, entre 1973 e 1974, o que fez saltar o déficit em conta corrente de 1,7 para 7,1 bilhões de dólares. (...) nos três anos subseqüentes (1975-77) o valor das importações manteve-se estável, mas ao elevado nível alcançado em 1974. (...) os encargos com juros e amortizações aumentaram desmesuradamente. Se em 1974 eles correspondiam a 33 por cento do valor das exportações, em 1977 já alcançavam 51 por cento deste. A razão amortizações + juros sobre exportações continuou crescendo, tendo atingido 70 por cento em 1979. Tudo se passa como se o sistema obedecesse a uma lógica que impele ao endividamento externo (FURTADO, 1983b, p. 31 e ss.).

Entre os recursos de Poder observados, C. Furtado (1978, p. 115) aponta-os: “a) o controle da tecnologia, b) o controle das finanças, c) o controle dos mercados, d) o controle do acesso às fontes de recursos não-renováveis, e e) o controle do acesso à mão-de-obra barata”. Poucos são os recursos de domínio do país nesse quesito.

Aquilo que C. Furtado preconizava como mudanças essenciais no estilo de desenvolvimento, no combate ao subdesenvolvimento e sua superação, tudo isso passava a ser uma constituinte do modelo implementado pelos governos militares, pois aprofundava as desigualdades socioespaciais e as contradições da sociedade brasileira mesmo com um forte crescimento da economia.

Mais adiante, C. Furtado, esboça o conceito de homogeneidade social, como condição importante na superação do subdesenvolvimento.

No que tange ao estilo de desenvolvimento e o mimetismo das classes dominantes, aprofundado pelos governos militares, as observações de C. Furtado (1977) são muito reticentes quanto aos caminhos dados pelo Brasil. Aqui, demonstra, de fato, que a industrialização não conduzirá os países periféricos a uma onda de desenvolvimento comparativa com os países cêtricos. Assim, diz C. Furtado completamente cético:

A Periferia não será jamais uma reprodução do Centro. (...) podemos estar seguros de que as tendências da atual "ordem econômica" mundial operam inexoravelmente no sentido da agravação das desigualdades sociais nos países periféricos. (...) Modificar o estilo de desenvolvimento, no sentido de marchar para uma sociedade mais igualitária nos países periféricos implica em planificar o consumo antes de pretender racionalizar a produção, ou seja, significa dar prioridade à lógica dos fins com respeito à lógica dos meios (FURTADO, 1977, p. 123; Grifos nossos).

Em 1974, C. Furtado, faz uma comparação entre desenvolvimentos (países de capitalismo central e países de capitalismo periférico) dando como certo o resultado da exposição quanto ao processo de industrialização controlada e tutelada.

Na periferia, quanto ao dinamismo econômico que é resultado do controle das grandes empresas transnacionais, que acabam fomentando e são as principais interessadas no mimetismo cultural interno de interesse de alguns grupos, reproduz como efeito, a maior concentração da renda. C. Furtado (1974) aborda essa questão no centro do sistema e na periferia, da seguinte forma:

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre de fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanentemente concentração da renda a fim, de que minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos (...) Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional e social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (FURTADO, 1974, p. 45; Grifos nossos).

Mais ainda, a forma como aprofundava as crises da economia mundial e a instabilidade provocada pelas sucessivas ondas de aumento do petróleo (1973/74 e 1979/80) conduzia os ventos da ortodoxia monetária a endurecerem as medidas contra os países com forte expansão do endividamento (externo) e dependentes de financiamento para o desenvolvimento produtivo-industrial (poupança externa).

Esse tema do financiamento do Estado brasileiro, com poupança externa, passa a ser um tema recorrente na política econômica brasileira, inclusive voltou à tona nos anos 90, com a nova abertura e inserção subordinada externa dos governos da década de 90 seguindo os dogmatismos e receituários externos do neoliberalismo e da ideologia da globalização. Tema que será debatido e investigado, com base nas proposições de C. Furtado, no último capítulo desse trabalho.

Nesse período que estamos tratando (década de vigência do II PND e, logo depois), a situação da economia brasileira não era favorável considerando dois parâmetros, conforme observação de C. Furtado (1984): as condições e o quadro econômico brasileiro entre 1979/80 eram muito ruins, quando diz:

Em nenhuma parte os efeitos dessa crise foram tão severos quanto no Brasil, pois à antiga dependência de importação de petróleo (80% do consumo, por essa época) somava-se agora um vultoso pagamento de juros e amortizações a credores externos (57% do valor das exportações em 1977-78, período imediatamente anterior à elevação das taxas). (...) a elevação das taxas de juros e a degradação dos termos do intercâmbio custaram ao Brasil, no período de 1979-82, cerca de 47 bilhões de dólares, vale dizer, mais da metade da dívida registrada em 1982. (...) o serviço da dívida exigiu, no período 1979-82, 56 bilhões de dólares, correspondendo 31 bilhões de juros (FURTADO, 1984, p. 40 e 41).

Com relação ao crescimento acelerado da economia da década de 70, para C. Furtado, não importava o grau e a intensidade desse crescimento, o que se via era uma acomodação das estruturas que produziam o subdesenvolvimento. Por isso, sua ênfase do processo em curso é visto da seguinte forma:

Via de regra, o subdesenvolvimento tende a reproduzir-se qualquer que seja o ritmo de crescimento da economia. Assim, as elevadas taxas de crescimento do Brasil dos anos 70 não o fizeram menos subdesenvolvido, se se entende por desenvolvimento o acesso da massa da população aos benefícios dos incrementos da produtividade de trabalho (FURTADO, 1997c, p. 257; Grifo nosso).

Uma das alternativas, dadas por C. Furtado, além de buscar e perseguir de forma obsessiva a idéia de subdesenvolvimento e sua superação, também, acrescenta a necessidade de certa base de homogeneização social sob o aspecto da renda e sua distribuição, que falaremos mais adiante. Também crê que o Estado brasileiro deve mirar no mercado interno.

Com o garrote da crise (exposta acima) e a submissão do país a ortodoxia do Fundo Monetário Internacional (FMI), com suas políticas e receitas recessivas levam-nos cada vez mais a perda de autonomia de decisão provocando mais atraso econômico e agravando os problemas sociais e, por conseguinte aumentando as desigualdades socioespaciais e regionais. Em suas palavras, C. Furtado (1983a, p. 83) diz: “No esforço

para corrigir o desequilíbrio externo não se deve perder de vista que o Brasil continuará a desenvolver-se essencialmente apoiado no mercado interno”.

Na visão de C. Furtado (1992a) o conceito de homogeneização social³³, marca importante das sociedades de economia desenvolvida deve ser entendida da seguinte forma:

O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada às necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais (FURTADO, 1992a, p. 38).

C. Furtado, completa seu raciocínio sobre homogeneidade social afirmando e comparando com as experiências ocorridas no mundo que não basta ter homogeneidade social apenas para romper a barreira do subdesenvolvimento. C. Furtado acrescenta a idéia basilar de homogeneidade social, outro ingrediente, diz ele:

As experiências (...) ensinam que a homogeneização social é condição necessária, mas não suficiente para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: (a) descentralização de decisões que somente os mercados asseguram; (b) ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede concebida; e (c) exposição à concorrência internacional. Também aprendemos que para vencer a barreira do subdesenvolvimento não se necessita alcançar os altos níveis de renda por pessoa dos atuais países desenvolvidos (FURTADO, 1992b, p. 15).

No próximo capítulo trataremos de enfocar a crise dos anos 80, a crise que ficou denominada de década perdida, os estertores do regime militar e a chamada ‘Nova República’ dos egressos civis na política brasileira, muitos daqueles que estiveram ao

³³ Essa mesma formulação conceitual de C. Furtado também aparece em 1992b, em “O subdesenvolvimento revisitado”. *Revista de Economia e Sociedade*, Campinas (SP), n. 1, p. 5-19, ago. 1992b. A citação encontra-se à página 6.

lado das forças que tomaram de assalto o poder em 64. Crise esta conduzida pelo forte endividamento externo e enfraquecimento do Estado nacional, incapaz de conduzir o país a uma sociedade mais justa e igualitária em termos de desenvolvimento na sua forma mais abrangente seguindo os passos de C. Furtado.

Em resumo, abriremos uma frente analítica do período, com base nas análises de Celso Furtado sobre o período dos anos 80 - década perdida, com os desdobramentos que virão adiante com a adoção das políticas neoliberais.

IV – A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO E O CENÁRIO DOS ANOS
80: A DÉCADA PERDIDA INTERPRETADA PELA ÓTICA DE CELSO
FURTADO

IV-I A crise do Estado brasileiro na década de 80 e o crescimento da dependência externa: Advertências de Celso Furtado

A década de 1980 é denominada de década perdida, em função das crises que abateram sobre o sistema capitalista periférico. No caso, em especial, do Brasil, em função da crise estrutural e conjuntural, e com o baixo dinamismo econômico interno, esse período histórico ficou assim conhecido como a década perdida. Para uma série mais longa observa-se que, em média, o PIB brasileiro de 1980-94, seu crescimento foi de 1,7% ao ano, o que é um valor estatístico muito próximo ao crescimento da população brasileira.

A recessão mundial no centro do sistema também é um elemento importante da análise, em função da retração dos créditos externos abundantes que deslocavam para os principais países do sistema periférico. C. Furtado (1983b) já havia alertado sobre a diminuição dos investimentos na economia brasileira cujos dados relacionados com a poupança externa, no mesmo período de 1974-80, praticamente desapareceram. C. Furtado diz isso da seguinte forma:

Os dados macroeconômicos indicam que no período de 1974-80 a taxa média de investimento em capital fixo alcançou 24 por cento, ou seja, situou-se dois pontos acima da taxa de 1965-66, quando a contribuição da poupança externa para o investimento foi praticamente nula (FURTADO, 1983b, p. 34).

A mundialização financeira produziu um estancamento dos financiamentos externos, além do que, em função das medidas tomadas pelos países ricos³⁴, os

³⁴ Nos Estados Unidos, no período de governo Reagan, algumas medidas foram tomadas, dada à crise dos déficits da economia estadunidense. Tais medidas tinham como objetivos garantir a entrada massiva no mercado financeiro dos EUA, de parte substancial da liquidez externa e disponibilizar recursos para financiar a estratégia geopolítica contra a URSS e fazer frente aos principais competidores capitalistas, pois a economia americana perdia terreno no campo da competitividade tecnológica frente ao Japão e Alemanha principalmente. Dentre as medidas tomadas nos anos 80 pode-se citar: "... elevação passageira, mas muito significativa, da taxa de câmbio do dólar (quase 250 ienes na primeira metade da década de 80, ao passo

investimentos passaram a ter outros interesses e outros destinos. Os principais interesses e destinos agora, dos empréstimos e das alocações dos mercados financeiros globais, passaram a ser a economia americana.

Um dos estudiosos da matéria, especialista em “mundialização do capital”, aponta esse deslocamento de trânsito da liquidez internacional, via mercados financeiros, para os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos. F. Chesnais, em “A mundialização do capital” (1996) afirma que:

(...) No total, houve uma espetacular inversão de fluxos. Entre 1980 e 1983, houve primeiro uma diminuição brutal das entradas líquidas de créditos privados para os países em desenvolvimento, que passaram de 26 a 1,6 bilhão de dólares. Depois, a partir de 1984, o fluxo simplesmente passou a correr em sentido contrário, tornando-se uma transferência líquida de 25 bilhões de dólares aos bancos credores (Dembinski, 1989 apud CHESNAIS, 1996, p. 256).

Na sua maioria, as medidas tomadas pelos governos dos países ricos, logo após a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo (1979-80), foram no sentido, de estimular um novo ciclo de expansão para o capital financeiro. Se a rentabilidade dos capitais produtivos encontrava-se reprimida, a saída encontrada estava na esfera financeira.

A revolução do capital resulta, em determinados períodos cíclicos, em retração da rentabilidade, o que consiste em uma nova centralização e concentração dos mesmos; o que é da própria característica e essência imanente do sistema do capital, que é existir permanentemente de forma livre e líquida e, fortemente centralizada para revolucionar sempre no processo de auto-reprodução constante.

Marx já havia advertido sobre isto dizendo que o capitalismo é um regime de produção abstrata da riqueza. Na realidade, o sistema social do capital, só é

que o nível atual oscila em torno de 100 ienes) e a instauração de um regime de taxas de juros positivas. Esse regime iria se prolongar, embora as taxas, então muito elevadas (entre 12% e 8%, em termos reais, de 1980 a 1984), venham caindo progressivamente...” (CHESNAIS, 1996, p. 260).

materialmente reproduzível (D–M–D´) em determinadas circunstâncias; a lógica final a ser alcançada é a produção abstrata de riquezas na esfera financeira (D–D´).

Isto quer dizer que o sistema do capital constantemente quer desgarrar-se da esfera produtiva e buscar seu fim último que é a esfera financeira. G. Arrighi (1996a, p. 326) dado o processo de financeirização da economia mundial, em seu estágio atual, alertava para o que estava ocorrendo e os perigos iminentes deste processo. Diz ele que, “(...) As finanças não podem alimentar uma [grande] classe [média], pois somente uma parcela elitizada de qualquer população nacional (...) pode dividir os lucros da bolsa, dos bancos mercantis, e das corretoras de valores”.

As medidas tomadas pelos governos conservadores da Grã-Bretanha (M. Thatcher-1979) e norte-americano (R. Reagan-1980), a partir de 1979-80, tinham esse propósito de liberar as amarras impostas ao capital. F. Chesnais (1996) chama-nos atenção com relação a estas medidas da seguinte forma:

As medidas decididas, conjuntamente, pelos governos americano e britânico deram à luz o sistema contemporâneo de finanças, liberalizadas e mundializadas. Neste sistema, as instituições dominantes não são mais os bancos, e sim os mercados financeiros e as organizações financeiras que neles atuam. (...) As medidas tomadas a partir de 1979 acabaram com o controle dos movimentos de capitais em relação ao exterior (entradas e saídas), ou seja, liberalizaram, melhor dizendo, escancaram os sistemas financeiros nacionais... (CHESNAIS, 1996, p. 258).

Na periferia do sistema, inclusive no Brasil, as medidas tomadas pelas autoridades monetárias dos países centrais, resultaram em conseqüências catastróficas. Essa crise do Estado, que podemos chamá-la de crise do Estado desenvolvimentista, como foi o caso do desenvolvimentismo autoritário, com o II PND, na sua maior parte com financiamento público, portanto ampliando a dívida pública no âmbito externo;

praticamente impôs ao Estado brasileiro (fragilizado) que permanecesse estático e incapaz de ter forças frente ao poder avassalador do capital financeiro na década de 80.

Nesse sentido, a crise fiscal do Estado brasileiro, como aponta J. L. Fiori (1986) acerca dos principais acontecimentos dos anos 80, com relação ao Estado e as contraditórias fricções das elites sociais e políticas no Brasil, com a seguinte assertiva:

(...), posto frente a uma recessão e a uma inflação sem precedentes, balcanizado internamente, com sua elite civil e militar imobilizadas pelas divisões, choca-se no limite com os próprios supostos de sua força: a intocabilidade da terra e dos grupos financeiros privados; a permissividade para a sua valorização especulativa; a proteção de certas improdutividades; a autonomia decisória do capital estrangeiro; a incontrolabilidade dos fluxos de financiamento externo; e finalmente, a sua própria e natural falta de autonomia frente a esses vários interesses. O Estado desenvolvimentista alcançou, enfim, o limite da eficácia possível de sua intervenção (FIORI, 1986, p. 104-105; Grifo nosso).

Com o advento do monetarismo da Escola de Chicago³⁵ em vigor, a crise do sistema periférico mundial, inclusive na América Latina³⁶, nada mais é que um processo de reorganização e rehierarquização da ordem mundial sob a batuta norte-americana.

Dessa forma, a crítica ao Estado se dá pela majoração (Estado planejador e Estado produtor) do mesmo na vida econômica das nações. Disso resulta, entre várias coisas, que o problema maior se deve a estatização da economia, que é a crítica

³⁵ No que tange às relações entre transnacionalização e monetarismo, Furtado (1983b) observa que “(...) o ressurgimento crescente da ortodoxia liberal como fonte inspiradora das políticas econômicas nos países latino-americanos” [permitiu] (...) “a evolução (...) de um maior imbricamento com as finanças internacionais e de esvaziamento do Estado em sua capacidade de controle e direção da economia”. Mais ainda: “A doutrina monetarista tem sido utilizada na América Latina para legitimar o processo de internacionalização, que é apresentado como uma transição para formas superiores de organização econômica. Restituir os mercados (internos e externos) o papel central na alocação de recursos e na remuneração dos fatores seria condição sine qua non para restaurar a racionalidade econômica e assim abrir caminho a melhorias efetivas do bem estar social” (FURTADO, 1983b, p. 128 e 129 respectivamente).

³⁶ Para entender o “ajuste estrutural na América Latina” remeto ao trabalho – Dissertação de Mestrado de minha autoria defendida em 2002, p. 47-70 em que faço um levantamento de vários países da América Latina, inclusive o Brasil, sobre os desdobramentos das políticas conservadoras de M. Thatcher e R. Reagan, bem como as políticas do monetarismo de Chicago para esses países (A propósito ver CARVALHO, C. R. de. *Espaço Nacional e Integração Competitiva: impasses das políticas territoriais no Brasil*. São Paulo, 2002, Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP).

verdadeira ao Estado feita pela ortodoxia liberal de uma forma geral. Por isso, conforme assinala C. Mallorquin (2005) sobre a década de 1980 que:

Em meados da década de 1980, com o advento do trânsito à democracia na América Latina e o fim da lua-de-mel com o monetarismo ressuscitado, os governos latino-americanos, esgotados pela dívida externa, deram lugar a proposições de política econômica relativamente pragmáticas, com um grande acento neoliberal (ESSER, 1990; CAMPOS, 1990). Assim, foram aparecendo propostas de ajuste e estabilização neo-estruturalistas, mas não de desenvolvimento (MALLORQUIN, 2005, p. 22).

Na agenda recessiva dos organismos internacionais a idéia de subdesenvolvimento era uma questão residual, o mais importante era o conjunto de reformas estabelecidas para adequar a produção interna contraindo-a e expandindo os saldos comerciais externos dos países para atender os pagamentos aos credores externos. Em outras palavras, em linguagem técnica e rebuscada de economista, diz-se em redução dos déficits do balanço de pagamentos e compressão da demanda interna.

É bom que se diga que as questões gerais da América Latina como um todo e, em especial, no tocante ao subdesenvolvimento, não se deve a falta de capitais, mas sim autonomia e soberania de decisões. Th. dos Santos (1993) deixa isso muito claro com relação ao dito anteriormente:

É preciso derrubar de uma vez por todas a idéia de que o Terceiro Mundo é subdesenvolvido por falta de capitais. Eles são grandes exportadores de seus excedentes nacionais em forma de preços relativos desfavoráveis, pagamentos de serviços técnicos (falsos), dos lucros das empresas multinacionais, pagamentos de serviços de uma dívida externa montada contabilmente, remessas de rendas das oligarquias locais para os centros econômicos. (...) O que falta ao Terceiro Mundo é soberania nacional para defender e preservar seus recursos e produzir com liberdade os produtos necessários para seus povos. Não será ajustando passivamente às novas exigências de uma economia mundial - cuja divisão internacional do trabalho aprofundará o papel subalterno e dependente do Terceiro Mundo - que estes países conseguirão encontrar o caminho da riqueza e do atendimento às suas necessidades sociais (SANTOS Th., 1993, p. 138 e 139).

Nessa mesma linha de raciocínio e corroborando o exposto acima, W. Cano (1994) aponta com dados numéricos que os países latino-americanos são, de fato, exportadores de capitais, o que caracteriza em linguagem marxiana, extração de mais-valia absoluta feita pelos países desenvolvidos. Diz ele que:

(...) entre o início e o fim da década (1980), enquanto o saldo comercial da região passa de - de 1,6 bilhão de dólares para 26,2, as transferências líquidas passam ao colossal nível de 36,8 bilhões, transformando o superávit comercial em déficit financeiro de 10,2 bilhões (CANO, 1994, p. 134).

Outro autor, ao debruçar sobre o impacto macroeconômico das reformas e o ajustamento orquestrado por Washington, no final dos anos 80, e aceitas passivamente pelos países latino-americanos, acorrentados pela imensa dívida externa, afirma que:

Os vultosos superávits comerciais transformaram os países latino-americanos em exportadores líquidos de capital. (...) As transferências líquidas de recursos se tornaram negativas em US\$24,2 bilhões ao ano no período de 1982-88, o equivalente a 3,7% do PIB regional. (...) Entre 1974 e 1981, essas transferências tinham registrado um superávit anual médio de US\$15,8 bilhões, o equivalente a 2,2% do PIB regional. (...) Embora a América Latina tenha mantido transferências líquidas negativas durante os anos cinquenta e sessenta, o impacto representava apenas 0,5% do PIB regional (PORTELA FILHO, 1994, p. 110).

Com relação ao Brasil, em específico, a crise recessiva, por um lado, acarreta a redução da atividade econômica interna e, por outro, estimula o país a exportar num contexto internacional adverso. C. Furtado, atento a essas questões, observa que o aumento do endividamento externo leva o país a um maior grau de dependência externa e, além disso, acaba desregulando os centros de decisão nacionais inviabilizando o país no processo de construção de um projeto nacional.

Diante de uma situação tão complexa em termos de escolhas frente a um endividamento externo tão alto e de decisões estratégicas tomadas pelos governos dos anos 80 em estimular a inserção externa de produtos nacionais e dar prioridade ao

mercado externo às expensas do mercado interno, C. Furtado (1984) deixa seu questionamento como indagação da seguinte forma:

(...) insistiremos em aumentar nossa inserção no comércio internacional mediante o aviltamento dos preços do que exportamos, ou tentaremos dinamizar nossa economia com base na expansão do mercado interno, à semelhança do que ocorreu nos anos 50? (...) a escolha é simples. Submetermos-nos às imposições draconianas dos credores, ou assumir a soberania para defender os interesses vitais da Nação (FURTADO, 1984, p. 34 e 36).

Os mecanismos de preços internacionais, dominados pelos países desenvolvidos, têm sido um problema estrutural muito sério para os países pobres, que participam dos termos de intercâmbio (relação de trocas internacionais) de forma desigual, geralmente com uma base maior de *commodities* primárias cujos preços têm decaído ao longo de vários anos.

Observando a década de 80 e a relação de preços reais dos produtos primários exportados pelos países do Terceiro Mundo e, mesmo de produtos manufaturados, o que ocorre é que, de fato, há uma tendência declinante em termos históricos. C. Furtado (1992)³⁷ trata disso da seguinte forma:

A média desses preços no quinquênio 1986-90 correspondeu aproximadamente à metade do que fora quarenta anos antes, ou seja, 1948-55. (...) Entre 1989 e 1991 os preços dos produtos primários exportados pelos países pobres declinaram em média 20%, queda que se aproxima daquela ocorrida na depressão de 1980-82, deflagrada da crise da dívida externa desses países. (...) os preços dos produtos manufaturados exportados pelos países do Terceiro Mundo tiveram crescimento de 12% em termos nominais (em dólares) nos anos 80; durante esse mesmo decênio, os preços das manufaturas exportadas pelos países industrializados cresceram 35%. Se ajustarmos o poder de compra gerado pelas manufaturas exportadas pelos países do Terceiro Mundo pelos preços das máquinas e equipamentos por eles importados veremos que a perda alcançou 32% do referido decênio (FURTADO, 1992c, p. 61-62).

³⁷ Essa observação também está presente em C. Furtado (2001a, p. 41 e 43), ao comentar estudo promovido pelo Banco Mundial (*The World Bank Review*, de janeiro de 1988) e o relatório da Comissão Sul (*Non-Alignment in the 1990s, South Center*, estudo preparado para a Conferência de Jacarta, 1992).

Portanto, na interpretação de C. Furtado quanto mais internacionalizamos efetivamente a economia brasileira, maior é o grau de dependência externa. No entanto, C. Furtado nunca foi um estatizante convicto e sempre teve uma posição contrária, desde a Cepal, nos idos dos anos 50, de uma economia fechada completamente e autarcizante. A economia deve abrir-se para o exterior sempre e quando for feita conforme interesses estratégicos do país. Essa confirmação está presente nos seus escritos e, inclusive, confirmada em C. Mallorquin (2005), especialmente a regulamentação da economia e dos investimentos que estão diretamente relacionados ao planejamento do Estado. Diz o autor acima que:

Furtado opõe-se à total regulamentação ou centralização da economia como mecanismo para dirigir os investimentos, dizendo que isso conduz a custos sociais desnecessários – mesmo que possa ser politicamente factível-, particularmente em espaços sociais tão heterogêneos como o brasileiro (MALLORQUIN, 2005, p. 229).

Assim, defende C. Furtado que a ênfase sempre deve ser o mercado interno e a competitividade externa deve seguir os ditames do nosso desenvolvimento. Em suas palavras:

O centro dinâmico da economia deve permanecer em seu setor industrial ligado ao mercado interno, elemento determinante do nível de demanda efetiva e da orientação do desenvolvimento. A competitividade externa deve ser buscada, mas de forma seletiva, sem perder de vista que o objetivo central é dotar o país de um autêntico sistema industrial (FURTADO, 1983b, p. 62; Grifos nossos).

A dívida externa brasileira³⁸ era explosiva e colocava o Brasil nas mãos dos credores internacionais e numa situação de vulnerabilidade externa, inclusive sendo

³⁸ Com a abundância de liquidez internacional, o Brasil para financiar seu crescimento econômico, uma vez que o II PND fixava como orientação, completar a estrutura industrial e apoiar a diversificação das exportações brasileiras. Com isso tivemos um aumento extraordinário do endividamento interno/externo. C. Furtado (1983b) aponta isso da seguinte forma: “No triênio 1976-78 a dívida bruta mais que duplicou,

estimulado pelas agências multilaterais (FMI e Bird) – Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, respectivamente, a tomar decisões muitas vezes prejudiciais ao país.

C. Furtado via com apreensão tanto a ingerência do FMI, cujas medidas abririam um flanco recessivo, quanto a mais internacionalização da economia brasileira; uma exigência das ditas condicionalidades impostas por esse organismo. C. Furtado (1983c) trata desse processo denominado de transnacionalização da economia da seguinte forma, além do papel do FMI com sua tutela e medidas de curto prazo:

O que importa ter em conta é que essa instituição foi transformada, mediante a adoção de um regime de rígidas “condicionalidades” ligadas ao sistema de crédito ampliado, em instrumento para impor aos países do Terceiro Mundo normas tendentes a aprofundar a internacionalização de suas economias, que deixam de ser sistemas autocontroláveis para tornarem-se extensões do mercado internacional (FURTADO, 1983c, p. 16 e 17).

Apesar de todos os percalços que nos aprisiona o processo de endividamento externo, o país não pode deixar de seguir adiante buscando, de alguma forma, conduzir por si mesmo o processo de desenvolvimento nacional. A atuação do Brasil, para saída da recessão econômica imposta pela lógica dos mercados, deve ser orquestrada levando em consideração determinados parâmetros que são definidores, conforme análise de C. Furtado:

Primeiro, que a renegociação da dívida externa seja feita em função dos interesses da coletividade brasileira, e não, prioritariamente, no interesse dos bancos internacionais. Segundo, que se adote uma rigorosa política de reciclagem do setor industrial para reduzir sua dependência de insumos importados e visando a satisfazer as necessidades gerais da população (FURTADO, 1983c, p. 51).

crescendo inclusive as reservas de câmbio de 4 bilhões de dólares para 12,9 bilhões. (...) O brutal aumento das taxas de juros no mercado internacional, a partir de 1979, elevou os pagamentos líquidos de juros de 2,7 bilhões de dólares, em 1978, para 4,2 em 1979 e 6,3 em 1980, 8,3 em 1981 e 11 bilhões de 1982. (...) A experiência de 1981-82 veio mais uma vez demonstrar que a receita do FMI de recessão provocada por meios monetaristas está longe de ser condição suficiente para deter o processo de endividamento ...” (FURTADO, 1983b, p. 39 e ss.).

Entretanto, a política econômica seguida não levava em consideração os parâmetros descritos acima, pelo contrário, fizemos uma negociação da dívida com o FMI, no final dos anos 80, de forma subserviente, inclusive aceitando as condicionalidades impostas, acarretando maior desestruturação do sistema econômico nacional. Os acordos com o fundo são assinados no esquema de capitulação e comprometendo o presente e o futuro; o ajustamento pretendido pelo FMI nada mais é que a perda das decisões e controle da própria economia nacional frente aos credores internos e externos. C. Furtado (1989b) aponta isso da seguinte forma:

(...), as exportações devem crescer mais do que o PIB, e as importações, menos; o país deve produzir mais do que consome e investe. Tudo isso, a fim de criar um excedente a ser enviado para o exterior. O custo social desse “ajustamento” não é contabilizado nem merece atenção (FURTADO, 1989b, p. 13).

Para C. Furtado, não só a adesão ao plano recessivo do FMI era muito doloroso e problemático para o Brasil, um outro fato que nosso economista também chamava a atenção era o fato da transnacionalização em curso, tanto pelo lado produtivo do sistema econômico, quanto do financeiro. Afirma ele que isso se caracterizava por um precedente ruim, dado que:

Um país com as desigualdades sociais e regionais, e a extensão territorial do Brasil poderá ter ameaçada a sua unidade, se for arrastado a uma rápida transnacionalização de seus circuitos produtivos e monetário-financeiros na ausência de um projeto próprio de redução de tais desigualdades (FURTADO, 1989b, p. 60).

Para finalizar esse tópico, os dados mostram, conforme C. Furtado, que toda a economia brasileira volta-se para atender os caprichos impostos de fora, isto é, para atendermos nossos compromissos externos. Vejamos isso em C. Furtado (1983b):

“(...) o serviço de sua dívida externa (juros + amortizações) absorve mais de 80 por cento da receita de suas exportações e é três vezes superior ao valor das reservas do Banco Central” (FURTADO, 1983b, p. 17). Numa outra passagem, no momento de aperto das taxas de juros internacionais, C. Furtado (1989b) aborda esse assunto da seguinte forma:

Entre 1979 e 1982, fecha-se a armadilha para a qual se haviam deixado conduzir os países que fizeram a opção pelo endividamento externo. A dívida assumida pelo governo brasileiro havia passado de 3,2 bilhões de dólares, em 1970, para 44 bilhões, em 1981, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual de 26,8 por cento (FURTADO, 1989b, p. 26).

Em termos de governos militares, no período de 1964-85, a dívida externa brasileira saltou de 3,7 bilhões de dólares (1964) para próximo de 95 bilhões de dólares no ano de 1985 (final do governo J. Figueiredo - último governo da era militar). Em todo o período de governos militares, o que se conclui é que todas as carências da população de menor poder aquisitivo, associadas ao subdesenvolvimento brasileiro, foram desprezadas; a prioridade era o aumento do PIB e alcançar taxas elevadas de superávit na balança comercial; é como se todo o sistema econômico funcionasse para atender os compromissos impostos pela dívida levando de roldão o desmantelamento do Estado nacional e seus centros de decisão nacional, isto é, seu sistema econômico. Na próxima seção trataremos da dinâmica regional brasileira nos anos 80 e o processo de desconcentração da atividade produtiva industrial.

IV-II O aprofundamento das desigualdades socioterritoriais e a sinalização de futuros impasses

A proposta dada por C. Furtado com a criação da Sudene, no final dos anos 50, era uma tentativa de contornar os problemas relacionados à dinâmica do capitalismo brasileiro. Nesse sentido, o compartilhamento e gestão dos recursos de uma federação regionalizada³⁹, com novos recortes e novas escalas, seria um mecanismo de gestão do território e do espaço nacional por entes federativos de pesos tão desiguais, mas que tivessem uma moldura única de interesses nacionais – fortalecimento do mercado interno e uma política econômica adrede ao desenvolvimento econômico nacional.

Tudo isso que constituía uma nova arquitetura federativa dito acima foi deixada de lado com os governos militares e com o aprofundamento da crise dos anos 80 - nos estertores dos governos militares e seguintes -, nenhuma proposta de descentralização compartilhada dos interesses federativos, fora levada adiante, pelo contrário, tivemos mais centralização do poder em nível nacional.

Esse centralismo, dito anteriormente, é objeto de interpelação por C. Furtado (1984 e 1999, p. 52) em que, de um lado, tem-se o centralismo político e de outro, decorrência direta do primeiro, centralismo econômico; no entanto, o percurso prospectivo a ser alcançado é um porvir de um novo federalismo pautado na autonomia dos estados. Diz ele que:

³⁹ Em reforço a essa questão cito a seguinte observação dada: "(...) a proposição da Sudene foi, depois da proclamação da República, a única e solitária iniciativa de reforma e fortalecimento da Federação. (...) Furtado propôs uma reformulação da Federação nos moldes de um federalismo regional cooperativo (...). No plano da República, a inovação proposta por Furtado repousava no próprio planejamento, concebido como ética de valores, ao mesmo tempo em que o federalismo cooperativo representava a ética de responsabilidade" (OLIVEIRA, 2003, p. 105).

O centralismo político significa entre nós prevalência do poder econômico e, por conseguinte, subordinação das regiões economicamente mais débeis aos interesses daquelas que assumiram a vanguarda do processo de industrialização. Portanto, a restauração da autonomia dos estados é condição necessária para que se detenha a concentração geográfica da riqueza e da renda e se obtenha um desenvolvimento fundado no fortalecimento das matrizes históricas de nossa cultura (FURTADO, 1984, p. 51; Grifo nosso).

Entretanto, C. Furtado já um tanto quanto frustrado com os descaminhos do Brasil nos seus aspectos mais gerais e, desiludido com o estilo de desenvolvimento concebido pelas elites brasileiras, e sem solução alcançável para a superação do subdesenvolvimento afirma num tom desanimador quanto às perspectivas que tivemos até os anos 80:

O Brasil teve sua oportunidade histórica, acumulou riqueza e poderia ter transformado essa “modernidade” numa sociedade mais justa, mais estável. E não o fez. Perdeu sua oportunidade histórica. (...) Perdeu-se pelo atraso social, por ter uma elite que se aliou aos Estados Unidos, preocupada estritamente em acumular para o benefício de uma minoria (FURTADO, 1995a, p. 105; Entrevista a Carlos Mallorquin).

Pensando o Brasil num contexto de uma pactuação em moldes federativos, um dos aspectos que precisa estar resguardado na perspectiva de C. Furtado é que sempre é bom ter a termo que “o Federalismo tem sido utilizado para expressar a idéia de que a organização política deve basear-se na solidariedade e cooperação e não na compulsão” (FURTADO, 1984, p. 45). O resultado de uma descentralização nos moldes federativos deve ser visto que, além do planejamento como instância de regulação de economia política, também é preciso levar em conta a categoria ‘espaço’ uma vez que, o importante para C. Furtado é:

A descentralização regional do poder central deve ser acompanhada de um planejamento plurianual, que permita compatibilizar as aspirações das distintas regiões. Só o planejamento permite corrigir a tendência das empresas privadas e públicas a ignorar os custos ecológicos e sociais da aglomeração espacial das atividades produtivas. Com efeito, somente o planejamento permite introduzir a dimensão espaço no cálculo econômico (FURTADO, 1984, p. 53; Grifo nosso).

Com os governos militares, a racionalidade econômica que prevalece dentro duma visão de centralismo econômico é ver as questões regionais como partes interativas que devem ser ordenadas pelo Estado nacional, sem necessariamente provocar mudanças substanciais nas estruturas socioeconômicas. Não nos iludamos, e deve sempre estar registrado, pois a ortodoxia monetarista impetrada pelos militares com o golpe de 64, além de jogar fora toda a elaboração teórica estruturalista - com a ajuda dos organismos internacionais, também tratou de escamotear por muito tempo a idéia de subdesenvolvimento nas economias periféricas -, a cargo das agências multilaterais, primeiro desenvolveu o conceito de países em desenvolvimento (década de 80) e nos anos 90 (economias emergentes). Com relação ao monetarismo⁴⁰, Th. dos Santos (2007) diz:

O golpe de 1964 no Brasil entregou o poder aos monetaristas, com o objetivo de assegurar a estabilidade monetária contra a proposta estruturalista de ampliar os mercados nacionais pela via da reforma agrária e por meio de outras reformas capazes de distribuir a renda e ampliar o consumo (SANTOS, 2007, p. 115).

⁴⁰ Muitas são as diferenças interpretativas entre os estruturalistas e monetaristas, uma delas é quanto ao processo de formação de capital e a relação poupança e investimento, que é visto pelos monetaristas como sendo um estado de equilíbrio estático entre poupança e investimento e o primeiro. C. Furtado diz que: "O enfoque monetarista leva a "observar o sistema econômico como um processo de ajustamentos e desajustamentos" no plano estático, ao passo que o enfoque do processo de formação de capital põe em evidência que a oferta de poupança e a demanda de capital para investimento somente se ajustam quando a economia está crescendo"; [em conclusão pode-se afirmar de um estado dinâmico para o segundo caso, como está explícito em Keynes, em sua A Teoria Geral ... que o investimento gera a própria poupança] (FURTADO, 1997d, t. 1, p. 280 e 281).

C. Furtado (1983a), por sua vez, adverte quanto às mudanças estruturais em termos de desigualdades de renda e focando o Nordeste, em especial, dizendo que:

Desigualdades de renda por habitante existem por toda a parte. O que se deve buscar não é tanto eliminar as diferenças de nível de renda (...), e sim transformar a sociedade nordestina a fim de que o desenvolvimento beneficie efetivamente a massa da população. (...), o Nordeste será necessariamente relegado a plano secundário pelas forças que dominam o Estado nacional, visto principalmente como uma reserva de mão-de-obra e como fonte de matérias-primas (FURTADO, 1983a, p. 133 e 145; Grifo nosso).

Para C. Furtado, vislumbrar o desenvolvimento de uma dada região ou várias é preciso que seja visto sob o ponto de vista da noção de autonomia dos poderes instituídos (poder do Estado nacional) e dentro de um contexto de economia nacional. No fundo a questão nacional está posta e subjacente a essa perspectiva, o subdesenvolvimento, frente às injunções da divisão internacional do trabalho.

Uma das teses prevaletentes nos anos 50 é que enquanto o Sudeste desenvolvia-se/progredia-se industrialmente, o Nordeste progredia, mas dependente da dinâmica do Sudeste. A constatação para o Nordeste é que houve progresso da atividade industrial com desconcentração, mais ainda, houve uma especialização técnica na divisão territorial do trabalho com a melhoria do padrão tecnológico em alguns setores como é o caso da agricultura irrigada de exportação.

Mas, como observa M. Storper (1994, p. 20) a “(...) especialização está fortemente ligada à territorialização e à especialização de exportação, e não à dinâmica das fábricas diversificadas ou ao fluxo desenraizado de capital ou de bens”. No período que estamos analisando, isto é, a década de 80, destaca-se que a economia nordestina diversificou-se e, mais ainda:

(...) ao se especializar mais na produção de bens intermediários destinando parte importante às exportações, a indústria recente instalada no Nordeste resiste melhor aos efeitos da recessão brasileira. Paralelamente, em sua porção oeste e nas margens do submédio São Francisco, o Nordeste implantou moderna agricultura de grãos e importante pólo de fruticultura, ambos para exportação, o que ajuda a resistir aos efeitos da retração da demanda interna, podendo localizadamente enfrentar melhor a crise nacional (ARAÚJO, 1995, p. 128 e 129).

Isso, que foi dito anteriormente, é verificável com base nos dados da Tabela II – abaixo – em que a região nordestina em todo o período de recessão praticamente manteve os índices de crescimento percentual do PIB, com uma ligeira queda (1980/85, 3,7% e em 1985/90 3,3%; esse último período caracterizado pelo esgotamento do crescimento industrial do Nordeste; só na década de 90 a retração econômica foi muito maior ainda, de 1,2 percentuais em 1990/94). A região Norte, em especial a Zona Franca de Manaus, a crise mais acentuada começa nos anos 90, ao todo o crescimento regional foi de 4,8% de 1985/90 e queda substantiva em 1990/94 para 0,5% (Tab. II).

No entanto, o principal destino das exportações de semimanufaturados e manufaturados da região do Nordeste continua sendo o Sudeste, em especial, São Paulo. Dados da Sudene e Banco do Nordeste do Brasil - BNB - (1992) aponta isso:

Das vendas realizadas pela indústria incentivada, pouco mais de um terço se destina à própria região Nordeste (36%). O destino principal é o Sudeste, que compra 44% da produção da indústria incentivada (71% dos quais quem adquire é São Paulo). O mercado internacional participa com 10% das vendas totais desse segmento da economia do Nordeste. Do ponto de vista da composição das exportações a mudança da base exportadora é significativa, tanto para o mercado externo quanto para o mercado de outras regiões (Sudene, BNB apud ARAÚJO, 1995, p. 142).

Assim,

(...) seguindo a tendência geral da economia brasileira, as relações comerciais do Nordeste com o resto do mundo se dão cada vez menos através da venda dos chamados produtos básicos (...) e cada vez mais pela oferta de produtos semimanufaturados e manufaturados. (...) A Sudene estimou para 1980 que, das exportações totais do Nordeste, um terço se destinou ao mercado internacional e dois terços se dirigiu a outras regiões brasileiras (cf. ARAÚJO, 1995, p. 144).

Mesmo considerando uma transferência geográfica do valor, isto é, uma tendência de desconcentração da atividade produtiva industrial ocorrida com estímulo dos investimentos públicos no I PND e II PND, na década de 70, e que continuou na década seguinte, com a maturação dos investimentos, muitos problemas não foram equacionados; a base econômica modernizou-se, mas as questões sociais continuaram iguais ou pior – essa questão está explícita no Nordeste brasileiro.

Em se tratando da desconcentração produtiva, considerando as mil maiores empresas do setor L. Guimarães Neto (1995) afirma que:

(...) percebe-se que o Sudeste, que detinha 80,3% das empresas em 1975, passou a concentrar 73,8% em 1980 e 68,2% em 1990; já no Sul, esses mesmos dados eram, respectivamente, 10,9%, 14% e 15,4%; no Nordeste, 6,3%, 8,1% e 10,5%; na região Norte, 0,9%, 1,8% e 3%; e no Centro-Oeste, 1,6%, 2,3% e 2,9%. Levando-se em conta apenas empresas industriais, as perdas do Sudeste também foram significativas em favor das demais regiões. Enquanto em 1975 ali se localizavam 82,6% das empresas industriais, em 1980 esse índice se reduziu para 74,5% e em 1990, para 67,9% (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 18 e 19).

Analisando a tabela (Tab. II) que se segue verificamos que houve aumento do PIB das seguintes regiões no período que vai de 1980/85 até 1985/90: Centro-Oeste, de 2,6 para 4,9%; o Sul, de 0,9 a 1,9% e as regiões Norte e Nordeste, apesar de uma pequena retração, os dados continuam positivos; a região Sudeste os dados apontam (0,2 para 1,1 percentuais para o período de abrangência). Comparado aos períodos anteriores da tabela os números indicam uma retração econômica forte em todas as regiões pós-anos 80.

Tabela II

Taxas médias de crescimento real do PIB – 1949/1994
Brasil: estados selecionados e regiões – (em % a.a)

Regiões e Estados	1949/59	1959/70	1970/75	1975/80	1980/85	1985/90	1990/94	1990/94*
Sudeste	6,7	6,5	9,8	6,4	0,2	1,1	3,2	2,9
- São Paulo	7,5	6,9	10,4	5,9	-0,2	1,0	2,3	2,3
- Minas Gerais e E. Santo	4,1	7,4	10,5	10,0	2,0	3,1	2,9	2,9
- Rio de Janeiro	6,6	5,1	7,8	5,3	-0,2	-0,5	6,0	1,8
Sul	7,8	6,9	11,4	6,3	0,9	1,6	0,9	1,4
Nordeste	7,5	4,6	8,9	8,8	3,7	3,3	1,2	1,5
Norte	8,9	7,5	9,4	16,9	6,0	4,8	0,5	0,5
Centro-Oeste	10,9	10,5	12,5	12,1	2,6	4,9	2,4	2,4
Total	7,1	6,5	10,1	7,2	1,1	1,9	2,3	2,3

Obs: *valores estimados por PACHECO, 1998, com base na revisão da taxa de crescimento do PIB do Rio de Janeiro ara o período de 1990-94.

Fonte: FIBGE, Departamento de Contas Nacionais... apud PACHECO, op. cit., p. 69.

Não se pode deixar de mencionar que todo o período da década dos anos 80 as atividades de transformação industrial foram as que mais sofreram desajustes, inclusive com retração dos investimentos de uma forma geral. As taxas de crescimento do PIB da indústria de transformação de 1980-93 atingiram os seguintes percentuais: 0,2% (1980-90) e 0,3% (1990-93); em 1994 (antes do lançamento do Real) a indústria atingia o mesmo patamar de 1980 (crescimento de 2,5 % ao todo) e os investimentos que na fase de crescimento acelerado atingia 20 a 24% do PIB, caiu para 14% nas vésperas do Plano Real (1994) (cf. CASTRO, 1999, p. 62).

A crise de instabilidade econômica e retração da demanda interna bateram mais forte na região mais dinâmica do país, especialmente São Paulo (-0,2% para 1,0%; Tab. 2) e o Rio de Janeiro (-0,2% para -0,5%; Tab. 2). No todo, pode-se dizer que houve perda para a economia nacional na sua totalidade, se considera que a dinâmica regional é parte de uma moldura de integração nacional no conjunto do território brasileiro.

A idéia defendida pelos cepalinos, inclusive C. Furtado, nos anos 50, que uma região vai bem (o Sudeste) e a outra vai mal (o Nordeste) não é mais exequível dado o grau de integração das economias regionais. Isso não quer dizer que os problemas

sociais foram equacionados pela modernização da base técnica, pelo contrário, em todas as regiões há questões de subdesenvolvimento conforme apontamentos de C. Furtado para o Nordeste e, mesmo para o país.

J. Amaral Filho (2007), assentado em dados do IBGE, aponta uma dada modernização na região Nordeste, sem de fato, modificar as estruturas sociais desse mesmo Nordeste. Em suas palavras:

A região Nordeste, apesar de mudanças estruturais e da diversificação de sua base econômica, ainda não conseguiu modificar essencialmente o quadro de miséria social nem mesmo sua inserção na divisão regional do trabalho. Reflexo disso é a estagnação na sua participação relativa no PIB nacional, isto é, 14,1% em 1985 e 13,9% em 2003 (IBGE). (...) a região Centro-Oeste [apresenta] uma participação no PIB nacional, que saiu de 4,8% em 1985 para chegar em 2003 com 7,5% (IBGE) (AMARAL FILHO, 2007, p. 379 e 380).

C. Furtado (1983a) não condena a integração nacional no contexto da industrialização, o problema não está nela em si (industrialização). O que de fato acompanha a análise dele é que o estilo de desenvolvimento conduzido pela modernização mimética agrava os problemas estruturais do Nordeste acarretando mais dependência em relação ao Sudeste (Centro-Sul). Em suas palavras:

(...), o quadro estrutural das relações inter-regionais que emergiu da industrialização recente opera no sentido de aprofundar a dependência do Nordeste: o mercado da região é cada vez mais um complemento do mercado do Centro-Sul e os investimentos industriais que aí se realizam subordinam-se à lógica da economia do Centro-Sul; destarte, as malformações do desenvolvimento desta última aparecem ampliadas na região mais pobre. O excedente a que dá origem no Nordeste à industrialização financia uma modernização dos padrões de consumo de uma minoria privilegiada (FURTADO, 1983a, p. 125).

C. Furtado (1998) vê a questão social nordestina ainda muito grave; em suas palavras:

O grande problema no Nordeste é social, não é econômico; é a falta de emprego para o povo. Emprego não é somente uma questão de renda; é também uma condição de sobrevivência da população. Tudo precisa estar relacionado. Quando fiz o Plano diretor da Sudene, tentei relacionar esses problemas. O lado político é mais importante. Na verdade, abre espaços para outras coisas. Todo mundo bateu palmas para as medidas de apoio ao setor industrial, mas essas medidas, evidentemente, eram condições necessárias, mas não suficientes, para resolver o problema social. O Nordeste cresceu economicamente, mas o seu drama social continua igual ou até pior (FURTADO, 1998b, p. 42; Entrevista a M. C. Tavares et al.).

Os reclamos de C. Furtado, nos anos 80 tem sua razão de ser, pois seu entendimento de desenvolvimento⁴¹ difere substancialmente da modernização em andamento no Brasil. Além disso, sua preocupação se deve, em princípio, a que há uma necessidade precípua em manter unificado o espaço geográfico brasileiro.

A manutenção das desigualdades regionais e sociais tão gritantes é o indicativo de que pudesse desmantelar a ordem jurídica estatal-territorial brasileira e, por conseguinte, à suposta idéia de construção e formação nacional (nação, povo e território compósito), caso fosse abandonada por completo, trincando e estilhaçando a identidade cultural brasileira. C. Furtado (1992a, 2000a) via um desserviço o papel de dominação das estruturas de poder pelas transnacionais no território brasileiro. Afirmava que a manutenção das heterogeneidades regionais era um caminho para desconstrução nacional e os grandes conglomerados internacionais contribuía para isso. Em suas palavras:

⁴¹ C. Furtado novamente aborda a questão entre desenvolvimento e modernização que vem ocorrendo no Brasil, e especialmente no Nordeste e, ainda aponta alternativas institucionais para um verdadeiro desenvolvimento. Diz ele: “O que se tendeu a chamar de desenvolvimento, no mundo de hoje, é, no essencial, um processo de modernização, ou seja, de adoção por uma sociedade de padrões de comportamento, no que respeita ao consumo, imitados de outros países que são vistos como ocupando posição de vanguarda no progresso. (...) Ora, o verdadeiro desenvolvimento é a complexificação da sociedade a todos os níveis e vai acompanhado do aumento da capacidade para acumular conhecimento e transformá-lo em instrumentos de ação” (FURTADO, 1983a, p. 151).

Em um país ainda em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase que necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional (FURTADO, 1992a, p. 35 e 2000a, p. 12; Grifo nosso).

Nos estertores do governo autoritário da década de 80 (governo J. Figueiredo) e, mesmo nos governos civis do período e posterior, (a começar do governo J. Sarney), o que se pode verificar com a adesão a transnacionalização do capital (década de 80) e o vendaval neoliberal (década de 90) é que para o Brasil a idéia de nação, desenvolvimento nacional, subdesenvolvimento, crescentes desigualdades regionais e sociais são esquecidas; tudo isso deve ser reparado pelas forças impulsionadoras do ‘deus mercado’. Nesse sentido, não há como não concordar com o exposto abaixo:

(...) considerado o futuro tal como imaginado pelas elites que inventaram o Brasil, a construção da Nação não se faz mais necessária. Por isso elas deram as costas ao país e decidiram, como lamenta Celso Furtado, entregá-lo ao mercado, o que no atual contexto, significa primordialmente entregá-lo à sanha das polícias monetárias internacionais, avalizadoras do rentismo que marca esse momento da história capitalista. (...) A “novidade” deste último período, particularmente depois da adoção sem peias da agenda modernizante ditada do centro do sistema, é que, do ponto de vista da acumulação periférica, a Nação não serve mais para nada (PAULANI, 2001, p. 155; Grifos nossos).

Com relação ao adesismo à ordem econômica mundial imposta pelos organismos multilaterais, todas as medidas tomadas pelos governos brasileiros (da década de 80), em função da crise da dívida, foram medidas no sentido de dar mais poder aos agentes econômicos privados. Isso se deve a imposição dos ditames de fora, por pressão dos organismos financeiros internacionais, cujo resultado foi a criação da Comissão Especial de Desestatização (1981), no governo do regime autoritário (governo J. Figueiredo) e o próprio ajustamento da economia como veremos a seguir em todo o período da década

de 80: “(...) No período de 1981-84, foram privatizadas 20 empresas, perfazendo um total de US\$190 milhões”; no governo José Sarney (1985-89) criou-se o Conselho Interministerial de Privatização que, “(...) caberia a tarefa de não só de vender empresas sob o controle direto da União, mas também abrir o capital de outras, desativar as inviáveis e alienar participações acionárias” (PAULANI, 1998, p. 45 e 46 respectivamente).

Todo esse processo ocorreu com respaldo financeiro via BNDES, o que nada mais é que reprivatização dos ativos públicos com financiamento da poupança dos contribuintes nacionais.

As observações que foram feitas anteriormente tiveram como necessidade a verificação do processo de desconcentração da atividade produtiva advinda das políticas do Estado brasileiro desde os anos 70 com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND e o II PND) e que repercutiram nos anos de crise da década de 80.

No entanto, com a crise de instabilidade dos anos 80 percebemos que a problemática do desenvolvimento brasileiro está intimamente relacionada com a dinâmica regional e a especialização territorial do trabalho que acabam conduzindo às múltiplas modalidades da própria fragmentação do espaço econômico nacional. O acontecer solidário do desenvolvimento é deixado de lado, e ganha posição uma luta frenética por investimentos e deslocamento das atividades produtivas em que os estados oferecem volumes extraordinários de incentivos para captação, nos seus respectivos territórios, da localização e implantação das empresas, sem necessariamente ser um novo investimento, mas, sobretudo, reacomodação do capital empresarial.

Trataremos desse processo de fragmentação no capítulo seguinte, mas deixamos como exemplo dessa fragmentação a guerra fiscal entre estados na apropriação dos recursos das empresas. Como afirma C. A. Pacheco (1998, p. 226) que “(...) há

desconstrução sim, mas que ela se manifesta mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que o crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da nação”.

No próximo capítulo desenvolveremos a idéia de fragilização total do Estado nacional apontada acima e a perspectiva de aprofundamento da desconstrução nacional sob a égide das políticas neoliberais e da ideologia da globalização dos anos 90 nos governos neoliberais de Collor e Cardoso.

Tais processos apontados conduziram a uma forte retração e desmanche do poder do Estado nacional brasileiro e a uma política de desindustrialização, que para alguns, trata-se de uma espécie de “doença holandesa” (diminuição do *drive* exportador de manufaturados e uma especialização em termos de *commodities* primárias).

V – ESFACELAMENTO DO ESTADO NACIONAL E MUNDIALIZAÇÃO
DO CAPITAL: AS ÚLTIMAS ANÁLISES INTERPRETATIVAS DE
CELSO FURTADO FACE AOS DESCAMINHOS DO BRASIL

V-I Globalização, Políticas neoliberais e a intensa desconstrução do Estado nacional

A crise brasileira é uma crise dos anos 80 advinda do forte endividamento externo e das políticas adotadas no centro do capitalismo com aumento excessivo dos juros internos (aumento excessivo dos juros para os tomadores de créditos e poupança externos) e readequação da economia dos Estados Unidos frente aos principais competidores internacionais.

C. Furtado (1987) atenuado com a crise do capitalismo mundial e as repercussões internas na economia brasileira já havia apontado dois pontos essenciais que trata diretamente do novo papel do Estado nacional: o primeiro, quanto ao novo papel do Estado nacional, o segundo, está diretamente relacionado com o Estado nacional na perspectiva da construção dos sistemas políticos e a organização social. Em suas palavras: “O traço mais característico do capitalismo na sua fase evolutiva reside em que ele prescindir de um Estado nacional ou plurinacional, com a pretensão de estabelecer critérios de interesse geral disciplinadores da atividade econômica” (FURTADO, 1987, p. 63). Para em seguida afirmar o segundo ponto em que diz:

Vivemos uma época em que se superpõem dois tempos históricos. Em um, se procura recuperar o atraso na construção do sistema político que deve regular atividades econômicas que já se estruturam em escala planetária; em outro, se busca eliminar formas anacrônicas de organização social que condenam milhões de criaturas humanas às condições abjetas de vida (FURTADO, idem, p. 260 e 261).

O Brasil, solapado pela crise da dívida externa, e acorrentado pela incapacidade da elite brasileira de vislumbrar um projeto de desenvolvimento nacional que contemplasse os interesses nacionais; de alguma forma, enfraquecido e perturbado com as medidas

tomadas no exterior, acabou cedendo, nos anos 90, ao enquadramento das políticas da ‘modernização conservadora’ ventilada mundo afora pelo *mainstream* liberal-conservador (governos, mídia e acadêmicos dos países ricos) anuída e acolhida pelas elites locais e pelos governos nacionais.

Em princípio, quando falamos de crise econômica é preciso situar tal crise em termos conjunturais e estruturais na economia mundial e os reflexos nas economias nacionais. Na visão liberal-conservadora, depois dos anos 70, mais precisamente em 1973, tanto políticos neoconservadores quanto economistas neoclássicos afirmavam que a crise procedia e derivava das políticas desenvolvidas no contexto do keynesianismo em que as responsabilidades fiscais dos Estados quanto ao estado de bem-estar social (*Welfare State*), a regulação do trabalho, com suas leis rígidas teria que ser modificada.

Tais mudanças, necessárias para retomada do crescimento econômico, apontavam na direção da desregulação do mercado de trabalho, da diminuição dos salários e dos direitos alcançados pelos trabalhadores ao longo da luta entre capital e trabalho; em outras palavras, as mudanças passavam pela desconstrução do estado de bem-estar social, conforme o mantra desenvolvido a exaustão pelos liberais.⁴²

Associada às críticas ao Estado de bem-estar social no centro do sistema capitalista, outro posicionamento, ao se tratar dos países em desenvolvimento estava relacionado ao problema da dívida externa nos anos 80 e os problemas no que tange a continuação do subdesenvolvimento das regiões periféricas.

Para os liberais, a crise estava centrada na diminuição da lucratividade do capital, em função do exposto acima, mas nunca visto pelo prisma da financeirização e

⁴² A propósito ver o texto de J. L. Fiori, em que o autor discorre sobre políticas deflacionistas e as mudanças apontadas pelas políticas conservadoras dos anos 80/90. O artigo encontra-se em *Praga* (estudos marxistas), n. 1, p. 45-53, set./dez. 1996, com o título “Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal”. Para defenestrar toda a argumentação do *mainstream* liberal-conservador, J. L. Fiori lança mão de uma crítica alternativa assentada nas observações da UNCTAD em que afirma: “As verdadeiras causas do desemprego e das crises fiscais dos Estados não seriam os trabalhadores nem seus sistemas de proteção social, mas sim ‘a fobia do crescimento por parte de nossos governos. Os bancos centrais temem estimular a demanda e os investimentos porque podem gerar inflação’...” (A citação encontra-se à p. 51 do texto citado).

desregulamentação do mercado financeiro mundial. Em parte, pode-se dizer que os desdobramentos da crise fiscal dos Estados nas décadas de 80/90, mais do que nunca, estão relacionados muito mais com um ciclo depressivo de acumulação e especulação financeira, conforme aponta G. Arrighi (1996b) que:

(...) a derradeira e privilegiada destinação da retirada do capital do comércio e da indústria nos centros não foram os países de renda baixa, mas os 'esconderijos' da especulação financeira, que conectaram entre si os países de renda alta. Foi essa retirada ao invés do deslocamento, que nos anos oitenta precipitou a crise do mundo do trabalho (ARRIGHI, 1996b, p. 31).

Outros autores (HARVEY, 1993; CHESNAIS, 1996; BENKO, 1996) atribuem ao ciclo de crise ao fato de que o fordismo encontrou-se nos limites de sua reprodução e, dessa forma, a economia rígida, do modelo fordista, deu lugar a uma economia flexível, noutra patamar denominado pós-fordista. Na concepção interpretativa de G. Benko o que se pode chamar de crise do fordismo é, nada mais que, uma crise do capitalismo e seus padrões de reprodução, e mesmo o aprofundamento das relações capitalistas, assim,

(...) a crise mundial do fordismo não tem em sua origem causa única, mas dois tipos de encadeamentos desestabilizadores que se sobredeterminam um ao outro. Importa compreender o desenvolvimento da crise como articulação de 'causas internas' (a crise do próprio modelo de desenvolvimento, principalmente do lado da oferta) e de 'causas externas' (a internacionalização econômica, que compromete a gestão da demanda) (BENKO, 1996, p. 29).

D. Harvey (1993), por sua vez, numa longa análise do fordismo, a uma teorização da transição para uma economia flexível e pós-fordista (Parte II, p.115- 176), elabora sua análise em que afirma categoricamente que os problemas do paradigma fordista de superacumulação, em função da competição inter-estatal e espacial dos sistemas fordistas de acumulação e competição nas regiões geográficas mais industrializadas do

mundo (países industrializados centrais e periféricos) fez com que “(...) a crise do fordismo [fosse] tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, luta de classes ou estagnação corporativa nas nações-Estado” (HARVEY, 1993, p. 174).

A tese de D. Harvey aproxima da análise de R. Brenner (1999)⁴³ quando afirma que a crise da economia mundial deveu-se à sobrecapacidade e superprodução na indústria mundial; dessa forma, mesmo com a superprodução mantida, os ganhos do capital sofreram diminuição e retração dos lucros e da própria lucratividade e rentabilidade.⁴⁴

F. Chesnais (1996, cap. 12 – “Mundialização, regulação e depressão longa”, p. 295 e ss.) faz um apanhado das teorias regulacionistas e os apontamentos destas com relação à crise do modelo fordista de acumulação e credita essa conjuntura de crise (depressão longa) ao arrefecimento da “... economia do Estado nacional, diante da mundialização do capital”⁴⁵ (CHESNAIS, p. 299). A força da economia nacional vai perdendo forças frente a uma conjuntura mais poderosa em termos de incapacidade de regulação e normatização do dinheiro mundial flutuante em bolsas de valores e fundos (os mais variados) que penetram nos territórios nacionais ávidos em buscar somente os rendimentos mais expressivos nos circuitos monetário-financeiros.

C. Furtado (2001c), por conseguinte, preocupado com o padrão do capitalismo mundial e os reflexos no Brasil tem o cuidado de apontar que o grande desafio brasileiro,

⁴³ Essa tese de R. Brenner está bem fundamentada em seu texto, “A economia da turbulência global”. Praga (estudos marxistas), São Paulo: Hucitec, n. 7, p. 37-46, 1999.

⁴⁴ É uma abordagem que tem respaldo na teoria marxista denominada de “tendência decrescente da taxa de lucro”, o que é bom deixar claro é que “(...) Cada crise precipita destruição indiscriminada dos capitais mais fracos e a intensificação dos ataques contra o trabalho. Esses são os mecanismos ‘normais’ do sistema para recuperar-se...” (Cf. BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Verbete – “Tendência decrescente da taxa de lucro”, p. 371-373; a citação encontra-se à p. 373).

⁴⁵ Para reforçar a argumentação da mundialização do capital, F. Chesnais (1997), noutro texto, aponta que: “(...) entre 1980 e 1992, a taxa de crescimento dos ativos financeiros foi de 6% ao ano; a do investimento 2,3%. Essa diferença notável é o primeiro fator que parece justificar a designação do regime de acumulação como ‘predominantemente financeiro’. O segundo é o lugar ocupado pela determinação das taxas de juro e das taxas de câmbio na política econômica dos governos. Essa se reduz cada vez mais à política monetária que por sua vez, corresponde cada vez mais somente às necessidades (senão exigências) do capital-dinheiro detentor dos títulos da dívida pública” (CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga* (estudos marxistas). São Paulo: Hucitec, n. 3, p. 19-46, set. 1997) (A citação encontra-se às páginas 38-39).

inebriado pela voz altissonante da globalização⁴⁶ e das políticas neoliberais que, a seu ver, era premente e necessário, além de fortalecer o “mercado interno”, contrariando os dogmas liberais, também se tornava necessário preservar nossa “herança histórica de unidade nacional” conquistada desde o século XIX e, continuar a “aprofundar a construção de uma sociedade democrática”, uma vez que os receituários neoliberais são dotados de ranços totalitários⁴⁷ e funcionam como verdades axiomáticas contra o povo e a nação; diz ele assim:

A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento, entre países (...). (...), podemos afirmar que o Brasil só sobreviverá como nação se transformar-se numa sociedade mais justa e preservar sua independência política. Assim, o sonho de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido (FURTADO, 2001c, p. 27; Grifos nossos).

⁴⁶ C. Furtado (1999) tecendo um comentário irônico e um tanto quanto ácido sobre a globalização, acaba mostrando as falácias do discurso corrente e aponta que: “A globalização seria, portanto, a porta de acesso à estrada real que conduz ao uso pleno das potencialidades humanas, ou para usar um conceito moderno, sinalizaria o ‘fim da história’” (FURTADO, 1999, p. 16). A tese do Fim da história, muito difundida no início dos anos 90, está presente em F. Fukuyama, em *O Fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992. Na verdade, trata-se de um manual apologético em que o padrão mundial de “civilização” caminhava para uma democracia liberal aos moldes dos EUA. Nesse sentido chegaríamos ao fim da história propriamente dita, conforme visão de Hegel.

⁴⁷ A ideologia da globalização também deve se vista como uma violência da informação, conforme M. Santos (2000, p. 39) que: “O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. (...), tal informação se apresenta como ideologia”. Segundo, o discurso único e monocórdio da globalização é incisivamente totalitário, pois, ainda conforme M. Santos (2000, p. 45) esse discurso manipulador “(...) para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata (...). (...) é uma forma de totalitarismo muito forte e insidiosa, porque se baseia em noções que parecem centrais à própria idéia da democracia – liberdade de opinião, de imprensa, tolerância – (...)” (SANTOS, M. *Por uma outra globalização...* Rio de Janeiro: Record, 2000). I. Ramonet (1998), nesta mesma linha de pensamento aponta que os novos paradigmas – poder da mídia e o Deus todo poderoso, (o mercado) - têm produzido um tipo de darwinismo social e econômico e ser um dogmatismo moderno tanto (a comunicação quanto o mercado) apregoam que nada pode estar fora e, “(...) tudo deve ser regulado segundo os critérios de ‘sua majestade o mercado’, panacéia última. Na primeira fila dos novos valores: O lucro, os benefícios, a rentabilidade, a concorrência, a competitividade”. Tudo isso é um totalitarismo, inclusive, na periferia do mundo capitalista os que pensam fora do enquadramento do pensamento único são simplesmente jogados nas sombras e na obscuridade. Assim: “(...) Elites que, há muitos anos, se obstinam em elogiar o ‘pensamento único’, (...), preconizam a capitulação intelectual e lançam nas trevas do irracional todos os que recusam aceitar que o ‘estado natural da sociedade é o mercado’” (RAMONET, 1998, p. 66 e 76 respectivamente).

No Brasil, as questões relacionadas ao processo de mundialização e/ou globalização foram tratadas de forma muito superficial e, mesmo tangenciando as questões mais importantes do Estado nacional brasileiro. Na realidade, em conformidade com a maioria das vezes, acabamos submetidos aos bombardeios políticos e ideológicos de fora, no sentido, de impulsionar uma inserção externa de forma apressada e desproporcional aos ganhos econômicos e sociais em termos de interesse nacional.⁴⁸ Nesse sentido, é razoável a assertiva de P. N. Batista Jr. (1998) com relação a essa questão:

Para países como o Brasil, que ainda carregam traços acentuados do seu passado colonial, um debate como esse é sempre problemático. A ideologia da “globalização”, principalmente nas vertentes mais extremadas, constitui um reforço considerável e falsamente moderno para a arraigada subserviência de muitos setores das camadas dirigentes do país, sempre prontos a atuar como prepostos dos interesses internacionais dominantes e a colaborar para uma integração subordinada à economia internacional. Neste contexto, a “globalização” funciona como álibi para algumas posições tradicionais das elites locais (BATISTA JR., op. cit., p. 179; Grifo nosso).

Outro autor que também caminha na mesma linha apontada acima é L. M. Paulani (2001) ao tratar o período atual de acumulação mundial considerando o Brasil e seu desfecho frente à transnacionalização do capital (década de 80) e o vendaval das políticas da globalização e seu irmão siamês, o neoliberalismo (década de 90). Na realidade, para L. M. Paulani trata-se de duas décadas perdidas e, não apenas uma como ficou assim conhecida a década de 80:

⁴⁸ Uma observação interessante é feita por J. G. Castáneda (1994) quando trata do papel das elites latino-americanas e a idéia de “nação inacabada”. Afirmo o autor que: “(...) *Um importante setor da maior parte das elites latino-americanas continua convencido de que as principais decisões sobre os assuntos internos essenciais têm origem no exterior*”. Mais adiante, ao tratar do dilema latino-americano, diz ele que: “(...) *a América Latina sempre importou as idéias mais em voga, mas nem sempre as mais apropriadas. E, na verdade, ela insiste nesta característica até hoje, quando se trata de construir não ‘uma’ economia de mercado, mas um tipo particular de economia de mercado: o modelo anglo-saxão, desregulado, que deixa tudo ao mercado*”. (CASTÁNEDA, J. G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 235 e p. 365-366 respectivamente).

Um país onde as elites são pequenas, pouco burguesas, indolentes e almejam apenas a cópia dos modos de vida dos centros desenvolvidos; um país em que elas nunca foram obrigadas a se preocupar com o modo de vida do resto da população, já que mão-de-obra nunca faltou; um país onde o desenvolvimento tecnológico sempre se deu a reboque; um país onde a industrialização se deu aos trancos e empurrada por estrangimentos externos; um país onde o ganho fácil de tipo rentista e especulativo sempre teve a preferência nacional; um país desse, enfim conforma o quadro perfeito para o vicejo das características e modos de regulação do novo regime de acumulação em curso no plano mundial (PAULANI, 2001, op. cit., p. 156).

C. Furtado (1995b), num dos vários seminários proferidos no Brasil inteiro, em 1995, na Universidade Federal da Paraíba, aponta que depois de 20 anos de exílio sua constatação sobre o Brasil é feita com o requinte de sua verve persuasiva:

O país transformou e o que mais me impressionou foi perceber que hoje a ideologia dominante reza que o Brasil só pode crescer se for com impulso externo, se for, digamos assim, desarticulando seu sistema econômico para ter participação das empresas transnacionais (FURTADO, 1995b, p. 106; Grifo nosso).

Quando se trata da globalização, elaborando uma leitura mais crítica do panorama em questão, o que se observa nada mais é que um processo de hierarquização em termos de riqueza e espaços econômicos de dominação dos Estados nacionais, em nível global, em que vai se configurando em escala mundial com novos recortes de exploração e novos padrões de exclusão. É mais que acertada a ponderação dada por G. Arrighi (1998):

Os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração. (...), esses últimos se referem ao fato de a pobreza absoluta ou relativa dos Estados periféricos ou semiperiféricos induzir continuamente seus dirigentes e cidadãos a participar da divisão mundial do trabalho por recompensas marginais que deixam o grosso dos benefícios para os dirigentes e cidadãos dos Estados do núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998, p. 217).

Nesse sentido, a soberania estatal-territorial dos Estados, mesmo que conduzidas por esse processo, ancorado nas doutrinas neoliberais, não impossibilita que o poder do capital seja, de alguma forma, freado, como acontece com as grandes potências; assim, os Estados mais poderosos estabelecem mais, ou menos, sua autoridade soberana, em consonância com o seu poder e interesses de Estado, no exercício de suas respectivas soberanias. As fragilidades encontradas no estabelecimento do exercício da soberania só acontecem nos países em desenvolvimento e periféricos, em especial, aqueles que aderiram passivamente aos cantos da sinfonia dominante do credo neoliberal e da ideologia da globalização.

Por isso, a globalização tem caracterizado por ser, um totem e um dogma ideológico poderoso, defendida pelas potências econômicas mundiais no exercício de seus poderes através dos seus respectivos governos e dos organismos internacionais, inclusive para abrirem as economias nacionais dos países mais vulneráveis do sistema econômico mundial. Seus maiores defensores, o que não poderia deixar de ser diferente, são os países mais poderosos e as economias mais industrializadas do mundo, que através do Consenso de Washington⁴⁹ baixaram as regras de livre comércio para o capital,

⁴⁹ Em novembro de 1989, em Washington, através do "Institute for International Economics", discutiu-se o seguinte em seminário – "Latin America Adjustment: How much Happened?". Com a participação de membros do governo norte-americano e técnicos do FMI, Bird e BID, a pauta era a avaliação das reformas econômicas implementadas na América Latina. A base de discussão fora outro documento do mesmo órgão denominado "Towards Economic Growth in Latin America" (cf. BATISTA, 1994, op. cit. p. 97 e 98; SODRÉ, N. W. *A Farsa do Neoliberalismo*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1999, p. 38).

Nesse mesmo ano o Banco Mundial, através de estudo denominado "Trade Policy in Brazil: the case for Reform" baixava tais posturas reformistas e liberais e a contínua e deliberada cooptação intelectual das elites latino-americanas em favor do receituário neoliberal do Consenso de Washington. A política neoliberal passou a ser prioridade nesse organismo internacional em termos de política mundial juntamente com as determinações advindas do Fundo Monetário Internacional (FMI). A formulação denominada de "Consenso de Washington", nada mais é que "(...) Documento escrito por John Williamson, "Search of a Manual for Technopols"; [que] deu origem a um seminário internacional em Washington entre 14 e 16 de janeiro de 1993, cujo tema: "The Political Economy of Policy Reform" – circunstâncias (...) e regras de ação que poderiam ajudar a um "technopols" – economistas capazes de somar o manejo de seu "mainstream" a capacidade de implementar a mesma agenda do "Washington consensus" em seus respectivos países" (Cf. FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997b, p. 11 e 12).

Em TAVARES e FIORI (1996), essa mesma formulação aparece definida da seguinte forma: "O consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras e condicionalidades aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países do mundo, para obter apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização

sem quaisquer obstáculos protecionistas num suposto mercado único e aberto para as trocas de mercadorias, serviços e finanças (TAVARES e MELLIN, 1997; FIORI, 1997a, p. 55-86 e p. 87-147 respectivamente).

O Consenso de Washington tratou não apenas de ganhar mentes e corações ao redor do mundo, mas também impor uma agenda de estabilidade econômica, de liberalização econômica e ajuste fiscal capaz de gerar receitas necessárias ao pagamento da dívida externa. As reformas ditas neoliberais impulsionadas pelo Consenso de Washington⁵⁰, que na verdade, inicia-se nos anos da década de 80, tem como doutrina a desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, e redução do papel do Estado – Estado mínimo.

A adoção de políticas neoliberais se fez ao redor do mundo de forma muito diferente. Para os países da periferia e semi-periferia do mundo, sem projeto de estratégia nacional, a lógica neoliberal penetrou com muito mais facilidade. A título de caracterização podem-se diferenciar os países do sudeste e leste da Ásia (Malásia, Taiwan, Coreia do Sul) e os países da América Latina (Chile, Argentina, Peru). O caso malaio é fundamental para entendermos o imbróglio neoliberal. A heresia malaia se deu no controle de saída de dólares da economia nacional e fixou o dólar (desvalorizando o

acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes” (TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 12). Um dos dogmas e falácias enganosas ou mesmo falsas verdades do Consenso de Washington e que merece ser desmistificado é que “(...) o encolhimento do setor produtivo estatal e dos financiamentos governamentais sempre resultarão em crescimento compensatório do setor produtivo. A desregulamentação da economia e a liberalização do mercado financeiro sempre tornarão a economia mais eficiente e mais equilibrada” (PORTELA FILHO, P., op. cit. p. 122-123).

⁵⁰ O plano de John Williamson (ver nota 49) é constituído de 3 fases, conforme J. L. Fiori (1997b, p.11 e 12). “... a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’; liberação financeira e comercial, desregulamentação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa definida como retomada dos investimentos e do crescimento econômico”. P. Portela Filho, op. cit., também aponta os ajustes do Consenso de Washington, nos anos 80, para a América Latina, a partir de 3 premissas básicas que são: “(i) Os desajustes econômicos resultam sempre de excesso de demanda oriunda dos gastos do setor público; (ii) A liberalização da economia durante a fase de estabilização não irá criar desequilíbrios econômicos explosivos nem aumentar o fardo do endividamento; (iii) As dívidas externas devem ser pagas in totum para incentivar a volta dos empréstimos bancários voluntários” (PORTELLA FILHO, 1994, op. cit. p. 107).

câmbio), aumentou as exportações, baixou os juros, ampliou os gastos públicos e paulatinamente concedeu acesso de mercado aos investidores externos. A Malásia não abdicou da gestão macroeconômica (política fiscal, política monetária, política cambial), sempre tendo em conta o longo prazo.

Em termos de países hegemônicos isso ficou muito mais expresso no discurso ideológico que propriamente na práxis da economia política. Posteriormente, o próprio FMI acabou elogiando o plano malaio, só depois dos estragos da crise no sudeste da Ásia (1998/99), e cotejando à realidade mundial, admitiu-se que os países que têm grande vulnerabilidade externa (dependência de capitais externos) podem e devem ter um nível de controle de capitais e um câmbio desvalorizado que possibilite a queda das taxas de juros e, por conseguinte, a expansão do crescimento econômico interno.⁵¹

Com relação aos Estados Unidos, país que obteve os melhores resultados em termos de enquadramento dos sócios menores a essa nova hierarquização do capital em nível global, ocorreu o seguinte, conforme M. C. Tavares e L. E. Mellin (1997):

⁵¹ Informações com base em (<http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2002/pn02135.htm>) apud MANZANO, M. *Revista Caros Amigos*, n. 71, p. 36, fev. 2003.

O PULO DO TIGRE

Indicadores selecionados da economia da Malásia

	1998	2000	2002
PIB (%)	-7,4	7,9	3,5
Inflação anual (%)	5,1	1,6	1,8
Exportações (em US\$ bilhões)	71,8	98,4	93,3
Reservas (em US\$ bilhões)	26,2	29,9	34,6

Fonte: FMI apud MANZANO, op. cit..

(...) à medida que ocorreu a generalização das políticas neoliberais por todo o globo, as vantagens competitivas e de crescimento da Europa e da América Latina só fizeram diminuir em favor da economia norte-americana e de alguns países asiáticos – que, além de serem os que apresentam maior poder de comando do estado sobre a economia, mantêm as moedas mais “fracas” do mundo, a começar pela China (...). É de destacar, igualmente, que a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso, pois na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um keynesianismo clássico, sucedido por investimentos em reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros – e seguiu financiando seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento amparado na sua posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais (Morgan Guaranty Trust Co. Strengthening U. S. Competitiveness; World Financial Markets, Nova York, set. 1984, apud TAVARES e MELLIN, 1997, op. cit. p. 74; Grifo nosso).

Em termos de Brasil, ainda que a adesão ao receituário neoliberal tenha se dado de forma tardia, muito depois da adesão dos principais países da América Latina, os estragos sociais e econômicos não foram menores. Questionado sobre o processo de globalização em voga e associando este aos conflitos e lutas sociais, C. Furtado (1997) adverte que “(...) O capitalismo aumenta o nível de renda da população? Não, ele concentra renda. O que aumenta o nível de renda da população são as tensões sociais, são os conflitos sociais e a luta de classes”.⁵² Em termos de pobreza conforme dados do IPEA e apontado por C. Furtado (2002a, p. 11), em 1999 convivíamos com aproximadamente “53 milhões de pobres, 34% da população brasileira, 22 milhões dos quais eram indigentes, 14% da população; a pobreza absoluta manteve em torno de 34% desde 1994”.

C. Furtado via que a globalização e o próprio movimento e dinâmica do capitalismo se fazia com um caráter muito mais excludente, dessa forma havia uma necessidade precípua de preservar a identidade cultural, pois o que ocorria era que o processo da globalização era carregado de perversidades; diz ele numa de suas várias entrevistas:

⁵² Celso Furtado: decifrando o Brasil. Entrevista a Revista Democracia Viva, São Paulo, Ano I, n. 1, p. 58-77, 1997e.

Aprofunda o caráter excludente. Esse é o grande desafio hoje. Por que temos que aceitar a globalização como um imperativo histórico? (...) Por ser uma fatalidade e não se poder recuar diante dela? Por se dizer que é a força dominante? Se for assim vai ser preciso recompor o recorte político-geográfico. Que países sobreviverão? Terá sentido conservar que marcos políticos? A globalização, por definição, exige grandes espaços e acaba com todas as fronteiras econômicas. Mas não acaba com as desigualdades que existem hoje em dia. Os governos existirão apenas, para, digamos, assim, congelar ou disciplinar os excluídos? Por que vai crescer a exclusão... (FURTADO, 1997f, p. 83, Entrevista; Grifos nossos).

Mais ainda, C. Furtado (2001c) associando desenvolvimento tecnológico como um fundamento importante da cultura e da acumulação, o primeiro visto como sistema de valores e o segundo relacionado à expansão das forças produtivas indaga qual é o nosso papel em termos de país, de nação, de território, pois “(...) a questão central se limita, a saber, se temos ou não possibilidade de preservar nossa identidade cultural. Sem isso, seremos reduzidos ao papel de passivos consumidores de bens culturais concebidos por outros povos” (FURTADO, 2001c, p. 25).

C. Furtado, ainda incomodado com tudo isso dito acima, também via na internacionalização como gostava de tratar a globalização nos circuitos mais variados da economia (processos econômicos, tecnológicos e financeiros), um debilitamento dos sistemas econômicos e um afrouxamento dos laços de solidariedade inter-regionais; conforme observado pelo mesmo:

(...) debilitam-se os sistemas econômicos nacionais. As atividades estatais tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais. (...) a contrapartida da internacionalização avassaladora é o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica que unem, no quadro de certas nacionalidades, populações marcadas por acentuadas disparidades de nível de vida (FURTADO, 1992c, p. 57; Grifo nosso).

Para o Brasil, em particular, os problemas acima apontados tiveram muitas interpretações, mas as que nos interessam, em particular, diz respeito à desarticulação do Estado nacional.

Para efeito, em termos de periodização, entraremos nos meandros do governo Collor (posse em 03/1990) e as decisões tomadas a fim de ‘modernizar’ a economia brasileira frente aos novos ditames do capital globalizado. Na próxima seção enfocaremos os governos neoliberais da década de 90 no Brasil e a análise interpretativa de C. Furtado acerca desses acontecimentos.

V-II Governos neoliberais do Brasil na década de 90 e a terapia de choque modernizante

O Consenso de Washington, conforme apreciado anteriormente, tratou de cooptar as elites latino-americanas de uma forma geral. A elite política e econômica brasileira não ficou imune a isso. Num documento publicado em agosto de 1990 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), denominado “Livre para crescer – Proposta para um Brasil moderno”⁵³ são aceitas a maior parte das propostas do Consenso de Washington, mas também recomenda uma adesão do Brasil em termos de economia mundial, para em que fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação.⁵⁴

É aquela velha cantilena dos liberais brasileiros desde os anos 20 aos anos 50, do século passado, que afirmavam que a economia brasileira “é uma economia reflexa”, refletia os fatos econômicos do exterior, por isso nosso comportamento na divisão internacional do trabalho se fazia pelas vantagens comparativas estáticas existentes (produção de alguns produtos agrícolas); agora revisado pela FIESP, nada mais é que, o regresso ao chamado “essencialmente agrícola”, nesse sentido nossas vantagens comparativas estão diretamente relacionadas à produção de *commodities*, agora denominadas de *agrobusiness* (agronegócio de exportação), e o setor de extração

⁵³ “Documento FIESP – Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno”. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990. As críticas feitas ao Brasil, por ter tido uma economia fechada nos anos 80, é a causa central da crise da economia brasileira, para tanto, a abertura comercial brasileira é um dos elementos fundamentais na recuperação econômica. Diz o texto – Documento FIESP que: “(...), a política comercial brasileira afastou o país de suas vantagens comparativas, com reflexos negativos sobre a eficiência alocativa, a distribuição da renda e o crescimento econômico. Portanto, uma reorganização gradual da política de comércio exterior em direção à sua liberalização traria efeitos favoráveis ao desempenho do país a longo prazo”. O texto diz ainda mais adiante: “A liberalização das importações e o maior influxo de capital e tecnologia estrangeiros se afiguram como medidas indispensáveis para o aumento da competitividade, da modernização e da diversificação da atividade produtiva do país que, por sua vez, possibilitarão taxas mais elevadas de crescimento das exportações: só a maior abertura do país ao exterior nos dará acesso aos ganhos de eficiência e produtividade requeridos para retomada do desenvolvimento econômico” (Documento FIESP, p. 47 e p. 53 respectivamente).

⁵⁴ Para uma crítica contundente a esse respeito ver o trabalho de P. N. Batista, 1994, p. 99-144 intitulado: “O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. In: BATISTA, P. N. et al. *Em defesa do interesse nacional...* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

mineral, esquecendo-se que o país possui uma base industrial importantíssima, complexa e abrangente.

Se não bastasse, o que foi dito anteriormente, o “Documento FIESP” também aconselha que, como a economia brasileira é muito fechada havia necessidade de um maior grau de liberalização e além do que, para uma nova estratégia de desenvolvimento (com ênfase na eficiência e na competitividade das empresas nacionais), o país necessitava, em termos de política econômica e social, em nosso benefício, de maior abertura ao exterior. Dessa forma, é mais que necessário,

(...) extinguir a discriminação da política tributária e da legislação sob remessas ao exterior, que penaliza o capital de risco relativamente ao de empréstimo; restabelecer o princípio da isonomia entre o capital estrangeiro e o capital nacional, firmando-o em legislação que não possa ser descumprida por medidas administrativas; eliminar restrições às aplicações financeiras de não residentes, de modo a atrair o capital de portfólio (Documento FIESP – 1990, op, cit. p. 318).

Para refutar a tese de que a economia brasileira é uma economia muito fechada, conforme visão dos neoliberais, e que havia necessidade de abertura ampla e irrestrita⁵⁵, observamos a seguinte contraposição sobre competitividade industrial das empresas feita por P. N. Batista (1994) que afirma:

Por eficiente que seja uma empresa, sua capacidade de competição, no país como no exterior, dependerá, em última análise, do entorno nacional em que opera, da capacidade sistêmica de competição do país, em termos macroeconômicos, de política cambial, de infra-estrutura de comunicações, de transportes, de educação, de sistema financeiro, nível de qualificação da mão-de-obra. Não basta que a empresa seja competitiva; é preciso que o país também o seja (BATISTA, op. cit., 1994, p. 138; Grifo nosso).

⁵⁵ No governo Collor (mar./1990 a set./1992) as medidas tomadas para liberalização comercial teve esse caráter. A suspensão das barreiras não tarifárias às compras do exterior e amplo programa de redução progressiva e contínua das tarifas de importação ao longo de 4 anos. B. Sallum Jr. (2000) aponta que: “(...) as tarifas alfandegárias médias passaram de 31,6% em 1989 para 30% em setembro de 1990, 23,3% em 1991, 19,2% em janeiro de 1992, 15% em outubro de 1992 e 13,2% em julho de 1993...” (SALLUM JR., 2000, p. 430).

H. Rattner (1988, p. 55) já havia alertado quanto ao dogma da competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo tendo em vista a concorrência global e a especialização da economia brasileira em termos de exportação e a inelasticidade da própria demanda externa.

Mais ainda, conforme, foi dado o remédio contrário, na década seguinte, a liberalização comercial almejada, sem mecanismos de fortalecimento do mercado interno, pela falta de um programa de modernização da infra-estrutura industrial, de desenvolver o potencial tecnológico nacional e de qualificação e criação de postos de trabalho, além da melhoria técnica da mão-de-obra, esse remédio proporcionou muito mais destruição dos postos de trabalho que a criação e valorização dos mesmos.

As decisões tomadas baseavam-se na teoria clássica ou neoclássica de livre comércio, pelo menos, era isso que sugeriam os funcionários dos governos das maiores economias e os organismos internacionais. H. Rattner aponta que o livre comércio só é bom para alguns países (aqueles países de industrialização clássica); diz o mesmo da seguinte forma e, que é um aviso aos formuladores de política de desenvolvimento industrial e de comércio:

(...) não funcionam o livre comércio e o princípio das vantagens comparativas nas transações entre parceiros de poder desigual, a não ser que reforcem a dominação e o controle dos mais desenvolvidos sobre os mais retardados (late comers) (RATTNER, 1988, p. 58; Grifo nosso).

Um outro autor que rebate a tese de que a economia brasileira é uma economia fechada⁵⁶ é R. Gonçalves (1994). O mesmo autor compara o Brasil com os Estados

⁵⁶ Esta tese, inclusive foi incorporada no discurso da FIESP em sua adesão aos ditames do Consenso de Washington conforme ficou registrado no trabalho "Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno", de 1990, p. 295. Isto é a causa central da diminuição, tanto das exportações quanto das importações brasileiras, por isso, advogam os expoentes máximos da indústria nacional que é preciso um maior grau de

Unidos e deduz que nossa economia é, de fato, uma economia aberta em seus vários aspectos de comparação – abertura comercial e tecnológica, abertura financeira, abertura produtiva-real (sic). Afirma R. Gonçalves que:

Contrariamente à argumentação predominante no debate político-econômico nacional, a questão central para o Brasil não é tanto o grau, mas, principalmente, a natureza da sua inserção internacional. Neste sentido, o grau de internacionalização da economia brasileira é tão elevado que transforma a questão da inserção internacional do país numa questão de vulnerabilidade externa nas áreas produtiva-real (sic), monetária-financeira (sic), comercial e tecnológica (GONÇALVES, 1994, p. 158; Grifo nosso).

A adesão do Brasil ao receituário neoliberal do FMI e do Banco Mundial (Bird) ocorreu em 1991. O governo Collor, que tomou posse em março de 1990, o primeiro presidente a ser eleito democraticamente, imbuído de uma visão de ‘modernização conservadora’, inaugura um tipo de “‘democracia autoritária’ sob controle direto dos credores e das instituições financeiras internacionais sediadas em Washington” (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 170).

A conversão do Brasil a ortodoxia liberal de Washington foi um elemento a mais na adequação da política externa brasileira em que “(...) a ‘orientação primeiro mundista’ de Collor aparece como um alinhamento político-ideológico, à estratégia diplomático-militar e aos interesses norte-americanos (GONÇALVES, 1994, op. cit. p. 127). Em conclusão pode-se argumentar que: “O governo Collor foi, de fato, um período de perda substantiva de grau de autonomia na política externa brasileira” (GONÇALVES, idem, p. 127).

É fato que, uma das questões que, na visão neoliberal, precisava ser contida, em consonância com a visão dominante, era que o Banco Central (Bacen) precisava ser

abertura da economia brasileira (liberalização das importações) para que haja maior influxo de capital e tecnologia estrangeiros e ampliação das exportações (revalorização da agricultura brasileira).

contido em função dos ditames dos governos de plantão. Nesse sentido, as reformas institucionais⁵⁷, em parte, também preconizavam o controle do Banco Central (Bacen) pelos credores da dívida pública. O próprio “Documento FIESP” (1990) trazia em seus escritos tais determinações, conforme a ideologia dominante da ortodoxia do Consenso de Washington e dos organismos multilaterais. Diz o texto o seguinte, Documento FIESP:

(...), é indispensável promover reformas institucionais que levem à independência do Banco Central, tornando possível realizar uma política fiscal [livre] das pressões políticas do governo, objetivando tão somente a estabilidade monetária da economia (In: Livre para crescer: propostas para um Brasil moderno, 1990, p. 304).

M. Chossudovsky (1999), num exaustivo trabalho de desmistificação das políticas neoliberais a cargo do FMI e do Bird e as conseqüências destas mesmas políticas na periferia mundial, advertia-nos que a independência dos Bancos Centrais, nada mais era que um controle repressivo dos sistemas de governo em todo o Ocidente. Em outras palavras, é o controle dos cidadãos e dos direitos democráticos nacionais pela tirania do dinheiro e dos financistas do mercado. Na sua crítica ao estudo produzido no FMI a cargo de Carlo Cottarelli, (*Limiting Central Bank Credit to The Government*, IMF, Washington, D.C, 1993), o autor, professor da Universidade de Ottawa (Canadá), contrapõe da seguinte forma:

⁵⁷ No conjunto das reformas, o próprio documento do Banco Mundial aponta que: “a privatização e a liquidação das atividades do setor público que concorrem deslealmente com o privado, a eliminação das restrições à concorrência, a eliminação das funções de controle e licenciamento e o desmantelamento das agências públicas que desempenham essas funções” (*Working Papers, World Bank*, 495, 1990 apud FIORI, 1997b, p. 35).

No Ocidente, eles devem tornar-se “independentes” e “protegidos da influência política”. Na prática, isso significa que os tesouros nacionais estão cada vez mais à mercê dos credores comerciais privados. (...) A chamada “independência do Banco Central em relação ao poder político” é (...) “como um remédio contra a propensão inflacionária dos governos”. Na prática isso significa que o FMI, e não o governo, controla a emissão de moeda. (...) Outra importante condição imposta pelo FMI é que a “independência do Banco Central seja mantida também em relação ao Parlamento ...” (CHOSSUDOVSKY, 1999, op. cit., p. 19 e 50).

Esta posição toma conta de toda a década de 90 e sobrevive à vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, no seu primeiro mandato (2003-2006). Ao ser indagado sobre como o novo governo deveria impedir a desagregação do Brasil, uma vez que, agora, tínhamos Henrique Meirelles (personificação do capital financeiro internacional), no Banco Central; C. Furtado (2003), discorre com a seguinte postura positiva de um vir a ser e uma crença inaudita no país. Diz ele na Entrevista:

(...) se dará um grande debate em torno de questões como essa de saber se o Banco Central deve ser legitimamente brasileiro ou uma instalação estrangeira no Brasil. (...) não é seguirmos por esse caminho e consolidar o Banco Central, porque é falso, ele não será brasileiro se for um Banco Central ‘soi-disant’ independente. Sou uma pessoa muito otimista, no fundo preciso encontrar uma saída para o homem, preciso acreditar no homem (...) (FURTADO, 2003, p. 35, Entrevista a Caros Amigos; Grifo nosso).

No começo dos anos 90, o Plano Collor dirigido pela economista Zélia Cardoso de Melo (então Ministra da Economia e Finanças), entre outros, além de adequar o país endividado a um programa de privatização das empresas estatais, como mecanismo condicional de renegociação da dívida externa em termos de ajustes estruturais – exigência das agências multilaterais e dos credores internacionais - colocou o país literalmente nas mãos dos rentistas. Assim,

O Plano Collor, iniciado em 1990, foi um estranho ‘coquetel’ combinando uma política monetária intervencionista com a privatização ao estilo do FMI, a liberalização do comércio e uma taxa de câmbio flutuante. (...) A ‘agenda oculta’ do Plano Collor consistia em cortar gastos públicos e salários para liberar o dinheiro necessário para o pagamento do serviço da dívida interna e externa (CHOSSUDOVSKY, 1999, op. cit. p. 170; Grifo nosso).

C. A. Pacheco (1998, p. 77 e 78), por sua vez, trata o plano Collor em duas partes: em termos de estabilização econômica caracteriza-se por ser heterodoxo (confisco de ativos financeiros) e, posteriormente tratando do controle de preços (especialmente no que toca os salários e o câmbio), mais severo e, mais adiante, sem conseguir controlar a economia, sucumbe ao tratamento de choque dos juros e o domínio da ciranda financeira de caráter tipicamente ortodoxo⁵⁸. Mas, o que é relevante mesmo é a constatação que:

(...), os aspectos fundamentais da política econômica do governo Collor, para os quais deve-se chamar a atenção, não são as tentativas de estabilização, mas sim as medidas de abertura comercial do país e de reestruturação da indústria que implementou através das chamadas Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) e Política de Competitividade Industrial (PCI) (PACHECO, 1998, p. 78; Grifo nosso).

Para Collor de Melo⁵⁹, o Brasil precisava ser reinventado; esta ideologia⁶⁰ modernizante, liberal e conservadora, travestida de progresso social, conquistou mentes e

⁵⁸ Muitas são as diferenças entre os ortodoxos e os heterodoxos quanto ao controle da inflação e a busca da estabilidade econômica. J. P. de A. Magalhães (1999) assinala que, no que tange a questão da inflação as visões são divergentes: “Na concepção ortodoxa, a causa dos surtos inflacionários está no incremento da moeda acima das necessidades da economia real”. Na visão dos heterodoxos “(...) o aumento da moeda não constitui causa, mas sim consequência, do surto inflacionário. Diante do aumento de preços, resultante da disputa em torno do PIB, as autoridades monetárias vêem-se forçadas a elevar as disponibilidades de moeda pra evitar séria crise de liquidez” (MAGALHÃES, 1999, p. 269 e 270 respectivamente).

⁵⁹ Refletindo sobre as reformas neoliberais propostas pelo governo Collor, sob o apaniguamento dos organismos internacionais, W. Cano (1994) afirma que ao invés das políticas propostas por Collor precisávamos sim de reformas, mas com outro eixo de mudanças. Afirma ele que: “(...) ao contrário do discurso neoliberal, urge fazer o desenho de uma política econômica e uma política social que exijam não um simples enxugamento do Estado e sua desregulamentação, mas, sobretudo, uma profunda reformulação do Estado, retomando seu poder estruturante”. Mais adiante assinala que as reformas necessárias são: “Reforma da dívida externa, reforma da dívida pública interna, reforma tributária e fiscal (retomada da capacidade do investimento público), reforma do Estado (retomada do planejamento do Estado; privatização terá que seguir objetivos estratégicos de política industrial e substituição de antigos setores estratégicos por novos em cooperação com o setor privado), reforma agrária e urbana, mudanças na educação, saúde pública e previdência social reformuladas” (CANO, 1994, p. 34-35 e p. 37-38 respectivamente).

⁶⁰ Uma observação bastante interessante sobre a ideologia no final do século XX e que abarca a totalidade da vida social no presente é feita pelo geógrafo M. Santos (1997) quando aponta que: “A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e dado da existência, neste fim do século XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. Ela é um fator constitutivo da história do presente. (...) a cada nova divisão de trabalho, a cada nova transformação social, há, paralelamente, para os fabricantes de significados uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em

corações em todo o país gerando muitas expectativas. Tem muita razão J. L. Fiori (2003) ao reler o desenvolvimento econômico brasileiro e assinalar que:

A versão local da ideologia neoliberal propõe as mesmas idéias hegemônicas nos países desenvolvidos: a desestatização da economia e a reafirmação do indivíduo consumidor e do mercado enquanto princípios organizadores de uma nova ordem econômica, que nasceria das cinzas do autoritarismo (FIORI, 2003, op. cit. p. 24).

A idéia central e fixadora do governo Collor era que o Brasil necessitava atingir os padrões de 'Primeiro Mundo'. Para tanto, todas as mudanças na estrutura econômica e as reformas constitucionais⁶¹ objetivava tal objetivo precípua.

A agenda liberal, que preconiza que o mercado e, só ele, deve dar respostas adequadas e satisfatórias às imperfeições e da própria alocação e logística dos investimentos, depois do fracasso da política de estabilização ortodoxa, fica mais ainda, a critério da ação total dos mercados. O resultado disso foi o abandono da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) e o enquadramento total aos ditames das agências multilaterais sediadas em Washington e as reformas do Consenso de Washington.

C. Furtado (2001a) cuidadoso e muito zeloso quanto ao processo de 'modernização conservadora' impingida a partir de Collor aponta que em termos de sistemas econômicos existentes quaisquer mudanças que não visem aprimorar o dinamismo do mercado interno são sempre problemáticas, bem mais em países de territórios nacionais com desigualdades extremadas. Em suas palavras:

que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido" (SANTOS, A Natureza do Espaço... 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, p.101 e ss., 1997).

⁶¹ Basicamente quando se trata das reformas constitucionais, algumas não podem ser olvidadas no período de governo de Collor de Melo que são: 1) privatização das empresas estatais; 2) permissão constitucional para demissão de funcionários públicos; 3) flexibilização das leis trabalhistas. Todas, em conformidade com o receituário neoliberal do FMI e do Bird.

Os sistemas econômicos de grandes dimensões territoriais e acentuadas disparidades regionais e estruturais – Brasil, Índia e China aparecem em primeiro plano – dificilmente sobreviverão se perdem a força coesiva gerada pela expansão do mercado interno. Nesses casos, por mais importante que seja a inserção internacional, esta não é suficiente para dinamizar o sistema econômico. Num mundo dominado por empresas transnacionais, esses sistemas heterogêneos somente sobrevivem e crescem por uma vontade política apoiada em projeto de raízes históricas (FURTADO, 2001a, p. 44; Grifos nossos).

Um dos aspectos relevantes em termos de abertura comercial, reestruturação industrial e os efeitos de emprego e renda, em toda a década de 90, a partir de Collor de Melo é que “(...) a abertura comercial desta década acelerou o ‘encolhimento relativo’ dos empregados do setor formal e, neste, provocou enorme destruição dos postos de trabalho na indústria, da ordem de 30 a 35% dos existentes em 1989, equivalente a pelo menos 1,5 milhões de emprego” (LESSA et al., 1997, p. 72). Com relação à reestruturação da economia C. Lessa aponta também que este processo “(...) redundou na demissão do trabalhador adulto, homem, qualificado, relativamente mais bem remunerado, mas de baixa escolaridade, e na contratação de jovens, mulheres, em ocupações de baixa qualificação e de baixa remuneração, mas de maior escolaridade” (LESSA et al., op. cit., 1997, p. 73).

O próximo governo, além do mandato tampão de Itamar Franco⁶², é o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-98) e (1999-2002) que aprofundam a continuidade da política neoliberal adotada no governo Collor de Melo. Antes disso, FHC, no governo Itamar Franco, tornou-se Ministro da Fazenda em meados de 1993. Por seu intermédio negociatório foram feitas as reformas econômicas exigidas pelo FMI e os credores internacionais.

⁶² Cabe ressaltar em termos comparativos o processo de privatização do governo Collor e Itamar. L. M. Paulani (1998) compara os dois governos e afirma que: “(...) ao longo do período em que Collor permaneceu no poder, passaram para o controle privado 18 empresas, sendo pelo menos 8 delas de grande e médio porte, gerando recursos da ordem de US\$ 4 bilhões. (...) durante a gestão Itamar foram privatizadas 15 empresas, num total de US\$ 4,6 bilhões, a maioria delas do setor petroquímico e siderúrgico, além da Embraer. Cabe ressaltar que as privatizações restringiram-se, nessa época, aos setores produtores de insumos básicos, ficando intocados os serviços industriais de utilidade pública, anteriormente previstos no programa Collor” (PAULANI, op. cit., 1998, p. 47).

Os recursos do Estado nacional brasileiro foram postos a serviço do pagamento dos credores da dívida do Estado – o ajuste fiscal elaborado permitiu que 65% das receitas correntes tivessem essa finalidade. O Fundo Social de Emergência (FSE), votado pelo Legislativo brasileiro, exigência das instituições internacionais e dos credores, passa a ser monitorado diretamente por tais organismos (CHOSSUDOVSKY, 1999, op. cit., p. 175 e ss.).

No governo Cardoso, vivenciamos um dos grandes paradoxos da economia brasileira, com o real, moeda criada no governo Itamar Franco. A sustentação política que acabou conflagrando a eleição de FHC⁶³ para o primeiro mandato e a sua forte aceitação pública como mentor do Plano Real - pois se trata de um movimento respaldado pelo *mainstream* dos organismos internacionais - também teve grande aceitação nas camadas médias e altas da sociedade brasileira. J. L. Fiori (1997b) aborda o processo de estabilização econômica e início de um ciclo de sustentação de um processo de dolarização da economia nacional em curso e aponta com relação ao Plano Real que:

(...) o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial (FIORI, op. cit., 1997b, p. 14; Grifos nossos).

Segundo, e aí está o paradoxo, conforme, outra vez, as observações de J. L. Fiori (1997a) sobre o conjunto da América Latina e os planos de estabilização econômica da

⁶³ Esse é um sintoma de todos os governos autoritários inaugurados a partir de Collor com o que se chama de “democracia autoritária”, modelagem esta seguindo as linhas gerais da doutrina neoliberal. “O tom europeu, antiutópico, elitista, racionalista que Fernando Henrique Cardoso deu ao seu governo refletia uma ideologia tecnocrática que procurava consagrar o papel de uma lógica formal, pretensamente científica, e uma frieza emocional pretensamente moderna, como método de governo e administração. Este estilo entrava em contradição com a realidade de um povo que luta com espontaneidade e vontade contra a miséria e o analfabetismo que lhe impôs a classe dominante” (SANTOS, Th., 2007, op. cit., p. 124).

década de 90; o que na realidade ocorre é uma retomada da hegemonia americana e um alinhamento continental em torno das propostas reformistas e liberalizantes (abertura e desregulação da economia, privatização dos ativos públicos). Afirma o autor sua avaliação da seguinte forma:

Em quase todos estes países, o novo modelo econômico começa com planos de estabilização monetária semelhantes, ancorados na sobrevalorização da moeda local viabilizada pela disponibilidade mundial de capitais fartos e baratos. Em todos os pontos deste novo universo econômico, as bolsas e os títulos públicos e privados se transformam em 'circuitos auxiliares' de valorização patrimonial (...) Isto explica o aumento dos investimentos diretos estrangeiros nestas regiões permitindo afirmar que apesar das enormes assimetrias, expandiu-se, na década de noventa, o espaço geográfico e econômico do fenômeno da expansão financeira. E ao mesmo tempo aumentou a convergência das políticas econômicas nacionais de tipo deflacionista -, responsáveis por um estranho paradoxo monetário: as moedas de quase todas 'economias frágeis' passam a ser 'moedas fortes' enquanto a moeda americana se transformou aparentemente numa 'moeda fraca' (FIORI, op. cit., 1997a, p. 124 e 125; Grifo nosso).

Com relação ao Plano Real também não foge a regra, ainda que o início dos planos estabilizadores inicia-se com o Plano Collor um processo de dolarização em termos de câmbio. Nossa moeda nacional, denominada de real passou a ter valor igual ou maior que o dólar norte-americano e um afrouxamento em termos de controle de câmbio.⁶⁴ Para C. Furtado (2002a) a grande mudança trazida com o Plano Real é que o mesmo proporcionou maior aumento da dívida externa, além disso nenhuma reforma fiscal que proporcionasse um maior aumento de poupança pública foi feita. O resultado é que "(...) trocou-se a inflação por estabilidade, mas, sobretudo, trocou-se a inflação por endividamento externo" (FURTADO, 2002a, p. 24).

⁶⁴ Cf. CARVALHO, F. J. C. de (2007, p. 336) ao tratar da disciplina dos mercados e das políticas denominadas 'sadias' na nova ordem financeira denominada de 'globalização financeira' o mesmo diz que: "Nos países pertencentes à periferia do sistema financeiro internacional, a liberdade de entrada e saída de capitais serve de instrumento de enquadramento à ordem. (...), naqueles países que adotam regime de câmbio fixo, causa exaustão das reservas de moedas fortes, e, nos que adotam câmbio flutuante, a desvalorização da moeda local e a emergência de pressões inflacionárias". Noutra parte, afinado com a análise de C. Furtado, o autor acima aponta que: "Controles de capitais, na era da globalização financeira, visam a preservar espaços de autonomia para a definição de políticas econômicas definidas pelos interesses da sociedade, ao invés do 'sentimento do mercado'" (CARVALHO, 2007, op. cit., p. 337).

C. Furtado (1995) via que a defesa cega cujo fulcro era o fundamentalismo mercantil, associada a um processo de destruição dos sistemas monetários nacionais, introduzido como um vendaval na América Latina, e que leva ora a dolarização ou uma espécie de *currency board*, isto é, um comitê de compensações monetárias, regresso ao liberalismo do século XIX, está muito mais relacionado a um “(...) processo de fazer desaparecer o Estado nacional” (FURTADO, 1995, p. 109).

Além disso, com a estabilidade ancorada na liquidez internacional, o que temos é a interrupção do país em tomar decisões estratégicas, na realidade, esse processo, visto por C. Furtado (2002a, p. 34) tem como base o aprofundamento da inserção internacional “(...) submergir na dolarização significa regredir ao estatuto semi-colonial”.

No início do Plano Real o que vimos foi, de fato, uma moeda sobrevalorizada, cuja paridade era de 1:1 em relação ao dólar estadunidense (1 real = 1 dólar) e que sofreu uma brutal desvalorização com a crise do real forte de 1998/99⁶⁵, depois do terremoto que atingiu os mercados financeiros dos países em desenvolvimento desde outubro de 1997 (na Ásia) e, posteriormente atingindo a Rússia e Brasil, sem contar o México anteriormente.

Esta crise levou o Brasil, em 1999, a recorrer a um acordo financeiro com o FMI e com o BIS (na língua inglesa, *Bank of International Settlements* = na língua portuguesa, Banco para Compensações Internacionais, espécie de Banco Central dos bancos

⁶⁵ Com relação a crise de janeiro de 1999, M. da C. Tavares (1999) afirmava que: “(...) temo que, além de mais uma crise, estejamos assistindo, pela primeira vez na história moderna do Brasil, a uma verdadeira ‘desconstrução nacional’” (TAVARES, 1999, p. 25). J. Sayad (1999), em função da crise de janeiro de 1999, e os desdobramentos da mesma, inclusive com apelos da elite dirigente brasileira que o caminho alternativo era a dolarização, pois o Plano Real sucumbia, isto é, estava em fase terminal, observa que desde o início o Real estava muito valorizado e isto prejudicava as exportações e inundava o país com importações: “(...) o Banco Central fez com que a taxa cambial em termos nominais caísse (...) Entre agosto e dezembro de 1994, o dólar foi vendido a preços menores que R\$ 1, chegando a atingir valores de R\$ 0,79” (SAYAD, 1999, p. 29). Há uma avaliação muito interessante entre economistas de várias tendências, os mais críticos (o 2º. e o 3º.) e os mais favoráveis (o 1º. e o último) ao conjunto de medidas tomadas com o Plano Real – Gesner J. de O. Filho, Paulo N. B. Júnior, Luiz G. de M. Belluzo e Yoshiaki Nakano -, avaliação esta após 2 anos do Plano Real intitulada “O Plano Real: avaliação e perspectivas”, Mesa Redonda organizada pela Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Série Papers, n. 27, p. 34, 1996.

centrais, com sede na Basileia/Suíça), no montante de 40 bilhões de dólares, que acabou por enfrentar a crise do real, no entanto, o controle econômico do país ficou a cargo do FMI e o Tesouro dos Estados Unidos, esse último como avaliador do empréstimo para o Brasil e agora na tutela do país.

Todavia, o ocorrido se deve a uma opção da elite brasileira, inclusive depois da crise de 1999, fomentou-se que o Brasil deveria aderir ao sistema de *currency board*, uma espécie de proteção ao capital de investimento ocorrido entre a Inglaterra e seus *dominions* coloniais contra tomadas de decisões nos próprios *dominions*, que fossem prejudiciais aos interesses do capital inglês. Essa espécie de comitê de compensações monetárias, não é nada mais que uma medida que acaba, em última análise, conduzindo a destruição dos sistemas monetários nacionais em toda a América Latina. Agora, por analogia ao *currency board* do domínio imperial inglês do século XIX, trata-se de candidatos a *dominions* dos Estados Unidos da América, naquilo que viria a ser a dolarização completa da economia.

Conforme, J. L. Fiori (2001b, p. 45), o retorno dessa velha ideologia liberal do padrão-ouro, com uma nova roupagem, agora sob o aceite do *establishment* de Washington, acaba em desembocar em duas 'alternativas-limite': "adotar o sistema de *currency board* dos velhos *dominions*, e aqui se trata da dominação colonial inglesa ou a troca direta da moeda local pelo dólar", e mais, conforme o mesmo autor:

(...) Trata-se, na prática, de um simulacro do padrão-ouro que mantém a possibilidade de desenvolvimento do país totalmente dependente do movimento internacional de capitais, deixando seus governos completamente indefesos frente a eventuais crises nos mercados financeiros globais (FIORI, 2001b, p. 45).

Para C. Furtado (1999) a integração completa das economias nacionais latino-americanas, via transnacionais, no processo de globalização, condicionava a uma formulação de política econômica fora dos seus respectivos territórios nacionais e a

adoção do dólar como moeda comum. Na sua interpretação e tecendo críticas a um documento de 1999, produzido pela Cepal, inclusive favorável a esse tipo de aprofundamento, no que diz respeito à dolarização das economias latino-americanas, C. Furtado contrapõe afirmando que:

A ação das empresas transnacionais nesses setores [apontado como três objetivos estratégicos] levaria a uma efetiva integração das economias latino-americanas, emergindo o dólar como moeda comum e assumindo os Estados Unidos as funções de banqueiro central (FURTADO, 1999, p. 24).

Na interpretação de C. Furtado, o que foi dito acima não tem cabimento para a economia brasileira e nesse sentido, é preciso aprofundar os mecanismos relacionados ao aprofundamento do mercado interno. Em termos de economia brasileira, país com grau avançado de desenvolvimento industrial,

Nossa política econômica deveria adotar como objetivo estratégico o crescimento do mercado interno, o que significa privilegiar os interesses da população. O componente principal do mercado interno é a massa salarial. A inserção internacional é importante por dois motivos: pode completar nosso potencial de recursos naturais, dar maior flexibilidade ao sistema produtivo, facilitar o acesso a tecnologias de ponta, ampliar a oferta de poupança dentro de certos limites etc... Mas, numa economia com essas características, tudo isso terá sempre um papel complementar. O essencial é o crescimento do mercado interno, o qual movimentaria 90% da economia (FURTADO, 2001a, p. 80; Grifos nossos).

Outro fato que não pode passar despercebido está associado aos vários chamativos feitos por nossos 'formadores de opinião' (economistas da mídia, empresários e acadêmicos) que o Brasil não poderia perder a oportunidade de engajar-se num projeto continental com os Estados Unidos, cuja denominação foi dada pela sigla ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Com relação a esta visão liberal, de formação de um mercado continental, que poderia reordenar a economia brasileira e a América Latina como um todo, a mesma é feita da seguinte forma:

Primeiro, os países da América Latina precisam adotar uma abertura comercial mais agressiva. (...) Segundo, é preciso ainda ir além de regras de comércio e incluir questões como investimentos, direitos de propriedade, tecnologia, tratamento nacional, etc. (...) considero que os países da América Latina deveriam tomar uma atitude de liberalização mais agressiva, abrangendo não somente negociações de comércio, mas ainda investimentos, no sentido lato, a exemplo da OCDE. Ao mesmo tempo, é necessário um enfoque de maior abertura unilateral para que o continente venha construir um bloco econômico integrado (FIMBRES, 1998, p. 75; Grifos nossos).

Esta idéia que domina o último governo Cardoso e o início do governo Lula da Silva, cuja linha interpretativa era de uma possibilidade de o Brasil inserir-se numa zona hemisférica de livre comércio com os Estados Unidos. Esta visão é rechaçada veementemente por C. Furtado (2003). Nas suas formulações trata-se de uma perda total da nossa soberania; é privar o Estado brasileiro de executar qualquer controle da moeda e de políticas de desenvolvimento no país. Em suas palavras:

A ALCA é a renúncia à soberania nacional. (...) se você tem um pouco de soberania como tem o Brasil ainda, pode ter uma política econômica que responda às necessidades e aspirações do povo. Mas, se estiver enquadrado pela ALCA as grandes empresas é que vão traçar a política econômica do Brasil. (...) Você tem de partir da seguinte questão: somos ou não um sistema econômico? Se somos um sistema econômico, temos uma lógica própria e essa lógica não combina com nenhuma racionalidade internacionalizada. (...) A ALCA não pode ser boa, jamais, porque uma é uma renúncia à soberania. Você tem de partir disso, o mais é detalhe (...) (FURTADO, 2003, op. cit., p. 33; Grifos nossos).

Na década liberal, apesar de todo o discurso de modernização, reestruturação produtiva (competitividade, desregulação, prioridade social, nova governabilidade e novo pacto federativo etc.), fórmulas mágicas e conceitos aprimorados pela mídia e academia;

em termos de índices e dados econômicos do Brasil, na era FHC, os mesmos são muito medíocres.

Entre 1995-2002 o PIB brasileiro ficou em torno de 2,6%, um pouco acima de 0,5% per capita em termos anuais, estimativas antes de acabar o governo. Nos oito anos de FHC o crescimento do PIB ficou em torno de 2,6% ao ano, depois que acabou o governo (confirmando os dados estimativos). A dívida mobiliária federal era de R\$ 62 bilhões quando FHC-MALAN assumiram o governo; esse número posteriormente atingiu R\$ 562 bilhões, estimativa preliminar (a imprensa noticiou um aumento de 100% da dívida mobiliária federal de 1995 a 2001, atingindo um patamar de R\$ 624,1 bilhão e uma carga tributária inicial em jan./1995 de 28,6% para 32,2% do PIB em 2001, dados consolidados; além disso, o endividamento externo atingiu, no mesmo período citado, US\$ 100 bilhões a mais no mesmo período). Das 'grandes conquistas' do governo FHC é preciso deixar indicado também que o aumento líquido da dívida externa e dos demais passivos do Brasil, medidos pelos déficits acumulados no balanço de pagamentos em conta corrente, foi da ordem de US\$ 180 bilhões entre 1995 e 2001; a dívida líquida do setor público (União, estados, municípios e empresas estatais), que era inferior a 30% do PIB em 1994, atingiu em 2002 a cifra de 55% do PIB; as despesas líquidas com os juros da dívida e as remessas de lucros e dividendos totalizaram US\$ 19,8 bilhões em 2001. As amortizações do principal da dívida chegaram a US\$ 35,2 bilhões.⁶⁶

Mesmo, com um intenso programa de privatização ao nível federal e fortes estímulos aos estados no que concerne à privatização dos ativos públicos dos estados, foram vendidas, entre 1995-97 e, inclusive, a privatização do sistema Telebrás (1998), "(...) 23 empresas, num total de US\$ 27,6 bilhões, contando-se ainda mais US\$ 21,4 bilhões oriundos das privatizações na esfera estadual" (PAULANI, 1998, op. cit. p. 47).

⁶⁶ Dados extraídos do Jornal Folha de S. Paulo, ano de 2002, vários números; e também de (www.bcb.gov.br), conforme P. N. Batista JR., Jornal Folha de S. Paulo, em 16/05/02.

Não obstante, o discurso do governo era sempre de que o processo de privatização passava por uma intensa e progressiva mudança em termos de modernização do Estado brasileiro.

Nesse campo de perspectivas, dito acima, o discurso oficial “(...) aponta sempre a eficiência produtiva, a eficiência alocativa, a melhoria dos serviços, a redução dos preços e tarifas, o saneamento financeiro do Estado e sua liberação para atuar no que lhe compete (...)” (PAULANI, idem, p. 48).

Ainda, conforme os dados de imprensa, o crescimento econômico foi da ordem de 2,6% em média (1995/2002), por conseguinte, a energia elétrica subiu 132,6%, sem contar os reajustes mais recentes; o gás de cozinha 450%; a assinatura anual de telefone 3.722% e tarifas de telefonia 440% entre julho de 1994 e fevereiro de 2002; o rendimento real dos ocupados (empregados e trabalhadores por conta própria) o crescimento no período foi inferior a 9% tendo sofrido perdas no período de 12 pontos nos últimos 4 anos. O desemprego⁶⁷ beirava ao percentual de 7 a 8% o que caracteriza mais desigualdade social em termos gerais.

Todavia, a questão do desemprego, na visão extremada dos reformadores liberais da escola de Chicago e, mesmo os *Chicago boys*, como ficaram conhecidos os economistas do governo Reagan, agora travestidos de falsos profetas do *mainstream liberal-conservador* dos anos 90, isto deve ser um problema específico do trabalhador devido à falta de qualificação em termos de ‘empregabilidade’.

Nesse sentido, P. Singer (1998) faz uma boa advertência com relação ao desemprego no Brasil dos anos 90, apontando as falhas da teoria formulada por Milton Friedman, da escola de Chicago (EUA). É até jocoso e hilariante, para não dizer uma piada de mau gosto, a concepção de desemprego feita pelo liberalismo de Chicago,

⁶⁷ Censo do IBGE 2000 detectou um contingente de 11,7 milhões de trabalhadores desempregados, o que equivaleria a uma taxa de desemprego de 14,6% (supondo uma PEA em torno de 80 milhões de pessoas).

conforme P. Singer. Diz P. Singer, com uma dose de ironia e que agora passa a ser crença bem ‘fundamentada’ no Brasil dos anos 90:

O desemprego; qualquer que seja o seu nível, é sempre voluntário: as pessoas que alegam falta de trabalho na realidade não aceitam os níveis de remuneração que o mercado oferece e elas têm o direito de estar desempregadas até que encontrem a demanda que lhes pague o que acham que valem (SINGER, 1998, p. 128).

No ano de 1999, portanto 5 anos depois do Plano Real, C. Furtado (2002a) perante uma “Comissão mista do Congresso Nacional”, com base em dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) foi feito o seguinte diagnóstico da pobreza⁶⁸ no Brasil,

(...) há no Brasil 53 milhões de pobres – cerca de 34% da população ... Nessa massa de pobres há um subconjunto de 22 milhões de indigentes – cerca de 14% da população, (...) a pobreza absoluta manteve-se em torno de 34% desde o lançamento do Plano Real em 1994 (FURTADO, 2002a, p. 11).

Nosso economista diz mais ainda, aprofundando a discussão sobre pobreza no país, perante a Comissão do Congresso, em 13/11/1999; compara Brasil e Índia e sua constatação é que os diferenciais encontram-se relacionados ao padrão de distribuição da renda nacional e que, “(...) o problema da pobreza no Brasil não reflete uma escassez de recursos, e sim uma forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda”

⁶⁸ Quando se trata de pobreza associa-se ao processo de persistência do próprio subdesenvolvimento em sociedades de economias dependentes. Na década de 90, para o Brasil, o que ocorreu foi o aprofundamento do subdesenvolvimento e não uma diminuição do mesmo, em termos de um encurtamento das distâncias entre os mais ricos e mais pobres em termos de renda, uma vez que o economicismo acrítico defendia a postulação que o mundo tende a se homogeneizar com o advento da globalização e das políticas neoliberais. Nesse sentido, reforço esse assunto da seguinte forma: “No Brasil, as pessoas que viviam com menos de US\$ 2 por dia (...) em 1995 (43 milhões) era maior que a população do país em 1940 (41,6 milhões) (Lustig e Deutsch, 1988:38). (...) Concebendo o desenvolvimento como um esforço para acabar com dualismos e heterogeneidades, difíceis de serem superados com as armas empregadas, Furtado previa o aumento do fosso que separa ricos e pobres” (CAVALCANTI, 2001, p. 74).

(FURTADO, idem, p. 14).⁶⁹ Comparando o grau de pobreza no Brasil antes (passado) e hoje (presente), C. Furtado (2002a) aponta também que:

No passado, quando se falava em redistribuição de renda, sempre se argumentava que os pobres, com o crescimento de sua renda tenderiam a consumir mais e, portanto, a taxa de poupança cairia. Hoje, o paradoxo é que os ricos brasileiros é que tem uma altíssima propensão a consumir. A renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos (FURTADO, 2002a, p. 20; Grifos nossos).

Se olharmos o Brasil pelo lado da entrada dos investimentos estrangeiros diretos, os chamados IEDs⁷⁰, verifica-se que:

No Brasil, dos 173,5 bilhões de dólares de IED que entraram no período de 1995 a 2003, 58% destinaram-se a comprar empresas, destacando-se as operações para a aquisição da rede de telefonia; também são notáveis as compras de empresas de produção, distribuição e comercialização de eletricidade e algumas linhas de ferrovias. (...) A experiência histórica mostra que nenhum país conseguiu industrializar-se e desenvolver com base no IED (VIDAL, 2007, p. 254).

Para J. P. Magalhães (2008) a entrada de recursos externos é relevante, mas muito mais que isso, é que a centralidade das políticas de desenvolvimento deve ter uma orientação no sentido de fortalecer o mercado interno. Não é uma tese nova, mas uma tese que percorre todo o arcabouço teórico-metodológico furtadiano ao longo de suas análises. Em termos de Brasil, o mercado interno, dado sua dimensão e tamanho (tanto

⁶⁹ Os dados confirmam a tese de C. Furtado apontada. “Os recursos reais absorvidos do exterior estão sendo destinados primordialmente à ampliação do consumo público e privado. Entre 1990-94 e 1995-97, a formação bruta de capital fixo aumentou, mas não muito: de 19,4% para 19,7% do PIB, em média, segundo dados do IBGE. O que cresceu mais foi o consumo, que passou de 78,4% do PIB em 1990-94 para 80,7% do PIB em 1995-97. O consumo das famílias aumentou nesse período de 60,4% para 61,8% do PIB e o consumo da administração pública, de 18% para 19% do PIB. Em outras palavras, o endividamento externo foi acompanhado de um declínio da taxa de poupança interna” (BATISTA JÚNIOR, P. N. O eterno retorno do mesmo. In: *Dívidas externas na América Latina e a crise financeira internacional*. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Série Pesquisas, n. 15, 1999, p. 97-109). A citação encontra-se à p. 105.

⁷⁰ Aristides A. Filho faz uma análise interessante sobre Investimento externo e competição mostrando os benefícios e os efeitos negativos para o país que adota tal estratégia ancorada nos investimentos estrangeiros. Ver ALMEIDA FILHO, A. Investimento externo e competição. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 20, n. 1 (77), p. 18-33, jan./mar. 2000.

em termos de território quanto de população), é mais importante, em termos de política econômica, voltar para o crescimento. Assim,

No caso específico do Brasil, entre 1998 e 2002, os ingressos de poupança externa ficaram em torno da média anual de 20 bilhões de dólares e, apesar disso, a percentagem dos investimentos sobre o PIB se manteve, firmemente, em 19%. (...) O que confirma a tese de constituir a garantia de mercado [interno] fulcro obrigatório de qualquer política de desenvolvimento (MAGALHÃES, 2008, p. 104).

Quando se trata do crescimento econômico, C. Furtado (2002b, p. 31) não se furta quanto a sua importância. Não obstante, é preciso para que tenhamos, de fato, crescimento econômico, “(...) recuperar os instrumentos de governo. O instrumento mais importante é a política monetária, de câmbio”. Se, é fundamental o controle dos dispositivos de governo assinalados acima, adotados como ‘princípio estratégico’, o crescimento, deve ser considerado também com a seguinte perspectiva:

Se admitirmos que nosso objetivo estratégico é conciliar uma taxa de crescimento econômico elevada com absorção de desemprego e desconcentração da renda, temos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais (FURTADO, 2001c, p. 26).

Mas, C. Furtado (1992a) já havia apontado os rumos do crescimento econômico brasileiro no contexto da ordem mundial emergente. O que veio a posteriori, já havia sido diagnosticado pelas suas análises, não obstante, o mesmo nunca deixou de crer no rompimento das camisas de forças e do enquadramento feito ao país, tanto é verdade, conforme dito acima, em quase uma década depois, retomou as rédeas da discussão sobre crescimento brasileiro cujo enfoque sempre foi a distribuição da renda, e o fortalecimento do mercado interno e os mecanismos de controle do Estado nacional em termos de política de desenvolvimento. Nos idos de 1992 dizia nosso interlocutor:

Na lógica da ordem econômica internacional emergente parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional. O desafio que se coloca a presente geração é, portanto, duplo: o de reformar as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade, e o de resistir à forças que operam no sentido de desarticulação do nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional (FURTADO, 1992a, p. 13; Grifo nosso).

Antes mesmo de acabar o governo Cardoso, o segundo mandato (1998-2002), na visão de J. L. Fiori (2001b), observa-se que:

Seis anos depois o país, perplexo, percebe que não tem mais governo, porque o governo não tem mais nenhum projeto para o país. Tinha, fez as reformas e privatizações requeridas, e hoje se transformou numa agência de gerenciamento macroeconômico do Acordo Internacional que o salvou da falência na crise final do Plano Real e que definiu, por vários anos, quais serão os objetivos e as prioridades da nação brasileira (FIORI, 2001b, p. 59).

E diz mais, no que toca ao presidente Cardoso e sua própria elaboração teórica quando se trata da teoria da dependência, só que agora um sociólogo no poder, não mais um teórico, mas um definidor de uma práxis teórica anterior:

(...) a teoria da dependência do presidente Fernando Henrique dava margem a que ele chegasse onde chegou, e sem nenhuma incoerência. (...) muito ambígua do ponto de vista analítico e propositivo, renasceu e chegou ao final exatamente pela possibilidade histórica que se lhe ofereceu de encarnar um projeto de poder, buscando transformar a idéia da dependência num projeto de aumento da interdependência do capitalismo brasileiro. Isso já estava no Cardoso sociólogo; apenas as pessoas não viam bem que isso pudesse ser feito por uma política liberal (FIORI, 2001b, p. 258 e 259).

A opção da elite brasileira em abraçar as políticas da globalização e do neoliberalismo⁷¹ e adentrar numa lógica de capitalismo transnacionalizado, ela mesma,

⁷¹ Não é despropositado que Th. dos Santos (2007) faz a seguinte observação quanto ao Neoliberalismo. Diz ele que: "(...) o neoliberalismo é uma doutrina retrógrada, que faz o pensamento econômico e social recuar para o século XVIII, o que torna totalmente incapaz de ter qualquer viabilidade no capitalismo monopólico e estatal existente nos dias de hoje. Na prática, o retorno a este universo teórico e caduco,

deixou de ter um papel significativo do ponto de vista da acumulação em termos de participante ativa no processo de expansão da riqueza patrimonial e mercantil e, dessa forma, “(...) ao renunciar ao projeto nacional, a elite dirigente renunciou igualmente a desempenhar qualquer função civilizatória no país (...)”⁷², ou mesmo como aponta a observação que se segue que, dado que o país está transformando numa ‘província do globalismo’, dessa forma, “(...) o que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século XX ao XXI é o *abandono e o desmonte do projeto nacional*, com suas implicações político-econômicas e sócio-culturais...”⁷³

Nesta mesma linha de observação anterior, em que a década de 90 passou a ser um período da história brasileira em que o que estava ocorrendo era um processo lento, gradual e contínuo de destruição do que se entende por formação ou, como adota C. Furtado, de ‘construção nacional’. J. L. Fiori (2001a) aborda a questão da ‘inconclusividade nacional’ da seguinte forma:

(...), se olharmos com cuidado para a hegemonia do projeto liberal das nossas elites econômicas e políticas e dos seus intelectuais orgânicos da década de 90, poderemos (...) pensar que se trata, ainda, de uma das mais acabadas obras “modernistas”. (...) o país, hoje, está sendo conduzido por uma aliança verdadeiramente “antropofágica” e bem sucedida entre o “cosmopolitismo” dos jardins paulistas, atrelado às “altas finanças internacionais”, e o “localismo” dos donos do “sertão” e da “malandragem” urbana. Uma aliança de poder que estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras (FIORI, 2001a, p. 55; Grifo nosso).

convertido em “pensamento único”, é um artifício ideológico para justificar políticas econômicas pragmáticas a serviço, sobretudo, dos interesses do capital financeiro internacional” (SANTOS, Th., 2007, op. cit. p. 109). Também não é despropositada a assertiva de M. Santos (2000) quando refere-se a globalização, pois necessariamente, para a década de 90 e anos seguintes, é preciso ser vista associada ao neoliberalismo. M. Santos aponta a ‘perversidade sistêmica’ assim: “A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva de cada um por si [é], como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada”. O ‘discurso único da globalização’ e a busca desenfreada que resume tudo a ‘competitividade’ “(...) é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provocou um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência” (SANTOS, M., 2000, op. cit., p. 65 e 57 respectivamente).

⁷² SAMPAIO, P. de A. Dilema e desafios postos para a sociedade brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 14 (40), p. 64-76, set./dez. 2000. A citação encontra-se à p. 66.

⁷³ IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. *Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 14 (40), p. 51-58, set./dez. 2000. A citação encontra-se à p. 51.

O Estado brasileiro, além de produzir, através das elites dirigentes, o maior desmonte do Estado nacional e suas configurações e determinações em termos de política de desenvolvimento, entregou as linhas gerais da política nacional ora ao mercado, ora aos entes subnacionais, o que provocou uma sanha desenfreada que se configurou como 'guerra fiscal'.

Sem direção de um projeto nacional de desenvolvimento é aquilo que M. Chossudovsky (1999, p. 183) aponta no período de governo FHC (1995-1998), no primeiro mandato, ao dizer que, "(...) os credores estão no controle da burocracia do Estado, de seus políticos. O Estado está falido e seus bens estão sendo liquidados no programa de privatização".⁷⁴ Essa assertiva não está longe do universo e das próprias palavras de C. Furtado (2002b) quando trata da crise brasileira, com baixo crescimento econômico, endividamento exagerado, enfim um Estado sem autonomia de decisão. Daí sua afirmação:

Quem governa o país são os banqueiros. Uma opção de desenvolvimento deveria ser iniciada com uma ação no plano financeiro, mas para isso precisaríamos voltar ao controle do câmbio, o que seria um crime, segundo economistas do governo. O Brasil queira ou não, vai ter de voltar a administrar o câmbio e a pensar em mercado interno. Caso contrário, o problema social vai estourar (FURTADO, 2002b, p. 29; Entrevistado por CAMARGO, A.; LOYOLA, M. A.).

Em se tratando, da falta de um projeto nacional o que se verificou foi uma luta fratricida entre os entes federativos (estados e municípios) na busca de investimentos alocativos empresariais.

⁷⁴ Para uma análise detalhada do processo de privatização no governo FHC ver a propósito os textos do jornalista econômico Aloysio Biondi, "O Brasil privatizado - Um balanço do desmonte do Estado". São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999; e o "Brasil privatizado II - O assalto das privatizações continua", 2000, também produzido pela Fundação Perseu Abramo. No primeiro texto, A. Biondi, arrebenta com todo o discurso oficial do governo, que repetia exaustivamente que "A venda das estatais, (...) serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo e 'salvando' o real. (...) para reduzir também a dívida interna, isto é, aqui dentro do país, do governo federal e dos estados. (...) a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo as empresas multinacionais ou brasileiras que 'compraram' as estatais não usaram capital próprio (...). Tomaram empréstimos lá fora para fechar os negócios. Assim, aumentaram a dívida externa do Brasil" (BIONDI, 1999, p. 6).

Não obstante, essa forma de ser e do existir em termos de sobrevivência dos entes federativos, se deve a falta de um projeto nacional de desenvolvimento, inclusive em termos de diretrizes e programas bem definidos de políticas públicas no que tange os investimentos industriais. O resultado disso é que “(...) o mecanismo básico reproduzido pela guerra fiscal⁷⁵ possibilita que os benefícios eventuais de algumas regiões sejam constituídos à custa de outras” (ARBIX, 2000, p. 245).

Se quisermos ter uma dimensão maior do problema, esse exercício também é válido para o conjunto da América Latina, que aderiu aos propósitos das políticas conservadoras aplicadas mundo afora pelos organismos internacionais. Daí pode-se argumentar, conforme J. L. Fiori (2001b), inclusive caracterizando o problema do ponto de vista da inação do Estado como promotor de políticas (de planejamento) públicas e a total inação deixando para os entes subnacionais o papel de definidor da alocação empresarial e interesses do mercado. Assim,

A geografia econômica da América Latina, (...), vem sendo desenhada, fazendo surgir aos poucos um novo mapa, onde algumas áreas isoladas aparecem cercadas por enormes zonas caracterizadas por estagnação econômica e desintegração social (FIORI, 2001b, p. 127; Grifos nossos).

Ao iniciar o primeiro governo Cardoso, em 1995, nada foi indicado em termos de políticas públicas para o desenvolvimento industrial e tecnológico do país. O paradigma liberal incontestado foi, de fato, a plataforma dominante em termos de adoção e inserção aos circuitos da globalização financeira e a onda de investimentos estrangeiros, em especial no setor de serviços com as privatizações.

⁷⁵ Há uma seção específica sobre esta questão da ‘guerra fiscal’ dos lugares e pedaços do território em M. Santos e M. L. Silveira, op. cit., (2001), cujo título é: “Guerra fiscal” guerra dos lugares”, p. 113-116, em que a abordagem ocorre sob a insígnia territorial e os problemas que podem ocorrer em função do poder das empresas e dos privilégios concedidos o que não contentes com isso, provocam novos deslocamentos. Na realidade trata-se de uma chantagem das empresas.

Tanto em termos de desenvolvimento industrial quanto em termos de política tecnológica, o que caracteriza o governo Cardoso é a ausência do Estado. Nesse sentido, é conclusiva a afirmação seguinte: “(...) Tendo-se abdicado dos objetivos de maior autonomia tecnológica mediante a constituição de uma capacidade local de inovação através de forte intervenção do Estado, a política tecnológica deixa ao mercado a definição dos programas empresariais” (ERBER; CASSIOLATO, 1997, p. 40). E, confirmando ora a agenda radical, ora mais reformista dos expoentes do governo Cardoso, os reformistas apontavam que “(...) Ao investimento estrangeiro caberá o papel principal na revitalização da indústria brasileira” (ERBER; CASSIOLATO, 1997, p. 89).

No que toca diretamente a renúncia a um projeto de desenvolvimento e ‘construção nacional’, algumas vozes do governo FHC afirmavam que bastava inserir o Brasil no circuito da globalização financeira e da nova inserção externa para adquirirmos competitividade e aumento da produtividade da economia brasileira. O alcance do ‘primeiro mundo’, a partir das mudanças, estava próximo.

Assim, consoante, a esse novo padrão e as mudanças apontadas, conforme G. Franco, com “(...), a estabilização monetária e a abertura econômica seriam suficientes para reinserir o Brasil de um modo dinâmico no mercado mundial” (FRANCO, 1996 apud ARBIX, 1998, p. 27).

Outro expoente do governo FHC, o ministro P. Malan, afirmava que em termos das perspectivas do real, estas se fundavam em três objetivos: “(...) (a) inflação sobre controle; (b) crescimento sustentado, com mudança estrutural e aumento da produtividade média da economia; e (c) melhoria contínua nas condições de vida da maioria da população brasileira” (MALAN, 1999, p. 23). Nesses quesitos apontados pouca coisa pode-se comemorar.

Caminhando para o fim do primeiro mandato de Cardoso (1995-98), C. Furtado (2001a) não titubeia em afirmar a importância do mercado interno, mesmo com todas as vozes contrárias de que o dinamismo da economia brasileira era inserir-se nas ondas e vagas do ‘novo renascimento’ (expressão de FHC) do capitalismo mundial que é a globalização.

Diz C. Furtado (2001a), voz do dissenso, quando o que vale, fazendo uma digressão no tempo, é a lógica das políticas do neoliberalismo abraçadas pelos social-democratas naquilo que J. L. Fiori⁷⁶ (1998, p. 119) denomina de ‘simulacro de partido’, o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – constituído de “2 bandas de professores, os paulistas em torno de FHC, e os cariocas, professores-banqueiros”; com as fileiras mais retrógradas da política nacional - o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje intitulado de ‘Democratas’ – DEM; naquele momento controlado pelo senador de Santa Catarina, o Sr. J. Bornhausen. Em termos de Estado nacional, C. Furtado afirma seu papel e função, da seguinte forma:

Os desafios com que se confronta o Brasil são próprios de um país-continente marcado por grande heterogeneidade social mas com um sistema econômico considerável e grande potencialidade de crescimento. A experiência tem demonstrado que o motor do crescimento de países de grandes dimensões tende a ser o mercado interno (FURTADO, 2001a, (sic), p. 22 e 23; Grifos nossos).

⁷⁶ Esse texto aparece em J. L. Fiori (2001b), *O Brasil no espaço*, op. cit., denominado “A Secessão”, p. 15-23, com algumas modificações. Agora, já no fim do segundo mandato de Cardoso (1999-2002), quando o primeiro texto trata-se do fim do primeiro mandato do governo Cardoso (1995-98). Há também um outro trabalho de J. L. Fiori cujo título é “O cosmopolitismo de cócoras”, *Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 14 (39), p. 21-32, mai/ago. 2000, em que o autor discorre sobre os vários momentos de “fuga para frente”, mecanismo usado pelas elites dirigentes brasileiras ao longo de nossa história econômica, culminando com a transnacionalização dos anos 90 que na sua visão é o momento da completa adesão a um projeto de capitalismo transnacionalizado perseguido por nossas elites.

Outro dado da questão, importante ao estudo e compreensão do fenômeno nacional/regional está relacionado, em tempos de globalização, a própria negação do nacional e uma re-hierarquização dos lugares (valorização e requalificação de pedaços do território, aqueles mais conectados às especializações e demandas do mercado externo), sem a mediação da dimensão nacional; na realidade funciona como se o nacional não tivesse nenhuma importância.

Dito isto, S. Lencioni (1999), aponta com muita propriedade esta questão da seguinte forma:

(...), importante compreender que o regionalismo, como força política, emerge com força das entranhas da sociedade no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo o espaço. Ele nega o nacional, podendo se fechar na sua particularidade. E se coloca num sentido totalmente inverso de outrora quando afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a construção do sentimento de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob a direção do Estado, afirmava o sentimento nacionalista. Sinais de outros tempos: o regionalismo nega o nacional e a identidade nacional, enquanto o nacional, que se dilui no processo de globalização, nega o regional (LENCIONI, 1999, op. cit., p.194; Grifo nosso).

O que temos, de fato, é um descoplamento do sentimento de pertencimento de partes do território e da própria sociedade com a abrangência da dimensão nacional do território e da própria sociedade que o constrói e reproduz nas formas e valores no âmbito da nação. O sentido positivo de identidade cultural nacional vai perdendo sua potência frente a sua negação, levando, por conseguinte, ao processo de fragmentação da noção de território e sociedade compósitos na sua concepção clássica. As estratégias de segregação socioespacial típicas dessa etapa do capitalismo transnacionalizado possibilitam a requalificação e revalorização dos lugares e regiões definindo um novo padrão de isolacionismo e segregação territorial conectado a circuitos internacionais de

reprodução muitas vezes prejudiciais aos vínculos de solidariedade entre as regiões e a constituição própria da configuração territorial nacional.

Apesar de ser uma estratégia de sobrevivência dos lugares e regiões em termos de competição espacial dada a crise dos padrões de reprodução capitalista, em termos de longo prazo, o que deve prevalecer é o nacional como constituinte da organização estatal-territorial frente aos agentes econômicos em termos de regulação econômica. Daí porque nada sobrevive nessa dinâmica de todos contra todos em termos de entes federativos e no balanço geral é a perda para todos em termos de conjunto na perspectiva do espaço, do território nacional e da sociedade nacional.

É simplesmente, como reafirma R. Reich (1994, p. 229-283), ao refletir sobre a sociedade norte-americana, em face da existência e importância precípua do “significado de nação”, sem isso, é o esgarçamento da identidade cultural-nacional na sua completa descaracterização. Nesses tempos de forte descaracterização do nacional dada à potência do discurso ideológico da globalização tivemos como resultado que “(...) o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 258).

Na próxima seção focaremos as questões diretamente relacionadas à dinâmica regional brasileira num quadro adverso de inserção internacional. Focaremos principalmente os Planos de desenvolvimento do governo Fernando Henrique Cardoso, nos seus dois mandatos (1995-98) e (1999-2002).

V-III Governos neoliberais e estratégias de inserção internacional brasileira

C. Furtado nunca deixou de repetir que das influências que teve na sua formação intelectual, uma delas é a de Karl Mannhein, uma vez que para este pensador o planejamento “(...) é a busca dos princípios de racionalidade que se aplicam a uma sociedade global” (cf. FURTADO, 2002b, p.15).

Vamos tratar de uma época, no Brasil, em que a idéia de planejamento do Estado estava fora de moda e foi completamente abandonada em termos de políticas de Estado com fortes investimentos públicos. Em outras palavras, no período de governo Cardoso, “(...) Constrangida pelos parâmetros da condução macroeconômica, a discussão de um projeto nacional foi tida como dispensável pelo governo em tempos de globalização” (ARBIX, 2000, p. 244).

Outro aspecto relevante que já apontamos nesse trabalho é a questão do pacto federativo que nesse novo padrão, sob pretexto da globalização e influenciado pelas políticas neoliberais, da ocorrência da guerra fiscal entre os entes federativos, o estado de São Paulo manteve sua hegemonia, tanto política quanto econômica, e não fez nada para estabelecer uma nova arquitetura federativa nacional, uma vez que desde o café, foi o principal beneficiário das políticas de desenvolvimento nacional. Sem contar, que tivemos 8 anos de governo Cardoso (1995-2003) e 8 anos de governo Lula (2004-2010), mais recente; dois políticos que fizeram carreira no estado de São Paulo. Uma ressalva deve ser feita quanto ao governo Lula: se não foi efetivada uma nova arquitetura federativa tampouco o governo estimulou a guerra fiscal tão perceptível no governo Cardoso.

Não é sem razão que F. de Oliveira ao retratar o papel do estado de São Paulo e os políticos que ascenderam ao poder, depois de Collor, classifica os mesmos como os promotores do desmanche do que restava do pacto federativo brasileiro estimulando a

guerra fiscal, inclusive, como foi o governo Cardoso. Por isso, são mais que oportunos os dizeres de F. de Oliveira (2001b) quando afirma que:

(...) a dívida de São Paulo é de caráter político-moral, a de nunca ter usado seu poder e sua influência econômica e política para varrer de uma vez por todas com os estigmas do patrimonialismo anti-cidadão. (...) no bojo das políticas neoliberais, repetem-se, com ferocidade frenética, práticas que foram apanágio das oligarquias mais retrógradas (OLIVEIRA, 2001b, p. 218; Grifo nosso).

Em termos de tomada de decisões quanto às questões relacionadas ao contorno do desenvolvimento regional tivemos o desmantelamento da Sudene no governo Cardoso. Entre as várias alegações do fechamento da agência de fomento para o Nordeste estava o mau uso dos recursos públicos para financiamento e incentivos fiscais das atividades industriais na região.

Para o governo, os mecanismos de intervenção no desenvolvimento do Nordeste estavam ultrapassados e esgotados na sua essência. C. Furtado (2002b) abordou essa questão da seguinte forma, inclusive lembrando o significado da Sudene para a região: “(...) Foi o primeiro setor da economia brasileira que teve plano de desenvolvimento: o Plano de Desenvolvimento do Nordeste. Portanto, a Sudene foi um caso especial de avanço na região e chegou a ser considerada um modelo no mundo inteiro” (FURTADO, 2002b, p. 22; Entrevista a Aspásia Camargo et al.).

No governo Lula, mais adiante, foi reimplantada e resgatada a Sudene e C. Furtado volta novamente a afirmar que a razão da existência da Sudene precisa novamente ser alçada a posição que tinha originalmente. Mais ainda, se considerarmos os estados do Nordeste individualmente, sem a Sudene, os mesmos são muito frágeis. Nas palavras de C. Furtado (2003) sobre a matéria diz ele:

(...) Os Estados pequenos do Nordeste não tem expressão política, não pesam no Congresso Nacional, vivem barganhando pequenas coisas. E a Sudene representou no Nordeste a criação de um poder capaz de competir com os grandes Estados, como Minas Gerais e São Paulo (...) (FURTADO, 2003, p. 35; Entrevista a Caros Amigos; Grifos nossos).

No governo Cardoso foi lançado o programa denominado Plano Plurianual – PPA -, no primeiro mandato e no segundo mandato, com algumas mudanças em relação ao primeiro, no essencial tinha as mesmas características do primeiro PPA. O PPA (1996-99), também chamado de “Brasil em Ação”, e a sua continuidade o Plano Plurianual, o “Avança Brasil” (2000-2003), para o segundo mandato. Para o PPA foram definidos como principais objetivos os seguintes temas:

a) preservar o equilíbrio fiscal, com vistas a assegurar a estabilidade monetária; b) elevar as taxas de crescimento do PIB para níveis em torno de 4,5% a.a; c) efetivar um conjunto de ‘metas externas’ pautadas pela necessidade de consolidar a inserção internacional do país e assegurar um certo nível de absorção de poupança internacional (DINIZ FILHO, 2000, p. 107).

No todo, ao investigar o Plano Plurianual – PPA -, verifica-se que em termos de políticas territoriais não há mais uma preocupação em valorização do território tanto em sua dimensão, quanto pela magnitude de recursos existentes. Além disso, os investimentos, em torno de 83,7%, são de responsabilidade dos capitais privados. A parcela que cabe a esfera pública é de apenas 16,3% o que caracteriza uma cifra muito reduzida.

Nesse sentido, o que é determinante, tanto no “Brasil em Ação”, quanto no “Avança Brasil” é que a dinâmica regional passa a ser comandada pela virtuosidade dos agentes privados e, só eles determinam quais ‘pedaços’ ou ‘frações’ do território terão aportes de investimentos em que a primazia é a conexão com o mercado externo. Os principais investimentos se fazem nos eixos de integração ou infra-estruturas industriais (estradas,

ferrovias, hidrovias, gasodutos etc.) cujas dinâmicas apontam sempre em direção a economia global. É notório, conforme T. B. de Araújo (2001, p. 89) que temos “(...) a ausência do Estado na coordenação” do desenvolvimento e da integração regional brasileira.

Ainda, conforme análise de T. B. de Araújo (1998) o desenho estratégico do governo FHC, explícito no Programa “Brasil em Ação”, é melhorar a dinâmica das regiões que já possuem certa dinâmica em termos de produção, escoamento e conexão com o mercado externo. Aquelas regiões pouco dinâmicas, não têm elos e eixos de ligação, tampouco fortalece as conexões com o mercado interno, sem pensar que o país é muito, mais muito heterogêneo. Diz T. B. de Araújo (1998) com relação a estas questões o seguinte:

(...) a dinâmica regional do Brasil passou a ser trabalhada predominantemente pelos grupos econômicos, que olham apenas o que lhes interessa, ou seja, os espaços dinâmicos. A ação do governo – através do Programa Brasil em Ação, por exemplo - apenas reforça a mesma lógica. Todas as obras em curso pretendem dar acessibilidade aos pólos competitivos do Brasil, com o Estado indo atrás do setor produtivo. Ora, há imensos pedaços do Brasil que não são competitivos. (...) o Programa Brasil em Ação reforça a infra-estrutura do país na direção dos portos. Prioriza ligar os pedaços econômicos do Brasil ao mercado global. Para o resto do Brasil, nada. Isso nos fratura. (ARAÚJO, 1998, p. 173 e 178; Grifos nossos).

Mesmo considerando, conforme os principais colaboradores do governo FHC, que antes tudo, é preciso criar um ambiente macroeconômico favorável para uma maior efetividade em termos do agir sobre as diferenças e desigualdades regionais, T. B. Araújo (2001) aponta que:

(...), não é verdade o que a equipe econômica do atual governo federal pensa, isto é, se for criado um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento das forças produtivas o crescimento se reproduzirá homoganeamente no Brasil inteiro. Não se reproduzirá, porque o Brasil é muito diferenciado e essas macropolíticas continuarão a ter impactos diferenciados, região por região (ARAÚJO, 2001, op. cit., p. 85; Grifos nossos).

Qualquer que seja a iniciativa em termos de desenvolvimento regional, o mesmo precisa ser contemplado em termos de desenvolvimento nacional. As visões para o Nordeste, em especial, ora são parciais, ora ainda carregam uma visão tradicional em termos de região. A interpretação dada por T. B. de Araújo (1995) contempla esta questão da seguinte forma:

*Não revelam a atual e crescente **complexidade** da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande **diversidade**, a crescente **heterogeneidade** de suas estruturas econômicas (ARAÚJO, 1995, op. cit., p. 132; Destaques da autora).*

No Programa do PPA havia 3 estratégias de ação: “Construção de um Estado moderno e eficiente, redução dos desequilíbrios espaciais e sociais, inserção competitiva e modernização produtiva” (DINIZ FILHO, op. cit., p. 107). O governo FHC, dominado pelos mitos da globalização, pela liquidez internacional e o fascínio pela ideologia liberal das elites internas, o que fica constatado é que “(...) ocorreu foi um aumento da internacionalização dos centros de decisão brasileiros e uma fragilização do Estado, cada vez mais dependente do apoio norte-americano nas situações de crise” (FIORI, 2003, p. 195).

Se, a idéia central era fazer os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, o êxito foi menor que o esperado. Nossas exportações não sofreram grandes impulsos e retrocedemos em termos de participação no mercado mundial. A tão propalada competitividade dos produtos brasileiros lá fora, não ocorrera mudanças

substantivas e continuamos sendo um exportador de commodities primárias. Vejamos isso:

Nos anos 90, a redução tarifária, com quase cinco anos de sobrevalorização cambial, produziu uma intensa abertura às importações, mas em nada se avançou em termos de exportação. Ao contrário, houve retrocesso: de 17ª. exportador mundial em 1985 o país caiu para 28ª. posição em 1999 ... (...). Em várias cadeias importantes (eletroeletrônicos, telecomunicações, informática, bens de capital, setor químico), o forte crescimento da importação de componentes e insumos criou pesados déficits comerciais. Não houve avanço significativo das exportações, especialmente de manufaturas de maior intensidade tecnológica. Como resultado da competitividade brasileira persiste baseada em commodities agrícolas, agroindustriais, minerais, mínero-metalúrgicas e siderúrgicas. Fatores absolutos de custos (matérias-primas, energia, mão-de-obra) e de escala de produção explicavam a nossa potência competitiva nesses setores (Cf. COUTINHO, L., Jornal Folha de S. Paulo, p. B.2, em 24/06/2001; Grifo nosso).

C. Furtado (1992a) já havia assinalado o que parecia ser o caminho e a direção que iria tomar a economia brasileira na década de 90 em que a ênfase da inserção brasileira se dava às expensas do mercado interno. Tanto a economia nacional quanto a regional era impulsionada para e em direção a uma maior integração a economia internacional. Assim, o nosso economista, aponta que:

Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas (FURTADO, 1992a, p. 32; Grifos nossos).

Em que pese às vontades dos dirigentes nacionais em inserir o país nas ondas e vagas do capitalismo internacional, todo o nosso dinamismo dar-se-á em contradição com a geração de emprego, inclusive com o encolhimento nas atividades industriais pouco competitivas. C. Furtado (2000a):

(...) Na fase atual, em que se pretende derivar o dinamismo da integração internacional, o que importa é fomentar o espírito competitivo em atividades com vocação para a exportação, o que aponta para um perfil industrial de alta capitalização e reduzido nível de emprego (FURTADO, 2000a, p. 11).

O setor público é sugestivo quanto às mudanças ocorridas no Brasil na década neoliberal. Entre 1992 a 1995, em termos de ocupação no país a redução foi de 11,4%. Entre 1995 e 1997, a queda foi significativa, com menos de 140 mil empregos. Na indústria o impacto foi grande: em janeiro de 1990, os operários na região das montadoras no ABC totalizavam 57 939, diminuíram para 33.877 em junho de 2000. Outros setores, como o aço, que possuía em 1996, cerca de 65.227 trabalhadores; em 2000, esse número caiu para 50 365 trabalhadores, mesmo tendo verificado aumento da produção (ALVES, 2002). “Nos anos de 1970 o emprego industrial⁷⁷ correspondia a 20% dos empregos no país, tendo passado, nos anos de 1990 para, 13%. (...) entre 1980 e 1990 foram eliminados um milhão e meio de postos de trabalho na indústria” (LENCIONI, 2006, p. 107-108).

No que tange ao PPA (2000-2003), o que pode se verificar, é que havia uma preocupação com a integração do mercado interno via eixos de integração. Assim,

O PPA 2000-2003 estabelece, na sua Agenda da Integração Nacional, os Eixos nacionais de Integração e Desenvolvimento de uma perspectiva de uma repartição mais equitativa da geração e distribuição da riqueza entre as regiões; a integração das regiões para fazer de sua complementaridade a plataforma eficiente e competitiva para inserção econômica internacional do país (BEZERRA; RIBEIRO, 1999, p. 98).

⁷⁷ S. Lencioni (2006) ainda menciona a magnitude do decréscimo do emprego industrial nas regiões metropolitanas brasileiras. Entre 1989-2002 a perda nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro foram da ordem de -55,3% e -57,7% respectivamente. Belém e Porto Alegre valores acima de 40%. Recife, -38,7%, Salvador, -31,9%, Belo Horizonte, -23,6. Para o Brasil na sua totalidade o decréscimo foi -15,3%. O número de trabalhadores em 1989 era de 6.151.654 e em 2002 caiu para 5.209.774 em termos de Brasil. (Dados do Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS: 1996 e 2002 apud LENCIONI, 2006, p. 110).

Mas, ao mesmo tempo, conforme ficou dito acima, o mesmo documento produzido sob autoridade e respaldo do Ministério do Meio Ambiente, há também, certa dose de preocupação no que diz respeito às políticas regionais. Diz o texto de 1999, o seguinte:

A profunda crise fiscal da União e dos estados, reduzindo a capacidade pública de investimento, e as mudanças na concepção do Estado, em prol da privatização de empresas industriais e de infra-estrutura e de outros serviços oferecidos pelo setor público, indicam que o Estado brasileiro não voltará a assumir o papel histórico que cumpriu em favor da desconcentração produtiva. As mudanças estruturais em curso e a ausência do Estado em termos de política regional seguramente contribuirão para que a lógica do mercado amplie as desigualdades regionais e sociais, com graves conseqüências sociais e políticas para o país (BEZERRA; RIBEIRO, 1999, p. 96; Destaques no texto).

Em função, ora da ausência completa, ora de uma participação muito reduzida do poder público, as possibilidades de desconcentração industrial ficam paralisadas em direção as regiões menos atrativas. Há desconcentração, no entanto, a mesma se faz, ora dentro dos estados mais ricos e industrializados, ora para regiões com potencial de crescimento maior. Essa foi a tônica dos anos 90 e parte dos anos 2000 em que o comando da logística⁷⁸ e do investimento cabe a programação dos interesses das empresas.⁷⁹

O que já estava acontecendo, em parte nos anos 80, também vai tendo seu desfecho com mais contundência nos anos 90, pois como assinala C. A. Pacheco (1998),

⁷⁸ B. Becker (1995) ao apoiar-se em Paul Virilio, *Guerra pura*, São Paulo, Brasiliense, 1984, aponta que: "(...) a logística é uma das raízes da (des)ordem e da globalização/fragmentação. Pois que, se a nova racionalidade tende a se difundir pela sociedade e o espaço, ao nível operacional, concreto, ela é seletiva gerando uma geopolítica da inclusão-exclusão" (BECKER, 1995, p. 291).

⁷⁹ Há um debate bastante interessante sobre a nova ordem mundial, a crise do Estado e as economias nacionais, além do processo de globalização em COSTA, W. M. da. *Política e Território em tempos de mudanças globais*. São Paulo, Tese de Livre Docência (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH/USP, 2005 (a propósito ver especialmente os Capítulos 4, p. 35-48; Capítulo 5, p. 52-57).

(...) a privatização e a crise fiscal reduzem o grau de intervenção pública, a desconcentração industrial perde fôlego e abrangência. Isso é particularmente visível para a economia nordestina, que passa a ser cada vez menos beneficiária da desconcentração, que têm efeitos maiores no Sul, no próprio Sudeste (MG e ES) e no Centro-Oeste (PACHECO, 1998, p. 168; Grifo nosso).

A capacidade de recuperação do Estado brasileiro, inclusive com investimentos públicos, só ocorrerá no governo Lula em que, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é possível vislumbrar outra lógica em termos de crescimento e dinâmica econômica espacial-territorial. Nesse sentido, conforme J. Guimarães (2007) aponta que:

(...) o estado brasileiro recuperou, depois de décadas, parte de sua capacidade estratégica de investir maciçamente e expandir gastos sociais. O Plano de Aceleração do Crescimento é exatamente a expressão disso: prevê o investimento de R\$503,9 bilhões, dos quais cerca de 85% vêm das estatais federais e demais entes federados (GUIMARÃES, 2007, p. 30; Grifo nosso).

No entanto, a avaliação do PAC⁸⁰ só será eficaz mais adiante, pois por enquanto só há perspectivas e os investimentos ainda estão por se fazer no montante previsto. Mas, uma coisa é certa, depois que a ideologia da globalização e seus mitos utópicos vão perdendo fôlego, há que se pensar novamente num projeto de desenvolvimento nacional.

Na realidade, essa perspectiva é fundamental na obra de C. Furtado e caminha até seus últimos momentos de existência. O projeto nacional é o meio pelo qual se refaz e se reconstrói a nação para isso o poder do Estado, nas condições de um país como é o caso do Brasil, são fundamentais e imprescindíveis.

⁸⁰ J. Guimarães (2007) tece algumas comparações com o governo FHC e aponta que o PAC do governo Lula é uma boa tentativa de recuperar o Estado brasileiro através dos investimentos públicos e, isto só foi possível graças a diminuição da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Diz ele: “Durante os anos FHC a média da taxa Selic foi de 26,59% ao ano, no primeiro governo Lula, ela foi reduzida a 18,50% em média (...) O Plano de Aceleração do Crescimento prevê uma taxa Selic média nos próximos quatro anos de algo em torno de 10% (descontada a inflação prevista, de 8,1% reais em 2007, 6,9% em 2008, 6,0% em 2009 e 5,6% em 2010). (...) Hoje cerca de 40% da dívida pública total, calculada em US\$ 1,29 trilhão, é lastreada na taxa Selic (...) O PAC prevê que o pagamento de juros em relação ao PIB seja de 5,6% em 2007, 5,0% em 2008, 4,4% em 2009 e 3,4% em 2010” (GUIMARÃES, 2007, op. cit., p. 29 e 30).

Só assim, é possível construir uma nação, ou melhor, retomar a “construção interrompida” parafraseando C. Furtado. Num dos seus últimos trabalhos públicos (2003) quando afirma ser premente que, para solucionar os nossos problemas (nacionais) “(...) É preciso que o povo identifique os seus problemas e saiba que a política não é um jogo de elites. Política é uma disputa pelo poder real, e sem poder real não se faz nada (...)” (FURTADO, 2003, op. cit., p. 32; Grifos nossos).

Sem embargo, ressalve-se que a questão regional relaciona-se diretamente com o fortalecimento do Estado nacional em que a capacidade produtiva dos vários espaços econômicos nacionais contribui para o fortalecimento do mercado interno. Sem contar, o reforço aos elos de solidariedade entre as regiões pertinentes aos propósitos de uma república federativa como é o Brasil. Recuperar o Estado é devolver ao mesmo a capacidade de influir na própria dinâmica regional buscando superar as dicotomias do próprio subdesenvolvimento. Por isso, conforme C. A. Pacheco (1998) que:

(...) a questão regional [deve ser entendida] como um desdobramento da problemática do desenvolvimento capitalista e da conformação de padrões de divisão do trabalho que se diferenciam espacialmente, com a subsequente diferenciação econômica do espaço (PACHECO, 1998, p. 220; Grifos nossos).

Para C. Furtado (1992a), além de não descuidar do subdesenvolvimento nas sociedades periféricas é necessário considerar também um novo padrão de desenvolvimento. Em função da crise de paradigmas das sociedades ocidentais, as mudanças no século XXI devem pautar por:

O desafio que se coloca no umbral do século XXI é nada menos do que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação (...) para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. (...) estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população ... (FURTADO, 1992a, p. 76 e 77; Grifo nosso).

No entanto, percebe-se que, de fato, a superação do subdesenvolvimento, deixou de ser um dado da equação do desenvolvimento nacional brasileiro. Nesse sentido, a idéia de superação do subdesenvolvimento, pois o mesmo está presente em todas as regiões brasileiras, precisa ser novamente destacado em pauta nas políticas de Estado. Retomando, os aportes que dizem respeito a C. Furtado frise-se:

Nos últimos anos, preferiu-se abrir mão desse esforço, o que levou aos resultados que conhecemos. Hoje, quando novos ventos podem começar a soprar, esperamos para parafrasear Celso Furtado, que a construção seja retomada onde foi interrompida (RICUPERO, 2005, p. 376; Grifo nosso).

Para tanto, o otimismo da razão deve prevalecer sobre o pessimismo do fazer, do acontecer da ação fenomênica e mesmo do fazer político frente às idiossincrasias do real-concreto. Daí, a necessidade de sermos furtadianos, pelo menos em termos da racionalidade do pensamento. Diz ele que:

(...) o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, ou melhor, é uma das formas que historicamente assumiu a difusão do progresso técnico. O fato de que as estruturas que o conformam se hajam reproduzido no correr de anos não nos autoriza a prever sua permanência futura. Mas podemos afirmar que a tendência dominante é no sentido dessa reprodução (FURTADO, 1992a, p. 47; Grifo nosso).

Por isso, o papel da intelectualidade comprometida com as transformações sociais, econômicas e políticas perfiladas nos anseios de C. Furtado devam ser

consideradas sempre na tomada de decisões; em especial, para aqueles que chegam ao poder nas esferas públicas e muitas vezes, quando se trata de nível federal, a abrangência das medidas acabam por atingir toda a sociedade nacional na sua perspectiva territorial. Tendo em conta isto, C. Furtado não deixou de refletir sobre o país, inclusive num dos seus últimos trabalhos, considerando o desenvolvimento brasileiro, o nosso interlocutor indaga-se: “(...) houve desenvolvimento? Não: o Brasil não se desenvolveu, modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada” (FURTADO, 2002a, p. 21).

Como a “história não acabou” e nem é o “fim do mundo” em termos de supressão do “último homem”, e o “imperialismo da globalização” tende a perder forças na sua destruição via dinheiro mundial, retroagindo aos séculos anteriores do desenvolvimento capitalista (século XIX – século do liberalismo), a história brasileira continua a ser construída em termos de Nação ... e é isso afinal que conta na história dos povos que buscam um lugar na História do mundo.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que ora realizamos teve como objetivo a laboriosa tarefa de apreciar de forma analítica e de examinar exaustivamente como Celso Furtado analisa o desenvolvimento econômico brasileiro. As premissas ou delineadores que fizeram parte de suas elaborações cujo fim último, de fato, para ele, tratava-se de superar o atraso econômico e social brasileiro. Tais instrumentos balizadores desse exame, o fortalecimento do mercado interno e sua integração nacional dado o avanço do processo de industrialização, a diminuição da dependência externa, o fortalecimento dos centros de decisão internos (estatais e privados) e a mudança político-ideológica das classes dirigentes no sentido de perseguir um projeto de desenvolvimento nacional e o fortalecimento do Estado nacional são os eixos axiais e a medula óssea desse empreendimento.

A análise proposta, tendo como base os modelos furtadianos de interpretação, isto é, as proposições dadas por ele, para superação do subdesenvolvimento, têm como matriz inicial a identificação das estruturas arcaicas herdadas da história econômica colonial, o atraso econômico frente ao capitalismo industrial no centro do sistema e a perpetuação do subdesenvolvimento.

Com base nesse diagnóstico concebido, C. Furtado elabora, do ponto de vista teórico-metodológico, uma teorização marcadamente histórico-estruturalista capaz de concretizar a apreensão do real no campo teórico. Parece que C. Furtado, em função das influências de Marx sabiamente tem em conta a seguinte assertiva – “erigimos nossa estrutura da imaginação antes de a erigirmos na realidade” (MARX apud HARVEY, 1993, p. 309).

A análise de C. Furtado é, por um lado, uma sistematização do pensamento e criação de um modelo de análise e interpretação da sociedade brasileira na sua totalidade, mas por outro, é uma teorização voltada para práxis da ação política com

objetivos bem focados. Nesse sentido, todas as contradições do desenvolvimento nacional e os pressupostos para a sua superação em termos de antagonismos do próprio sistema capitalista, as relações do sistema econômico mundial entre as áreas geográficas (periféricas e centrais) são determinantes importantes da análise.

Daí que os mecanismos possíveis para alçar uma posição em que a dinâmica do processo de desenvolvimento supere a dicotomia atraso e moderno, subdesenvolvimento e desenvolvimento, centro e periferia, dependência e autonomia é a fronteira e o caminho a ser perseguido na interpretação dada pela chave furtadiana ao longo de seus trabalhos. Lembrando que a problemática relacional desenvolvimento/subdesenvolvimento, não tem como único campo de interpretação as análises furtadianas. Temos a clareza e a humildade de reconhecer que C. Furtado é apenas um dos expoentes das contradições do desenvolvimento, sempre cotejando em termos comparativos, o desenvolvimento no centro do sistema e as sua idiosincrasias na periferia.

Todavia, percorremos uma matriz teórica centrada em C. Furtado, ainda que outras observações estejam fortemente respaldadas por um arcabouço teórico-metodológico, isto não nos impede de concentrar nossos esforços interpretativos na obra desse grande intérprete das questões nacionais relativas ao Brasil.

C. Furtado faz um recorte na interpretação do subdesenvolvimento considerando tão somente a especificidade da economia política, no entanto, esse recorte não nos autoriza a compreender que, por isso, seu pensamento é limitativo quanto essa questão. Ao avaliar as interpretações de C. Furtado devemos sempre considerá-las tendo em conta o desenvolvimento econômico.

C. Furtado, ao tratar o subdesenvolvimento, tem em mente o desenvolvimento econômico como parâmetro comparativo de interpretação sempre cotejando a realidade da análise econômica, aproximando do método histórico e apreendendo o movimento

num todo dinâmico; as partes são elos importantes para apreensão da totalidade que nada mais é que o sistema metabólico social do capital e as relações sistêmicas no todo, isto é, na escala do globo. Além do que todo o seu enfoque dos problemas econômicos se dá numa dimensão estruturalista de interpretação.

Em termos de objetivo do trabalho partiremos das observações analíticas de C. Furtado para compreender o desenvolvimento econômico nacional, ainda que perpetue seu subdesenvolvimento, um processo de co-habitação com o desenvolvimento. O que leva um país, apesar de todas as mudanças produzidas pela modernização, incorporação de técnicas modernas, ainda carregar ranços e traços de atraso na esfera da sociedade e no conjunto do seu território?

Considerando as hipóteses percorremos as principais premissas elaboradas por C. Furtado tais como fortalecimento do mercado interno, a integração econômica nacional, o fortalecimento dos centros de decisão nacionais, o papel fundamental do Estado nacional como viabilizador da construção do desenvolvimento nacional, as mudanças que poderiam ser escudadas pelos dirigentes nacionais em valorizar os aspectos nacionais e encontrar um caminho de desenvolvimento menos excludente etc., são importantes ferramentas para análise do prolongamento do subdesenvolvimento nacional e sua complexa e difícil natureza de sua superação.

O trabalho perpassa a história econômica brasileira e culmina na fragilização completa do Estado nacional dos anos 90 em que temos a apologia da globalização e o recrudescimento das idéias liberais, agora denominadas de neoliberalismo; onde o Estado nacional e mesmo a nação não serve mais para nada. Temos em conta, corroborando os pressupostos analíticos de C. Furtado, que a organização territorial proporcionada pelo Estado é de valor inestimável na ordem social, política e econômica dos países.

Algumas lacunas e mesmo problemas existem na obra de C. Furtado, inclusive é tema exaustivamente apreciado por analistas diversos que debruçaram nos trabalhos de C. Furtado. Todo trabalho analítico precisa ser visto no seu contexto histórico e as análises furtadianas não foge à regra. No entanto, este instrumental ainda faz sentido para interpretarmos o Brasil? Para nós, a exposição analítica de C. Furtado é um instrumental importante para o entendimento de um projeto de desenvolvimento nacional, do novo período do capitalismo mundial dominado pela globalização financeira e uma retração do papel do Estado devido aos dogmas neoliberais.

No Capítulo II iniciamos a discussão com base na produção de café e a relação desta com a gênese da industrialização. Tratamos da transição da economia do café para um novo padrão, isto é, o processo de industrialização. O cerne dessa discussão é justamente a construção de um sistema econômico nacional e a integração das regiões sob o respaldo da industrialização.

Os resultados obtidos foram perfeitamente elucidados, uma vez que o Brasil passa a constituir num espaço econômico integrado, a partir dos enlaces de suas respectivas regiões político-administrativas. Sempre, tendo em conta que como é um processo, o andar se faz devagar, não obstante, como tendência, é fato, a integração nacional em termos de trocas de mercadorias e de consolidação do espaço econômico nacional.

Com base nos aportes teóricos desenvolvidos pelos cepalinos e o próprio C. Furtado, a ideologia da industrialização ganhou força entre as elites latino-americanas e brasileiras. Confrontando, do ponto de vista teórico, com as propugnações teóricas distorcidas vindas de fora⁸¹, em especial as relações centro-periferia e os

⁸¹ C. Furtado (1997d) trata desse combate de idéias, por exemplo, da Missão Abbink, norte-americana, que tinha o propósito de “curar o país dos excessos de uma industrialização de altos custos” (FURTADO, 1997d, p. 208), na realidade os propósitos eram de obstacular a industrialização no Brasil e outros países da América Latina. Isto é uma boa advertência para mostrar o campo de embates entre as propostas reformistas no seio da Cepal e os liberais, defensores do liberalismo econômico, contrários à industrialização. Diz ele assim sobre os países entusiastas da criação da Cepal – Brasil e Chile, o que

desdobramentos destas na divisão internacional do trabalho. C. Furtado, um adepto do processo de industrialização brasileiro, vê a partir desta, um caminho a trilhar no sentido de superação do subdesenvolvimento brasileiro e o encontro de um projeto de desenvolvimento nacional. É como se um projeto para o Brasil, nas formulações de C. Furtado, tivesse a seguinte arquitetura, conforme interpretação de M. O. Santos (1998, p. 86), diz ela que: “(...), o Estado, nação, povo, território, cultura, sociedade e economia são termos passíveis de intercambiação no transcorrer de seu discurso”.

No entanto, as formulações de C. Furtado e também dos cepalinos, sempre têm em conta a observação e abrangência da escala do nacional; nesse sentido, quando se fala dos problemas e das lacunas na interpretação destes com relação ao processo industrial na periferia do sistema econômico mundial, no caso de C. Furtado, em termos de Brasil, é justamente deixar de lado os conflitos e contradições sociais em que o objetivo maior passa a ser o desenvolvimento nacional (ver crítica de F. Oliveira, 2003, p. 47 e 48).

Para nós a importância de situar C. Furtado no contexto histórico do processo de industrialização toma sentido, pois é a partir da industrialização de 1930 que vai se constituindo num período de formação nacional importante do ponto de vista da perspectiva de construção nacional e a formação de um sistema econômico nacional. O fortalecimento do Estado nacional em formação, sob o ponto de vista, dos centros de decisão e a internalização econômica do sistema econômico, além da integração econômica, incrementada com o processo de consolidação paulatina da industrialização, era um caminho viável que pudesse tirar o Brasil de seu leito esplêndido de subdesenvolvimento.

naquele momento era um óbice à política norte-americana. Dessa forma: *“As idéias da CEPAL armaram ideologicamente os opositores dessa doutrina: a industrialização não seria propriamente uma opção, era a única saída para prosseguir com o desenvolvimento”* (FURTADO, 1997d, p. 208).

Neste Capítulo II do nosso trabalho tivemos não só a preocupação de identificar, a partir das proposições de C. Furtado, a idéia de constituição e potencialização da idéia de Estado nacional. Preocupamos também em estabelecer uma diretriz em que os determinantes categoriais geográficos estivessem presentes nos trabalhos de C. Furtado e que vai tomando forma e conteúdo ao longo do desenvolvimento dos capítulos.

Nesse aspecto as categorias socioespaciais – (espaço nacional, território, nação, poder nacional e regiões) foram tratadas e tornaram-se as vigas, ou melhor, a espinha dorsal do trabalho, sempre focando a interpretação analítica de C. Furtado quanto a esses aspectos relevantes do pensamento e as abordagens da geografia.

A nossa análise, depois de passar pelo crivo acima desembocou, finalmente, na interpretação de C. Furtado no que tange a perpetuação dos problemas das desigualdades socioespaciais no território, o fato de não suprimirmos o subdesenvolvimento, mesmo tendo tido êxitos na constituição de um sistema econômico internalizando-o para dentro do território nacional, a partir de G. Vargas, com a industrialização dos anos 30 do século passado.

Na parte inicial do capítulo fizemos um recorte histórico, em termos de periodização para compreendermos a transição da economia colonial exportadora e o surgimento de um novo paradigma graças ao momento de conjuntura (interna e externa) e a nova perspectiva estrutural, graças ao fortalecimento do intercâmbio entre as regiões e o fortalecimento da industrialização proveniente da crise da economia colonial do café. A partir da constituição de uma matriz industrial, ainda incipiente, e uma orientação dos investimentos do Estado brasileiro em direção a região mais promissora – o Sudeste, em função das atividades do café e a possibilidade de formação de um mercado interno que vai se estruturando e consolidando, além de criar uma dinâmica em termos de regiões que acaba se configurando numa moldura fortalecida pela integração econômica nacional.

Mais adiante, com base nas teorizações da Cepal e de C. Furtado, analisamos a constituição de um novo modelo de desenvolvimento para os países da periferia do sistema econômico mundial, a industrialização. Do ponto de vista das idéias, é uma demonstração de força em termos de ideologia política em que a hegemonia levada a cabo pelas elites nacionais, instrumentalizadas pela Cepal, poderia pavimentar um caminho viável de superação do próprio subdesenvolvimento lactente nas sociedades nacionais periféricas.

Além disso, reforçamos que também era uma batalha em termos de hegemonia de idéias entre os defensores do pensamento clássico e neoclássico das vantagens comparativas e da teoria de equilíbrio no intercâmbio entre países. De um lado (os liberais), defensores daquele pensamento e os estruturalistas/desenvolvimentistas que viraram de ponta cabeça as falsificações teóricas dos neoclássicos cujos beneficiários últimos eram as nações mais desenvolvidas (Raúl Prebisch principalmente, é o mais importante cepalino defensor dessa reviravolta teórica).

Com relação a C. Furtado, que também é um importante teórico dessa matriz teórica defendida por R. Prebisch, e que teve papel central na divulgação das idéias produzidas na Cepal, no Brasil, através de escritos, conferências e como funcionário e técnico de governos (JK, Jango, Jânio). É oportuno dizer que, “(...) O esquema teórico furtadiano explica as economias e sociedades subdesenvolvidas mediante uma inversão da teoria das vantagens comparativas” (OLIVEIRA, 1983, p. 8).

C. Furtado, por sua vez, via que com a industrialização assentavam-se no território nacional os instrumentos e mecanismos que possibilitava o Estado nacional brasileiro enfrentar os múltiplos desafios do subdesenvolvimento e os possíveis meios de sua superação. A transferência geográfica dos centros de decisão para dentro do território brasileiro, além de ser um caminho necessário para lidar com o subdesenvolvimento,

também era factível o encontro concreto e uma alternativa crível, como saída da própria sociedade para autodirigir-se e autotransformar-se.

No entendimento de C. Furtado, essa é a essência do desenvolvimento nacional que abriria múltiplas janelas com o processo de consolidação do desenvolvimento das atividades industriais e a consolidação do Estado nacional brasileiro e todos os instrumentos e mecanismos concernentes a este Estado capaz de criar uma economia verdadeiramente nacional em termos de integração espaço-territorial.

Enfocamos a questão da técnica nas análises de C. Furtado. O que se percebe é que na elaboração furtadiana quanto ao desenvolvimento econômico brasileiro, no novo padrão e patamar, a técnica passa a ser um instrumento importante de seu enfoque, pois é um mecanismo essencial de fortalecimento dos centros nacionais de decisão e do próprio sistema econômico nacional, além de ser também uma maneira de potencializar a construção da nação, uma vez que diminui a dependência tecnológica dos países cênicos.

Sem contar que, de fato, é possível ter maior controle sobre o tempo histórico da sociedade nacional, no entanto, é preciso que tenhamos um bom diagnóstico do Estado brasileiro através da programação vista como técnica de aperfeiçoamento do Estado e, para em seguida, culminar com o planejamento do Estado. Essa formulação de C. Furtado é uma questão-chave, pois:

(...) numa economia como a brasileira, que tem imenso atraso acumulado, desequilíbrios regionais e setoriais, e um potencial enorme de recursos não utilizados, abandonar a idéia de planejamento é [o mesmo que] renunciar a idéia de ter governo efetivo (FURTADO, 1999, p. 80).

Para C. Furtado, a passagem de uma economia colonial para uma economia urbano-industrial trouxe novas preocupações. A própria dinâmica da atividade industrial no território vai produzindo e amplificando diferenças socioespaciais que só é mitigada

pela ação do planejamento estatal. É um mecanismo inerente à própria lógica do capitalismo e, deixar o ordenamento do território e do espaço econômico nacional sob a égide e controle das forças do mercado impossibilita e inviabiliza a própria formação nacional.

Entretanto, nas formulações de C. Furtado, um dos acertos interpretativos está em que sociedades nacionais tão heterogêneas e desiguais em termos de sociedade, a produção da riqueza, as diferenças do padrão industrial etc., a intervenção estatal na correção do desenvolvimento regional deve ser imprescindível. A idéia a ser perseguida é o desenvolvimento do capitalismo no espaço econômico nacional constituído de múltiplas combinações específicas em que a regulação e a normatização estatal é fundamental.

Por isso, para C. Furtado a questão regional nada mais é que uma questão nacional das contradições do capitalismo vista, pelo prisma das relações históricas do próprio desenvolvimento do capitalismo mundial na sua forma dialética. Em outras palavras, as heterogeneidades no espaço é produto em que “(...) A história dos ‘subdesenvolvidos’, em especial do Brasil, objeto privilegiado de Furtado – só pode ser apreendida em escala mundial. Mas o inverso também é verdadeiro” (SANTOS, Ma., 1998, p. 22).

Esta idéia está presente na constituição da própria Sudene (1959), e todos os alicerces constituídos anteriormente através do Codeno e do GTDN (precursores da Sudene), um mecanismo para lidar com a formação social em que as partes (regiões) devem ter uma configuração e ordenamento diverso do que se tinha até então - regiões muito ricas (desenvolvidas) e regiões muito pobres (subdesenvolvidas) em termos socioespaciais. Tanto o I Plano Diretor da Sudene que data de 1961-63, quanto o II Plano Diretor da Sudene, de 1963-65, tinham tais propósitos de buscar um equacionamento entre as diversas regiões, principalmente entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil.

A razão republicana de C. Furtado está configurada num projeto de nação cujo fim último nada mais é que a superação do subdesenvolvimento através do desenvolvimento da sociedade e tornar o Estado um ente republicano. É esse o sentido dado com a criação da Sudene e a perspectiva de um novo pacto federativo. Para o Nordeste, em particular, mas também pensando em termos de políticas de planejamento e desenvolvimento regional, nos dias de hoje, os legados furtadianos devem estar “(...) relacionados a três princípios de conduta do autor: o princípio da modernidade, o princípio republicano e o princípio federalista” (AMARAL FILHO, 2007, p. 391).

Claro, que esta idéia defendida nos moldes democráticos por C. Furtado foi deixada de lado com os governos militares após o golpe de 1964.

Por fim, o nosso interlocutor, C. Furtado, reforça a conceituação estabelecida por ele em termos de desenvolvimento e suas contradições no desenvolvimento brasileiro. Nesse ponto, C. Furtado faz uma autocrítica concernente à industrialização e estabelece que as desigualdades socioespaciais no território permaneceriam sólidas, caso não aprofundassem as reformas estruturais necessárias.

Na sua interpretação havia necessidade de um novo rearranjo em termos de pactuação federativa no Brasil e o planejamento do Estado era de fundamental importância. A criação da Sudene (1959) e mesmo o Plano Trienal (1963) foi um pontapé importante e decisivo em termos de planejamento para essa nova configuração territorial estabelecida com a industrialização, que mantinha as diferenças socioespaciais entre as regiões mais desenvolvidas e as mais atrasadas e a perpetuação do subdesenvolvimento.

Sem embargo, dado o grau de dificuldade política de implementação de tais reformas na sua completude, em que havia uma plataforma de planejamento bastante abrangente, ressalve-se que, em termos de reformas, sob comando de C. Furtado, como

técnico de governo, na interpretação de C. Mallorquin (2005, p. 174), o que foi concretizado mesmo foi algo bem reduzido daquilo que se preconizava:

(...), embora o discurso tentasse articular em um “todo” as reformas (industrialização, transformação da agricultura), de fato, a única coisa que foi projetada e conseguida na Sudene, quando esteve sob seu comando, foram certos dispositivos fiscais que promoveram a “industrialização”.

Mesmo com os méritos do Plano de Metas do governo J. Kubitscheck (1956-61) em que o papel da Cepal foi fundamental, no sentido, de instrumentalizar de forma teórica os alicerces de um verdadeiro planejamento do Estado nacional frente a uma questão nacional de importância vital que foi a política de industrialização brasileira, as questões socioespaciais não foram debeladas.

C. Furtado mantém seu arcabouço teórico em que sua visão de desenvolvimento econômico tem em conta a dimensão histórica e cotejando a realidade do fenômeno do subdesenvolvimento como um mecanismo inerente do próprio processo de desenvolvimento, mas não uma etapa necessária para que os países alcançassem o desenvolvimento econômico.

C. Furtado via que, além dos problemas internos a serem enfrentados, em função do par dialético entre desenvolvimento/subdesenvolvimento, o país também era apreendido pela lógica da Guerra Fria e todos os desdobramentos da bipolaridade mundial. O resultado disso está perfeitamente assentado na teorização furtadiana e, a política externa dos Estados Unidos, constituía num entrave ao desenvolvimento nacional brasileiro. Conforme, C. Mallorquin (2005, p. 212) esse aspecto na elaboração teórica furtadiana deve ser assim exposto:

(...), as condições externas negam autonomia e obstaculizam as forças que apóiam uma política de desenvolvimento que implica a incorporação das massas. A política externa dos Estados Unidos, assim como as classes hegemônicas nos países latino-americanos, atravancam o desenvolvimento.

Mas, isso é uma implicação de C. Furtado quanto ao poderio do imperialismo norte-americano? Isto é, C. Furtado é um nacionalista extremado e o momento de sua análise dos anos 50/60 já não tem significância na história econômica do capitalismo brasileiro atual do século XXI? Parece que não. Vejamos isto em S. P. Guimarães (2001), que hoje responde como sendo o mais importante na hierarquia, depois do ministro das Relações Exteriores do Brasil, nos quadros do Itamaraty. O mesmo aborda esse quesito da seguinte forma:

*A estratégia política americana na América Latina tinha e tem como principal objetivo manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando essas se fizerem necessárias. Em segundo lugar, os Estados Unidos procuram com persistência alinhar a política externa dos países latino-americanos com a dos Estados Unidos e contar com seu apoio para suas iniciativas nos organismos internacionais ou fora deles. Em terceiro lugar, sua estratégia procura manter regimes, democráticos ou não, que garantam a liberdade de ação dos interesses americanos e promover a adoção das normas chamadas de **good governance** (GUIMARÃES, 2001, p. 100; Destaque do autor).*

Nessa toada de mesma argumentação acima, N. Chomsky (1993) comentando o fim da Guerra Fria e o novo papel dos Estados Unidos no mundo, aproxima-se das observações feitas anteriormente. Seu comentário é sobre um artigo de Dimitri Simes no Jornal The New York Times de 1988 sobre o fim do inimigo soviético. Diz o texto de D. Simes que os Estados Unidos têm três vantagens:

Primeiro, podemos passar as despesas da NATO para os concorrentes europeus; segundo, podemos acabar com a 'manipulação dos Estados Unidos por países do Terceiro Mundo', 'resistir a pedidos injustificados de assistência por parte do Terceiro Mundo' e nos lançarmos numa barganha, mais dura com 'os nossos devedores do desafiador Terceiro Mundo'; e terceiro, o poderio militar pode ser usado com mais desembaraço 'como um instrumento de política externa dos Estados Unidos (...) contra os que pretendem desafiar importantes interesses americanos', sem medo de 'desencadear uma contra-intervenção', já que o fator de inibição foi removido. Em resumo, os Estados Unidos podem reconquistar algum poder dentro do clube dos ricos, apertar os parafusos do Terceiro Mundo e recorrer com mais desembaraço à violência contra vítimas indefesas (CHOMSKY, 1993, p. 129).

Visto por esses apontamentos acima, este não é um problema nas formulações de C. Furtado. Não é. Pelo contrário, é um assunto muito sério a ser levado em consideração quando se aborda o desenvolvimento dos países, o capitalismo mundial e as relações interestatais referentes aos Estados-nações; os mais fortes exercendo um imperialismo sobre os mais fracos.

Continuando com a questão brasileira, observa-se que a fragilidade de uma burguesia nacional genuinamente classista que associou ao capitalismo norte-americano e ao ideário de país-satélite dos interesses da geopolítica dos Estados Unidos no enfrentamento do comunismo internacional impossibilitou quaisquer mudanças no sentido de reformas estruturais e, por conseguinte, de transformações em termos de capitalismo nacional em que o Estado nacional tenha papel relevante.

O que virá depois é a confirmação das proposições teóricas de C. Furtado quanto ao enfraquecimento do Estado nacional nos moldes democráticos e dos embates em termos de lutas sociais e de classes característica inerentes aos princípios da democracia. É a velha idéia de que o Brasil de suas elites nunca precisou, de fato, do povo para realização das grandes transformações políticas, sociais e econômicas.

No Capítulo III caracterizamos o desamparo de C. Furtado quanto a tudo aquilo que vinha sendo construído no país. A tomada do Estado pelas forças repressoras do golpe de 1964 leva C. Furtado a argumentar sobre o papel do Estado em vigor e que com

o golpe, a vigilância e a própria criatividade da sociedade civil, deixaria de se manifestar dada à coação dos agentes do Estado.

O desencanto furtadiano se deve a que a construção nacional foi interrompida com o golpe e vislumbra que o novo processo em curso levaria o país a um patamar de modernização, mas não de desenvolvimento, uma vez que as contradições sociais, econômicas e regionais continuariam demandando esforços de superação, no entanto, a visão dos militares e da elite que galgava o poder se dava num processo de acumulação primitiva para depois, num futuro muito depois, o processo de desenvolvimento fosse alcançado em etapas posteriores. A frase do milagre econômico é lapidar quanto a essa questão: “É preciso que o bolo cresça, para depois ser repartido”. Nesse aspecto C. Furtado é taxativo diferenciando crescimento de desenvolvimento econômico.

As tentativas feitas e que foram bloqueadas pelas elites regionais, tanto a criação da Sudene⁸², quanto às proposições do Plano Trienal de 1963 são projetos no sentido de manter o país no campo democrático, mesmo tendo, como a democracia brasileira, para a época, todas as suas imperfeições e contradições.

Para C. Furtado todas as manifestações populares, por melhores condições materiais, por maior participação efetiva da população nos destinos da nação foram sufocadas com a ideologia do progresso na perspectiva autoritária, mesmo antes do golpe de 1964, e que culminou com este acontecimento, colocando de lado a ideologia do desenvolvimento numa perspectiva democrática, diferente daquela que vai se firmar.

Com relação ao papel do Estado nacional e do poder nacional, algumas diferenças podem ser realçadas tanto antes quanto depois do golpe. É um momento de inflexão daquilo que se vinha construindo em termos de formação e construção nacional. As

⁸² Para uma análise bem acurada sobre a Sudene ver a propósito o trabalho de Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*, 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. O autor dissecou no Capítulo 6, p. 99-133, todo o processo de criação da Sudene. Além disso, faz uma análise acurada do desenvolvimento capitalista brasileiro no Capítulo imediatamente anterior (p. 73-97) sob o prisma das desigualdades regionais e as contradições da economia nacional no seu processo de integração.

discussões em torno da Sudene e as questões envolvendo as mudanças necessárias em torno da questão da terra, da população no semi-árido nordestino, dos investimentos regionais, a evolução da agricultura do Nordeste, entre outros assuntos, tinha uma participação efetiva da sociedade, de governos e grupos organizados.

Nesse sentido, pode se dizer que a construção nacional, naquele momento, se fazia nos moldes das contradições de uma sociedade democrática. Com o golpe, a construção nacional foi interrompida na interpretação de Celso Furtado. E confirmando os prognósticos de C. Furtado passamos mais de 20 anos sob o mando da ditadura em que, de fato, aprofundaram-se as contradições da sociedade em termos de distribuição dos bens materiais e da riqueza nacional. Se não ocorreu, tal qual, foi concebida para a Alemanha pós-segunda Guerra, a estagnação social, o que vimos foram um maior disparate e exponenciação entre as rendas e as diferenças sociais e espaciais no território.

Argumentamos, conforme instrução de C. Furtado, que o golpe de 1964 é uma tentativa de retomada do controle do Estado pela ideologia do liberalismo econômico que já vinha campeando as elites brasileiras desde décadas anteriores.

Se, por um lado nossa burguesia estava longe de ser um acicate propulsor de mudanças, por outro, as questões relacionadas ao aprofundamento da democracia e das questões nacionais relacionadas ao processo de desenvolvimento do próprio capitalismo industrial que condiciona áreas periféricas do sistema a manter um descontrole de seu tempo histórico que se manifesta no subdesenvolvimento, o que se viu a partir de 1964/85 é um total alheamento relacionado às questões acima.

Aliás, é bom dizer que agora nossa burguesia era uma espécie de suporte dos interesses do capitalismo americano em território nacional – esse processo convencionou-se chamar de burguesia associada.

Nação, Território, Estado são as peças constituintes do poder. Poder nacional, esse que transforma tudo numa adesão à política externa do governo americano. Nesse sentido, o projeto nacional define-se numa ordem maior que é o satelitismo que se estrutura numa escala mais abrangente que o nacional, agora numa escala planetária condicionada pela geoestratégia da política externa estadunidense.

Com a desconstrução dos alicerces democráticos em curso, do Estado de direito, na verve furtadiana, então se rompe com a possibilidade de continuarmos a construção nacional nos moldes de uma sociedade democrática em formação. Entendendo por democracia um campo de institucionalidades que preconiza as contradições de classe e as lutas sociais. O capitalismo brasileiro, no novo regime, nada mais é que um subsistema do capitalismo mundial fruto da transnacionalização das grandes corporações norte-americanas.

Em última instância, C. Furtado está convencido e aponta que a transnacionalização do capitalismo é, de fato, uma ameaça à própria unidade territorial e a identidade cultural brasileira, deformando a idéia de Estado nacional. O desenvolvimento nacional e o progresso técnico que depende da criatividade, na visão de C. Furtado, com os governos militares, esse processo foi simplesmente adormecido e obstaculado pela imposição das lógicas do regime. Nas suas palavras, associando inovação, eficiência, progresso técnico e comportamento racional esta composição faz com que o resultado seja:

(...), o progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar. Portanto, o que cria o desenvolvimento é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento. É nesse sentido que a idéia de desenvolvimento se liga intimamente à de eficiência, de maior racionalidade no comportamento humano, sendo a técnica um simples complemento dos meios naturais de que dispõe o homem para agir (FURTADO, 2000c, p. 43; Grifo do autor).

A entrada das corporações transnacionais norte-americanas simplesmente é um processo de entravamento nas perspectivas do desenvolvimento nacional. Se a racionalidade econômica se faz pelos grandes grupos transnacionais na determinação da política de desenvolvimento em termos de produtividade e a lógica se faz pela inserção externa, o resultado disso e que percorre a ideologia dos governos militares, conforme interpretação de C. Furtado é que:

(...) o objetivo central da política econômica passa a ser maximizar o comércio exterior. e não o nível de atividade econômica. Ignora-se que são os aumentos de produtividade gerados pelos gastos em pesquisa e desenvolvimento, pela coerência dos instrumentos e pela disciplina social interna, que produzem eficácia nos mercados externos e não o inverso (FURTADO, 1987, p. 243; Grifos do autor).

Tais medidas são na análise de C. Furtado como sendo medidas benéficas as transnacionais e que acabam erodindo o papel de construção nacional e limitando as decisões dos centros de decisão internos. O que não se pode descuidar é que as mudanças tecnológicas precisam ser vistas no contexto do território, pois conforme M. Storper (1994, op. cit., p. 19), “(...) grande parte da mudança tecnológica se dá dentro de um contexto territorial; a proximidade territorial é, de certo modo, causa e não resultado da mudança tecnológica”.

Voltando ao tema da “pastorização”, com os vários governos militares, não se dando conforme foi pensado para a Alemanha, o que ocorreu foram projetos de ocupação territorial no sentido de diminuir as demandas sociais. A tese de C. Furtado não está completamente errada dado que a dita “pastorização” é um mecanismo de segurar, amortecer as demandas sociais e manter a população no campo (nas regiões mais distantes, as fronteiras agrícolas), além de preservar as velhas estruturas

socioeconômicas (distribuição de ativos como terra numa reforma agrária ampla, e a distribuição da renda, além da exclusão da grande parte da população dos bens materiais e tecnológicos produzidos, praticamente inabaláveis).

O que é certo é que tivemos no Brasil um processo de modernização, sem necessariamente transformarmos numa sociedade mais desenvolvida. Esse é o maior ensinamento de C. Furtado para compreensão dos anos de chumbo e depois com a democratização imperfeita. Mesmo num período de forte crescimento econômico como ficou registrado com o 'milagre econômico', apesar de elevadas taxas de crescimento, não atingimos patamares de desenvolvimento econômico e social, pelo contrário, aumentamos as diferenças socioespaciais, e de renda inclusive. Em 1997, C. Furtado, ao ser entrevistado pela Revista Veja (1997) é perguntado se ainda faz sentido classificar os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, sua resposta foi:

A classificação é ainda válida. Mas é preciso entender como subdesenvolvido o país com marcadas desigualdades sociais. Nesse aspecto, o Brasil é mais subdesenvolvido que a Costa Rica, país centro-americano com renda per capita correspondente à metade da nossa. O Uruguai é menos industrializado que o Brasil, mas é mais desenvolvido, menos socialmente heterogêneo (FURTADO, 1997, Revista Veja, p. 11; Grifo nosso).

O monetarismo que solapou as economias periféricas endividadas dos anos 70, mesmo com a centralidade do Estado-nação nos moldes autoritários, em função da visão liberal adotada, favorável ao mercado e dominado por interesses diversos das classes dirigentes, conforme apreciação de C. Furtado, o fato é que o arrefecimento (do Estado nacional) possibilitou as fragilidades na defesa da autonomia e do desenvolvimento nacional pleno. Daí afirmando a conceituação de C. Furtado quanto ao desenvolvimento podemos categoricamente reforçar que não alcançamos plenamente tal posição, uma vez que:

A rigor, a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos (FURTADO, 2000c, p. 22).

Por fim, nossa abordagem se faz no sentido de diagnosticarmos o desenvolvimento regional brasileiro, em que a natureza do desenvolvimento, condicionava a dominação das atividades econômicas de forma centralizada e autoritária pela tecnoburocracia.

O II PND de 1974-79, no governo do general E. Geisel, tinha o propósito de dirimir as defasagens regionais (setoriais, espaciais e sociais) nas regiões mais distantes do Centro-Sul, em especial de São Paulo. O II PND é uma continuidade do I PND (1972-74) tendo a profundidade de criar uma nova (re) configuração e (re) ordenamento na dinâmica regional brasileira. A estratégia do II PND visava, em termos de estratégia industrial, o desenvolvimento dos setores de base; um novo processo e acumulação do capitalismo agregando mais tecnologias às exportações brasileiras e uma série de medidas para atenuar os desníveis regionais de desenvolvimento industrial.

O II PND, em função de um ciclo de expansão do milagre econômico de 1968-73 é uma tentativa de criação de um ciclo industrial virtuoso com perspectiva de substituição de importações, em especial, os setores de bens de capital e insumos pesados para indústria.

Se, o projeto de E. Geisel era transformar a economia brasileira e potencializar o peso do capital nacional fazendo deste a parte significativa da transformação industrial brasileira, isso não ocorreu por completo. O Brasil-potência, a idéia chave alimentada pela nova Estratégia do II PND, na realidade, foi vista como escopo e o coroamento da 'revolução' iniciada em março de 1964.

As várias contradições do projeto do II PND, sonho dos militares em transformar o país numa potência econômica, de um lado, a crise econômica e a dependência externa

de capitais e de outro, as mudanças tecnológicas num novo padrão de inserção internacional levaram o sonho ao fracasso da ideologia do progresso. B. Becker e C. Egler (1994) traduz isto muito bem com as seguintes observações:

As exigências financeiras do novo padrão de inserção na economia-mundo não podem mais ser sustentadas pela socialização dos riscos inerentes à concorrência capitalista. A redefinição do papel do Estado na economia exige, a um só tempo, a garantia de competitividade dos produtos e serviços brasileiros no mercado mundial e a expansão dos investimentos sociais básicos (BECKER; EGLER, 1994, p. 244; Grifo nosso).

Na perspectiva furtadiana, ainda que o país tenha conseguido alguns êxitos em termos de descentralização das atividades produtivas no território, o avanço da industrialização com desconcentração da atividade industrial não possibilitou a criação de uma sociedade mais homogênea, também não houve um fortalecimento do sistema de pesquisa e desenvolvimento nacionais⁸³ que desse certo grau de autonomia ao Estado brasileiro e, por fim, o subdesenvolvimento não foi superado.

Para C. Furtado, o II PND, na realidade não vislumbrava uma mudança substantiva no modelo de desenvolvimento, pelo contrário, mantinha no essencial sua preservação. Além, da mudança da base industrial, outro aspecto relevante do Plano, conforme C.

⁸³ Este é um assunto importante nos esquemas teóricos de C. Furtado. Mesmo muito depois, falando em final de século (década de 90 e os anos 2000) muitos autores continuam reafirmando importantes aportes teóricos de C. Furtado quanto à questão da pesquisa e desenvolvimento, de um sistema de inovação brasileiro e os obstáculos existentes no próprio desenvolvimento do capitalismo nacional. Vejamos alguns destas considerações: “(...) é quando se considera a desigualdade da distribuição da renda no Brasil, é quando se considera a desigual distribuição dos frutos da modernidade – equipamentos e serviços de saúde e educação, de energia, telecomunicações e transportes – que ressaltam as verdadeiras causas da limitação do desenvolvimento brasileiro” (PAULA, J. A. de. Limites do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 19, n. 2 (74), p. 5-24, abr./jun. 1999). A citação encontra-se à p. 18. Outro autor aborda a relação desenvolvimento e o sistema de ciência e tecnologia da seguinte forma: “(...) ao considerar a necessidade de solidificar o sistema de ciência e tecnologia, não se pode chegar ao limite de pensar que é o sistema que determina o desenvolvimento. Não há futuro sustentável se o sistema de ciência nacional não se relaciona com o sistema de inovação; com a incorporação de valor a produtos de exportação; com a solução dos graves problemas de distribuição de renda e com o acesso à saúde no Brasil” (CHAIMOVICH, H. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. *Estudos Avançados*, IEA/USP, São Paulo, 14 (40), p. 134-143, set./dez. 2000). A citação encontra-se à p. 138.

Furtado, era aumentar a inserção do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1983a, p. 46). Aquilo, que C. Furtado (1974, cap. III, p. 95-109) chamava de “O modelo brasileiro de subdesenvolvimento”, o que se verifica ao final do II PND é o prolongamento estrutural dessas contradições que resultaram na seguinte constatação de 1974, p. 109, no mesmo trabalho: “A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico (...)”.

O que culminou com a crise dos anos 80 (estrangulamento externo), nada mais, nada menos, foi à dependência de capitais externos (poupança externa), a base do projeto do II PND.

O que C. Furtado preconizava como mudanças essenciais no estilo de desenvolvimento e modernização econômica e social, no combate ao subdesenvolvimento e sua superação, tudo isso passava a ser uma constituinte do modelo implementado pelos governos militares, pois aprofundava as desigualdades socioespaciais e as contradições da sociedade brasileira mesmo com um forte crescimento da economia.

Com relação ao crescimento acelerado da economia da década de 70, para C. Furtado, não importava o grau e a intensidade desse crescimento, o que se via era uma acomodação das estruturas que produziam o subdesenvolvimento. C. Furtado (1983a, p. 83) diz: “No esforço para corrigir o desequilíbrio externo não se deve perder de vista que o Brasil continuará a desenvolver-se essencialmente apoiado no mercado interno”.

No Capítulo IV, o enfoque dado é a década de 1980. Caracteriza-se pela forte crise fiscal do Estado dada a dependência de capitais externos e os choques do petróleo, anteriores a década de 80. Em termos de Brasil, considera-se a década perdida, dada ao

ciclo de crise estrutural no centro do sistema e por uma conjuntura de baixo dinamismo econômico interno.

As medidas tomadas pelos governos dos países ricos, logo após a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo (1979-80), foram no sentido, de estimular um novo ciclo de expansão para o capital financeiro. Nesse contexto é que as economias nacionais passam a ser garroteadas pelo FMI para que fossem pagos os créditos da dívida externa. Naquele momento C. Furtado (1983c) acertadamente apontava que as condições do Brasil eram muito problemáticas dada à submissão do país ao FMI, diz ele assim:

(...) o país sofre um estrangulamento externo, (...) um desequilíbrio estrutural de balanço de pagamentos que já se prolonga por um decênio. A raiz desse desequilíbrio brotou na época do milagre, quando se imaginou que nosso país tinha condições para abrir-se ao exterior de forma ampla e persistente fazendo depender seu desenvolvimento de crescente inserção no comércio internacional. (...) Ao eclodir a crise do petróleo, longe de reconsiderar essa estratégia, preferiu-se apelar para o endividamento externo, o que gerou novos encargos em divisas, pondo-se em marcha o processo de agravamento do desequilíbrio estrutural que engendraria a situação calamitosa do presente (FURTADO, 1983c, p. 61).

No tocante a agenda recessiva dos organismos internacionais e o domínio ideológico do monetarismo vigente da escola de Chicago, a idéia de subdesenvolvimento era uma questão residual, o mais importante era o conjunto de reformas estabelecidas para adequar a produção interna contraindo-a e, por outro, expandir os saldos comerciais externos dos países para atender os pagamentos aos credores externos.

C. Furtado, atento a essas questões, observa que o forte aumento do endividamento externo leva o país a um maior grau de dependência externa e, além disso, acaba desregulando os centros de decisão nacionais inviabilizando o país no processo de construção de um projeto nacional. O resultado é que quanto mais internacionalizamos efetivamente a economia brasileira, maior é o grau de dependência

externa - o que é uma sábia advertência de C. Furtado considerando que o seu pensamento está repaldado na história econômica mundial.

A defesa intransigente de C. Furtado estava voltada ao fortalecimento do mercado interno e a consolidação dos centros de decisão internos, pois há uma “(...) necessidade que o desenvolvimento seja concebido como solução prioritária dos problemas básicos da população” e esse mesmo desenvolvimento, “(...) contribua para reforçar a autonomia de decisões, sem o que a ordem de prioridades (...) [desse] desenvolvimento permanecerá subordinada à lógica de centros de decisão externos ao país” (FURTADO, 1983a, p. 80).

Contudo, dada à situação de crise da economia brasileira dos anos 80, inclusive devido à adoção do plano recessivo do FMI, cujo marco era a redução das atividades econômicas internas e favorecimento do setor de exportações, justamente para gerar receitas em benefício dos credores, era desastroso para o país. C. Furtado, diante disso, advertia que havia necessidade de reorientar o processo de desenvolvimento cujo foco fosse o apoio na “poupança interna” associada à “necessidade de gerar saldos em conta corrente para iniciar um processo de desendividamento” (FURTADO, 1983c, p. 104).

Tomamos o cuidado de realçar dentro da proposta dada por C. Furtado com a criação da Sudene, no final dos anos 50, uma tentativa de contornar os problemas relacionados à dinâmica do capitalismo brasileiro. A centralização do poder nos governos militares reforçou os agravamentos das desigualdades socioterritoriais, sem contar que a Sudene perdeu completamente seus objetivos fundadores.

Uma das necessidades para um novo modelo de desenvolvimento regional, dada pela visão de C. Furtado, nos anos 80, era que, além da democratização havia uma necessidade de superarmos o mimetismo da modernização imposta atrelada ao estilo de desenvolvimento que acarreta benefícios para poucos em detrimento do conjunto da sociedade. Em suas palavras, diz ele assim: “temos de escapar à armadilha de uma

modernização mimética que priva os brasileiros de identidade cultural, demais de engendrar crescentes desigualdades sociais e regionais” (FURTADO, 1983c, p. 136).

A racionalidade econômica dos governos militares tendo como *leitmotiv* o papel das transnacionais, nada mais é que, condicionar as questões regionais como um processo de reordenamento interativo dado pelo Estado nacional, sem aprofundar mudanças substantivas nas estruturas socioeconômicas, por exemplo, no Nordeste, dois ativos são essencialmente importantes – terra e educação.

C. Furtado, ao condenar o estilo de desenvolvimento brasileiro, sabiamente tem em conta que os frutos não são compartilhados a todos. Quando se pensa o Nordeste, C. Furtado enxerga que o olhar dos governos militares e o papel do Estado nacional eram concebidos, no seu conjunto, entendendo a região como suporte do capitalismo do Centro-Sul em que a contribuição dessa região se fazia pela “mão-de-obra” e pela produção de “matérias-primas” (FURTADO, 1983a, p. 145).

Para C. Furtado, a questão nacional está posta e subjacente a essa perspectiva, onde o subdesenvolvimento, frente às injunções da divisão internacional do trabalho, dado o papel das transnacionais na economia do país, condiciona sua manutenção e prevalência. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são os duplos, ou dualismos cuja essência estava presa nas engrenagens do sistema centro-periferia, ou mesmo da questão do desenvolvimento nacional e as imbricações na divisão internacional do trabalho.

Os apontamentos de C. Furtado, que perduram nos anos 80 são importantes, dado as diferenças entre sua elaboração teórica de desenvolvimento e o estilo de modernização brasileira levada adiante, sem necessariamente, tocar nas questões do subdesenvolvimento e mesmo de sua superação. Afirmava que a manutenção das heterogeneidades sociais e regionais era um caminho para desconstrução nacional e os

grandes conglomerados internacionais contribuía para isso. Até hoje o que se vê é que não desvencilhamos da questão do subdesenvolvimento (distribuição de renda, diferenças consolidadas em termos de desenvolvimento econômico desigual presentes no território).

Ao chegar à década de 90, e mesmo no início do século XXI, persistem as graves desigualdades socioterritoriais, e, a apresentação do panorama brasileiro é que mesmo regiões mais desenvolvidas apresentam diferenças nos parâmetros de renda, e desenvolvimento social e econômico em geral. Aliás, em função do aprofundamento das ideologias do neoliberalismo, tais problemas, são hoje muito maiores e as respostas do poder do Estado nacional e da sociedade brasileira são ainda incipientes.

No Capítulo V iniciamos a discussão pontuando a crise dos anos 80 no Brasil em função da dívida externa e o reordenamento da economia mundial produzido pelos Estados Unidos.

C. Furtado previa que este reajustamento da economia mundial, dado a conjuntura de crise econômica, também repercutia e readequava o Estado nacional brasileiro, demasiadamente fragilizado, nesse processo de crise.

O Brasil, nesse contexto de crise do endividamento externo e sem um projeto de desenvolvimento nacional, ancorado nas demandas da sociedade, via-se abalroado, o que levou a um afrouxamento e cessão aos impulsos de uma agenda de modernização conservadora imposta pelos organismos internacionais, no final dos anos 80, e aceita como único caminho na entrada dos anos 90.

Na visão de C. Furtado (1992a) o grande problema para um país como o Brasil, dado o grau de perda de governabilidade e perda substancial de comando do sistema econômico, em processo de atrofiamento, era que sua ênfase se dava em que "(...) A questão maior (...) diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do

Estado nacional se interrompe precocemente, (...), quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas ...” (FURTADO, 1992a, p. 24).

Entramos numa etapa do sistema econômico mundial em que o que vai se delineando é o domínio das finanças frente ao aparelho produtivo. O modelo fordista de acumulação entra em crise e para muitos autores como (HARVEY, 1993; CHESNAIS, 1996; BENKO, 1996) a economia mundial atingia seus limites de sua reprodução e, uma outra fase de acumulação estava em marcha – a economia pós-fordista, mais enxuta e flexível.

Para C. Furtado, os caminhos de um país como o Brasil, necessariamente desembocava no fortalecimento do mercado interno e as necessidade de promover maior distribuição da renda nacional. Os receituários dados pelos organismos internacionais⁸⁴, num esquema padronizado, que se configurou em meados dos anos 80 em diante de políticas neoliberais trariam ainda mais problemas ao conjunto do sistema nacional.

No Brasil, já na década de 90, as questões relacionadas ao processo de mundialização (globalização) tiveram impactos extremamente problemáticos, uma vez que o espaço econômico nacional é muito heterogêneo e o Estado eximiu-se de praticar políticas públicas e territoriais. No extremo, tivemos uma verdadeira ‘guerra fiscal’ entre os entes subnacionais no sentido de apropriar das implantações de projetos empresariais, somente focando as vantagens locacionais, sem pensar na totalidade do conjunto do território acarretando a fragmentação do espaço econômico e da nação.

⁸⁴ Com o fim da Guerra Fria (1989/90) e a possibilidade de transição para um sistema policêntrico, as perspectivas para o Brasil e o conjunto da América Latina poderiam ser diferentes. No dizer de C. Furtado, até então, as economias dos países da América Latina, “(...) *Submetidas a uma tutela financeira intermediada por instituições multilaterais, como o FMI, que na realidade são instrumentos do governo de Washington, as economias latino-americanas operam hoje em dia essencialmente para produzir excedentes comerciais em benefício das nações credoras, principalmente dos Estados Unidos. Entre 1982 e 1989, os países da América Latina transferiram para o exterior recursos no montante de 203 bilhões de dólares, o que não impediu que sua dívida externa haja, no mesmo período, crescido de 350 para 416 bilhões de dólares*” (FURTADO, 1992a, p. 84; Grifo nosso).

Por isso, C. Furtado (1994) via que passávamos, como sociedade, por um imenso desafio. De um lado, equacionar o problema do subdesenvolvimento que, aliás, foi escamoteado pelas políticas neoliberais, por outro compatibilizar os recursos da tecnologia e a preservação de certo grau de autonomia do Estado e da sociedade nacional em estado de debilitamento. Suas palavras caracterizam um estado de perplexidade, diz ele assim:

(...) como efetivamente desenvolver-se a partir de um nível relativamente baixo de acumulação e tidas em conta as malformações sociais criadas pela divisão social do trabalho na fase atual de mundialização dos mercados? Como ter acesso à tecnologia moderna sem deslizar em formas de dependência que limitam a autonomia de decisão e frustram o objetivo de homogeneização social? (FURTADO, 1994, p. 39; Grifo nosso).

C. Furtado, em nenhum momento deixou de pensar no mercado interno e seu fortalecimento contrariando os mais variados dogmas que reforçavam a idéia de que o sistema econômico brasileiro era muito fechado e, os impulsos externos eram fundamentais para a modernização da economia brasileira. Isso não quer dizer que C. Furtado acreditasse numa autarcização da economia, mas a abertura teria que ter sempre em pauta a possibilidade de incrementar o desenvolvimento nacional como um todo.

As preocupações de C. Furtado são bem fundamentadas quanto à amplificação do processo de transnacionalização e o enfraquecimento do Estado nacional que vai se consolidando nos anos 90. Para isso, reforço estas preocupações com as palavras de R. Gonçalves (1999) que diz o seguinte:

A crescente presença de Empresas Transnacionais no aparelho produtivo nacional significa um aumento da vulnerabilidade externa nas esferas real, comercial, financeira e tecnológica. Aqui não se trata de um problema de natureza ideológica, mas da capacidade de o Estado nacional realizar sua própria vontade independentemente da vontade de outros Estados. Ou seja, trata-se da tão antiga quanto relevante questão da soberania nacional (GONÇALVES, 1999, p. 253; Grifo nosso).

O Consenso de Washington, conjunto de políticas internacionais desenvolvidas pelas agências multilaterais, consolidou o que restava de fraquezas em termos de Estado nacional e promove o que se configurou como Estado mínimo, isto é, pouca ou nenhuma intervenção do Estado na economia.

C. Furtado, sintonizado com as transformações do capitalismo aponta um quadro extremamente problemático com a adoção das políticas neoliberais e o processo de globalização em curso. Sua visão era de que os problemas do subdesenvolvimento, necessariamente aprofundariam os seus elementos mais nítidos que são o corolário do desemprego e da pobreza.

Para os governos e dirigentes nacionais, isto se transformou num escapismo disfarçado dos dirigentes, pois isto não mais era um problema a ser resolvido ao nível nacional dada às injunções da globalização o que, conforme J. Génèreux (1998, p. 50), “(...) Na verdade, “a pressão externa” só serve de álibi para a covardia e a omissão política, de pretexto para a passividade”.

O modelo que vai se configurando nos anos 90, se é que podemos chamar assim, pois, se temos em conta os ensinamentos de C. Furtado, o desenvolvimento é outra coisa, “(...) é a complexificação da sociedade a todos os níveis e vai acompanhada do aumento da capacidade para acumular conhecimento e transformá-lo em instrumentos de ação” (FURTADO, 1983a, p. 151). Nesse aspecto N. W. Sodré (1999) contundentemente aponta que:

(...) modelos de desenvolvimento que excluem o povo de seus benefícios não merecem o menor apreço e apenas servem para embalar a dominação de alguns e a ingenuidade de muitos. O que distingue um modelo econômico de outro é justamente a participação do povo nos benefícios do desenvolvimento, isto é, da repartição da riqueza e de sua renda (SODRÉ, 1999, p. 105).

Este pensamento acima não está longe daquilo que C. Furtado (1999, p. 35 e 36) interpreta quando afirma que o verdadeiro desenvolvimento, “depende do enfrentamento de problemas estruturais”, tendo em conta, que para nós, a superação do subdesenvolvimento deve ser analisada como “(...) um processo de construção de estruturas, portanto, implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto” e recorrente na análise de C. Furtado, em termos de alternativas para um novo paradigma social e econômico, é mesmo quando “(...) O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação do povo nos centros de decisão do país” (FIORI, 2001a, p. 55; TAVARES, 2001, p. 150, FURTADO, 1984, p. 30, com algumas modificações). Esse, de fato, é o coroamento de um projeto alternativo de desenvolvimento consubstanciado na idéia de construção de um projeto de nação.

Na continuidade do Capítulo V fizemos um exaustivo e deliberado foco analítico centrado no trabalho da FIESP – “Livre para crescer – proposta para um Brasil moderno”, datado de 1992, em que muitas recomendações do Consenso de Washington passaram a ser propostas sérias para o empresariado industrial brasileiro. Algumas dessas propostas estavam relacionadas à valorização da agricultura de exportação, campo setorial em que o país mantém boas vantagens comparativas.

Outras posições, endossadas pelos organismos internacionais, como verdades axiomáticas, também foram aceitas pelos dirigentes da FIESP, duas merecem destaque: a que diz respeito que a economia brasileira é uma economia muito fechada e a segunda

a ‘privatização’ do Banco Central, isto é, o Bacen deveria ser regulado pelas vontades do mercado e não pela ação política dos governos.

Expusemos uma visão contrária a esses dogmatismos impregnados de vassalimos condicionados pela ideologia do neoliberalismo, inclusive apontando que a economia brasileira é bastante aberta – do que exportamos mais de 40% advém de empresas transnacionais que operam no território brasileiro. Nosso problema não é tanto por sermos uma economia fechada ou não, mas a incapacidade do Estado e dos governos em tomar decisões que atendam os interesses nacionais o que se denomina de vulnerabilidades externas. Mas, o realce central é que fomos aderindo na década de 90 ao conjunto de políticas dos organismos internacionais denominadas de políticas neoliberais.

O governo Collor de Melo inaugura uma inovadora visão de modernização conservadora aliada aos propósitos propugnados das agências multilaterais, em 1991. Na prática, isto se resume ao controle em termos de uma “‘democracia autoritária’ sob controle direto dos credores e das instituições financeiras internacionais sediadas em Washington” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 170). Inclusive aquela idéia apontada anteriormente da privatização (independência) do Banco Central é um tema relevante esboçado nesse período, toma corpo e vai se fortalecendo no governo Cardoso (1995-2002) e, inclusive alcança o governo Lula (2003).

Os ajustes estruturais estão em pauta e é levado adiante o conjunto de medidas do programa de privatização dos ativos do Estado, como condição necessária da renegociação da dívida externa brasileira e a entrada de novos investimentos na economia.

As poucas políticas do governo Collor relacionadas às atividades industriais e a política de promoção das exportações foram tomadas pelo fracasso da política de

estabilização ortodoxa e os entraves impostos pela agenda liberal das agências multilaterais sediadas em Washington e as reformas do Consenso de Washington.

As mudanças constitucionais e a liberalização comercial impingidas por Collor de Melo, com o aval dos organismos internacionais, no processo de reestruturação da economia, provocou um grande número de desempregados e enxugamento do setor público. Na indústria de bens eletrônicos de consumo, dada à abertura comercial dos anos 90, o número de empregados era de “40 mil em 1990, 30 mil em 1991, 22 mil em 1992 e, finalmente, 21 mil em 1993”; “(...), 30% do emprego na indústria eletrônica de Manaus em 1994 já eram terceirizados, ou contratados através de empresas especializadas no fornecimento de mão-de-obra” (FERRAZ, J. C. et al., 1995, p. 198). O setor automobilístico, após a abertura comercial de 1990, importou 3% dos veículos comercializados internamente, atingiu 9% em 1994, em 1995 atingiu 300 mil unidades, em torno de 20% do total, as projeções foram revistas e o número atingiu 450 unidades, 30% dos veículos comercializados no país (cf. FERRAZ, op. cit., p. 173).

Como tendência, e confirmando as teses de C. Furtado, a indústria só terá a dimensão que se exige do setor, dado o potencial econômico do país, se for considerado que:

Há potencial, entretanto, para um desenvolvimento competitivo menos, excludente, se as forças sociais conduzirem o país na direção da maior equidade, concretizando o potencial de um sólido mercado interno – desde sempre a principal vantagem competitiva brasileira – prevalecendo relações mais contemporâneas de cooperação intercapitalista e entre trabalho e capital (FERRAZ et al., 1995, p. 372; Grifos nossos).

Com relação ao setor público, na realidade, o governo Collor provocou um verdadeiro desmonte do setor no Brasil provocando uma desorganização total do Estado solapado pela instabilidade macroeconômica, explosão inflacionária, crise da dívida

externa vinda dos anos 80, crise financeira do setor público, crise institucional. A descaracterização do setor de pesquisa e desenvolvimento, quase todo público, é um deles. Collor de Melo caracteriza-se, no essencial, por ser o responsável pelo desmonte do Estado nacional brasileiro, refém dos credores e patrocinador da acumulação do rentismo na esfera financeira. A outra parte do desmonte do Estado nacional deve ser creditada ao governo Cardoso (1995) que fragiliza quase por completo a natureza deste.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, (1995-98) e (1999-2002) aprofundará a continuidade da política neoliberal adotada no governo Collor de Melo. Já quando Ministro da Fazenda, no governo Itamar Franco, em meados de 1993, as reformas econômicas exigidas pelo FMI e os credores internacionais foram realizadas. As receitas do Estado nacional brasileiro foram postas a serviço do pagamento dos credores da dívida do Estado – o ajuste fiscal elaborado permitiu que 65% das receitas correntes tivessem essa finalidade.

No governo Cardoso, o Plano Real, lançado no governo Itamar, vai-se consolidando, mas também o afrouxamento em termos de controle de câmbio, aliás, para os economistas do governo era sagrado não tocar na política cambial. Para C. Furtado (2002a) a grande mudança trazida com o Plano Real é que o mesmo proporcionou maior aumento da dívida externa, além do que, nenhuma reforma fiscal que proporcionasse um maior aumento de poupança⁸⁵ pública fosse feita. O resultado é que “(...) trocou-se a inflação por estabilidade, mas, sobretudo, trocou-se a inflação por endividamento externo” (FURTADO, 2002a, p. 24).

Além disso, com a estabilidade ancorada na liquidez internacional, o que temos é a interrupção do país em tomar decisões estratégicas, na realidade, esse processo, visto

⁸⁵ Aqui uma observação pertinente feita por J. M. Keynes quanto à importância da poupança nas sociedades. Afirma que: *“Um país enriquece não pelo simples ato negativo de indivíduos não gastarem todos os seus rendimentos em consumo corrente. Enriquece-se pelo ato positivo de usar essas poupanças para aumentar o estoque de capital do país”* (KEYNES, 1983, p. 311).

por C. Furtado (2002a, p. 34) tem como base o aprofundamento da inserção internacional completa. Daí por que a advertência furtadiana que “(...) submergir na dolarização significa regredir ao estatuto semi-colonial”. A esta exposição, de forma constante feita pelos formuladores de opinião, como caminho plausível e natural, uma vez que a dolarização era, de fato, a completa inserção do país na economia internacional. O economista germânico-americano, Rudger Dornibush, do *mainstream* acadêmico liberal norte-americano, era um dos apologistas dessa visão acima apontada e que tinha apoio internamente.

Outro assunto em pauta era que o Brasil não poderia perder a oportunidade de engajar-se num projeto continental com os Estados Unidos, cuja denominação foi dada pela sigla ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Esta idéia que domina o último governo Cardoso e o início do governo Lula da Silva em que uma possibilidade era o Brasil inserir numa zona hemisférica de livre comércio com os Estados Unidos é rechaçada veementemente por C. Furtado (2003). Nas suas formulações trata-se de uma perda total da nossa soberania; é privar o Estado brasileiro de executar qualquer controle da moeda e de políticas de desenvolvimento no país.

Na década liberal, apesar de todo o discurso de modernização, reestruturação produtiva (competitividade, desregulação, prioridade social, nova governabilidade e novo pacto federativo etc.), fórmulas mágicas e conceitos aprimorados pela mídia e academia; em termos de índices e dados econômicos do Brasil, na era FHC, os mesmos são muito medíocres. O que de fato aumentou foram os números da pobreza⁸⁶ no Brasil.

⁸⁶ Quando se trata de pobreza associa-se ao processo de persistência do próprio subdesenvolvimento em sociedades de economias dependentes. Na década de 90, para o Brasil, o que ocorreu foi o aprofundamento do subdesenvolvimento e não uma diminuição do mesmo, em termos de um encurtamento das distâncias entre os mais ricos e mais pobres em termos de renda, uma vez que o economicismo acrítico defendia a postulação que o mundo tende a se homogeneizar com o advento da globalização e das políticas neoliberais. Nesse sentido, reforço esse assunto da seguinte forma: “*No Brasil, as pessoas que viviam com menos de US\$ 2 por dia (...) em 1995 (43 milhões) era maior que a população do país em 1940 (41,6 milhões) (Lustig e Deutsch, 1988:38). (...) Concebendo o desenvolvimento como um esforço para*

Quando se trata do crescimento econômico, C. Furtado (2002b, p. 31) não se furta quanto a sua importância. Não obstante, é preciso para que tenhamos, de fato, crescimento econômico, “(...) recuperar os instrumentos de governo. O instrumento mais importante é a política monetária, de câmbio”. Se, é fundamental o controle dos dispositivos de governo assinalados acima, adotados como ‘princípio estratégico’, o crescimento, deve ser considerado também com a seguinte perspectiva:

Se admitirmos que nosso objetivo estratégico é conciliar uma taxa de crescimento econômico elevada com absorção de desemprego e desconcentração da renda, temos de reconhecer que a orientação dos investimentos não pode subordinar-se à racionalidade das empresas transnacionais (FURTADO, 2001c, p. 26).

A opção da elite brasileira em abraçar as políticas da globalização e do neoliberalismo e adentrar numa lógica de capitalismo transnacionalizado, ela mesma, deixou de ter um papel significativo do ponto de vista da acumulação em termos de participante ativa no processo de expansão da riqueza patrimonial e mercantil e, dessa forma, P. de A. Sampaio (2000, p. 66) aponta que “(...) ao renunciar ao projeto nacional, a elite dirigente renunciou igualmente a desempenhar qualquer função civilizatória no país (...)”, ou mesmo como aponta a outra observação que se segue de que o país está se transformando numa ‘província do globalismo’, dessa forma, “(...) o que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século XX ao XXI é o *abandono e o desmonte do projeto nacional*, com suas implicações político-econômicas e sócio-culturais...” (IANNI, 2000, p. 51).

O Estado brasileiro, além de produzir, através das elites dirigentes, o maior desmonte do Estado nacional e suas configurações e determinações em termos de

acabar com dualismos e heterogeneidades, difíceis de serem superados com as armas empregadas, Furtado previa o aumento do fosso que separam ricos e pobres” (CAVALCANTI, 2001, p. 74).

política de desnacionalização⁸⁷, entregou as linhas gerais da política nacional sob o controle do mercado.

Sem direção, dado por um projeto nacional de desenvolvimento, é aquilo que M. Chossudovsky (1999, p. 183) aponta no período de governo FHC (1995-1998), no primeiro mandato, ao dizer que, “(...) os credores estão no controle da burocracia do Estado, de seus políticos. O Estado está falido e seus bens estão sendo liquidados no programa de privatização”. C. Furtado (2002b, p. 29 e 30 respectivamente) tem uma visão muito próxima a esta dada por M. Chossudovsky, acima, quando trata da crise brasileira, com baixo crescimento econômico, endividamento exagerado, sem política deliberada de desenvolvimento, enfim um Estado sem autonomia de decisão. Daí sua afirmação de que “(...) quem governa o país são os banqueiros” e diz mais a respeito com relação às questões do endividamento com a seguinte observação “(...) A dívida imensa de um país como o nosso só poderá ser negociada por um governo forte, bem estruturado e com apoio da opinião pública”.

Ainda no Capítulo V procuramos identificar a importância do planejamento nos trabalhos de C. Furtado e o cotejamento do real-empírico do não planejamento estatal em termos de políticas de Estado na década liberal dos anos 90 em diante. A título de caracterização pode-se afirmar que no período de governo Cardoso, “(...) Constrangida pelos parâmetros da condução macroeconômica, a discussão de um projeto nacional foi tida como dispensável pelo governo em tempos de globalização” (ARBIX, 2000, p. 244).

Retomamos a idéia basilar que levou a consecução da Sudene nos fins dos anos 50 e o fechamento da mesma no governo Cardoso. Diagnosticamos a falta de sensibilidade política dos governos de Cardoso e mesmo o governo Lula, políticos de São

⁸⁷ Analisando o governo Cardoso com relação à política de privatizações, P. N. Batista Júnior (1998) aponta que: “As privatizações têm sido uma forma de liquidar ativos públicos para tapar os buracos das contas externas. Por isso, têm produzido mais desnacionalização. Aliás, pela lógica atual, não se trata de privatizar ou não, mas sobretudo desnacionalizar, de modo a trazer divisas que ajudem a fechar o balanço de pagamentos”. (BATISTA JR., 1998b, p. 119).

Paulo, que não fizeram nada para fortalecer o federalismo no Brasil, sem contar a falta de uma reforma fiscal mais progressiva. Voltando ao governo Collor, já que do governo Cardoso tratamos a exaustão quanto à falta de política de desenvolvimento nacional, o que pode ser apontado, conforme T. B. de Araújo (1993, p. 94-95) é que quando se analisa as perspectivas do planejamento regional do governo Collor e mesmo a década de 90 é que “(...) do ponto de vista espacial o Brasil não é sequer observado pela política governamental. (...) o viés dos macroeconomistas não permite trabalhar com um dado essencial da realidade: somos um país desigual. (...) socialmente, [e] regionalmente”.

No governo Cardoso foi lançado o programa denominado Plano Plurianual, mais conhecido como PPA. O PPA (1996-99), também chamado de “Brasil em Ação”, e o “Avança Brasil” (2000-2003) o que é notório, tanto em um quanto noutro PPA, é a falta de políticas territoriais em termos de valorização do território no seu conjunto e um acanhamento do poder público, pela omissão, sempre a reboque das forças do mercado, valorizando as regiões e lugares mais dinâmicos conectados aos eixos de integração ao mercado externo.

O peso dado aos capitais privados faz com que o rearranjo do território passa a ser comandado por forças exógenas do capitalismo transnacionalizado. Isso nos remete, conforme assinala R. A. Dreifuss (1998, p. 31) que “(...) Nossos governos protelaram de forma espantosa a resolução dos problemas elementares do país (...) Para completar, estamos promovendo uma política aventureira de abertura. Como resultado, somos um espaço de manobra dos outros”.

Se a estratégia adotada era, de fato, consolidar a estabilização do Plano Real e uma inserção mais competitiva da economia brasileira, o desenho do crescimento econômico regional se fazia pelas dinâmicas já estabelecidas e consolidadas no território. A questão regional, considerando as diferenças espaciais e sociais das regiões não mais

se dava pelo fortalecimento do mercado interno. C. Furtado (1992a) já havia assinalado o que parecia ser o caminho e a direção que iria tomar a economia brasileira na década de 90 em que a ênfase da inserção brasileira se dava às expensas do mercado interno. Tanto a economia nacional quanto a regional era impulsionada para e em direção a uma maior integração subordinada aos influxos e ditames da economia internacional. No território econômico de acumulação e reprodução, a desconcentração seletiva ocorre, mas quase sempre faz a partir dos pedaços do território mais dinâmicos sem uma moldura de conjunto em termos nacionais permitindo que o observador perceba a ação fenomênica como um processo de fragmentação da nação.

Pode-se dizer que os mecanismos utilizados pelo Brasil, no governo Cardoso, para inserção subordinada da economia nacional envolvia uma série de estratégias conexas. Nesse sentido, conforme P. N. Batista Júnior (1998b), o que se observa é que as medidas acarretavam mais dependência do país com relação ao exterior. Diz ele assim:

(...) abrir a economia às importações ...; adotar uma política cambial em que a moeda nacional permanece de forma valorizada ...; promover uma expressiva abertura financeira ...; manter um sistema tributário que onera as exportações e discrimina o produto nacional em sua competição com o estrangeiro no mercado doméstico; conviver por muito tempo com um certo descaso na promoção das exportações; não dar à devida ênfase na formação de poupança interna; adotar uma política fiscal frouxa ... Tudo isso cria um quadro macroeconômico de profunda dependência externa, acompanhada pelo aumento da nossa vulnerabilidade externa e do grau de desnacionalização da economia (BATISTA Jr., 1998b, p. 118; Grifos nossos).

A capacidade de recuperação do Estado brasileiro, inclusive com investimentos públicos, só ocorrerá no governo Lula, segundo mandato (2007), em que, através do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) é possível vislumbrar outra lógica em termos de crescimento e dinâmica econômica espacial-territorial.

Com os tropeços e dificuldades da globalização e mesmo das políticas neoliberais, o fim do governo Cardoso, sem rumo nem prumo, dá lugar a uma nova perspectiva em

que com o governo Lula que é, justamente, a de reconfigurar uma nova arquitetura de fortalecimento do Estado nacional frente ao seu desmantelamento imposto nos últimos governos. Na realidade, essa perspectiva é fundamental na obra de C. Furtado e caminha até seus últimos momentos de sua existência. O projeto nacional é o meio pelo qual se refaz e se reconstrói a nação para isso o poder do Estado nacional, nas condições de um país como é o caso do Brasil, são fundamentais e imprescindíveis.

Como a “história não acabou” e nem é o “fim do mundo” em termos de supressão do “último homem”, e o “imperialismo da globalização” no estilo anglo-saxão constituído de excessos do liberalismo (virtudes do livre mercado e da auto-regulamentação) e o *laissez-faire* da economia tendem a perder forças, um novo gendarme entre Estado e mercado se consolidará. Nesse novo marco regulatório e, por conseguinte, esse novo papel do Estado nacional terá que ser novamente rediscutido e restabelecido frente ao poder avassalador do capital financeiro, assim, para nós, em especial, a história brasileira continua a ser construída em termos de Nação; uma Nação em construção tal qual apregoava C. Furtado, se quisermos ter um papel relevante na história mundial.

Do ponto de vista da tese propriamente dita acreditamos que a mesma encontra-se respaldada em tudo quanto foi percorrido e apontado perscrutando toda a obra desse grande cientista e intérprete do Brasil. Além disso, cotejando com o desenvolvimento econômico brasileiro, dos anos 50 do século passado, período de início das teorizações furtadianas e repassando as contradições e impasses desse desenvolvimento, concluímos que há muitas razões para atermos ao pensamento teórico de C. Furtado, inclusive uma chave poderosa frente aos discursos ideológicos avassaladores que entorpeceram as mentes pensantes no sentido de aumentar nossa dependência aos agentes econômicos e governos dos países mais industrializados e poderosos na cena da geopolítica internacional.

Nesse sentido, acreditamos que o trabalho ora concluído traz uma nova expectativa quanto ao que chamamos de importância do Estado nacional, uma vez que delineamos o papel do Estado neste trabalho mostrando a construção, o arrefecimento e o desmantelamento do Estado nacional brasileiro, e restabelecendo a partir das teorizações de C. Furtado, a importância de se revitalizar esse mesmo Estado para a construção nacional de um país como o Brasil, o qual precisa se reinventar e reconstruir dado o paradigma paradoxal que encontramos entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no vasto território nacional.

Ao retomar as proposituras defendidas por C. Furtado temos em mente que as categorias de análise geográficas são elementos importantes no debate com as proposições feitas pelo interlocutor e é uma moldura na defesa da economia nacional e do território.

A arquitetura da tese, em termos de desenvoltura, tem como caminho basilar a perquirição seguindo os aportes teóricos de C. Furtado, em função dada à idéia do papel do Estado nacional e todos os seus desdobramentos na constituição da Nação. As categorias de análise (nação, território, espaço, regiões, estado nacional) foram as ferramentas do alicerce de construção utilizadas para a realização do empreendimento conquistado e, acreditamos como são as mesmas essenciais na compreensão da ciência geográfica, tratamos de ter sempre em mente tais condicionantes em termos de perspectivas.

VII – NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, A. Investimento externo e competição. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 20, n. 1 (77), p. 18-33, jan./mar. 2000.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). *Revista de Sociologia e Política*, n. 19, Curitiba, nov. 2002 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf>.
- AMARAL FILHO, J. Celso Furtado e a economia regional. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri (SP): Manole: Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 373-392.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001 (Coleção Mundo do Trabalho).
- ARAÚJO, T. B. de. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, M. C. da (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. 1ª. reimp. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 71-92.
- _____. O elogio da diversidade regional. In: MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A.; BENJAMIN, C. (Org.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 161-181.
- _____. Nordeste, Nordestes: que Nordestes?. In: AFFONSO, R. de B.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/EdUNESP, 1995, p. 125-153 (Federalismo no Brasil).
- _____. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (Org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993, p. 87-95.
- ARAÚJO CASTRO, J. A. de. O poder nacional: limitações de ordem interna e externa. *Revista Parcerias Estratégicas*. Brasília: Gabinete do Ministro Extraordinário de Projetos Especiais; Centro de Estudos Estratégicos, n. 6, p. 216-240, mar. 1999.
- ARBIX, G. Falsos passaportes para a modernidade: o governo e as relações trabalhistas. In: *O novo paradigma e o futuro das relações trabalhistas*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer- Stiftung, Série Pesquisas, n. 10, 1998, p. 21-37.

- _____. Política industrial e o laissez-faire na guerra fiscal. In: RATTNER, H. (Org.). *Brasil no limiar do século XXI: alternativas a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: EdUSP, 2000, p. 243-267.
- ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. 6ª. ed. Trad. Sandra G. T. Vasconcelos. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- _____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: EdUNESP, 1996a.
- _____. Trabalhadores do mundo no final do século. *Praga* (estudos marxistas), São Paulo, Boitempo Editorial, n. 1, p. 27-43, set./dez. 1996b.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. et alii. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 99-144.
- BATISTA JÚNIOR, P. N. O eterno retorno do mesmo. In: *Dívidas externas na América Latina e a crise financeira internacional*. Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Série Pesquisas, n. 15, p. 97-109, 1999.
- _____. Mitos da globalização. *Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, v.12, n. 32, p. 125-186, jan./abr. 1998a.
- _____. Riscos de uma trajetória insustentável. In: MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A.; BENJAMIN, C. *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998b, p. 113-118.
- BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.
- _____; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1994.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 11ª. reimpr. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BEZERRA, M. do C. L.; RIBEIRO, L. A. L. C. (Coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; Consórcio Sodohtécnica (Crescente Fértil), 1999.
- BIELSCHOWSKY, R. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 38-55, out./dez. 1989.
- _____. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 109-125.
- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado II – O assalto das privatizações continua*. 1ª. reimpr. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. 3ª. reimpr. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- BRENNER, R. A economia da turbulência global. *Praga (estudos marxistas)*, São Paulo, Hucitec, n. 7, p. 37-46, mar. 1999.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Celso Furtado: o desenvolvimento como missão. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri (SP): Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro, 2007, p. 63-80.
- _____. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 19-43.

CANO, W. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. C. da (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. 1ª. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 93-120.

_____. *Reflexões sobre o Brasil e a nova des(ordem) internacional*. 3ª. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP/Fapesp, 1994.

CARVALHO, C. R. de. *Espaço Nacional e Integração Competitiva: impasses das políticas territoriais no Brasil*. São Paulo, 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, F. J. C. de. O sistema financeiro internacional: um breve ensaio ao modo de Celso Furtado. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de. *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri (SP), Manole (RJ): IEUFRJ, 2007, p. 327-338.

CASTÃNEDA, J. G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. Trad. Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, A. B. de. O lado real do Real: o debate e algumas surpresas. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. (Org.). *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 59-98.

CAVALCANTI, C. Celso Furtado e a persistência do subdesenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editoria 34, 2001, p. 61-76.

CHAIMOVICH, H. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. *Estudos Avançados*, IEA/USP, São Paulo, 14(40), p. 134-143, set./dez. 2000.

CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. *Praga* (estudos marxistas), São Paulo, Hucitec, n. 3, p. 19-46, set. 1997.

_____. *A mundialização do capital*. 1ª. ed. Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

- CHOMSKY, N. *Ano 501: a conquista continua*. Trad. Maria Cristina Guimarães. São Paulo: Scritta, 1993.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.
- COSTA, W. M. da. *Política e território em tempos de mudanças globais*. São Paulo, 2005. 94 f. Tese de Livre Docência (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Coleção Repensando a Geografia).
- DINIZ FILHO, L. L. *A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- DOCUMENTO FIESP. *Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno*. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.
- DREIFUSS, R. A. Corporações estratégicas e Estados nacionais: os protagonistas do grande jogo. In: MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A.; BENJAMIN, C. *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998, p. 25-31.
- DUARTE JÚNIOR, J. F. *O que é realidade*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ERBER, F. S.; CASSIOLATO, J. E. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 17, n. 2, (66), p. 32-60, abr./jun. 1997.
- FERRAZ, J. C; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1994-95.

FIMBRES, H. S. Comércio mundial, blocos econômicos e regionalismo. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, Série Pesquisas, n. 13, p. 69-77, 1998.

FIORI, J. L. *O Vôo da Coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. A propósito de uma “construção interrompida”. TAVARES, M. da C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. 1ª. reimp. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001a, p. 33-57.

_____. *O Brasil no espaço*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001b.

_____. O cosmopolitismo de cócoras. *Instituto de Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 14(39), p. 21-32, mai./ago. 2000.

_____. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999, p. 11-85.

_____. Um governo contra o povo e a nação. *Praga (estudos marxistas)*, São Paulo, Hucitec, n. 6, p. 117-122, set. 1998.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 3ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997a, p. 87-147.

_____. *Moedeiros falsos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997b.

_____. Aos condenados da terra, o equilíbrio fiscal. *Praga (estudos marxistas)*, São Paulo, Boitempo Editorial, n. 1, p. 45-53, set./dez. 1996.

_____. *A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil – uma hipótese preliminar*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

FONSECA, P. C. D. Celso Furtado e a questão da intencionalidade da política industrial do Brasil na década de 1930. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de. (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri, SP: Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 285-307.

- FORBES, D. K. *Uma Visão Crítica da Geografia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Trad. Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. Centro de Estudos. *O Plano Real: avaliação e perspectivas*. São Paulo, 1996, Série Papers, n. 27.
- FURTADO, C. Entrevista com Celso Furtado. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, Editora Casa Amarela, n. 71, p. 30-35, fev. 2003. Entrevistado por João P. Stedile, José Arbex Jr., Plínio de A. Sampaio Jr..
- _____. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002a.
- _____. (Entrevista). In: CAMARGO, A.; LOYOLA, M. A. Celso Furtado entrevista por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b. 52 p. (Pensamento contemporâneo; 3).
- _____. *O Capitalismo Global*. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001a.
- _____. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2001b.
- _____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: EdUSP/EdUNESP, p. 21-27, 2001c.
- _____. O fator político na formação nacional. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 14(40), p. 7-12, set./dez. 2000a.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000b – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- _____. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000c.
- _____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

- _____. Há risco de uma ingovernabilidade crescente [Entrevista]. In: MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A.; CESAR, B. *Visões da Crise*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998a, p. 11-23. Entrevista originalmente publicada no Jornal dos Economistas, n. 97, mai. 1997.
- _____. *Seca e poder*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998b. Entrevista concedida a TAVARES, M. da C.; ANDRADE, M. C. de; PEREIRA, R. R..
- _____. *A fantasia desfeita*. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. 2, p. 27-306, 1997a.
- _____. *Aventuras de um economista brasileiro*. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. 2, p. 9-26, 1997b.
- _____. *Os ares do mundo*. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. 3, p. 41-370, 1997c.
- _____. *A fantasia organizada*. In: *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, t. 1, p. 87-359, 1997d.
- _____. *Celso Furtado: decifrando o Brasil* [Entrevista]. *Revista Democracia Viva*, São Paulo, Ano I, n. 1, p. 58-77, 1997e.
- _____. [Entrevista]. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L.F.L.; REGO, J. M. *Conversando com economistas brasileiros*. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, p. 60-87, 1997f.
- _____. *Mundo do amanhã*. Entrevista de Celso Furtado a Revista Veja, São Paulo, Edição 1477, n. 1, p. 8-11, 8 de jan. 1997.
- _____. *O pensamento econômico latino-americano*. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 41, p. 96-110, mar. 1995a. Entrevista concedida a Carlos Mallorquin.
- _____. *Revisitando o Nordeste: o futuro da nova economia regional*. In: GAUDÊNCIO, F. S.; FORMIGA, M. (Coord.). *Era da esperança: teoria e política do pensamento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b, p. 104-107.
- _____. *A superação do subdesenvolvimento*. *Revista de Economia e Sociedade*. Campinas (SP), n. 3, p. 37-42, dez. 1994.
- _____. *Brasil, a construção interrompida*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.
- _____. *O subdesenvolvimento revisitado*. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas (SP), n. 1, p. 5-19, ago. 1992b.
- _____. *Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional*. Instituto de *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, v. 6, n. 16, p. 55-64, set./dez. 1992c.
- _____. *Entre inconformismo e reformismo*. *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, p. 6-28, out./dez. 1989a.

- _____. *ABC da dívida externa: o que fazer para tirar o país da crise financeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989b.
- _____. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- _____. *O Brasil Pós-“Milagre”*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- _____. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.
- _____. *Não à recessão e ao desemprego*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983c.
- _____. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. *Revista de Economia Política*, São Paulo, n. 1, p. 41-49, jan./mar. 1981.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Prefácio a nova economia política*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- _____. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. _____ (Coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 1-23.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. *Dialética do Desenvolvimento*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Perspectiva da Economia Brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

_____. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

_____. *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (Serviço de Documentação), 1956.

_____. Características Gerais da Economia Brasileira. *Revista de Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-37, mar. 1950.

GALINDO O.; SANTOS, V. M. dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/EdUNESP, 1995, p. 157-194 (Federalismo no Brasil).

GALVAN, C. G. Celso Furtado: centro dinâmico e heterogeneidade social. In: LIMA, M. C.; DAVID, M. D. (Org.). *A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, p. 215-219.

GÉNÉREUX, J. O horror político: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

GONÇALVES, R. A economia política do investimento externo no Brasil. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. (Org.). *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 235-258.

_____. *Ô Abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GUIMARÃES, J. A nova economia política do governo Lula. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, n. 72, p. 27-31, jul./ago. 2007.

_____. A trajetória intelectual de Celso Furtado. In: TAVARES, M. C. da (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. 1ª. reimp. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 15-32.

- GUIMARÃES, Ma. E. *Celso Furtado: a Utopia da Razão. Um estudo sobre o conceito de subdesenvolvimento (1945-1964)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/EdUNESP, 1995, p. 13-59 (Federalismo no Brasil).
- GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos Anos de Periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 3ª. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. *A Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Trad. Wanda Caldeira Brant. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, v. 14, n. 40, p. 51-58, set./dez 2000.
- IGLÉSIAS, F. Celso Furtado, pensamento e ação. *História e Ideologia*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, p. 159-234, 1981.
- Jornal Folha de S. Paulo – vários números (2002 a 2006).
- KALVAN, F. R. *O Lugar da Nação: estudo a abordagem da Nação no dual-estruturalismo de Celso Furtado e nos Estudos sobre a dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda – inflação e deflação*. São Paulo: Abril cultural, 1983.

LACOSTE, Y. *Geografia do Subdesenvolvimento*. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1975.

LENCIONI, S. Regiões metropolitanas do Brasil. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 107-118.

_____. *Região e Geografia*. São Paulo: EdUSP, 1999.

LESSA, C. et al. Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90. *Praga* (estudos marxistas), São Paulo, Hucitec, n. 3, p. 63-87, set. 1997.

_____. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: Funcep, 1988.

MAGALHÃES, J. P. de A. Mercado e políticas de desenvolvimento. In: LIMA, M. C.; DAVID, M. D. (Org.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, p. 97-114.

_____. Vinte anos de pensamento econômico no Brasil. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. (Org.). *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 259-286.

MALAN, P. Brasil: três finais de década. In: MAGALHÃES, J. P. de A. et al. (Org.) *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 17-50.

MALLORQUIN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a Industrialização. São Paulo: Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, FFLCH-USP. Texto 4, p. 1-16, [s.d].

MANZANO, M. Ótimas, da Malásia. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, Editora Casa Amarela, n. 71, p. 36, fev. 2003.

MELLO, J. M. C. de. *O Capitalismo Tardio*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NABUCO, M. R. Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado. In: TAVARES, M. da C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 59-70.

OHMAE, K. *O Fim do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OLIVEIRA, F. de. *A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Um republicano exemplar. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Edusp/Ed. da Unesp, 2001a, p. 33-38.

_____. Um republicano exemplar. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001b, p. 217-220.

_____. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987a.

_____. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 149-168.

_____ (Org.) e FERNANDES, F. (Coord.). *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983.

ORTIZ, R. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, [1996?].

PACHECO, C. A. *Fragmentação da Nação*. Campinas (SP): Editora da Unicamp; Instituto de Economia, 1998.

PAULA, J. A. de. Limites do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 19, n. 2 (74), p. 5-24, abr./jun. 1999.

- PAULANI, L. M. A utopia da Nação: esperança e desalento. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 139-156.
- _____. A dança dos capitais. *Praga (estudos marxistas)*, São Paulo, Hucitec, n. 6, p. 45-55, set. 1998.
- PELLEGRINO, A. C. G. T. *Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil*. Campinas (SP): Editora Alínea, 2005.
- PONTES, B. M. S. A estratégia de desenvolvimento no II PND: a estratégia industrial. *Revista de Geografia*, São Paulo, v. 2, p. 77-81, 1983.
- PORTELA FILHO, P. O ajustamento da América Latina: crítica ao modelo de Washington. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 32, p. 101-132, 1994.
- RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMONET, I. *Geopolítica do caos*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- RATTNER, H. *Política industrial: projeto social*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- REICH, R. B. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*. Trad. Claudiney Fullmann. São Paulo: Educator, 1994.
- RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 19 (53), p. 371-377, jan./abr. 2005.
- SALLUM JÚNIOR, B. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial. (1945-2000). In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 405-437.

SAMPAIO, P. de A. Dilemas e desafios postos para a sociedade brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA/USP, 14 (40), p. 64-76, set./dez. 2000.

SAMPAIO JÚNIOR, P. de A. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999a, p. 415-447.

_____. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999b.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Espaço e Método*. 3ª. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SANTOS, M. O. *Nação e Mundialização no Pensamento de Celso Furtado*. Campinas (SP), 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas.

SANTOS, Th. dos. Celso Furtado e a busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri (SP): Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 109-138.

_____. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

_____. *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

- SAYAD, J. A crise de janeiro de 1999. *Praga* (estudos marxistas), São Paulo, Hucitec, n. 7, p. 27-35, 1999.
- SHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma pesquisa sobre lucros, capital, crédito, juros e ciclo econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SINGER, P. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. *Estudos Avançados*, São Paulo, 12 (33), mai./ago., p. 119-130, 1998.
- SODRÉ, N. W. *A Farsa do Neoliberalismo*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. (Temas e reflexões; 2).
- STORPER, M. Possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L. et alli. (Org.). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 13-26.
- SUZIGAN, W. Experiência histórica de política industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 16, n. 1 (61), p. 5-20, jan./mar. 1996.
- TAVARES, M. C. da. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: _____ (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. 1ª. reimp. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001, p.129-154.
- _____. Receita para o caos: arrogância, incompetência e cinismo. *Praga* (estudos marxistas), São Paulo, Hucitec, p. 21-26, 1999.
- _____ e MELLIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 3ª. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997, p. 55-86.
- _____ e FIORI, J. L. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Ciclo e Crise – O Movimento Recente da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro, 1978. Tese (Professor Titular) - Faculdade de Economia e Administração - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WANDERLEY, L. E. W. *O Plano Trienal (1963-65) e o Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, 1972. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

VIDAL, G. América Latina na cilada da globalização: história e classes dirigentes. In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. J. C. de (Org.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri (SP): Manole; Rio de Janeiro: IEUFRJ, 2007, p. 239-262.